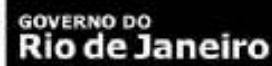


cederj

Volume único :

Fundação
CECIERJ
Consórcio cederj

9 788576 487777

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da América III

Volume único

Norberto Ferreras

Rodrigo Farias de Sousa



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Norberto Ferreras

Rodrigo Farias de Sousa

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Romulo Siqueira Batista

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Jorge Amaral

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Renata Lauria

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira

André Guimarães de Souza

Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C385

Ferreras, Norberto.

História da América III : v. único. / Norberto Ferreras, Rodrigo Farias de Sousa. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2011. 492 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7648-777-7

1. História da América. 2. América Latina. 3. Estados Unidos. I. Sousa, Rodrigo Farias de. II. Título.

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

- Aula 1** – Os EUA na virada do século:
do isolacionismo ao império _____ 7
Norberto Ferreras e Rodrigo Farias de Sousa
- Aula 2** – Sobre a ampliação dos direitos políticos na
América Latina: dos governos aristocráticos
aos governos democráticos.
A Revolução Mexicana _____ 35
Norberto Ferreras
- Aula 3** – A expansão da década de 1920 e a crise
de 1930: expansão dos direitos políticos no
Cone Sul, lutas econômicas e políticas _____ 69
Norberto Ferreras
- Aula 4** – A crise de 1929 e o *New Deal* _____ 101
Norberto Ferreras e Rodrigo Farias de Sousa
- Aula 5** – A sociedade de massa: os populismos _____ 131
Norberto Ferreras
- Aula 6** – Os EUA no pós-Segunda Guerra:
Guerra Fria e prosperidade _____ 161
Norberto Ferreras e Rodrigo Farias de Sousa
- Aula 7** – EUA: os anos 1960 _____ 193
Norberto Ferreras e Rodrigo Farias de Sousa
- Aula 8** – A América Latina na encruzilhada:
democracia ou revolução? O modelo
cubano em debate (1950 a 1970) _____ 227
Norberto Ferreras
- Aula 9** – Da Revolução Cubana à experiência
chilena. A década de 1960 e os primórdios
da década de 1970 _____ 259
Norberto Ferreras
- Aula 10** – Relações interamericanas: os EUA e a
América Latina, 1900-1945 _____ 291
Rodrigo Farias de Sousa

Aula 11	– Relações interamericanas: os EUA e a América Latina, 1945-2000 _____	323
	Rodrigo Farias de Sousa	
Aula 12	– Os EUA nos anos 1970 e 1980 _____	355
	Rodrigo Farias de Sousa	
Aula 13	– Os autoritarismos latino-americanos nas décadas de 1950 a 1980 _____	383
	Norberto Ferreras	
Aula 14	– Os EUA nos anos 1990 _____	419
	Rodrigo Farias de Sousa	
Aula 15	– A História do Tempo Presente da América Latina _____	451
	Norberto Ferreras	
Referências	_____	481

Aula 1

Os EUA na virada do século: do isolacionismo ao império

Norberto Ferreras

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar um panorama da sociedade norte-americana entre 1898 e 1913 e o início da afirmação dos EUA como potência mundial.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as mudanças pelas quais os Estados Unidos passaram no início do século XX e as respostas que elas causaram no seio da sociedade;
2. reconhecer as diferenças entre o papel que os Estados Unidos desempenhavam no cenário mundial até 1898 e o que eles passaram a ter após esse período.

Pré-requisito

Para melhor entender o contexto desta aula, é útil você já ter visto os conteúdos correspondentes aos EUA do século XIX, em História da América II.

INTRODUÇÃO

Um novo país

Conforme se viu em História da América II, os EUA, após a guerra civil americana de 1861-1865 (também conhecida como Guerra de Secessão), entraram num período de grandes e rápidas transformações. Até então, tratava-se de um país maciçamente agrícola, em que o setor secundário da economia, embora crescente, ainda se encontrava no estágio da manufatura, bem atrás da Inglaterra, por exemplo. Além disso, esse era um período em que o “oeste” ainda representava as esperanças daqueles que não estavam satisfeitos com suas condições de vida nas áreas mais povoadas. Afinal, o país possuía um território em contínua expansão, com vastas áreas interioranas praticamente “vazias” – ou seja, ainda não incorporadas pela sociedade *branca* e habitadas, quando muito, por índios – que estavam à espera de desbravadores que estivessem dispostos a explorar seus recursos. Ao mesmo tempo, a imigração constante e a alta fecundidade contribuíam para um crescimento significativo da população e da mão de obra disponível, especialmente nas cidades. Nesse contexto, os EUA ainda eram um país rural voltado principalmente para sua própria expansão interna.

Após a guerra, quando a industrialização realmente começou, o cenário do país iniciou uma série de mudanças rápidas: entre 1880 e 1900, cerca de 15 milhões de pessoas foram viver nas cidades, entre americanos nativos e imigrantes. Entre 1880 e 1890, cerca de 40% das vilas (*townships*) rurais do país perderam população para as cidades maiores (*cities*). E uma economia que até então havia sido um bom exemplo do capitalismo concorrencial, de negócios de porte relativamente modesto, já completava a sua transição para o capitalismo monopolista, em que empresas gigantescas – os *trustes* – passavam a dominar setores inteiros da economia. Surgem os primeiros magnatas, enquanto a tecnologia substitui rapidamente as

velhas manufaturas por fábricas modernas, dotadas de máquinas. Ferrovias e barcos a vapor facilitam o transporte e tornam o país cada vez mais integrado e dinâmico. E o território gigantesco dos EUA, há séculos em expansão rumo ao oeste, chega finalmente aos seus limites naturais na costa do Pacífico, por volta de 1890 — é o que se chamou de “fechamento da fronteira”. Em suma, a face do país já não era a mesma.

Já na virada do século, quem eram os habitantes dos Estados Unidos nessa época? Alguns dados podem nos dar uma ideia geral.

Os EUA na virada do século: um panorama

Demografia

Com aproximadamente 76 milhões de pessoas em 1901, a população americana era 90% branca, de origem europeia (sobretudo de ascendência inglesa, alemã ou escandinava), e 80% protestante. A população não branca consistia em cerca de 8,8 milhões de negros (cerca de 12% da população total), 250.000 índios e uns 120.000 chineses e japoneses. Desse total, 10,2 milhões (cerca de 15%) eram de pessoas nascidas no estrangeiro, e 15,6 milhões (aproximadamente 20%) tinham pelo menos um dos pais nascidos fora do país. Daí a metáfora usada para descrever o país: *melting pot* (“cadinho”), por causa da grande mistura de populações de proveniências, línguas e culturas diferentes.

A partir da década de 1880, cerca de um 1/3 do crescimento populacional do país vinha da imigração. Foram cerca de 20 milhões de recém-chegados só entre 1870 e 1900, fazendo a população crescer de 40 milhões para os já mencionados 76 milhões. Mas o perfil desses imigrantes havia mudado: agora, eles vinham do sul e do leste da Europa, geralmente não falavam inglês e professavam religiões “alienígenas” à maioria protestante dos

EUA (catolicismo, ortodoxia oriental, judaísmo). A maior parte ia para os estados agrícolas, como Dakota do Norte e do Sul, ou para as grandes cidades, onde se concentravam em áreas específicas e empobrecidas, amontoados em cortiços precários, abafados e insalubres.

Por que tantas pessoas vinham de tão longe para morar nos Estados Unidos? A resposta está no item abaixo.

Economia

Segundo Richard M. Abrams:

A nação ainda era predominantemente rural em 1901. Cerca de 63% da população viviam em localidades com menos de quatro mil pessoas (...) [A] maioria dos americanos tivera a experiência de crescer em pequenas comunidades rurais (LEUCHTENBURG, 1976, p. 24).

Mas o número de cidades grandes aumentava a olhos vistos: 37 com uma população de 100 mil habitantes ou mais. Apesar dessa diferença entre a população urbana e a rural, um outro dado chama a atenção: em 1901, menos de 38% dos trabalhadores se dedicavam à lavoura, metade da força de trabalho estimada em 1880. Outros 38% eram constituídos de artesãos, operários fabris, mineiros e de mão de obra não agrícola. Das terras cultiváveis, apenas metade pertencia a quem trabalhava diretamente nelas. Isso acontecia porque cada vez mais a propriedade rural era de grandes empresas agrícolas, que podiam fazer grandes investimentos e sobreviver a quedas de preço. Além disso, a introdução de máquinas na agricultura diminuiu a necessidade de mão de obra, contribuindo para o êxodo rural.

Na indústria, a paisagem havia mudado consideravelmente. Cada vez mais as pequenas firmas dos tempos do capitalismo concorrencial, geralmente administradas por uma família, deram

lugar a grandes complexos industriais que acabaram por tornar os EUA a maior das nações industrializadas já nesse início de século. O peso dessas grandes indústrias era tal que, em 1900, metade dos operários da indústria trabalhava em firmas com mais de 250 empregados. Nas palavras do historiador Sean Purdy,

Empresas enormes, que combinavam poder industrial e financeiro, passaram a dominar a economia como a International Harvester, a Carnegie Steel e a Standard Oil. Não é surpresa que, em 1904, 318 **corporações** poderosas controlassem 40% da indústria nacional. O Senado dos Estados Unidos relatou, em 1903, que o banqueiro J. P. Morgan participava da diretoria de 48 corporações enquanto John D. Rockefeller, presidente da Standard Oil, atuava em 37 (KARNAL, 2007, p. 177).

Corporação

Empresa ou grupo de empresas de grande porte e de forte presença em um ou mais setores (HOUAISS, 2009).

A ascensão das corporações industriais significou uma grande expansão econômica, e, por consequência, a abertura de um grande número de empregos e a geração de muita riqueza. Mas havia também um lado negativo: grande parte da economia do país ficava dependendo das decisões de um número muito pequeno de empresas e de seus diretores. Consequentemente, havia uma forte tendência ao surgimento de monopólios ou oligopólios: uma única empresa ou conjunto de empresas controlando todo um setor da economia (fontes de matéria-prima, o preço pago por ela, os salários dos operários e suas condições de trabalho, o preço final que chegava ao consumidor, entre outros fatores). Além disso, os grandes lucros gerados por essas empresas não significavam necessariamente uma boa condição de vida para seus empregados, até pelo contrário. Se era verdade que agora existiam empresas em dimensões inimagináveis apenas cinquenta anos antes, e os grandes milionários, como Andrew Carnegie e Cornelius Vanderbilt, tornaram-se figuras muito conhecidas na vida americana, as mesmas condições que sustentavam seu poder econômico criaram distorções e problemas que precisavam ser enfrentados.

Trabalho

As condições dos trabalhadores nos EUA, em relação aos dos países mais avançados da Europa, ainda eram muito precárias nessa época: salários muito baixos, inexistência de benefícios, possibilidade de demissão sem qualquer tipo de compensação ou seguro-desemprego, arrochos salariais quando o mercado estava em baixa, longas jornadas de trabalho e um grande número de acidentes ocupacionais. Sua principal arma de defesa eram os sindicatos, mas as relações com os patrões costumavam ser tensas, quando não violentas. Já desde as décadas finais do século XIX, havia greves gigantescas em determinados setores, que podiam durar meses e até envolver verdadeiras batalhas campais entre grevistas, policiais e capangas contratados pelas empresas.

Um bom exemplo dos conflitos industriais da época foi a greve dos mineiros de carvão antracito na Pensilvânia em 1902. Os operadores das minas vinham descumprindo os termos de um acordo feito com o sindicato dos mineiros dois anos antes, levando a um novo movimento grevista que reuniu cerca de 150 mil trabalhadores. Estes agora não apenas reivindicavam o respeito ao acordo anterior, mas também uma jornada de trabalho de nove horas, o reconhecimento de seu sindicato e um aumento salarial. Como os patrões não aceitavam essas exigências, a greve se prolongou por quatro meses. Porém, o antracito era muito utilizado para o aquecimento residencial nas estações frias, e a proximidade do inverno tornou a greve um problema de interesse público. Em outubro de 1902, diante do impasse nas negociações, o governo federal rompeu sua tradição liberal de não interferência em assuntos econômicos privados e interveio, ameaçando tomar o controle das minas e administrá-las com uma milícia própria. Somente isso e a pressão de uma opinião pública amedrontada com a perspectiva de um inverno sem aquecimento convenceram os patrões a aceitarem uma arbitragem na disputa com os mineiros. A greve terminou, assim, com a vitória do sindicato.

Mas nem sempre havia um “final feliz”. Em 1903-1904, uma agitação nos campos de carvão do Colorado, de propriedade de John D. Rockefeller, foi esmagada pelos militares. E uma década depois, quando um sindicato tentou obter a filiação dos trabalhadores da Companhia de Combustível e Ferro do Colorado, guardas armados invadiram o acampamento dos mineiros, matando homens, mulheres e crianças. O episódio ficou conhecido como o “massacre de Ludlow” e o conflito cresceu a ponto de lançar partes do Colorado quase numa espécie de guerra civil, e mostrou o quanto a questão do trabalho nos EUA ainda estava muito mal resolvida.

Mas por que, você deve estar se perguntando, isso acontecia? Por que não existia uma legislação que diminuísse essas tensões? A resposta está na visão predominante na sociedade americana quanto ao papel do governo: a visão *liberal* clássica. Segundo essa filosofia, o governo deve ter um papel limitado nas questões econômicas, deixadas, tanto quanto possível, a cargo do livre mercado. Isso significa, por exemplo, que as questões trabalhistas deveriam ser resolvidas pelas partes diretamente envolvidas — trabalhadores e empresários —, sem interferências oficiais. Claro que, na prática, nem sempre isso acontecia: muitas vezes as autoridades acabavam tomando o partido dos patrões com base em interpretações tendenciosas das leis vigentes. Assim, se um movimento grevista levasse a confrontações físicas, era comum que a polícia ou até as forças armadas atuassem para reprimir os trabalhadores. Até a *lei Sherman* de combate aos trustes, que quase nunca era eficiente nos processos contra as corporações gigantescas do país, podia ser usada contra... os sindicatos! Não é de espantar, portanto, que uma greve pudesse se transformar em uma verdadeira guerra: afinal, os trabalhadores formavam uma multidão de pessoas exploradas a quem não se davam muitas opções legais de reivindicação.



Lei Sherman Antitruste

Lei aprovada pelo Congresso em 1890 para combater a concentração de poder das grandes empresas em diversos setores da economia. Com ela, o governo federal americano poderia processar e dissolver os trustes, protegendo a livre concorrência entre as empresas. Apesar disso, graças à ambiguidade do texto e a controvérsias e manobras judiciais, a lei raramente era usada com sucesso.

Levaria décadas e uma depressão de proporções globais para que os trabalhadores ganhassem uma legislação protetora adequada, já nos anos 1930.

Sociedade

Se a condição geral dos trabalhadores era ruim, nada mais natural que a pobreza e as más condições de vida fossem um problema sério, especialmente nas grandes cidades. As áreas urbanas pobres eram um amontoado de cortiços e prédios de apartamentos superlotados, em que grandes famílias se amontoavam sem conforto, em espaços mínimos. A falta de instalações sanitárias adequadas e de higiene, a proximidade do lixo e a própria arquitetura dos prédios, que não tinham ventilação adequada, tornavam essas áreas um foco de doenças, para não falar dos inevitáveis problemas de criminalidade e de grande consumo de álcool. No entanto, era justamente nesses locais que os imigrantes recém-chegados eram obrigados a se estabelecer, o que dava a tais regiões uma peculiaridade a mais: pobres e insalubres, sim, mas também uma babel de idiomas, sotaques e traços culturais os mais diferentes.

Na política, casos de corrupção eram comuns. Em várias cidades, viam-se “máquinas políticas”, ou seja, o domínio de indivíduos (“chefes”) com grande influência política e seus dependentes, que se perpetuavam no poder por meios escusos.

Não é por acaso, então, que surge uma farta literatura de denúncia dos problemas do país, em grande parte de autoria de jornalistas. Apelidados de *muckrakers* (algo como “reviradores de sujeira”), essas pessoas escreviam obras investigativas com temas tão variados quanto as condições abjetas da pobreza urbana (Jacob Riis, *How the Other Half Lives*, de 1890), os métodos ilegais usados pelas grandes corporações para esmagar a concorrência (Ida Tarbell, *History of the Standard Oil Company*, 1904), e o lado sombrio dos grandes magnatas do país (Gustavus Myers, *History of the Great American Fortunes*, 1909-1910). Muitas vezes essas denúncias apareciam primeiro em uma série de artigos nos jornais, depois compilados em livros, o que lhes dava uma considerável popularidade. Noutras, a investigação servia de base para obras de ficção, como é o caso de *The Jungle*, de Upton Sinclair, romance de 1905 que conta a dura vida de trabalhadores imigrantes na indústria da carne de Chicago.

Finalmente, um problema crônico que merece ser mencionado aqui: a discriminação racial. Os negros eram a principal minoria americana, e, quatro décadas depois da guerra civil que os libertou, ainda viviam em más condições. Na região sul do país, que incluía estados como Alabama, Mississippi, Virgínia, Carolina do Norte e do Sul, e Geórgia, entre outros, vigoravam as chamadas leis *Jim Crow*: normas, umas oficiais, outras tácitas, que visavam a garantir que as “pessoas de cor” se mantivessem sempre como cidadãos de segunda classe. Na prática, isso significava a criação de enormes obstáculos para o exercício dos direitos políticos garantidos pela Constituição, o impedimento de dividir os espaços públicos junto com os brancos (por exemplo, lanchonetes e restaurantes tinham espaços próprios para os negros), escolas racialmente segregadas (e, no caso daquelas voltadas para negros, em péssimas condições),

linchamentos, impossibilidade efetiva de denunciar brancos à justiça, entre várias outras formas de discriminação e violência.



Figura 1.1: A segregação racial no dia a dia: “Proibido cães, negros e mexicanos” e “Pessoas de cor servidas nos fundos”.

Fonte: <http://www.bringinghistoryhome.org/assets/bringinghistoryhome/3rd-grade/unit2/activity-5/Crow.htm>

Mas, como se vê pela ilustração, não apenas os negros sofriam discriminação racial. O racismo atingia não apenas os que tinham uma cor de pele diferente, mas até mesmo etnias de aparência europeia. Irlandeses e judeus, por exemplo, que já eram discriminados há muito tempo na Europa, também passavam por isso na América. E as ideias do chamado *darwinismo social* eram usadas até mesmo para justificar as diferenças de classe, atribuindo a perpetuação da pobreza a razões biológicas. Não por acaso o *slogan* da “sobrevivência do mais apto”, cunhado por Herbert Spencer e associado à teoria da evolução de Charles Darwin, fez muito sucesso nos EUA: para alguns, ela era a prova de que os que eram mais bem-sucedidos socialmente eram “naturalmente” mais dotados. Por consequência, atribuíam-se à natureza o que era fruto da organização da sociedade e da economia. Finalmente, o racismo e algumas interpretações das ideias de Darwin seriam usados no movimento pela *eugenia*, que preconizava o controle

sobre quem poderia ou não ter filhos a fim de melhorar o perfil genético da população. Isso significava impedir não somente a reprodução de pessoas com deficiências (ou características assim consideradas), mas também o casamento inter-racial ou com membros de determinados grupos étnicos. Mais tarde, tais ideias seriam retomadas pelo nazismo.

Diante de tantos problemas, o que fazer? Pobreza, degradação urbana, conflitos trabalhistas, corrupção, poder demais concentrado em poucas mãos... Os EUA se consideravam uma democracia, mas como ela poderia ser plena diante desse tipo de desafio?



Figura 1.2: Mulher vítima de linchamento após tentar defender o filho, também linchado (1911). Os negros do Sul eram as vítimas preferidas desse tipo de violência.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lynching-of-woman-1911.jpg>

O progressismo

O período entre 1900 e 1920 é geralmente conhecido como a “Era Progressista”. Esse nome não é casual, pois se trata de uma época em que as transformações que temos examinado até agora suscitaram um grande número de iniciativas e movimentos diversos que tinham, no entanto, um traço comum: o reformismo de cunho humanitário.

Nas cidades, iniciativas como a da Hull House, de Jane Addams, que oferecia creche, ginásio, escola de teatro, oficinas de trabalhos manuais, entre outros serviços, aos habitantes das áreas carentes, fizeram fama e espalharam-se. Petições e movimentos em prol da regulamentação do trabalho infantil e feminino nasceram e se fortaleceram por iniciativas dos organizadores desse tipo de assistência social, e a própria Hull House se tornou um exemplo para o mundo. Ao mesmo tempo, os constantes apelos dos reformistas levaram vários governos municipais a desenvolverem projetos de reforma urbana que tinham por objetivo, por exemplo, melhorar as condições decadentes dos cortiços. Sucessos foram obtidos, apesar do constante crescimento de novas áreas pobres.

Outra causa de destaque na época foi a dos direitos das mulheres. Era comum que elas fossem discriminadas quando trabalhavam fora, ganhando salários menores, ou tivessem seus direitos à propriedade limitados. As leis de casamento e divórcio costumavam desfavorecê-las e, como se não bastasse, estavam impedidas de entrar na vida política e daí lutar por mudar sua condição legal. Por isso, o direito ao voto foi a principal causa feminina do período, e as ativistas que o defendiam ganharam o apelido de “sufragettes” (de *sufrágio*, eleição). Passeatas, protestos e petições foram feitos, das formas mais variadas, e a discussão sobre se as mulheres deveriam ou não ter direitos políticos ganhou os jornais da época. Finalmente, em 1920, uma emenda constitucional, a Décima Nona, estabeleceu em definitivo o sufrágio feminino.

A luta pela igualdade racial também ganhou força na Era Progressista. Em 1909, um grupo inter-racial, que tinha entre os

seus membros o grande sociólogo negro W.E.B. Du Bois, fundou a National Association for the Advancement of the Colored People (Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor), ou NAACP. Nas próximas décadas, essa organização se tornaria um dos principais instrumentos da luta pela integração racial nos EUA. Suas campanhas eram baseadas no ativismo judicial: a abertura de processos judiciais contra as leis *Jim Crow*, de modo a forçar as autoridades, sobretudo a Suprema Corte, a reconhecer a segregação e o racismo como ilegais.

O empenho dos progressistas em combater as mazelas sociais podia assumir formas peculiares aos olhos de hoje. Um dos principais movimentos sociais da época foi a luta contra o álcool, que já vinha desde a primeira metade do século XIX. Agora, contudo, esse movimento ganhou corpo:

As igrejas denunciavam a bebida como um pecado; as mulheres atacavam o bar como uma ameaça ao lar; os reformadores desmascaravam a aliança profana entre o negócio da bebida e o crime e a ligação entre a intemperança e a pobreza; empresários descobriam que a bebida afetava a eficiência dos trabalhadores e aumentavam o risco de acidentes industriais; enquanto os brancos do Sul insistiam em negar as bebidas alcoólicas ao negro. Para muitos dos progressistas, a proibição [do álcool] era uma reforma tão crucial quanto a legislação de bem-estar social (MORISO; COMMAGER; LEUCHTENBURG, 1983, p. 507).

Em 1920, a “proibição” ou “lei seca” foi implementada em todo o país, na forma da Décima Oitava Emenda à Constituição, e só seria revogada em 1933, depois de constatado o seu fracasso.

Mas não foram só os movimentos sociais e de cunho moral que despontaram na Era Progressista. Novos partidos e ideologias políticas apareceram, com novas propostas e reivindicações.

Assim, em 1901, é fundado o Partido Socialista, que tinha no líder trabalhista Eugene Debs o seu maior representante. Defensor de um socialismo democrático, isto é, que seria implementado por eleições e reformas, sem uma revolução nos moldes defendidos por suas contrapartes europeias, o PS lançaria chapas próprias nas eleições presidenciais. Em 1912, obteve uma votação expressiva para um partido independente (lembre-se de que o sistema político americano tradicionalmente gira em torno de somente dois partidos nacionais, o Republicano e o Democrata), com quase um milhão de votos. Fortemente influenciado pela grande quantidade de imigrantes ligados ao operariado industrial, o PS entraria em declínio durante a Primeira Guerra Mundial, quando a sua oposição à entrada dos EUA no conflito fez com que o governo o perseguisse. O partido sobreviveu — duraria até a década de 1970 —, mas nunca mais teria o mesmo peso político de seus primeiros anos. Apesar disso, ele se tornaria o campo de formação política de várias figuras importantes no cenário intelectual americano, além de ser a matriz do que se tornaria o Partido Comunista dos Estados Unidos, fundado a partir de uma dissidência socialista em 1919.

No mundo sindical, formou-se o Industrial Workers of the World (IWW), também conhecido pelo apelido de *wobblies*. Tratava-se de uma associação que, além de atuar em prol das causas trabalhistas usuais, também era um movimento **sindicalista**. Diferentemente da American Federation of Labor (AFL), que reunia apenas trabalhadores qualificados e se prendia ao lado prático das questões trabalhistas (salários, jornada de trabalho etc.), o IWW era aberto a todos, tinha objetivos revolucionários e incluía em seu discurso o recurso à sabotagem como um instrumento da luta dos trabalhadores. Também essa organização definharia ao longo da década de 1910, sofrendo pressões governamentais, mas era um claro indício de como as dificuldades do país, sobretudo dos trabalhadores pobres, impunham a busca de soluções políticas também.

Sindicalismo

Doutrina que pretende fazer da associação profissional do sindicato o fundamento da organização econômica e social (*Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*).



Atende ao Objetivo 1

1. Os primeiros anos do século XX representam para os EUA um período de intensa atividade de movimentos reformistas de vários tipos. De forma sintética, a que se poderia atribuir isso?

Resposta Comentada

Pode-se dizer que o intenso ativismo da Era Progressista foi uma resposta da sociedade às rápidas transformações pelas quais o país vinha passando nas últimas décadas. Tais mudanças afetavam todos os campos da vida social, desde a urbanização até a crescente imigração, o que gerava novas tensões e problemas. Consequentemente, diversos movimentos e iniciativas surgiram, cada um procurando contribuir com soluções para questões específicas. Em comum, havia a ideia de que era possível melhorar o país através de ações e campanhas de cunho reformista.

A guerra hispano-americana: o nascimento de um império

Até os anos 1890, a atuação internacional dos EUA não era proporcional à sua importância econômica. Afinal, não era de se esperar que um país rico e cada vez mais desenvolvido tivesse uma grande influência sobre os outros? Se países como a Inglaterra e a França tinham colônias e uma rede mundial de influência, por que não os EUA?

Ao longo do século XIX, o país já havia se envolvido em conflitos internacionais, como a guerra com os britânicos em 1812, ligada ao embate entre a Inglaterra e a França de Napoleão, e a guerra contra o México (1846-1848). No entanto, na maior parte do tempo, os interesses americanos estavam muito mais voltados para a expansão do seu próprio território rumo ao cada vez mais distante “oeste”. Isso não significa que os assuntos externos fossem indiferentes aos interesses do país, como prova a famosa visita do Comodoro Perry ao Japão em 1853: em nome do governo dos EUA, ele usou a força militar para forçar os japoneses (até então fechados aos estrangeiros, excetuando algum comércio com os holandeses) a estabelecer um tratado comercial com os americanos. Mais tarde, em 1893, um golpe de Estado liderado por descendentes de missionários americanos derrubou a monarquia havaiana e abriu negociações para a posterior anexação do arquipélago ao território dos EUA. Mas seria só no final do século que a intervenção *militar* em grande escala nos assuntos de outros países se tornaria uma prática recorrente na política externa americana. O grande marco dessa mudança de postura foi a *guerra hispano-americana* de 1898 — a primeira guerra extracontinental dos EUA desde a independência.

A Espanha, nesse final de século, era uma potência decadente. Seu império colonial, que um dia incluía a maior parte das Américas, agora se reduzia a algumas poucas possessões, com destaque para Cuba, Porto Rico e as Filipinas. Das três, Cuba era a que mais

chamava a atenção dos EUA. Afinal, o país via o Caribe como sua área de interesse estratégico imediato, e a presença colonial espanhola nessa região era um desafio à predominância americana e uma violação da Doutrina Monroe. Além disso, Cuba também representava um interesse econômico direto, já que os EUA eram o maior mercado para o principal produto cubano, o açúcar. Por isso, quando em 1894 se iniciou um novo movimento cubano contra o domínio espanhol, o público americano acompanhou com interesse. Jornais sensacionalistas davam grande destaque à brutalidade da repressão espanhola (que incluiu uma invenção de triste fama: o campo de concentração), levando a clamores de vários grupos, como organizações trabalhistas e membros do Congresso, para que o governo dos EUA interferisse. Ainda assim, o presidente Cleveland (1893-1897) resistia à ideia, e optou por pressões diplomáticas sobre a Espanha.

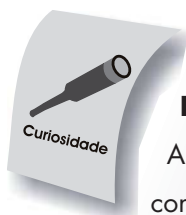


Figura 1.3: Um exemplo das denúncias divulgadas pelos jornais americanos sobre a conduta espanhola em Cuba.

Fonte: <http://www.humboldt.edu/~jcb10/spanwar.shtml>

Mas em 1898, já sob a presidência de William McKinley, dois fatos novos mudaram tudo. O primeiro foi o vazamento de uma carta do embaixador espanhol em Washington, a “Carta Lome”, que tecia comentários duros sobre McKinley e foi transformada pela imprensa em pivô de um escândalo. O outro, mais importante, foi a misteriosa explosão do encouraçado *USS Maine* no porto de Havana, em fevereiro, que matou 260 marinheiros. Agora que vidas americanas haviam sido perdidas, a pressão política e popular pela guerra prevaleceu e, em abril, os EUA declararam guerra à Espanha.

A guerra foi rápida. Apesar do relativo despreparo das forças americanas — a maior parte das baixas foi por causa de doenças no campo de treinamento estabelecido na Flórida —, a Espanha foi derrotada em quatro meses. No armistício assinado pelos dois governos, os EUA ganharam o controle de Cuba, Porto Rico, Guam (uma pequena ilha no Pacífico) e as Filipinas. Enquanto a opinião pública, em sua maior parte, celebrava o heroísmo de seus soldados, encarnado por figuras como Theodore Roosevelt, os EUA acabavam de entrar em uma nova fase de sua história. Afinal, o país que nascera da primeira guerra bem-sucedida pela independência colonial agora se tornava, ele mesmo, uma potência com pretensões imperiais.



Nem todos apoiavam...

As pressões pela guerra foram grandes, mas nem todos concordavam com a intervenção americana ou com a ideia de os EUA controlarem as ex-colônias espanholas.

Organizações como a Liga Anti-Imperialista, que contava com a participação do escritor Mark Twain, faziam campanha contra as ações do governo americano no exterior. Essa posição, embora minoritária, não era irrelevante: ainda em 1898, o Congresso aprovou a Resolução de Teller, segundo a qual os EUA não se apossariam de Cuba em caso de vitória na guerra.

É importante notar que os EUA não transformaram esses territórios recém-adquiridos em colônias, nem jamais os anexaram formalmente. Eles nunca se tornariam estados americanos, por exemplo. Isso permitia que mantivessem uma tremenda influência externa e, ao mesmo tempo, também uma retórica anticolonial. Afinal, não tinham libertado Cuba e ido levar a civilização aos filipinos? Não haviam lutado com fins humanitários contra uma potência que tratava com crueldade seus próprios súditos? Como explica Cristina Pecequilo,

O império norte-americano era distinto do europeu, sendo exercido de maneira indireta, não incorporando as terras adquiridas por razões políticas, econômicas e estratégicas. Prioritariamente, tratava-se de garantir um espaço de projeção de poder, o acesso e o controle privilegiado de determinados mercados, sem os custos e as responsabilidades de uma administração e presença direta (PECEQUILO, 2005, p. 82).

No entanto, a autoridade americana *de fato* sobre os novos territórios foi garantida de diversas maneiras. Em Cuba, por exemplo, os rebeldes nativos não foram consultados no tratado que se assinou com a Espanha; nas Filipinas, os americanos simplesmente anunciaram que não abririam mão do controle do arquipélago sob a alegação de que os nativos não estavam preparados para o autogoverno.

Esse tipo de unilateralidade se consolidou na Emenda Platt, de 1901, incluída por pressão dos EUA na Constituição cubana e segundo a qual os EUA “garantiam o direito de intervir em assuntos cubanos, a fim de promover ‘a continuação da independência’ e a estabilidade do país, além de assegurarem uma base naval (Guantánamo) na ilha” (KARNAL, 2007, p. 168). Desse modo, Cuba se tornava um protetorado americano, ou seja, ainda era mantida em posição de subalternidade e dependência frente a um outro país. A Emenda Platt só seria revogada em 1933.

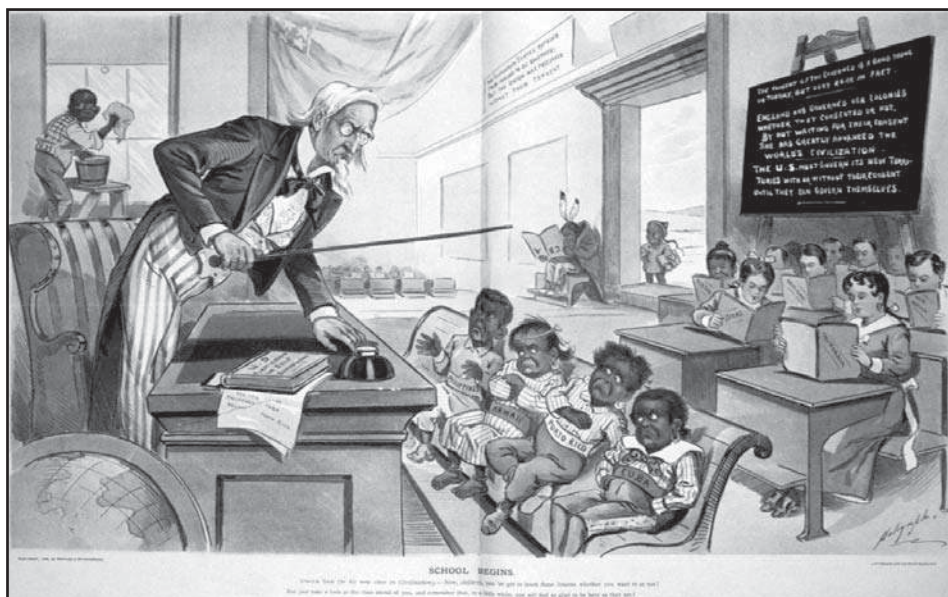
Nas Filipinas, o problema foi pior. Tal como em Cuba, já existia um movimento pela independência anterior à intervenção americana. Esses nacionalistas, que haviam cooperado com os

americanos na luta contra os espanhóis, viram-se traídos quando seus aliados não deram a esperada liberdade ao país, e começaram uma nova rebelião. Foi uma luta sangrenta, muito mais do que a Guerra Hispano-Americana, como se vê pelo número de mortos: 5 mil americanos, 20 mil guerrilheiros e cerca de 200 mil civis filipinos, sem falar nos relatos de atrocidades. Essa nova guerra ficaria conhecida como Guerra Filipino-Americana e duraria até 1902, embora ainda permanecesse uma luta de guerrilha por mais alguns anos. Ela ainda estava em curso quando os EUA instituíram um governo civil para o arquipélago, mas, sempre recorrendo ao pretexto de que os filipinos ainda não estavam prontos para sua autodeterminação, a independência só foi concedida em 1946.

Quanto a Guam e Porto Rico, mantêm laços de dependência em relação aos EUA até os dias de hoje.



Atende ao Objetivo 2



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:School_Begins_1-25-1899.JPG

2. O Tio Sam, símbolo dos EUA, repreende quatro crianças cujas roupas as identificam como, da esquerda para a direita, Filipinas, Havaí, Porto Rico e Cuba (charge de 1899, “A escola começa”). No fundo, um negro (provavelmente americano) limpa a janela, enquanto um índio lê um livro de cabeça para baixo e um chinês, atrasado, chega à porta. Note-se como todos são representados com a pele bem escura, em grandes contraste com as demais crianças, brancas e arrumadas (exceto o Alasca, que é um esquimó de pele escura), simbolizando os estados americanos. No quadro-negro, um texto indica a lição do dia:

O consentimento dos governados é bom em teoria, mas muito raro de fato. A Inglaterra tem governado suas colônias com ou sem o consentimento delas. Ao não esperar pelo consentimento delas, [a Inglaterra] fez a civilização do mundo avançar muito. Os EUA devem governar seus novos territórios com ou sem o consentimento deles até que eles possam governar a si mesmos.

A legenda mostra o que o professor, tendo à mesa um livro intitulado *Primeiras lições dos EUA em autogoverno*, está ensinando às crianças: Tio Sam (em sua nova classe de Civilização): "Agora, crianças, vocês têm de aprender estas lições — queiram ou não! Mas olhem a turma atrás de vocês e lembrem-se de que, em pouco tempo, vocês vão se sentir tão felizes em estar aqui quanto eles!"

Com base nesse desenho, o que se pode dizer da visão americana a respeito dos povos que agora estavam sob sua autoridade? E que contradição o autor da charge deixa mostrar entre a história americana e a nova fase imperialista?

Resposta Comentada

O desenho é repleto de alusões às contradições entre os ideais tradicionais americanos — liberdade, democracia, autogoverno, igualdade — e o que o imperialismo significava. Também há uma forte conotação racial na cena, como fica evidente pela coloração bem escura aplicada a todos os territórios e até ao chinês do fundo, e bem como ao texto no quadro que fala no avanço da "civilização do mundo" por parte da Inglaterra. Uma correlação interessante é com a ideia do "fardo do homem branco" que os imperialistas europeus divulgavam: as "raças" europeias, cultural e racialmente superiores, tinham o dever de levar sua ciência, sua tecnologia e seus valores aos demais povos, "civilizando-os". Assim, a exploração econômica dessas populações era vista em termos de uma espécie de troca justa de favores, argumento não muito diferente dos usados para justificar a escravidão no Ocidente.

O corolário Roosevelt

Em 1901, o presidente McKinley é assassinado por um anarquista, e assume o seu vice, veterano da Guerra Hispano-Americana, Theodore Roosevelt. Esportista (foi o primeiro presidente a praticar uma arte marcial, no caso o judô), patrono do movimento conservacionista que levou à criação de vários parques nacionais, simpatizante do progressismo, Roosevelt também se tornaria a encarnação do exercício sem pudores do recém-descoberto poder dos EUA nas Américas.

Em 1902, problemas com o pagamento de uma dívida por parte da Venezuela fizeram com que a Inglaterra e a Alemanha bloqueassem os portos do país. Isso era uma clara violação à Doutrina Monroe e uma interferência no que os EUA consideravam a sua área de influência direta. Para resolver o problema e garantir que as potências europeias não mais se intrometessem nos assuntos americanos, Roosevelt enunciou o seu corolário à Doutrina Monroe: “A insistência no erro, da parte de alguma nação americana, poderia exigir a intervenção de outra nação civilizada”, fazendo com que a “fidelidade dos EUA à Doutrina Monroe nos leve... a exercer um poder de polícia internacional.” Em outras palavras: para que a Europa não interviesse na América, os EUA “fiscalizariam” os seus vizinhos, o que poderia incluir, como com todo policial, o uso da força. Não à toa, o próprio Roosevelt resumia sua posição com a seguinte frase: *Speak softly but carry a big stick!* (“Fale suavemente, mas carregue um grande porrete!”).

Daí para a frente, tinha-se uma base doutrinária formal para as intervenções, que se multiplicaram nas décadas seguintes. Assim, no Panamá, que até então era parte da Colômbia, os EUA incentivaram um movimento separatista, que depois de chegar ao poder lhes fez todas as concessões para que os americanos construíssem e administrassem um canal entre o Atlântico e o Pacífico — o Canal do Panamá. No Haiti, na Nicarágua, na República Dominicana, no México... A lista de países que já receberam a presença militar

norte-americana, até mais de uma vez, é longa. Na América Latina, foram seis só entre 1900 e 1920. A partir de Roosevelt, América Latina e o Caribe se tornam a *esfera de influência* específica e inegável dos EUA, fosse pelo exercício do poderio político e militar (o *big stick*) ou da sua inegável influência econômica (como na chamada “diplomacia do dólar” do sucessor de Roosevelt, Howard Taft). Os motivos alegados para essas intervenções eram variados: podiam incluir desde um interesse estratégico específico, como uma rota marítima no caso do Panamá, ou a defesa de condições favoráveis aos investimentos americanos diante da ameaça de instabilidade (uma revolução ou a eleição de um governo menos complacente). Fosse como fosse, os EUA se arrogavam o direito de interferir e supervisionar os assuntos internos das nações mais fracas, sem maiores considerações pela vontade e o interesse dessas populações.



A Federação de Cientistas Americanos (Federation of American Scientists, FAS) elaborou um relatório para o Congresso com um breve sumário das intervenções militares feitas pelo país desde 1798 até 2001. Embora nem todo tipo de ação militar esteja listado ali, ele dá uma ideia da frequência desses episódios. O documento, em inglês, pode ser encontrado em <http://www.fas.org/man/crs/RL30172.pdf>.



Atende ao Objetivo 2

3. Qual a diferença entre o imperialismo americano e aquele exercido pelas potências europeias da mesma época?

Resposta Comentada

A dominação exercida pelos EUA é muitas vezes chamada de "informal" por não estabelecer um governo colonial de fato. Ao contrário de países como Inglaterra e França, que constituíam um governo local que representava diretamente as autoridades metropolitanas, os EUA normalmente deixavam que os países sob sua influência formassem governos teoricamente soberanos. Na prática, esses governos estavam obrigados a adotar políticas que não contrariassem os interesses americanos, sob o risco de intervenção militar ou represálias econômicas. Estabelecia-se, portanto, uma forma de dominação, porém indireta.

RESUMO

Nesta aula você aprendeu que a virada do século XIX para o XX foi um período de grandes mudanças na vida da sociedade norte-americana. Viu como o país se modernizou, sua população cresceu e como ela desenvolveu movimentos em resposta a novos e velhos problemas sociais: o racismo, a pobreza, a questão dos direitos das mulheres, entre outros. Em seguida, você conheceu o início de um novo empreendimento americano: um “império informal” construído a partir da vitória na Guerra Hispano-Americana. E aprendeu também como, a partir daí, a relação entre os EUA e o mundo, especialmente seus vizinhos latino-americanos, passou a incluir uma forma de dominação.

Informação sobre a próxima aula

Em nosso próximo módulo, trataremos das décadas de 1920 e 1930, abordando as mudanças na política imigratória, o isolacionismo, a crise de 1929 e a Grande Depressão, bem como as reformas representadas pelo New Deal do presidente Franklin Roosevelt.

Aula 2

Sobre a ampliação
dos direitos
políticos na
América Latina:
dos governos
aristocráticos
aos governos
democráticos.
A Revolução
Mexicana

Norberto Ferreras

Meta da aula

Apresentar o processo mexicano como marco inicial das transformações políticas acontecidas na América Latina nas primeiras décadas do século XX.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar o impacto da dinâmica econômica, social e política do período prévio à deflagração da Revolução Mexicana;
2. reconhecer as motivações dos protagonistas como parte de setores sociais determinados, antes que como atores individuais.

Pré-requisito

Por ser a primeira aula destinada à América Latina, entendemos que o pré-requisito é a conclusão da disciplina América II.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, deveremos apresentar as peculiaridades da ruptura dos regimes políticos da América Latina, que substituíram as administrações coloniais, e que tiveram como consequência o processo de ampliação da participação política dos setores sociais emergentes.

Ao longo do século XIX, uma das principais tarefas encaradas pelos revolucionários que conseguiram derrotar o poder colonial, assim como a dos seus sucessores e às vezes opositores, foi a construção e consolidação do Estado na região. O Estado foi o principal elemento de articulação da vida econômica e política de cada uma das novas unidades em que se dividiram os domínios hispânicos, e também foi o ponto de equilíbrio entre as regiões que compunham essas unidades territoriais, que muitas vezes eram concorrentes entre si. O Estado alcançou um importante papel como articulador dos interesses dos principais agentes econômicos: permitiu a submissão dos setores populares (fossem livres ou cativos) às necessidades dos produtores; facilitou a relação da produção local com os mercados internacionais; garantiu a harmonia entre os distintos setores das classes dominantes, dando sustentação econômica e militar aos grupos menos favorecidos; e finalmente, estimulou produções que garantissem altos lucros para as classes dominantes e para o financiamento da máquina burocrática, incluindo aqui o Exército como a instituição que brindava estabilidade ao sistema.

Toda esta estrutura, que demorou mais ou menos meio século para ser consolidada, precisou ser adequada a uma nova realidade, na medida em que a sociedade à qual tinha dado sustentação passava por redefinições. Levou muito tempo para consolidar este Estado e integrar dentro dele setores que eram opositores e concorrentes entre si. Mas uma vez que esse Estado se consolidou e conseguiu certa estabilidade nos fatores políticos, a economia floresceu e o crescimento sofreu alguns leves prejuízos por causa

das crises econômicas europeias. A economia crescia, as classes dominantes se consolidavam no controle da sociedade e os fluxos econômicos se tornavam cada vez mais sólidos e constantes.

Esse estado de coisas permitia que um pequeno grupo de indivíduos tivesse acesso aos benefícios da produção primária para a exportação e a representação política. Porém, para garantir essa produção, precisava-se de enormes quantidades de trabalhadores que extraíssem, transformassem e escoassem a produção. As tensões entre os grupos proprietários e os trabalhadores foram *in crescendo*. O sistema baseava-se na extensividade da produção e do uso da mão de obra. O problema era que a mão de obra tendia a aumentar suas demandas por melhorias salariais e trabalhistas, ao mesmo tempo em que caíam as taxas de lucro pela necessidade de maiores capitais para manter constante a produção. Em alguns casos, como no México e na Argentina, algumas produções eram substituídas por outras que tinham uma demanda maior e melhores preços no mercado internacional, criando tensões no interior dos grupos de capitalistas. E além do mais, temos que contar as crises que se sucederam entre o terceiro quartel do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, que acentuaram as lutas entre capital e trabalho.



Argentina

A Argentina teve uma série de *booms* produtivos antes de ciclos produtivos: o primeiro foi o do charque e do couro (até meados do século XIX); o segundo foi o da produção de lã (até 1870); o terceiro foi o da produção de carne congelada (até 1890), coincidindo em parte com a produção de cereais (até a década de 1930); e o último foi o da produção de carne resfriada (até 1930).

Por outro lado, o crescimento econômico e a inserção ao mercado mundial também tiveram outro tipo de impacto ao interior da região. Por um lado, o crescimento provocou a diversificação da sociedade, e esta diversificação trouxe outras demandas, outras preocupações e novos atores. As sociedades bipolares de proprietários e proletários se transformaram em sociedades de atores múltiplos. Emergiram as classes médias urbanas e rurais que disputavam a supremacia política com os poderosos de turno, e para isto articulavam políticas comuns com os setores subalternos, que pretendiam liderar. Essas classes médias construíram novas interpretações da realidade, tomaram emprestadas as ideologias europeias e dos Estados Unidos e as adaptaram à sua própria realidade, e não se conformaram com o rol de subalternidade e de auxiliares que lhes foi dado, pelo contrário, se viram a si próprias como o verdadeiro fulcro da nacionalidade e como as únicas capazes de enfrentar a tarefa de uma modernização harmônica.

Nesta aula e na seguinte veremos como esses conflitos políticos e econômicos se resolveram; assim como também tentaremos compreender as dificuldades e disputas provocadas pelas tensões ao interior dos grupos dominantes e com os setores subalternos; e finalmente analisaremos também outro tipo de conflitos resultantes da mobilização de enormes contingentes de mão de obra, que se deslocaram dos seus locais de origem (dentro do mesmo país, como aconteceu no México; ou as migrações ultramarinas, como foi o caso da Argentina e do Uruguai; e ainda temos as situações mistas como foi o caso do Chile). Muitos destes conflitos se processaram dentro das tradições políticas preexistentes, porém novos paradigmas teóricos, políticos e culturais emergiram para dar formas diferentes e, em alguns casos, provocar a intolerância pela incompreensão absoluta dos fenômenos que estavam acontecendo.

Para poder exemplificar este período, será apresentado um caso arquetípico: a Revolução Mexicana. A opção por este processo nos permite apresentar uma saída possível aos governos da velha ordem: a saída pela via revolucionária. Assim como na aula seguinte,

analisaremos o modelo negociado e as saídas democráticas. Certamente que ambos os modelos não são totalmente puros e há negociação na ruptura mexicana, como também há mudanças importantes na integração ao sistema dos reformismos sul-americanos. Apresentaremos os dois casos separadamente para poder explicitar as suas peculiaridades e as influências recebidas, assim como as exercidas, e o impacto que tiveram nos seus respectivos países e nas políticas regionais posteriores.

Antecedentes da Revolução Mexicana

O México teve um século XIX turbulento: as guerras da Independência, com as suas implicações regionais e o envolvimento com os países da América Central, foram seguidas por guerras civis, a invasão dos Estados Unidos e a perda para este país de quase da metade do seu território, a invasão da França e a instalação de um império, e finalizou o período de conflitos com uma guerra civil que levou ao poder um grupo liderado por um militar e político que se manteria por um longo tempo. As consequências desses conflitos foram a destruição da capacidade produtiva nacional, o decréscimo populacional, a perda de recursos humanos qualificados, a ingerência política e econômica dos Estados Unidos e a dilapidação de enormes recursos econômicos em cada um dos enfrentamentos.

Junto com esses elementos devemos colocar que esses longos e sangrentos anos consolidaram a supremacia de um grupo em relação ao outro. Os liberais mexicanos, vitoriosos nessa disputa entre modelos de organização do Estado e da sociedade, impuseram algumas novidades que modificaram profundamente a cultura política mexicana. Entre outros elementos, temos que mencionar que a Igreja foi expulsa da vida política e econômica e passou a ser vista pelos liberais como um inimigo. Porém, devemos mencionar que os contatos entre o poder político e econômico e a hierarquia da Igreja foram-se normalizando em finais do século XIX. Igualmente, a Igreja, que se mantinha ao lado do povo, continuou a ser perseguida pela hierarquia, pelo Estado e

pelos diversos setores progressistas, devido aos fortes laços entre o clero popular e os camponeses e indígenas. A encíclica *Rerum Novarum* tinha dado embasamento teórico ao antigo vínculo entre camponeses, indígenas e sacerdotes seculares. Junto com essa secularização da política há outros elementos interessantes, como a presença dos Estados Unidos marcando o rumo e o passo da economia mexicana. Diferentemente de outros países da América Latina em que as cidades-portos-capitais organizavam o espaço produtivo, no México grande parte da produção era escoada pelas estradas de ferro em direção à fronteira norte, em direção aos Estados Unidos. Junto com a presença do capital e dos empresários americanos chegou, também, a influência de grupos trabalhistas, como os anarcossindicalistas e os IWW. O sindicalismo mexicano e os anarquistas seriam uma significativa força de mudança ao longo dos anos revolucionários.



Industrial Workers of the World

Os *Industrial Workers of the World* eram uma tendência de ativistas sindicais com base nos Estados Unidos que se espalharam para outros países do Pacífico e da América Central. Os *wobblies*, como eram conhecidos, priorizavam a ação direta e a autogestão operária.

Todas essas transformações se deram durante o longo governo de Porfirio Díaz, que governou o México por quase 30 anos: de 1877 a 1880 e de 1884 a 1910. Porfirio Díaz era um Liberal. Na luta contra os franceses, combateu as ordens de Benito Juárez, a quem enfrentou nas primeiras eleições depois da libertação. A sua chegada ao governo se deu no momento de consolidação dos fluxos internacionais de bens e capitais, e o México tinha o que oferecer aos mercados em crescimento e demandantes de matérias-primas: a prata que já oferecia desde os tempos da colônia; o gado vacum, cujos couros e carnes

impulsionaram a indústria de conservas de Chicago e do vestiário em Nova Iorque; legumes que alimentaram os trabalhadores e exércitos americanos; minério de ferro para as siderúrgicas em expansão; e, na virada do século, outro produto que seria cada vez mais solicitado pela indústria e pelos transportes: o petróleo.



Figura 2.1: Porfirio Díaz (1830-1915), embora militar, priorizou o seu perfil civil, como nesta foto de 1902.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Porfirio_Diaz_civilian.jpg

As oportunidades que a economia abriu permitiram que Porfirio Díaz não achasse muitos inconvenientes em controlar a sociedade. Este longo período foi conhecido como a *Pax Porfiriana*. Os adversários políticos sempre tinham uma alternativa ao conflito; Porfirio Díaz atuava com o lema de “pão ou pau”, e a opção da repressão sempre estava presente, porém em última instância. O rápido crescimento econômico fez com que a luta política passasse

a um segundo plano e que Porfírio fosse visto como indispensável para a continuidade do crescimento. Depois de um início de governo conflituoso, os Estados Unidos entenderam que Porfírio não feria os seus interesses, e que, pelo contrário, os garantia. De fato, os capitais americanos encontraram terreno fértil na economia mexicana com investimentos na agricultura, na pecuária, na mineração, no comércio e nos transportes, principalmente na construção de uma importante rede ferroviária.

A pergunta então é: como foi que um governo que propiciou um crescimento tão forte e sustentado ao longo do tempo acabou num conflito das dimensões da Revolução Mexicana? Certamente que todo esse crescimento provocou ganhadores e perdedores, uma vez que não conseguiu contemplar a todos os atores sociais. A industrialização e o crescimento da mineração estiveram marcados pela exploração dos operários, pela existência de um duplo sistema salarial que estabelecia discriminação entre nacionais e estrangeiros, e pela concorrência entre capital estrangeiro e nacional. Também na agricultura, a tensão foi incrementando-se na medida em que os produtores comerciais avançavam sobre as terras comunais e as terras de índios. As intervenções do porfirismo para diminuir a dependência dos Estados Unidos também contribuíram para aprofundar a crise. A irritação americana criou desentendimentos que derivariam no seu apoio aos opositores de Porfírio Díaz.

O crescimento do México foi profundamente desigual, como mencionado anteriormente. A região Norte cresceu mais do que qualquer outra, enquanto o sul do México ficou estagnado e perdeu recursos humanos. O Norte recebeu investimentos na mineração, na agricultura, na indústria e na infraestrutura. Tudo isto acabou atraindo parte da população do Sul, que levou consigo as suas ancestrais tradições comunitárias e de organização, pretendendo que as mesmas fossem reconhecidas no Norte, que, por sua vez, estava em processo de ocupação intensiva. Este foi outro foco de tensão, neste caso entre as relações comunitárias dos sulistas e as relações capitalistas do Norte empresarial e empreendedor.

Essas tensões se evidenciaram em uma conjuntura muito peculiar nos anos prévios ao bicentenário da Independência do México. Em primeiro lugar, as tensões sociais irromperam em uma sociedade que entendia que a mesma se resolvia com os *Rurales*, a temível polícia militarizada destinada a resolver a questão social. A mesma era um produto de uma sociedade que reprimia o descontentamento rural, fosse dos camponeses que se insurgiam na defesa dos seus direitos consuetudinários, dos indígenas que defendiam a integridade dos seus territórios ou dos trabalhadores rurais que em períodos de necessidade, falta de trabalho ou por ter defendido a honra familiar se dirigiam às montanhas para formar grupos de bandoleiros.



Figura 2.2: Soldados americanos custodiando as instalações da administração da mina de Cananea.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Cananea_tienda_de_roya.jpg

Mas, em 1906, os *Rurales* e o exército reprimiram trabalhadores que não mais se enquadravam nestes parâmetros. Na mina de Cananea, na fronteira norte, os trabalhadores protestaram contra os baixos salários e a discriminação por parte dos donos americanos das minas, e se organizaram sob as bandeiras do *magonismo*, corrente política e sindical liderada pelos irmãos Flores Magón que tanto se declaravam liberais como anarcossindicalistas. A repressão deixou mortos, feridos e um grande aprendizado para os operários:

o governo mexicano priorizou os interesses da mineradora e até autorizou o ingresso dos *Rangers*, a polícia rural do Texas, para colaborar com a repressão. Os operários não tinham direitos, a não ser o de obedecer aos seus patrões.



Irmãos Flores Magón

Os irmãos Flores Magón, Enrique e Ricardo, foram dirigentes políticos ligados ao Partido Liberal mexicano. Eles criaram um periódico, *Regeneración*, que foi tanto um marco intelectual e artístico, como serviu para divulgar o que eles entendiam como liberalismo, que aos poucos foi se definindo como anarquismo. Eles e o seu grupo se transformaram em agitadores e organizadores, que estenderam a sua ação ao campo sindical, organizando a greve mencionada, entre outras. Em 1911, formaram o Exército Liberal que tomou a Baixa Califórnia, mas a sua autonomia os isolou do processo. E acabaram derrotados e exilados nos Estados Unidos.

Um ano depois, perto da Cidade do México, em Río Blanco, no estado de Veracruz, os que sofreram a repressão do Exército foram os trabalhadores têxteis. Neste caso, se mobilizaram contra as normas do governo para aumentar a produção, ampliando o horário de trabalho. Os têxteis basearam suas reivindicações nas bandeiras de Benito Juárez: nacionalismo e igualitarismo. E mesmo assim foram reprimidos pelo Exército. O interessante das greves de Cananea e de Río Blanco é que foram os casos mais chocantes de um fenômeno que se alastrava com força. O mundo do trabalho estava submetido a normas que não permitiam o protestar e não davam vias de negociação ou de incorporação dos direitos trabalhistas.

Por fim, os camponeses do Sul somavam o enfrentamento com os latifundiários que expandiam seus cultivos em direção às melhores terras disponíveis para a cultura do açúcar – o estado de Morelos – à sua luta secular pela defesa das suas terras e pelo acesso àquelas que tinham sido confiscadas. Na defesa dos seus interesses, os camponeses receberam do governo central a repressão dos *Rurales*.

Em síntese, os trabalhadores, fossem estes mineiros, operários ou camponeses, receberam uma importante lição: o nacionalismo porfirista só se aplicava à defesa dos interesses dos empresários mexicanos, mas não aos dos trabalhadores. O apoio às reivindicações trabalhistas só poderiam vir de outro setor, além das suas próprias forças.

O ano da inflexão do porfirismo foi 1908. Para começar, uma série de fenômenos climáticos, como secas e chuvas intensas, ocasionou um forte impacto na produção de trigo e milho, que afetou milhões de trabalhadores e agricultores. Uma crise econômica nos Estados Unidos teve como consequência a dispensa de trabalhadores mexicanos que retornaram à sua terra, aumentando as tensões já existentes. Simultaneamente, Porfírio Díaz deu uma entrevista a um jornal americano colocando a possibilidade de não se apresentar às eleições de 1910, o que abriu outra frente de conflitos, a frente interna entre os seus próprios aliados que esperavam sucedê-lo. O porfirismo se sustentava na figura do próprio Porfírio Díaz, sem ele abria-se a disputa por uma posição até esse momento fora de toda discussão: a da presidência da nação.

A *Pax Porfiriana* desmanchou com uma facilidade inacreditável. A imposição de uma nova reeleição por parte de Porfírio Díaz nem conseguiu ser ameaçada pela candidatura de um empresário de Coahuila, Francisco I. Madero. Mesmo assim, Porfírio Díaz optou pela repressão e prisão de Madero, o que lhe permitiu ganhar as eleições de 26 de junho de 1910 sem oposição; em setembro comemorou com pompa e convidados estrangeiros o Centenário da Independência do México. A calmaria era o prenúncio da tormenta.



Figura 2.3: Francisco I. Madero (1873-1913).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Francisco_I_Madero-retouched.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Neste ponto devemos fazer uma reflexão sobre o México pré-revolucionário. De que forma a História mexicana prévia criou as condições para a deflagração da Revolução?

Resposta Comentada

O processo apresentado nos permite refletir sobre a deflagração dos conflitos que levaram à Revolução Mexicana. Em uma primeira olhada, poderíamos pensar que os conflitos foram produto da pobreza generalizada do México, a incapacidade de produzir riquezas e distribuí-las entre a população. Na realidade, a deflagração aparece como um processo mais complexo, em que diversos elementos devem ser sopesados. Por um lado, temos uma tradição política de declamação de direitos e responsabilidades do Estado, assim como uma luta coletiva por limitar a importância de algumas corporações, como, por exemplo, a Igreja. Por outro lado, temos a expansão da economia que se concentrou em poucas mãos e que finalmente provocaram as reações pela via de greves e levantes armados de camponeses, ou ainda pelo fenômeno do banditismo social. A isto se somou a incapacidade do porfirismo de criar uma sucessão própria e aceitável ao conjunto da sociedade; todos esses elementos unidos acabaram provocando a sua própria queda pela via violenta.

O início da Revolução Mexicana

Quando Francisco I. Madero conseguiu fugir para os Estados Unidos, lançou um proclama conclamando a rebelião, em 6 de outubro. Este proclama, conhecido como o Plano San Luis Potosí, tanto rejeitava a reeleição de Porfírio Díaz quanto desconhecia a ocupação das terras comunais, e anunciava, ainda, que os descontentes se insurgiriam no dia 20 de novembro. O resultado foi um fracasso dos insurgentes que foram antecipados pelas forças do governo e reprimidos sem piedade. Porém, a rebelião se estendeu

para além do núcleo madeirista e se alastrou lentamente pelo Norte e pelo Sul. O primeiro foco teve centro no Estado de Chihuahua e foi organizado por Pascual Orozco e Pancho Villa. Este grupo se mostrou atuante desde o princípio, e foi quem carregou o peso da rebelião e sobre o qual Madero se apoiou para retornar ao México em fevereiro de 1911. O retorno de Madero alentou a criação de novos focos revolucionários como o do Estado de Morelos, liderado por Emiliano Zapata.



Figura 2.4: José Doroteo Arango Arambula (1878-1923), mais conhecido como Pancho Villa, nas suas épocas de bandoleiro.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Pancho_Villa_bandolier.jpg

Depois de meses de pequenos combates e de grandes perdas para os rebeldes, a balança começou a se inclinar ao seu favor. Madero, favorável a um acordo negociado, foi superado pela situação. Orozco e Villa forçaram Madero a tomar Ciudad Juárez, na fronteira com os Estados Unidos, e a vitória foi suficiente para que Porfírio Díaz resignasse as suas pretensões de continuar à frente da presidência. O levante camponês no Sul, o Norte em controle dos rebeldes e a ameaça velada da intervenção americana em favor de Madero foram suficientes para que Díaz renunciasse em favor do secretário de Relações Exteriores, José León de la Barra. As

hostilidades cessaram, Madero aceitou o acordo e Díaz partiu para Paris, onde morreria em 1915. O Norte foi facilmente pacificado com a remoção dos antigos governadores e a nomeação dos maderistas em cargos militares ou políticos. O Sul precisou de uma intervenção direta de Madero e a promessa de que as terras comunais seriam respeitadas ou voltariam aos seus donos originais, os camponeses. E a Revolução foi concluída com as eleições e a consagração de Madero como presidente com 99% dos votos.



Figura 2.5: Emiliano Zapata (1879-1919).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Emiliano_Zapata_-_LOC.jpg

Mas a revolução que se concluiu foi aquela iniciada por Madero, a que tentava organizar o México dentro dos padrões da democracia europeia ou americana. Este paradigma organizacional não dava conta da complexidade mexicana de inícios do século XIX. De fato, o México tinha ferido sistematicamente a constituição liberal: convivia com comunidades camponesas às quais lhes era negada a representação política; os novos núcleos populacionais do Norte, baseados na mineração, na pecuária e na agricultura, também não tinham organização política local e ficavam à mercê da autoridade estadual; o Exército tinha sido montado a partir de uma estrutura de repressão interna, junto com os *Rurales*, e pretendia participar da organização da nova política; a Igreja pretendia retomar parte dos seus antigos privilégios e sabia que o liberalismo não contemplava as suas aspirações políticas e econômicas; o centralismo, implementado por Porfírio Díaz ao longo de trinta anos, tinha ferido os princípios de autonomia estadual, submetendo os estados ao controle e à tutela do Centro, restando capacidade de ação a estas unidades territoriais; os partidos políticos não existiam enquanto organizadores dos debates das ideias, das disputas de classe e de poder. Todos estes elementos dificilmente poderiam ser revertidos com a simples organização do país segundo as formas democrático-burguesas, ou melhor, precisava-se do trabalho de reconfiguração das lutas setoriais em lutas políticas.

As expectativas políticas e sociais abertas por Madero não cabiam na sua ideologia e eram excessivas para a sua formação e as suas possibilidades. As pressões para a mudança e o avanço social eram fortes, dadas as características do porfirismo e a impossibilidade de dar vazão às demandas dos setores populares. Os camponeses do Sul esperavam que o Plano de San Luís Potosí fosse implementado, e, portanto, esperavam poder recuperar a terra perdida para os latifundiários. Os trabalhadores agrários do Norte pretendiam tanto melhores salários, como também entendiam que

tinham direito ao acesso à terra, até o momento prerrogativa dos grandes proprietários. Por sua vez, os trabalhadores esperavam o reconhecimento das suas organizações e das suas lutas. Os empresários pretendiam manter os seus privilégios e o controle sobre o mercado de trabalho. Os latifundiários esperavam continuar a ampliar as suas propriedades e intensificar a produção. E obviamente muitas destas demandas colidiam umas com as outras, dificultando a possibilidade de que o governo de Madero pudesse satisfazer a todos esses setores.

Tanto a grande expectativa progressista quanto os receios conservadores sobre o governo de Madero foram os que finalmente abriram a porta para que os conflitos se reiniciassem. Madero destinou parte do seu governo a criar uma base política que lhe permitisse reformar a Constituição, e, para isto, postergou aos setores sem representação parlamentar, ou seja, os setores populares. Porém, entre os grupos com representação política organizada, muitos representavam os grupos conservadores mais duros, o que dificultou a formação de uma base política própria de sustentação do seu governo. Mesmo com a reforma eleitoral de 1912, que estendia o voto a toda a cidadania, e as eleições posteriores que consolidaram a expansão do voto popular, Madero não conseguiu reverter a tendência à paralisia do seu próprio governo. Havia a crise entre as Câmaras de Deputados, de maioria maderista, e a de Senadores, de maioria conservadora, e a crise do próprio executivo, acusado de ser porfirista em excesso pela preservação de funcionários que vinham da administração de Porfirio Díaz e pela falta de ação contra os beneficiados durante o porfiriato. Neste sentido, enquanto Madero estava concentrado na luta política entre os grupos tradicionais, não podia enxergar as mudanças na base da sociedade que o tinham levado à presidência do México.



Figura 2.6: Victoriano Huerta (1850-1916), ao centro.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Victoriano_huerta.jpg

A impossibilidade para lidar com o conservadorismo e com as forças sociais emergentes foi o elemento desencadeante da queda de Madero. Por um lado, os camponeses do Sul, liderados por Emiliano Zapata reivindicaram, durante todo o governo Madero, o cumprimento da promessa de restituição das terras aos camponeses, que estava especificada no Plano de San Luís Potosí. Depois da vitória de Madero, Zapata e as suas tropas haviam entregado parte das suas armas, mas a continuidade dos seus reclamos levou ao envio de tropas repressivas a Morelos. Assim, a desconfiança para com Madero só se confirmava com esta atitude. A repressão e o não cumprimento do Plano de San Luís Potosí levaram Zapata

a lançar o seu próprio proclama, o *Plano de Ayala*, em novembro de 1911. Em março de 1912, Pascual Orozco, aderiu ao Plano de Ayala, e a rebelião se alastrou para o Norte. Para combater esta rebelião, Madero valeu-se do general Victoriano Huerta, que conseguiu derrotar Orozco e conter Zapata. Mesmo com estas frentes controladas, os trabalhadores urbanos se mobilizaram por todo o ano de 1912 para ampliar os seus direitos, sem respostas efetivas do governo.

Porém, a principal ameaça estava na Cidade do México. O sobrinho de Porfírio Díaz, Félix Díaz, liderou um levante restaurador em outubro de 1912 em Veracruz. O levante foi derrotado e Díaz transferido para uma prisão na Cidade do México. Porém, a paz não estava assegurada. Félix Díaz foi apontado pelo embaixador dos Estados Unidos como o único capaz de encaminhar a situação mexicana, e prestou o seu apoio para reorganizar o golpe de Estado. Em 9 de fevereiro de 1913 começou o golpe. O exército comandado por Huerta isolou Díaz em um quartel na periferia da cidade. E aqui começou uma nova etapa do golpe. O embaixador americano Henry Wilson negociou com Díaz e Huerta uma saída para a crise favorável aos conservadores e aos interesses americanos, e para isto manteve-se a fachada de um combate conhecido como os “dez dias trágicos”. Victoriano Huerta seria o presidente provisional até as eleições que deveriam consagrar Díaz. O que não aconteceu, já que Huerta manteve-se na presidência. O presidente Madero, o seu vice e muitos dos maderistas foram assassinados.



Figura 2.7: Venustiano Carranza (1859-1920). Ao centro da foto, em 1916.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Venustiano_Carranza_en_la_Ca%C3%B1ada,_Queretaro.JPG

A partir daqui abriu-se uma nova etapa dos conflitos. Huerta manteve a aliança com Orozco, e Félix Díaz foi obrigado a se exilar. Huerta utilizaria Orozco para negociar com Emiliano Zapata a adesão ao novo governo. Zapata não aceitou o acordo e destituiu Orozco como Chefe da Revolução, quedando ele próprio como a única liderança do “Exército Libertador do Sul”, que foi ocupando posições em Morelos, seu próprio estado, mas também em Puebla, estado do México e Guerrero. O governo de Huerta baseou a sua permanência na repressão em todas as frentes. Todos os mandatários estaduais de origem maderista foram mortos ou encarcerados, excetuando um: Venustiano Carranza, governador de Coahuila. Ele foi o único mandatário que conseguiu contestar Huerta em defesa da Constituição, pelo que foi denominado como o “Primeiro Chefe do Exército Constitucionalista”. Carranza lançou o *Plano de Guadalupe*, pelo qual desconhecia todos aqueles que reconheciam Huerta como presidente. Ele pretendia tomar a Cidade do México e ser alçado à presidência para depois reorganizar politicamente o México. Carranza foi derrotado no seu próprio estado e dirigiu-se a Sonora, onde a resistência era mais forte, assumindo a liderança do processo. A sua primeira preocupação foi organizar uma força militar que congregasse todas as principais forças revolucionárias, e para isto

formou três grupos: O Corpo do Exército do Noroeste, liderado por Álvaro Obregón; O Corpo do Exército do Nordeste, a cargo de Pablo González Garza; e a lendária Divisão do Norte, de Pancho Villa. Embora com conflitos internos, Huerta foi derrotado em pouco mais de um ano. No dia 14 de junho de 1914, Huerta partia para o exílio.



Figura 2.8: Álvaro Obregón (1880-1928).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Alvaro_Obreg%C3%B3n.jpg

A luta entre os projetos para o novo México

A saída de Victoriano Huerta não apaziguou os ânimos; sem o inimigo comum os receios se aprofundaram. Zapata não reconhecia o Plano de Guadalupe e continuava com o seu próprio Plano de Ayala. Pancho Villa tinha sido privado da vitória quando

lhe negaram combustível para os trens em que transportava o seu exército, e com os quais lograra os êxitos decisivos. Para tentar acalmar os ânimos, Carranza chamou uma reunião de generais, conhecida como a Convenção de Aguascalientes. Em princípio, os zapatistas não foram convidados, mas como forma de pacificar o México, foram chamados a participar. A Convenção foi um fracasso para Carranza, os zapatistas formaram uma aliança com os villistas e com os seguidores do principal general carrancista, Álvaro Obregón. Carranza foi rejeitado como a liderança principal, e o fato de não o reconhecerem foi o pontapé para a continuidade da guerra civil. Mas, chegando a este ponto, Obregón preferiu continuar do lado de Carranza, enquanto que Zapata e Villa uniram os seus exércitos e tomaram a Cidade do México, obrigando Carranza a fugir. A vitória da aliança entre villistas e zapatistas dividiu os revolucionários em dois grandes grupos: os Constitucionalistas, como eram chamados os seguidores de Carranza; e os Convencionalistas, aqueles que eram partidários do resultado da Convenção de Aguascalientes.

Em dezembro de 1914, Zapata e Villa fizeram uma reunião na Cidade do México na qual Villa aderiu ao Plano de Ayala e ambos concordavam que o presidente deveria ser um civil que fosse partidário da Revolução. Ou seja, se por um lado davam a eles o lugar de militares e de ter o poder de controle sobre o político, por outro, negavam a Carranza o lugar do presidente, fosse provisional ou permanente. Ambos firmaram um acordo contra Carranza e Obregón. Enquanto Villa combatia contra o exército constitucionalista, Zapata organizaria o governo na Cidade do México e se encarregaria de difundir a Revolução no Sul. O acordo refletia, de alguma forma, as concepções revolucionárias de ambas lideranças. Zapata não queria se afastar da sua base de ação e dos camponeses que lhe davam sustentação – o que acontecia fora de Morelos era pouco interessante para ele. Enquanto isso, Villa tinha que resolver os seus velhos conflitos regionais com Carranza e voltava para o seu âmbito de ação e de abastecimento, próximo da fronteira com os Estados Unidos.

A competência de Álvaro Obregón como comandante das forças constitucionalistas e organizador político foi decisiva neste confronto. Ele acordou com os trabalhadores urbanos a sua incorporação às forças constitucionalistas, em troca do reconhecimento das suas organizações e lideranças. Os operários, anarquistas e socialistas, e todos eles anticlericais, junto com intelectuais e artistas, se incorporaram aos Batalhões Vermelhos que combatiam os camponeses zapatistas, que, por sua vez, se consideravam como conservadores pela sua fé católica. Como militar, Obregón derrotou sucessivamente a Divisão do Norte, muito mais poderosa, deixando as forças de Villa reduzidas a uns poucos centos de seguidores, depois de ter liderado o mais importante exército entre todos os grupos revolucionários. Isolado no Sul, Zapata, já sem o apoio de Pancho Villa, continuou a defender as bandeiras da distribuição da terra e dos direitos dos camponeses.

Para o final de 1915 os destinos da Revolução estavam decididos. Villa isolado, tentando engajar os Estados Unidos em uma luta contra o México; Zapata resistindo ao Exército Constitucionalista; Obregón na incômoda situação de ser o vencedor militar e político que cedia o poder a quem receava da sua capacidade de militar e de político; e Carranza organizando o que seria o seu governo. Os conflitos ainda continuariam, porém já seria impossível mudar o rumo. A situação ficou evidenciada com a chegada ao governo de Carranza, e com a sanção da nova Constituição mexicana, em 1917. A Constituição foi das mais avançadas do período: garantia a propriedade social da terra, reconhecia o subsolo como propriedade do Estado, incorporava direitos civis, como o divórcio, reformava a educação e ainda impedia a reeleição dos cargos executivos, um dos pontos de partida das lutas maderistas.

Uma pergunta que se impõe neste momento é se a Revolução Mexicana se concluiu com a Constituição e a chegada ao governo de Venustiano Carranza, o que nos leva a uma reflexão sobre os marcos temporais da Revolução. A Revolução Mexicana é um dos fenômenos históricos mais controversos da América Latina. As suas

interpretações colidem radicalmente: inicialmente foi chamada de “Revolução Mexicana” a trajetória de confrontos entre Díaz e Madero e a chegada deste último ao governo. Para outros, a Revolução Mexicana é um processo inconcluso, como para o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o México durante mais de setenta anos; ou para o Partido Revolucionário Democrático (PRD), o segundo partido da oposição; e ainda grupos revolucionários como o *Frente Zapatista de Liberación Nacional* (FZLN), liderado pelo subcomandante Marcos, e o minúsculo *Frente Villista de Liberación Nacional*. Para todos eles a Revolução está longe de estar concluída, embora difiram nas formas de luta. As interpretações sobre os marcos são impossíveis de serem tratadas neste espaço, porém é importante que esta questão seja colocada. De fato, a interpretação mais comumente aceita sobre a Revolução Mexicana é a que acompanhamos aqui, que entende que o processo revolucionário se conclui em 1920. Portanto, temos que alargar a nossa análise para esses três anos posteriores.

A calma que se seguiu, se consideramos que os conflitos armados estavam em declínio, abriu uma frente ao interior do bloco vencedor. Carranza desconfiava de Obregón, dos seus acordos realizados com os trabalhadores mexicanos e de possíveis acordos com os zapatistas. Carranza conseguiu o apoio dos Estados Unidos, embora a Constituição de 1917 ameaçasse os investimentos petrolíferos americanos, uma vez que ele era a garantia de que a Constituição não fosse aplicada aos investimentos já realizados. Como forma de pacificar os conflitos que ainda permaneciam ativos, Carranza decidiu acabar com a rebeldia de Emiliano Zapata, o que acabou acontecendo quando este foi assassinado em abril de 1919. O panorama parecia suficientemente controlado para escolher um sucessor fiel aos seus princípios. Embora, Álvaro Obregón tivesse ambições presidenciais, Carranza preferiu apostar em outro candidato, o embaixador do México nos Estados Unidos.

Isto levou a uma última ruptura entre os revolucionários e à última ruptura institucional exitosa na História Política mexicana; depois deste, nenhum outro golpe ou levante alcançou o seu objetivo. Obregón entendia que suas ambições estavam sendo limitadas por Carranza, que utilizaria a maquinaria do Estado em favor do seu candidato. Obregón deixou o cargo de Ministro da Guerra, voltou a Sonora, seu estado, e começou uma campanha como candidato à presidência. A sua candidatura levou o Exército a posicionar-se a favor de Obregón, e ainda recebeu o apoio dos trabalhadores e dos zapatistas. Carranza considerou uma traição e decretou o seu julgamento. Obregón foi apresentado por Carranza como um traidor, porém ele conseguiu fugir com ajuda dos seus companheiros de armas. Em abril de 1920 lançou o Plano de Agua Prieta, em que desconhecia a autoridade de Carranza. Isto deu início a uma insurreição que acabou com a morte de Carranza em 20 de maio de 1920. Imediatamente foi nomeado como presidente um camarada de Obregón, Adolfo de la Huerta, que negociou o fim das rebeliões existentes: a de Pancho Villa e a de Félix Díaz. A presidência de Obregón abriria o processo de institucionalização da Revolução Mexicana.

Os protagonistas e as suas trajetórias

A questão da Revolução Mexicana é uma das mais intrincadas e difíceis de se conceitualizar na História da América Latina, assim como é impossível ignorá-la. Se a Revolução Mexicana tem sido apresentada como a última revolução burguesa, outros a veem como a primeira revolução social exitosa, antes mesmo da Revolução Russa. Seja o fim do século XIX ou o início do século XX, o fato é que foi um grande movimento de massas. Os exércitos contavam seus soldados por dezenas de milhares que se mobilizaram de uma ponta a outra do país. Desde os grandes latifundiários e mineradores aos camponeses e trabalhadores, todos verteram suas opiniões e lutaram pelas mesmas. A mulher apareceu em cena para ocupar um lugar na economia, na sociedade e nas armas, e conseguiu o

reconhecimento dos seus direitos, embora tenham ficado postergadas na participação no poder político. A opinião pública cresceu para dar conta da informação e debater os acontecimentos e as posições políticas e ideológicas. A intelectualidade mexicana saiu do letargo em que se encontrava e se multiplicaram as suas opiniões, e cada grupo tinha os seus intelectuais que auxiliavam na construção de um ideário e na elaboração dos seus planos.

Outros elementos merecem destaque neste processo, como o lugar dos intelectuais. Se alguma coisa diferenciou a Revolução Mexicana de outras, como a Russa, foi o papel dos intelectuais, que ficaram a reboque das massas e dos políticos. Poderíamos dizer que não foram as ideias que catapultaram os homens e mulheres às armas, foram os direitos desconhecidos e a opressão dos poderosos, assim como uma certa concepção da democracia e do liberalismo impulsionou a Madero. De fato, Madero conviveu durante um período com anarquistas, como os irmãos Flores Magón, no Partido Liberal Mexicano. Isto nos leva a perguntar de que liberalismo se falava no México. Os intelectuais tiveram o problema de dar embasamento ao que estava acontecendo antes de encaminhar as lutas. Madero, Zapata, Villa, Obregón, Carranza e outras lideranças contaram com o apoio dos intelectuais, embora depois pudessem rejeitá-los, mas não aconteceu o inverso.

Também a questão social principal é similar a outros grandes conflitos sociais do século XX: a questão agrária foi um dos seus motores principais. Se questões políticas, das quais a mais relevante foi o movimento antirreelecionista, foram o pontapé para o início do conflito, foi a intensa mobilização dos camponeses e as suas demandas que ingressaram na pauta principal de todos os protagonistas. Madero, Huerta e Carranza, por diversos motivos, apelaram à repressão, mas o próprio Carranza, além de Obregón e especialmente Pancho Villa, e Emiliano Zapata colocaram em pauta a situação do camponês e as suas necessidades, e foi isto o que permitiu a grande mobilização.

Não podemos deixar de mencionar o papel das lideranças; as mesmas vêm a encarnar os tipos de revolução possível. Cada um tinha a sua própria utopia e expectativa sobre os resultados da mesma. Francisco I. Madero queria um país moderno; tinha como modelo os Estados Unidos e entendia que a mobilização e a participação política eram suficientes para poder organizar o país, esquecendo que parte dele não tinha acesso à participação política, como explicamos anteriormente. A dinamização das forças produtivas estava diretamente vinculada à relação com o mercado internacional e com a incorporação de capitais.

Já Victoriano Huerta pretendia uma restauração e um capitalismo de cima para baixo, disciplinando aos trabalhadores e camponeses e habilitando a expulsão dos elementos retardatários, neste caso os camponeses das terras comunitárias. De origem indígena, Huerta pretendia desenvolver uma política de inclusão e de superação das velhas formas de produção, porém com um marco de inclusão do indígena e de adaptação ao capitalismo, substituindo as propriedades coletivas pela propriedade individual. A este mesmo sistema seriam submetidos os camponeses. Os trabalhadores, por sua vez, estariam sob regulamentos de trabalho que não contemplavam os seus direitos de organização. Mesmo quando Huerta tentou chegar a acordos com Zapata, não foi pensando em incorporar as suas demandas e sim em neutralizá-lo.

Venustiano Carranza, por sua vez, incorporava grande parte dos ideais maderistas de democracia e capitalismo e se viu na necessidade de incorporar os direitos sociais e civis com os quais não concordava plenamente. Porém, Carranza quando lança o debate pela nova Constituição, está atuando sete anos depois de Madero e em circunstâncias bem diferentes. São os atores sociais, por meio dos seus representantes, os que impõem esses novos direitos e obrigações ao Estado. Se Madero e Carranza podem ser considerados como os líderes da última revolução burguesa, Carranza também deveria ser considerado como o precursor dos direitos sociais, da soberania

econômica e dos novos direitos civis e políticos, portanto, como o precursor de um novo tipo de revolução burguesa, mesmo que não fossem as questões sociais a origem das suas preocupações.

Álvaro Obregón merece ser apresentado, embora não tenhamos analisado o seu governo. Obregón tem uma concepção da política diferente da de Carranza. Ele baseia a sua força nos seus camaradas de armas e na aliança com os setores populares. Se o Exército, que ele próprio organizou, fornece a maior parte dos quadros dirigentes, os trabalhadores e os camponeses organizados passaram a ser a sua base de sustentação social e a propor novos desafios. Pela possibilidade de organização, os cargos no governo, a distribuição de terras e a incorporação das suas demandas ao programa de governo fizeram com que o programa obregonista se mantivesse por um longo tempo depois da sua morte e foram a base para a radicalização da política mexicana na década de 1930 por Lázaro Cárdenas. O tipo de organização estatal e política proposto por Obregón e seus sucessores baseou-se na existência de um partido de Estado, que centralizasse as demandas e coordenasse as soluções, deixando pequenas margens para outro tipo de partidos, fossem ideológicos ou de classe. Os sucessores de Obregón formam hoje tanto o Partido Revolucionário Institucional (PRI) como o Partido Revolucionário Democrático (PRD). Para os dois grupos, a Revolução é um *continuum* e está inacabada, sendo que a garantia da mesma é o próprio partido. Diferentemente dos partidos socialistas ou comunistas que entendem que o fim da História está no socialismo, para esses partidos não há um fim da História, e a Revolução representa a inclusão social e a distribuição das riquezas. Certamente este pode ser o objetivo final, mas não a prática cotidiana.

Finalmente temos os grandes vultos populares da Revolução Mexicana, e aqueles que ainda hoje têm seguidores que tomam os seus nomes como bandeiras, como mencionado anteriormente: Pancho Villa e Emiliano Zapata. Doroteo Arango, mais conhecido como Pancho Villa, foi um pequeno comerciante e trabalhador rural

do norte do México, do estado de Chihuahua, que entrou para o banditismo por circunstâncias nunca bem esclarecidas. Neste mundo, estabeleceu uma rede de relações dos dois lados da fronteira do México com os Estados Unidos, que foram vitais na sua estratégia de luta. Mas Pancho Villa defendia uma utopia muito difícil de ser implementada: colônias independentes de cidadãos com a dupla função do trabalho e a vida militar. Essas colônias, já implementadas desde o período colonial como defesa contra os índios insurgentes, teria como finalidade a defesa da fronteira, criando uma sociedade igualitária. Esta utopia era muito localista e centrada na sua própria experiência, que dificilmente podia ser extrapolada para outras regiões. Durante o período revolucionário, Pancho Villa conseguiu colocar esta utopia, passando para as fazendas do Estado, que ele dava em administração a membros do seu exército, e que tinham como finalidade dar sustento às tropas e às famílias dos soldados. Depois da Revolução, os soldados teriam acesso a estas terras, assim como as viúvas e os órfãos dos combatentes mortos. Mas foi um projeto que mal conseguiu ser posto em prática.

A outra grande liderança popular foi Emiliano Zapata, do estado sulista de Morelos. Zapata encarnava a defesa dos valores tradicionais e os direitos consuetudinários. A sua base estava na pequena comunidade camponesa, os *pueblos*, que tanto tinham sistemas de autogoverno como de autoprodução. Os seus inimigos eram os latifundiários que avançavam sobre as suas terras, as melhores no México para a produção da cana-de-açúcar, em um momento de aumento generalizado dos preços deste produto. Novamente nos deparamos com um projeto de curto alcance, limitado a uma região e a um grupo social específico, que não consegue se transformar em um projeto que consiga incorporar outros setores sociais ou outras regiões.

A épica e trágica morte dessas duas lideranças – os dois foram assassinados pelo que representavam – fez com que os seus nomes e as suas lutas transcendessem as fronteiras dos seus estados e até do México, porém não conseguiram estabelecer um programa de

inclusão de outros setores sociais ou de outros territórios. Ambos os grupos concluíram as suas trajetórias nos mesmos estados em que tinham começado.



Atende ao Objetivo 2

2. Depois de analisar profundamente a Revolução Mexicana e as suas implicações para a sociedade e a situação e o comportamentos dos principais sujeitos, analise o comportamento político dos protagonistas e suas motivações.

Resposta Comentada

Os protagonistas, como apresentamos até o momento, são vários, porém, podemos dividi-los segundo o setor social de pertença. Desde esse ponto de vista, podemos organizá-los em dois grandes grupos: por um lado, temos os que pertenciam às classes médias e altas e, por outro, temos os que provinham dos setores populares. No primeiro grupo temos Madero, Huerta, Carranza e Obregón. No segundo, Villa e Zapata.

O primeiro grupo está dividido pelas suas intenções e posições. Madero e Carranza pretendiam a continuidade com o período porfiriano, porém limitando os aspectos opressivos do regime.

Dessa forma, as expectativas de Madero e Carranza eram de uma reforma progressista do sistema político e de contemplar certos direitos aos setores populares, sem alterar o sistema econômico existente. Huerta, pelo contrário, pretendia uma restauração do porfirismo com ele no lugar de Porfírio Díaz, um porfirismo sem Porfírio. Finalmente, Obregón tinha expectativas diferentes, ou seja, de construir um capitalismo que contemplasse os interesses dos setores populares, um capitalismo nacional, em síntese.

No outro grupo, Villa e Zapata, embora parceiros e aliados, tinham pontos de vista diferentes. Villa tinha a ideia de um México único, que incluísse tanto os nortistas quanto os sulistas. O seu grande problema estava em não conseguir pensar as cidades e os operários. Zapata, defensor dos camponeses e do direito comunal, não podia e nem tinha como pensar para além do seu próprio território, o estado de Morelos. Seus interesses eram estes camponeses, e não os do México como um todo.

RESUMO

A Revolução Mexicana foi a divisora de águas com o século XIX, com as Repúblicas Velhas e com a hegemonia de uma classe, principalmente a hegemonia política, econômica e cultural dos latifundiários. Ela abriu as portas para o século das massas, para a sua inclusão na política e na economia, para a urgência de suas questões, já não como problema, mas como elemento norteador das políticas de Estado.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula trataremos da questão da expansão da participação popular na política e da inserção das classes médias como um fator político e econômico fundamental na política da

região. Para isso, trataremos da criação de partidos políticos que representavam esse policlassismo e o reformismo do ponto de vista econômico, social e político. Analisaremos, ainda, dois casos emblemáticos: o partido Colorado uruguaio e a Unión Cívica Radical argentina. Finalmente, concluiremos com o limite a esse progressismo, como foi a crise de 1929.

Aula 3

A expansão da
década de 1920
e a crise de 1930:
expansão dos
direitos políticos
no Cone Sul, lutas
econômicas e
políticas

Norberto Ferreras

Meta da aula

Apresentar as transformações econômicas e políticas acontecidas na América Latina nas primeiras décadas do século XX.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. analisar a relação existente entre transformações na sociedade, na economia e os novos partidos políticos na América Latina;
2. estabelecer uma comparação entre os dois principais casos do radicalismo na América Latina: O Yrigoyenismo argentino e o Batllismo uruguaio.

Pré-requisito

O pré-requisito para esta aula é a Aula 2 desta disciplina, mais especificamente os antecedentes e a dinâmica da Revolução Mexicana.

INTRODUÇÃO

Sendo esta a terceira aula de História da América III, optamos por iniciá-la pela Revolução Mexicana para que possamos compreender os processos políticos que atravessaram o restante da América Latina. Desde o começo do século XX iniciou-se um movimento de renovação política na região. As Repúblicas Velhas nasceram ao calor da inserção da América Latina no mercado internacional. Durante esse período, a sociedade colonial foi reconstituída por militares, latifundiários, a hierarquia católica e funcionários profissionais, de modo a consolidar uma sociedade que replicasse, de certo modo, a sociedade colonial, porém, já não mais orientada por interesses externos e sim para atender a esses surtos peculiares de crescimento econômico que se produziam em cada um dos nichos produtivos ao longo da América Latina. A região que não tinha como se inserir ficava subordinada ao polo que estava diretamente vinculado ao sistema produtivo internacional. Antes ou depois, de forma voluntária ou pela força, a região mais dinâmica acabava dominando o conjunto.

Este sistema manteve-se por longos anos controlando os rumos da economia, e consagrando um sistema social. Em alguns países este processo durou umas poucas décadas, como aconteceu no Uruguai, ou se manteve por muito mais tempo, como na Venezuela. Porém, o germe da sua derrocada estava implícito no êxito do modelo. Essas sociedades, à medida que cresciam, também se diversificavam. E essa diversificação fazia emergir demandas para as quais a hierarquia existente não estava preparada.

O que trataremos nesta aula é justamente esta reformulação da sociedade e da conseguinte reformulação da política latino-americana do período entre o início do século e a década de 1930. Este é um período de grandes transformações, balizado por duas grandes crises: a crise provocada pela Grande Guerra e a crise de 1929. As saídas de ambas as crises podem ter sido

diferentes, mas, nos dois casos, estas crises foram marcantes no processo de passagem da sociedade tradicional para a sociedade de massa.

A primeira grande crise: a Grande Guerra

A sociedade, que poderíamos denominar de “Senhorial”, estava na sua maturidade, quando em 1914 se deflagrou a Grande Guerra. Esta sociedade, a outra cara da sociedade burguesa à moda europeia, começava a mostrar os seus limites. Os conflitos eram cada vez mais frequentes e virulentos, e isto começava a repercutir na produção e nos negócios, principalmente no comércio internacional. A Sociedade Senhorial estava marcada pela reprodução dos diferentes signos que distinguiram a Belle Époque europeia: uma vida social marcada pela pompa e pelo cerimonial rigoroso que permitisse uma clara delimitação das fronteiras sociais; pelo culto às belas artes e a sua difusão, o que também permitia estabelecer uma fronteira entre as pessoas iniciadas e sensíveis aos seus apelos e os setores populares que não conseguiam apreciar as virtudes contidas nas mesmas; pela exteriorização dos signos da posição social individual ou coletiva; isto tinha como objetivo a imposição da hierarquia social construída como base da Sociedade Senhorial. E esta exteriorização estava dada pela construção de monumentos e moradias, junto com o novo equipamento urbano, como ruas, avenidas, passeios e outros. O “ser” e o “parecer” eram de vital importância nesta sociedade.



Figura 3.1: Palácio das Águas Correntes, em Buenos Aires. Este edifício é um ótimo exemplo deste “ser” e “parecer”. Na realidade não é um palácio e não foi construído como moradia ou como escritório – é um depósito de águas construído entre 1887 e 1894 na zona nobre da cidade de Buenos Aires.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Palacio_de_aguas_corrientes.jpg

Se estes elementos tinham como objetivo que a ordem social fosse aceita incontestavelmente, não tinham o beneplácito de toda a sociedade, pelo contrário, no lugar de consolidá-la ocasionou uma violenta rejeição. O fim da Belle Époque europeia, evidenciado na incapacidade de convívio entre as diversas potências europeias e a explosão dos nacionalismos radicais, repercutira fortemente na América Latina. A Sociedade Senhorial passou a sofrer as pressões dos descontentes, que cada vez protestavam mais veementemente. O descontentamento devia-se, em grande parte, ao fato de que esses signos exteriores de *status* eram ostensivos e evidenciavam a exclusão de uma boa parte da sociedade. Estes excluídos podiam ter diversas origens: indígenas, mestiços, afrodescendentes ou imigrantes europeus, mas, ao certo, todos eles sentiam-se estigmatizados, por diferentes motivos.

Nesta estrutura social, as classes médias urbanas, e em alguns casos também as rurais, se mantinham como o fiel da balança, como parte do acordo tácito que dava sustentação à sociedade. O acordo

consistia no fato de as classes médias serem incorporadas, em um papel de subalternidade e como auxiliares, ocupando posições no Estado, que crescia aceleradamente para dar conta das necessidades de uma produção e de uma população que continuavam aumentando. As necessidades da saúde pública, de fiscalização de moradias, de educação, de controle das exportações, de arrecadação de impostos e o crescimento da economia, que demandava cada vez mais trabalhadores nas cidades e principalmente nas cidades portos, faziam com que fossem necessários administradores, profissionais, professores, técnicos e outros para poder organizar, controlar e colocar em funcionamento o sistema todo.

Aos poucos as classes médias começaram a demandar melhoras nas suas condições de trabalho e de vida, para depois reclamar a participação no controle da coisa pública e, finalmente, reivindicaram o direito de organizar a nação à sua imagem e semelhança. A classe média na América Latina foi o principal grupo a dar forma à contestação contra o sistema social, assim como foi o principal beneficiado das mudanças alcançadas, que se centraram fundamentalmente no sistema político, mas não no econômico nem no social.

Os radicalismos

Os trabalhadores, urbanos e rurais, foram dando forma às suas demandas ligadas ao mundo do trabalho muito lentamente. As problemáticas trabalhistas foram emergindo no bojo de outras reivindicações mais amplas e gerais vinculadas às questões políticas. No terceiro quartel do século XIX aparecem as primeiras Sociedades de Socorros Mútuos, os círculos profissionais que nucleavam trabalhadores e patrões; vêm à tona também intelectuais e operários que difundiam ideias anarquistas e alguns estudantes, exilados e profissionais que tentavam organizar partidos socialistas. O trabalho não era o ponto principal da pauta de organização, mas era um acessório em uma série de reivindicações amplas e genéricas sobre

democratização da sociedade e ampliação da participação política para além dos proprietários. O trabalho passará a estar na base de futuras reivindicações, mas não no final do século XIX.

Na realidade, a disputa entre classes enfrentou as oligarquias e os estratos médios. A mesma se centrou na tentativa dos grandes proprietários por manter os seus privilégios e as classes médias por aceder a eles. As reivindicações trabalhistas eram mais uma radicalização das demandas dos grupos das classes médias que partem de uma pauta própria. Porém, na virada do século, as coisas mudariam rapidamente, como veremos.

A base da organização das oligarquias foram os partidos conservadores, que podiam ser mais ou menos liberais no social e no religioso, mas eram fortemente conservadores na manutenção dos seus privilégios econômicos e de classe. Assim, por exemplo, os governos da Argentina e do México foram ferrenhos defensores da divisão entre Igreja e Estado. Ainda quando mantivessem alguns símbolos, como a necessidade da religião católica para os presidentes, em termos gerais, a Igreja era mais ornamental que fonte de consenso das políticas do Estado. Também é certo que os nomes "Liberal" ou "Conservador" na América Latina não significavam uma adoção completa dos ideários neles embutidos. Por exemplo, o Partido Liberal no México tinha membros que iam desde os conservadores até os anarquistas.

As formas de organização das classes médias foram muito mais difusas, valendo-se de círculos e partidos políticos, lojas maçônicas, militância universitária, sociedades de socorros mútuos, agremiações profissionais etc. As ideologias também foram variadas; o socialismo, o anarquismo e o liberalismo primaram entre os membros politizados das classes médias.

Neste contexto, as classes médias progressistas ingressam na política para tentar reverter a dominação de classe e para tentar modificar a relação de forças. Elas deixam as suas reivindicações setoriais e passam a incorporar as demandas de outros grupos

sociais, principalmente a dos trabalhadores urbanos. Este tipo de política é conhecida como política Radical, e o período é denominado de Radicalismo, não pelo caráter extremo das mesmas e sim pelo apelo a um outro radicalismo, o francês. O Radicalismo tem por origem o Partido Radical da França. Esta política deixou de ser uma política de quadros, geralmente vinculada às elites, para passar a ser uma política de massa. E para ser uma política de massa precisava incorporar as demandas populares, e não unicamente as demandas da classe trabalhadora. Isto implicava inicialmente a luta pela reforma política, o objetivo principal das classes médias, mas incorporando demandas de tipo social. As reformas no mundo do trabalho estavam incluídas, entre elas, a diminuição das horas de trabalho, as melhores condições para os trabalhos feminino, infantil e noturno; também a melhora nas condições de vida, como a fiscalização, melhora e construção das moradias coletivas; política econômica livre-cambista, o que permitiria que os produtos industrializados ingressassem a baixo custo; demanda de melhoria nos bairros periféricos, principalmente obras em transporte, para aliviar a situação dos setores populares que moravam afastados dos locais de trabalho; obras públicas que permitisse a contratação dos recém-chegados às cidades, entre tantas outras. Algumas vezes, estas reivindicações eram um tanto contraditórias ou impraticáveis, mas o sujeito por trás das reformas era muito amplo e vago.



O Partido Radical Francês

Foi um partido que começou à esquerda do espectro político e que foi cada vez mais ocupando o centro, deslocado pelos socialistas e, posteriormente, também pelos comunistas, ao tempo que pretendia ampliar o seu apelo. Este partido foi o articulador do grande *Bloc des Gauches*, que deu a vitória às esquerdas em 1902 e que foi central na política francesa até a Segunda Guerra Mundial.

Essas políticas reformistas se espalharam ao longo da América Latina. No caso mexicano, por exemplo, essas políticas reformistas foram as que deram início à Revolução Mexicana, como vimos na aula anterior, e deram lugar a processos que os reformistas não controlaram, levando as transformações mexicanas para além da limitada transformação política. Neste caso, enfatizaremos as situações em que os reformistas foram mais ou menos exitosos em chegar ao poder e em estabelecer o seu próprio programa de reformas, deixando de lado as necessidades dos outros grupos sociais. Foi justamente este o motivo da Revolução Mexicana. Nos outros casos que veremos aqui, se criaram tensões que se processaram de formas diferentes.



Atende ao Objetivo 1

1. Ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a América Latina atravessou uma série de transformações que alterariam radicalmente o panorama existente. Relacione as transformações econômicas e sociais com o surgimento de uma nova corrente política.

Resposta Comentada

As transformações pelas quais passou a América Latina ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX vinculam a expansão do sistema produtivo e as transformações sociais consequentes à emergência de uma nova corrente política. Neste período, nos países mais dinâmicos da região, foi incontestável a emergência de novos atores e, junto com eles, de novas demandas. Embora a sociedade política não estivesse preparada para estes novos sujeitos e suas demandas, as mesmas emergiram com força e colocaram em xeque a realidade tal como ela era conhecida e administrada. O momento do apogeu da sociedade aristocrática foi o mesmo da sua derrocada. A forma de lidar com essa nova situação foi, em princípio, a limitação das atividades políticas e reivindicatórias. Porém, isto levou a sociedade a um estado de crise e de instabilidade política permanente. A saída em definitivo veio quando a aristocracia aceitou a nova situação e procurou uma saída negociada, abrindo a participação a determinados grupos e inibindo a participação de outros. A nova corrente política, o radicalismo ou o reformismo, emergiu como uma forma de dar vazão às novas demandas.

O primeiro Radicalismo: Uruguai

O Uruguai do século XIX foi marcado pela briga entre dois grandes movimentos políticos, que foram se transformando nos dois grandes partidos políticos que dominaram a política uruguaia pelos dois primeiros séculos de vida independente: os partidos *Colorado* e *Blanco*. Do ponto de vista da composição social, as diferenças entre eles não eram grandes – ambos os partidos tinham apoios na cidade e no setor rural. Na virada para o século XX a situação começou a mudar. O Partido Blanco perdeu as bases nas cidades devido à intensa e inovadora organização desenvolvida por José Batlle y Ordoñez, um jornalista e político que compreendeu as possibilidades abertas pela transformação da cidade em centro populacional de massas. Os partidos Blanco e Colorado continuaram a governar o Uruguai até 2005 com a chegada ao governo da Frente Amplia, com Tabaré Vázquez como presidente.

Em poucos anos a composição populacional uruguaia tinha mudado significativamente. Montevideu cresceu absurdamente e uma massa populacional começou a reivindicar suas necessidades e a demandar ser contemplada no jogo político nacional. Batlle compreendeu que a incorporação dos recém-chegados no jogo político podia alterar a relação de forças existentes. Porém, Batlle, se bem representava os imigrantes, não era ele próprio um recém-chegado na vida política uruguaia, pelo contrário, era filho de Lorenzo Batlle, presidente do Uruguai entre 1868 e 1872, que participou do levante do Quebracho em 1886 e posteriormente foi encarcerado várias vezes por adotar posições contrárias aos pactos entre os partidos Blanco e Colorado e à violência política imperante no Uruguai.



Figura 3.2: José Batlle y Ordóñez (1856-1929).

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Jbatlle.jpg>

Para fazer a nova política, Batlle fundou o jornal *El Día* em 1886 e começou a participar da organização de associações de vizinhos e cidadãos em Montevideu, nas quais se discutia política, mas também se pensava a vida social e cívica. Esta política rendeu frutos quando ele foi apresentado como candidato à presidência pelo Partido Colorado, em 1903. Em 1904, se produziu um levante das forças tradicionais do Partido Blanco, que esperavam ser contempladas no reparto do poder, como acontecia depois de cada eleição. Só que Batlle decidiu acabar com este tipo de política e enfrentou militarmente ao velho caudilho Aparicio Saraiva. A vitória de Batlle abriu, definitivamente, as portas para uma nova forma de fazer política.

A primeira presidência de Batlle (1903-1907) foi destinada à modernização do Estado. A derrota militar dos Blancos evidenciou a necessidade de se estabelecer um exército profissional, ligado ao Estado central, assim como a criação de uma burocracia que permitisse a continuidade das políticas do Estado. Portanto, se não teve uma grande diferença em relação a governos anteriores, assentou as bases de um governo moderno. A sua segunda presidência (1911-1915) é conhecida por contemplar as demandas populares, principalmente as do setor urbano, criando um novo sujeito político e dando a ele a centralidade da política uruguaia. E em que consistia esta nova política? No equilíbrio entre a manutenção de uma política de exportação de produtos primários, entre os quais o mais importante era a carne, e a expansão dos direitos sociais e econômicos à população urbana. Entre as principais medidas do Batllismo temos a criação de caixas de aposentadoria; o fim do trabalho de menores de 13 anos; a proteção da mulher trabalhadora com a licença maternidade e a proibição do trabalho noturno; adoção da jornada de 8 horas de trabalho; estatização de parte dos serviços públicos; e uma das medidas mais importantes, a estatização dos frigoríficos. Esta última medida permitia dotar o Estado de recursos para encarar o resto das reformas, tirava das mãos de empresários privados, quase todos eles ingleses, o comércio

exterior e concentrava os lucros no Estado, o que lhe permitia financiar a expansão da máquina estatal e distribuir benefícios entre a população.

Fora do âmbito econômico, Batlle empreendeu uma cruzada pela expansão do Estado, e para isto precisou confrontar a Igreja Católica, criando o registro das pessoas no qual tanto se registravam os nascimentos quanto os óbitos e os matrimônios. A reação da Igreja fez com que os socialistas e até os anarquistas se unissem em defesa deste governo, e como resposta Batlle avançou na permissão do divórcio e na separação da Igreja e do Estado, sendo proibidas as festividades religiosas.

O modelo batllista poderia ser descrito como uma mistura de intervencionismo econômico, expansão dos direitos econômicos e sociais, liberalização cultural e modernização política. Batlle conseguiu impor o seu modelo em um momento de expansão da economia do Uruguai. A sua influência foi incontestável enquanto esteve vivo, porém morreu em um momento para o qual o Batllismo não estava preparado, em 1929. Com a crise, o modelo entrou em questão e a sua sustentação foi cada vez mais difícil.

O Batllismo teve características que renovaram a política regional. A participação em política das massas; o uso dos meios de comunicação como forma de organização e de conformação de uma nova esfera pública; o fim do caudilhismo rural e a emergência de novas lideranças; a rejeição dos meios tradicionais de legitimação como a Igreja; e a intervenção na economia e na sociedade. Todos estes elementos marcaram a fogo a política uruguaia e, depois dele, era impossível voltar ao passado.

O Batllismo modificou definitivamente a política uruguaia e abriu uma nova era na política regional. E se o modelo era o radicalismo francês, como mencionado anteriormente, havia outra influência que deve ser considerada, porque é uma ponte com outras experiências similares do período. Estamos nos referindo ao Krausismo, doutrina muito popular no mundo hispano-americano do

fim do século XIX. Para as novas doutrinas políticas, o Krausismo trazia três elementos fundamentais: a) a democracia como exteriorização da soberania popular por via da participação ativa do cidadão; b) a possibilidade de as nações se relacionarem entre si de forma livre e autônoma; e c) a ideia de harmonia social, pela via do diálogo e do consenso. Democracia e harmonia orientariam as políticas internas e a igualdade entre pares, a política internacional desses países. E é no Krausismo que achamos o vínculo com a outra grande experiência radical do período na América do Sul: o Radicalismo argentino.



Krausismo

Era uma doutrina de pensamento oriundo da reinterpretação do pensamento do filósofo alemão Karl Krause, morto em 1832. Esta doutrina começou na Espanha e passou para a América ao longo do século XIX. Como escola de pensamento, se preocupou com a questão religiosa, que fazia uma crítica do catolicismo e sustentava a ideia de um Deus que não precisa de institucionalização.

O Radicalismo argentino: a *Unión Cívica Radical*

Em 1916, Hipólito Yrigoyen era eleito presidente da Argentina, sem nunca ter ocupado qualquer outro cargo anteriormente. Yrigoyen era a principal liderança de um partido político que tinha passado mais de 20 anos autoexcluído do processo eleitoral. A *Unión Cívica Radical* (UCR) era uma espécie de partido político fantasma que estava à espreita da sociedade política criada à imagem e semelhança da oligarquia argentina. Embora a UCR como partido

tenha sido criada em 1891, o seu germe datava de 1889, quando um grupo de jovens se reuniu na chamada *Unión Cívica de la Juventud*, uma espécie de centro de debates políticos que acabou sendo um dos grupos opositores à oligarquia argentina mais ferrenhos e ativos. Ante a impossibilidade de transformar a realidade pela via política, em julho de 1890, vários grupos opositores, entre os quais alguns ex-presidentes e como eixo articulador a *Unión Cívica de la Juventud*, lançaram uma ação militar conhecida como a *Revolución del Parque*. O fracasso da mesma dividiu as águas e os grupos que se coadunaram nesta iniciativa tomaram rumos diferentes – daí saiu o Partido Socialista, assim como alguns participantes individuais viraram anarquistas e outros se integraram à luta sindical. Porém, a grande fratura se deu entre os que pretendiam se reintegrar ao sistema político, e para isso criaram a *Unión Cívica Nacional*, e os que rejeitaram essa possibilidade e fundaram a *Unión Cívica Radical*.

O efeito dessa Revolução fracassada foi o de demonstrar a existência de um novo ator político: o povo, entendido como os diversos grupos urbanos que não estavam representados nas disputas políticas eleitorais. Os partidos políticos existentes representavam os interesses econômicos e a sua diversidade regional, mas não conseguiam e nem pretendiam se integrar aos setores populares. A política se fazia sem eles, o povo era um estorvo na hora de conciliar os grandes interesses, e esperava-se deferência e aceitação e não agitação e luta.

Os setores populares urbanos se integraram na UCR, assim como no Partido Socialista e nas lutas sindicais ou políticas empreendidas pelos anarquistas e os sindicalistas revolucionários. O apelo da UCR era claro e singelo: a política e a democracia modificariam a realidade. A mensagem podia ser um tanto moralista, mas justamente por isso, tinha um forte apelo emocional. O criador da UCR, Leandro Alem, dizia que seus princípios norteadores eram: liberdade política, honradez administrativa e retomada do sentimento nacional. Este era o apelo, e para isso era preciso uma

reforma política; o resto podia ser resumido como a moral burguesa. A UCR foi acusada de organizar outros complôs contra os governos oligárquicos. Em 1893, efetivamente, organizou um complô muito mais forte que o anterior, e quase conseguiu a vitória, porém, as posições encontradas no interior do partido acabaram frustrando a nova Revolução. As lideranças se reorganizaram em novos partidos ou optaram pela intransigência com a oligarquia, como Leandro Alem, mas, para 1897, a UCR só existia para lembrar os mortos das revoluções de 1890 e 1893. É por isso que anteriormente o chamamos de "partido fantasma", uma vez que não tinha organização, estrutura ou lideranças claras, aparecendo um par de vezes ao ano e novamente desaparecendo da cena política.



Figura 3.3: Hipólito Yrigoyen (1852-1933).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Foto_yrigoyen_-_presidente_presidenciagovar.jpg

A mudança veio em 1903, quando Hipólito Yrigoyen começou a reunir os velhos radicais com o objetivo de uma nova tentativa de golpe. O golpe foi lançado e derrotado em 1905. Depois deste fracasso, a UCR continuou a ser uma ameaça ao sistema político existente, o que permitia estigmatizar os seus membros, mas também permitia criar um inimigo que consolidasse o mesmo sistema. Na realidade, a ameaça estava em outro lado. Os princípios da UCR eram os mesmos que os dos grupos dominantes, o que diferenciava uns e outros era o seu discurso e a sua moral política. Na realidade, eram outros os grupos que apareciam em cena e que se colocavam de uma forma mais agressiva e com mais ímpeto contestador. Por isso, em 1910, as duas grandes lideranças políticas da Argentina, o presidente eleito Saenz Peña e o autoexcluído Hipólito Yrigoyen, chegaram a um acordo secreto que se materializaria dois anos depois com a chamada Lei Saenz Peña. Esta lei estabelecia o voto universal, secreto e obrigatório para todos os homens maiores de 18 anos, acabando com o chamado “voto cantado” e não obrigatório. Os resultados foram imediatos: em 1914, os radicais elegiam o seu primeiro governador e, em 1916, contra todos os prognósticos, Yrigoyen chegava à presidência da Nação.

Há várias explicações para o porquê desta mudança a favor da abertura política que incluía o radicalismo na vida política argentina. Uma delas deve ser procurada no arcabouço ideológico do próprio radicalismo, que se baseava em princípios amplos e sem especificidade: liberdade, honradez, patriotismo. As mudanças estavam limitadas ao sistema político e ao discurso da integração social, o que podia ser aceito dentro da ideologia do reformismo liberal imperante. A outra grande motivação estava no aumento da militância social e política desde inícios do século, quando os trabalhadores passaram a se organizar e se manifestar desafiando o regime. A escalada de conflitos iniciou-se em 1901 com a criação da Federação Operária; em 1902, ocorre a primeira greve geral, e, em 1904, foi eleito o primeiro deputado nacional pelo Partido

Socialista. Daí em diante a ação direta ganhou impulso ante o descaso do governo para com as necessidades populares: em 1907, vem à tona a greve dos locatários, em que os donos de cortiços de Buenos Aires se depararam com a rebeldia dos moradores que exigiam a diminuição dos preços dos aluguéis e a melhoria nas condições das moradias. Em 1909, teve lugar a Semana Vermelha, que culminou com a morte de mais de vinte pessoas e a posterior morte do chefe da polícia de Buenos Aires, como vingança pela sua atuação nesses eventos. Em 1910, se produziu um atentado à bomba no Teatro Colón de Buenos Aires, que levou à sanção de novas leis repressivas e de expulsão de estrangeiros e à declaração do Estado de Sítio para permitir as comemorações do Centenário da Independência da Argentina. Quando o Estado de Sítio foi levantado, em 1912, a agitação operária voltou à cena e junto chegaram novos atores. Os pequenos e medianos produtores agrários desafiaram o governo e as leis de arrendamento com o chamado *Grito de Alcorta*, que derivaria da criação da Federação Agrária Argentina e do acirramento da questão social no setor agrário.



Figura 3.4: Monumento em Buenos Aires a Ramón L. Falcón, chefe da polícia dessa cidade, morto num atentado realizado por Simón Radowitzky em 1909.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Monumento_a_Ram%C3%B3n_Falc%C3%B3n_-_Recoleta_-_Buenos_Aires.jpg

A crescente e constante mobilização popular demandava uma via de escape das tensões sociais. Em grande medida, toda essa agitação prévia e a forma com que o radicalismo colocava as suas questões sobre a organização da vida política pareciam uma saída aceitável para a velha ordem. Portanto, a presidência de Yrigoyen teve que passar a lidar com uma dupla expectativa: por um lado, a pressão popular que esperava ser considerada pelo novo governo, e, por outro, os grandes fazendeiros e proprietários que esperavam que a questão social voltasse ao controle. Diferentemente de Batlle, Yrigoyen optou por uma política de incorporação gradual das reivindicações populares, com aceitação de demandas específicas, principalmente se eram dirigidas contra empresas de origem britânica, contemplando os interesses dos proprietários rurais. Porém, foi durante o seu governo que se produziram duas grandes repressões contra os operários: a Semana Trágica de 1919 e o massacre da Patagônia Rebelde. Uma foi contra os operários de Buenos Aires que protestaram contra maus tratos em uma fábrica, o que acabou com perseguição e morte nos distritos operários, como La Boca, e étnicos, como El Once, o principal bairro judeu. A outra teve lugar na Patagônia Austral: em uma greve de trabalhadores rurais foram mortos milhares de operários pelas forças militares pela simples razão de demandar melhores salários e condições de trabalho.



Figura 3.5: Trabalhadores rurais sob controle do Exército argentino durante os eventos da Patagônia Trágica em 1922.

Fonte: http://oc.wikipedia.org/wiki/Fichi%C3%A8r:Obreros_Patagonia_Rebelde_Identificados.jpg

Outra grande diferença em relação ao Batllismo foi que no radicalismo conviviam distintas ideologias e todas elas podiam compor com as pretensões das oligarquias. O Krausismo de Yrigoyen convivia com o Liberalismo de Marcelo Alvear, que foi o presidente que se seguiu a Yrigoyen entre 1922 e 1928. O interessante do caso foi que o radicalismo liberal de Alvear teve um menor número greves e contestações de massas que o radicalismo reformista de Yrigoyen. Uma razão pode ser o esgotamento do ímpeto militante dos trabalhadores, a outra está na recuperação e expansão econômica do período alvearista. Os protestos quase desapareceram nesse período, ao tempo que crescia a massa salarial. Novamente os protestos acompanharam a Yrigoyen no seu retorno à presidência entre 1928 e o Golpe de Estado que o depôs em 1930.

O que equipara o radicalismo argentino ao uruguaio é, justamente, o fato de eles terem conseguido harmonizar interesses opostos, na medida em que as economias cresciam. Enquanto a crise começou a fazer sentir os seus efeitos, o modelo radical começou a se deixar à vista os feridos e aqueles que pagavam o custo da transferência de recursos. Ambos os governos eram livre-cambistas e podiam financiar o ingresso de produtos para o consumo de massas ou financiar a sua produção nacional, e para isso mantinha-se uma moeda valorizada, que permitia importar produtos industrializados a baixos custos. Quando a crise, como tinha acontecido na crise derivada da Grande Guerra, fez descer o consumo dos produtos argentinos ou uruguaios no exterior, foi impossível financiar esses consumos, e, portanto, manter o nível de consumo da massa. Sem contar com que os que financiavam estes consumos, os latifundiários com as suas exportações começaram a reclamar pela perda de exportações e de lucros, responsabilizando os estados nacionais pela utilização dos recursos no financiamento dos consumos de massa.

Estas disputas pelos recursos derivados das exportações geraram crises políticas em ambos os países, que derivaram em golpes cívicos militares que estagnaram e fizeram retroceder o avanço das conquistas sociais dos governos de Yrigoyen e de Batlle.

A crise de 1929

A crise de 1929 atingiu a todos os países por igual, sem importar a cor partidária. Ao longo da década de 1920, a recuperação econômica e o crescimento acelerado, assim como o aumento da demanda e dos preços dos produtos alimentícios criaram um *boom* econômico. As margens das exportações e os altos saldos exportáveis permitiam manter o modelo de expansão dos direitos sociais e trabalhistas, do funcionarismo e da obra pública, e do consumo popular barato. Desta forma, a militância trabalhista e de esquerda não encontrava margens para concorrer com o Estado e com os partidos do sistema. Tanto a UCR argentina como o Partido Colorado uruguaio eram imbatíveis, sem importar quem fosse o candidato. Se na aula anterior estudamos com atenção a experiência dos governos radicais, devido à importância que tiveram na redefinição das práticas políticas na América Latina, nesta aula ampliaremos a nossa análise para a região como um todo, embora voltemos a falar sobre estes dois países para compreender o acontecido de forma mais específica.

Como mencionado anteriormente, depois da crise causada pela Grande Guerra, o que ocasionou um cataclismo político na Europa e o início de uma era de conflitos ideológicos acentuados, a América Latina se deparou com um momento de grande crescimento ideológico. A demanda por produtos primários aumentou com rapidez desde os primeiros anos da década de 1920. Se entre o fim da Grande Guerra e 1920 a crise se manifestou por meio de levantes militares ou de massa, logo estes levantes foram superados pelo crescimento econômico, que abafou os protestos e reforçou as posições dominantes.

A década de 1920 foi de grande estabilidade política no continente e de grande crescimento econômico. A demanda dos produtos básicos da região e o aumento dos preços dos mesmos favoreceram a expansão da base econômica e deram um renovado ímpeto às tendências estruturais da região, como a expansão das

fronteiras agrícolas e/ou pecuárias; a renovação das correntes migratórias ou as imigrações que estavam estagnadas desde a Grande Guerra; e a permissão de uma retomada das obras públicas, principalmente em relação ao crescimento da rede de transportes ferroviários, e às obras de infraestrutura urbana e de portos. O crescimento continuado da economia inibia a emergência do conflito social.

Já no fim da década de 1920, a expansão chegava ao seu limite, não por questões relacionadas à capacidade produtiva dos países da América Latina, e sim pela dinâmica da economia internacional. Em grande medida, o crescimento dos preços estava vinculado a processos especulativos. A demanda tinha se estabilizado depois de um primeiro aumento para repor os estoques consumidos durante a Grande Guerra, principalmente entre os países produtores de minérios. A Bolsa de Nova York estava em um processo expansivo, e esta expansão baseava-se na especulação. Além de especular com ações também se especulava com *commodities*, como os produtos da América Latina – como consequência, os preços cresceram para além da demanda. No processo de acerto entre preço e demanda, se produziu uma queda dos preços junto com uma queda da demanda. Ou seja, o pouco que era vendido era vendido a valores decrescentes. A queda dos preços e das vendas produziu uma queda nos recursos nacionais, assim como uma queda na arrecadação dos Estados Nacionais da América Latina, que também não conseguiam pagar as suas dívidas, principalmente aquelas relacionadas à expansão da infraestrutura. A fonte principal de financiamentos estava na Inglaterra, que foi uma das economias mais afetadas tanto pela crise especulativa como pela provocada pela falta de pagamentos da Alemanha dos ressarcimentos da Grande Guerra. Isto levou a Inglaterra a solicitar os pagamentos dos empréstimos, sem liberar novos, ao contrário do que acontecia até esse momento, que permitisse manter a máquina em funcionamento. Apesar de países como a Argentina terem se mantido como fiéis pagadores, ainda que à custa de aumentar as dificuldades de funcionamento do

Estado, outros países optaram por deixar de pagar as suas dívidas com a Inglaterra e passaram a procurar novos empréstimos no novo fornecedor de capitais, os Estados Unidos.

A crise de 1929 provocou uma crise social na América Latina. Milhares de mineiros, agricultores, camponeses e trabalhadores urbanos perderam os seus empregos. Os imigrantes não tinham para onde voltar, dado que a crise também afetava os seus países de origem ou as outras opções regionais. Os grandes produtores se viram às voltas com uma grande produção que não tinham a quem vender fora ou dentro dos seus países. A única solução para estes problemas parecia ser o Estado, que também tinha os seus próprios problemas, como, por exemplo, o pagamento das dívidas contraídas para a expansão da infraestrutura.

A partir destas questões a crise de 1929 se apresentou como um momento de reformulação do Estado e das relações entre os distintos grupos sociais. Em grande medida, a situação se resumia entre a posição dos setores populares, que pretendiam manter os direitos adquiridos e os níveis salariais da década de 1920, e os setores proprietários, que pretendiam levar o estado das coisas ao período anterior à Grande Guerra. No meio, as classes médias, temerosas de perder os privilégios conquistados com o crescimento do Estado, desconfiavam dos movimentos de massas e entendiam que as políticas que atendiam às demandas trabalhistas tinham chegado a um limite intransponível. Ir além deste limite implicava o fim do Estado, por incapacidade de financiamento.

As consequências dessa prática levaram a que a reação conservadora tivesse um forte apoio das classes médias urbanas. Se os fascismos podiam ser inspiradores deste posicionamento das classes médias que demandavam ordem para o progresso, na realidade o que se impôs foram ideologias e políticas conservadoras e restauradoras da velha ordem. Pelo menos no primeiro momento. Porque aos poucos os grupos que tomaram o Estado por assalto negociaram com os trabalhadores, que, embora debilitados pela crise, tiveram capacidade de mobilização e de reivindicar os seus

salários, principalmente quando a crise começou a ser deixada para trás. As perdas do início da década criaram um sentimento de perda entre os trabalhadores que emergiria tempo depois.

Nos primeiros anos da década de 1930, as mudanças de governos na América Latina foram quase que completas, e quase todas pela via do Golpe Militar. Unicamente dois países escaparam a esta sina: o México, que vivia um processo de reorganização próprio, e a Venezuela, cuja exportação principal, o petróleo, não tinha sofrido a retração das exportações nem dos preços deste produto. O restante dos países da América Latina sofreu mudanças que indicavam um retorno às velhas formas.

O Uruguai teve mudança de presidente em 1931, quando assumiu Gabriel Terra, que, embora do Partido Colorado como Batlle, era contrário às reformas sociais implementadas. Em 1933, o seu governo democrático se transformou em uma ditadura que lhe permitiu dar marcha a ré em vários dos elementos mais progressistas dos governos anteriores, e de recolocar o setor rural no centro da cena. Paraguai e Bolívia tentaram resolver suas tensões internas com a denominada Guerra do Chaco. Se bem que a mesma se iniciou em 1932, e, até lá, ambos os governos cruzaram provocações, principalmente por parte da Bolívia, o que acabou na deflagração do conflito. O mesmo terminou em 1935 com quase 100 mil mortos, tudo pela possibilidade de existência de petróleo que nunca foi achado. No Chile, a situação foi inversa, a crise ajudou a derrubar o ditador Carlos Ibañez, e depois de um breve período denominado de República Socialista, retomou a via democrática com a eleição de Arturo Alessandri, que governaria com o apoio de grupos liberais. Na Colômbia, os conservadores deram lugar aos liberais, que enfrentaram uma guerra com o Peru, em 1932, pelo controle da produção de borracha na região Amazônica. No Peru, em 1930 terminava o *Onzenio* de Augusto Leguia, um longo governo de tipo paternalista com operários e, principalmente, com os indígenas. A sua saída deveu-se a um Golpe de Estado, e, para se contrapor aos setores avançados, se organizaram em importantes partidos de massas, como a Aliança Popular Revolucionária da América (Apra).

Se na América do Sul a questão das mudanças esteve marcada pela luta política, a mesma se limitou, em grande medida, à luta superestrutural entre grupos políticos. Na América Central, o panorama foi diferente. Por um lado, temos o caso de El Salvador. Este foi o único país da América em que o Partido Comunista organizou uma tentativa de tomada do poder de tipo revolucionária e com o povo como ator principal. Partindo das lutas agrárias, o PC salvadorenho se lançou, em 1932, em uma luta contra um governo golpista. A revolução foi um fracasso absoluto, ainda quando plantou a semente da importância das lutas camponesas na organização das forças revolucionárias da região, como aconteceria na década de 1960. As suas principais lideranças, Farabundo Martí, militante e organizador do PC, e Feliciano Ama, cacique e dirigente agrário, foram assassinadas junto com mais de 20 mil salvadorenhos.



Figura 3.6: Farabundo Martí (1893-1932) em foto de 1929.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Farabundomarti.jpg>

A mais importante luta anti-imperialista e pela libertação nacional do período aconteceu na pequena Nicarágua, liderada por Augusto César Sandino, um pequeno proprietário rural que se tornou uma lenda nos círculos revolucionários. Sandino, conhecido como o general de homens livres, levou à frente um duplo combate contra os estadunidenses e contra o governo nacional. Desde 1927, ele se engajou na luta contra o invasor americano do lado dos liberais. À medida que a luta avançava, era mais evidente que estes pretendiam um acordo com os Estados Unidos, para que lhes deixassem o governo, e para isso eram capazes de chegar a um acordo que protegesse os interesses americanos em detrimento da população da Nicarágua. Sandino utilizou-se da guerra de guerrilhas até 1933, ano em que finalmente os *marines* saíram da Nicarágua por meio de um acordo com o governo de F. D. Roosevelt. Sandino tinha se convertido em um dos mais importantes políticos nicaraguenses e a única forma de ele não ser um estorvo ao acordo foi o seu assassinato, cometido por Anastasio Somoza em 1934. Com a morte de seus líderes revolucionários, Nicarágua e El Salvador mantiveram governos profundamente comprometidos com os interesses dos Estados Unidos, mesmo que para isso fosse preciso manter exércitos destinados ao controle da população.



Figura 3.7: Augusto Cesar Sandino (1895-1934), o general de homens livres, no centro da foto em viagem por México.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Augusto_Sandino_\(centre\).jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Augusto_Sandino_(centre).jpg)

Finalmente, temos o caso argentino. A Argentina foi um dos países que mais tempo sofreu com a crise. Existiram outros países com um curto período de queda abrupta, como o Chile, mas que logo conseguiram a sua recuperação (no caso do Chile, porque o cobre chileno era fundamental na expansão da eletricidade na Europa e no mundo). O impacto da crise na Argentina acabou com a experiência do radicalismo e a sua alternância entre um radicalismo reformista e outro de corte liberal. Nenhum dos dois grupos era visto como apto para enfrentar o descontentamento operário ou para administrar as demandas dos latifundiários. Portanto, em setembro de 1930 foi dado um golpe cívico e militar que colocou na presidência, por menos de um ano, José Uriburu, um militar admirador dos regimes autoritários europeus. O seu governo acabou com os protestos, perseguiu os radicais e ainda fuzilou dois anarquistas que resistiram ao golpe. A violência política continuaria com assassinatos e perseguições aos opositores, e embora se abrisse um período democrático, o mesmo estaria marcado pela *Fraude Patriótica*, ou seja, a manipulação dos resultados eleitorais para que os radicais não pudessem voltar ao governo, o que foi complementado com a proscrição dos comunistas.

A década de 1930, também conhecida como a *Década Infame*, foi marcada pelos movimentos sediciosos dos radicais contra o governo, as negociações econômicas (como o Pacto Roca-Runciman de 1933, que garantia que a Argentina seria um mercado privilegiado da Inglaterra), a reestruturação do Estado para favorecer os grandes produtores, a fraude eleitoral e a perseguição aos operários e militantes. A Argentina tornou-se um campo de experimentação de novas teorias econômicas, e a posta em prática foi o keynesianismo pelas avessas, o Estado se fortalecia para favorecer os latifundiários, com novos organismos estatais que lhes favoreciam. Estas políticas de concentração econômica, de fortalecimento do Estado e de exclusão seriam a base para a aparição de novos grupos de atuação política, que seriam definidos como populistas, como veremos na próxima aula.



Figura 3.8: Foto do golpe de Estado de 6 de setembro de 1930 na Argentina.
 Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Golpe_de_Estado_en_Argentina_en_1930.jpg

De qualquer forma, é interessante estabelecer que a saída da crise de 1929 na América Latina teve dois componentes: por um lado, a reinserção nos mercados internacionais, que se deu com maior ou menor rapidez segundo a produção nacional. Por outro lado, esteve marcada pela dinâmica do mercado interno. A impossibilidade de se abastecer de produtos importados levou à incrementação da produção nacional. Países que tinham uma base industrial pré-existente, como a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Colômbia, passaram a aumentar a sua produção industrial. Isto serviu para aumentar a demanda de mão de obra que estava ociosa, diminuindo as tensões sociais, e, ao mesmo tempo, permitiu a criação de uma renovada indústria nacional destinada ao mercado interno. Outros países sem base industrial tiveram que limitar o uso de divisas em produtos que podiam ser produzidos localmente, desta forma, os pequenos países da América Central e do Caribe reverteram parte das terras que estavam destinadas às produções de exportação;

assim, terras de café, açúcar, algodão ou tabaco foram destinadas à produção de alimentos. Os camponeses continuavam a trabalhar e a terra continuava produtiva.



Atende ao Objetivo 2

2. Nesta aula apresentamos dois casos que diferem nos seus acontecimentos, mas que permitem uma reflexão sobre a forma em que as classes médias se vincularam aos processos políticos na América Latina. Faça uma comparação entre estes dois processos, focando os ganhadores e os excluídos no mesmo.

Resposta Comentada

○ Yrigoyenismo e o Batllismo nos permitiram refletir sobre as possibilidades abertas à incorporação de novos atores ao processo político latino-americano. Esta incorporação não se deu sem consequências, na verdade, demandou um forte compromisso por parte de todos. O compromisso pode ser resumido como um pacto de reconhecimento da entidade política, em troca da continuidade do sistema econômico. O caso mais interessante foi o uruguaio, justamente, porque levou o reconhecimento do político ao social, com a inclusão de direitos

trabalhistas e previdenciários para os cidadãos uruguaios. Porém, não foram alteradas de forma alguma as bases de sustentação da economia. Também os dois modelos se apresentaram como nacionalistas ou defensores dos interesses nacionais, sendo os empresários estrangeiros os principais prejudicados.

RESUMO

O período abordado é um tanto extenso, porém é importante para compreender os rumos da América Latina contemporânea. As experiências políticas e econômicas do período são centrais para a compreensão das possibilidades e limites produtivos da região. Ao mesmo tempo, estas experiências se cruzaram com as novas situações que o mundo atravessava. As novas ideologias, como o Comunismo e o Fascismo, se não foram decisivas na organização regional, entravam no arcabouço teórico e contribuíram para redefinir a cultura política regional. A sociedade de massas crescia em forma acelerada e todas as tentativas por um retorno ao século XIX eram inviáveis.

As frustrações políticas somadas ao crescimento populacional, à diversidade social e econômica crescente construía a base para novas experiências políticas. Até esse momento, a América Latina se dividia entre liberais e conservadores. Daí por diante, essas categorias perderiam cada vez mais identidade e chamariam ao debate outras categorias ideológicas e políticas. A presença crescente dos Estados Unidos na região e a saída da Inglaterra como força dominante forçariam redefinições entre as forças classistas e as anti-imperialistas, assim como a dicotomia entre crescimento para fora ou crescimento para o interior do país. Todos estes debates reapareceriam na força política que foi chamada de *Populismo*.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula trataremos da questão do Populismo. Para isto, apresentaremos a questão do ponto de vista teórico, analisando as diversas posições em relação ao tema, assim como analisaremos também as principais experiências que são chamadas de populistas. As experiências populistas, que serão analisadas, são do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), no México, e do primeiro governo de Juan Domingo Perón (1945-1955), na Argentina.

Aula 4

A crise de 1929 e o *New Deal*

Norberto Ferreras

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar as origens da Grande Depressão nos EUA e o programa reformista implantado pelo governo de Franklin D. Roosevelt para combatê-la.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais causas atribuídas à crise de 1929 e à Grande Depressão;
2. relacionar tais causas à dinâmica da sociedade americana nos anos 1920;
3. reconhecer a mudança de paradigma introduzida pelo *New Deal*.

Pré-requisito

É recomendável ter lido a aula anterior, sobre os EUA na virada do século, particularmente a seção a respeito do desenvolvimento interno do país.

INTRODUÇÃO

Na última aula, vimos como, já no início do século XX, os EUA passaram ao *status* de potência regional. Nesse período, sua economia já demonstrava um crescimento considerável, sobrepujando a de vários países desenvolvidos. Esse gigantismo econômico veio antes de uma maior afirmação do país no âmbito das relações internacionais, que finalmente despontou a partir da Guerra Hispano-Americana de 1898. Desde então, os EUA passaram a se comportar cada vez mais como uma potência tradicional, defendendo, inclusive pela *força*, uma esfera de influência e diversos interesses estratégicos, não apenas na América Central e no Caribe (Cuba, Porto Rico), sua esfera de influência imediata, mas também no Pacífico (Filipinas, Guam). Era o nascimento de uma postura imperial, que, no entanto, se manteve peculiar em um aspecto: apesar do uso de coerção militar ou econômica, os americanos mantinham a soberania dos países em que atuavam, jamais constituindo colônias de fato.

No plano interno, conhecemos os problemas sociais que surgiram com o crescimento do país, como o aumento da pobreza e as tensões entre trabalhadores e patrões em uma economia cada vez mais industrializada. Vimos ainda como surgiram os diversos movimentos que procuraram enfrentar essas questões, tanto no âmbito político quanto fora dele. Daí o nome dado a essa época: a “Era Progressista”.

Agora, para falar dos anos 1920 e 1930, temos primeiro de retroceder um pouco para o ponto em que a aula passada terminou.

Da guerra à normalidade

O período de 1914 a 1918 representou um divisor de águas para o mundo, particularmente entre as potências europeias. A Primeira Guerra Mundial, ou simplesmente a “Grande Guerra” —

pois mal se concebia que poderia haver outra nessa proporção, já considerada o maior e mais sangrento conflito da história humana — deixou uma enorme destruição material e humana, semeou traumas e abalou o poderio dos países que a protagonizaram. Mas houve um para o qual o conflito foi singularmente vantajoso: os EUA.

Os americanos demoraram a entrar na guerra, e por uma boa razão: viam-na como um conflito entre interesses europeus, portanto fora de sua esfera de influência e distante demais para prejudicar a América. Assim, em vez de tomar partido, os EUA mantiveram sua neutralidade, mantendo relações comerciais tanto com Aliados — bloco formado por Inglaterra, Rússia e França, principalmente — como com membros da Entente — formada pelo Império austro-húngaro, o Império Otomano e sobretudo a Alemanha, entre outros. Nas palavras do historiador Antonio Pedro Tota, até 1917 “tanto os Aliados como a Alemanha dependiam cada vez mais dos produtos vindos dos Estados Unidos” e ambos os lados haviam recebido empréstimos de bancos americanos (TOTA, 2009, p. 129). Dessa forma, vemos que o principal interesse do país na guerra que devastava a Europa era econômico, não ideológico. Enquanto as grandes potências do mundo sangravam umas às outras, a economia americana aproveitava a temporária falta de concorrência para prosperar.

No entanto, em um conflito tão violento, a neutralidade não iria durar para sempre. Previsivelmente, não tardou para que um dos países beligerantes, a Alemanha, percebesse que seria mais fácil derrotar seus inimigos se impedisse os navios americanos de levar suprimentos para eles. Assim, após alguns incidentes anteriores de torpedeamento de embarcações dos EUA, os alemães anunciaram formalmente que seus submarinos afundariam *qualquer* navio que navegasse pela área conflagrada. Isso fez com que as relações entre EUA e Alemanha fossem rompidas. Um pouco mais tarde, descobriu-se que “a Alemanha teria procurado arrastar o México para a guerra — com vagas promessas de ajudar o país a recuperar os territórios perdidos para os Estados Unidos cerca de setenta anos antes” (TOTA, 2009, p. 130). Quando, enfim, em março de 1917,

cinco navios americanos foram afundados pelos alemães, chegou-se ao ponto sem retorno. No mês seguinte, os EUA entraram oficialmente em guerra contra a Alemanha.

A Grande Guerra, como foi chamada, acabaria em novembro de 1918, e o peso da participação americana foi importante para acelerar seu fim. Apesar dos problemas iniciais — como o país não ter uma força militar comparável à dos europeus, a princípio —, o fato de o território americano estar longe da zona de combate, e portanto com sua capacidade de produção intacta, foi um grande trunfo. Quando o conflito terminou, cerca de 117.000 americanos tinham perdido a vida, mas os EUA emergiam agora como uma potência econômica e militar. Enquanto Inglaterra, França e Alemanha contemplavam o esforço da reconstrução e das perdas humanas, e a Rússia havia se retirado da guerra por causa de uma revolução turbulenta, os EUA tomaram parte nas negociações de paz como uma força a ser levada em conta.

O presidente Woodrow Wilson, um intelectual e ex-reitor de Harvard, quis aproveitar essa situação vantajosa para reorganizar a ordem internacional. Em seus famosos *Quatorze Pontos*, ele propôs uma “paz sem vencedores”, ou seja, que não punisse nenhuma das partes do conflito, mas que, antes, prevenisse novas guerras. Uma ideia-chave nesse plano era a criação de uma *Liga das Nações*, uma grande organização internacional formada por vários Estados e que seria responsável legal pela manutenção da paz. Tal Liga seria também uma aliança militar formidável: qualquer nação que agredisse um de seus membros teria de se ver com *todos* eles. Dessa forma, esperava Wilson, a ordem internacional de então, sujeita a guerras de conquista motivadas pela falta de uma instância superior aos Estados envolvidos que pudesse mediar os conflitos, seria trocada por outra mais racional, com a força e a legitimidade necessárias para evitar uma nova Grande Guerra.



Figura 4.1: Woodrow Wilson (1913-1921), um presidente idealista.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/President_Woodrow_Wilson_portrait_December_2_1912.jpg

Mas, para que isso acontecesse, Wilson precisava do apoio do Congresso americano. Afinal, segundo a Constituição dos EUA, cabe a este, mais especificamente ao Senado, ratificar os tratados internacionais assinados pelo presidente. Infelizmente para Wilson, os senadores não estavam muito dispostos a engajar o país nos planos idealistas do presidente. Terminada a guerra, predominou o *isolacionismo*, isto é, a ideia de que os EUA deveriam evitar se envolver em questões internacionais que não diziam respeito aos seus interesses diretos, muito menos em caráter permanente. Essa é uma orientação que remontava aos tempos de George Washington, o primeiro presidente americano, que recomendava que o país não deveria fazer jamais alianças permanentes com outras nações, pois isso poderia arrastá-lo a lutas e compromissos (além de perigos) que

não eram verdadeiramente de seu interesse. Assim, acabou que os EUA, após conseguirem a anuência de outras potências para a formação da Liga das Nações, não puderam fazer parte dela, esvaziando-a de qualquer poder real. O sonho de Wilson de tornar o mundo mais seguro para a democracia não se concretizou.

Ao se candidatar ao segundo mandato em 1916, Wilson prometera manter o país fora da guerra. Como se vê, isso não aconteceu. Não é de surpreender, então, que, na eleição seguinte, em 1920, o republicano Warren Harding tenha vencido prometendo a “volta à normalidade”. Depois de uma aventura europeia, os americanos queriam se voltar para seus próprios problemas e preocupações domésticas, sem se importar muito com o resto do mundo. Como veremos, eles tinham suas razões para isso.



Atende ao Objetivo 1

1. Nos anos 1930, uma rumorosa investigação do Congresso procurou verificar quais teriam sido as “reais” causas do envolvimento americano na Primeira Guerra Mundial. Havia a suspeita, alimentada pela imprensa sensacionalista, de que os EUA só teriam entrado na guerra por influência dos “mercadores da morte”, ou seja, fabricantes de armas. Entretanto, olhando em retrospecto, vemos que de fato o envolvimento americano nesse conflito teve algumas consequências econômicas positivas para o país. Pense um pouco e responda: como foi possível que a guerra fosse economicamente vantajosa?

Resposta Comentada

Os EUA se beneficiaram da guerra no plano econômico, primeiro pela demanda dos países europeus, de quem o país se tornou um grande fornecedor dos mais diversos produtos. Segundo, mesmo depois que a guerra acabou, como esses países ainda estavam se recuperando, tinham de recorrer a empréstimos e importações dos EUA, que assim puderam manter sua economia aquecida por mais tempo.

Uma “nova era”

A guerra impôs algumas mudanças no funcionamento da economia e da sociedade do país, temporárias umas, duradouras outras. Para começar, o esforço de guerra exigiu que o governo assumisse um papel mais ativo, fosse na propaganda para mobilizar a população, fosse na criação de agências como o Conselho da Indústria de Guerra, que “tinha por objetivo organizar o fornecimento de matéria-prima, fixar os preços e coordenar a produção das diversas fábricas e minas fornecedoras”. Também foram criados mecanismos como a Lei de Sedição e a Lei de Espionagem, usadas contra dissidentes e críticos do governo e do esforço de guerra. No campo social, o recrutamento levou à entrada maciça de mulheres nas indústrias, ocupando os postos de trabalhos deixados pelos homens que foram para o serviço militar, assim como muitos negros, que migraram aos milhares do Sul para as cidades industriais atrás de empregos melhores. E, de fato, o nível dos salários melhorou no período.

Com o fim da guerra, os poderes do governo diminuíram, e os agora veteranos de guerra foram retomando seus antigos empregos (os que voltaram em condições físicas para isso, é claro). Mas o aquecimento econômico propiciado pela guerra continuou. Afinal, os principais competidores dos EUA precisariam de um tempo até

voltarem às suas condições normais e, até lá, teriam que importar todo tipo de produto. Em outras palavras, a bonança dos americanos poderia continuar mesmo em tempos de paz.

Quando olhamos os anos 20 do século passado nos EUA, podemos ver por que eles ficaram conhecidos como os “anos loucos”. Além de uma grande efervescência cultural – é a era da grande popularização do jazz, uma das “marcas registradas” da cultura americana”, e também da popularização do rádio e, cada vez mais, do cinema –, suas estatísticas impressionam. Como vimos na aula anterior, esse é um processo de crescimento que vinha desde o século XIX, mas que agora chegava ao seu ápice. Vamos examinar alguns dados?

Entre 1870 e 1929, o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, o total de riquezas produzidas no país, cresceu em aproximadamente 400%. E, especialmente após a guerra, a sua participação em determinados mercados mundiais disparou: entre 1926 e 1929, os EUA respondiam por 42% de todos os produtos industrializados *do mundo* e eram o maior produtor de eletricidade, carvão, petróleo, aço e ferro fundido (COGGIOLA, 2009, p. 135, 147). O número de imigrantes aproximadamente no mesmo período foi de cerca de 30 milhões, sendo que 18,6 milhões chegaram já a partir de 1901 (DEPARTMENT..., 2004, p. 5), numa população total que chegava a quase 120 milhões em 1929 e fazia as cidades crescerem continuamente. Ao fim desse mesmo período, havia 27 milhões de automóveis circulando pelo país, sem contar os caminhões; o telefone era um recurso comum e a produção de eletricidade chegava a quase 100 bilhões de quilowatts (TOTA, 2009, p. 144-145). A produção industrial, que sofrera uma pequena recessão industrial no imediato pós-guerra, recuperou o fôlego e cresceu 60% logo em seguida, e a renda *per capita* aumentou em um terço, enquanto o desemprego e a inflação caíram (KARNAL, 2007, p. 198).

Os bons tempos eram consequências do aumento da produtividade baseada em progressos na tecnologia, produção em massa e administração científica de empresas. O produto industrial e os investimentos de aplicadores estrangeiros

dispararam para as alturas e subiu pela metade a produtividade dos operários nas indústrias de transformação. Desenvolveram-se espetacularmente novas indústrias, como a de automóveis, aviação comercial e produtos químicos. Os progressos mais espetaculares ocorreram na geração de energia elétrica e em bens leves e duráveis de consumo como refrigeradores, aspiradores de pó e máquinas de lavar, bem como na construção de casas de subúrbios e de arranha-céus nos centros de cidades (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 317).

Nesse clima, não é de espantar que se vejam aqui as sementes do que mais tarde se chamaria de sociedade de consumo. Com uma renda maior, a população começou a gastar mais, estimulada pela “mágica” da jovem indústria da propaganda e marketing e pela disponibilidade de crédito (aliás, os primeiros cartões de crédito datam dessa época). O que não se pudesse comprar à vista sempre poderia ser comprado a prazo, em parcelas – afinal, uma economia aquecida não teria problema com desemprego. Não é à toa que o número de aparelhos de rádio vendidos, que era de cerca de 100 mil em 1920, chegasse a 4,5 milhões no fim da década, enquanto o de lares com geladeira chegasse a 1,5 milhão. Só no ano de 1929, foram 4,5 milhões de automóveis vendidos (TOTA, 2009, p. 138-139) – um em cada cinco norte-americanos possuía carro, pois os preços eram acessíveis às famílias. E até os alimentos industrializados transformaram-se em parte do dia a dia da “boa” vida norte-americana.

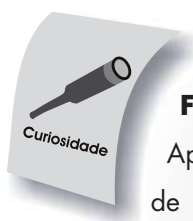
Hábitos mutáveis de consumo (...) pareciam tornar obsoletas as virtudes puritanas de trabalho duro, auto-sacrifício e poupança. Tornando-se cada vez mais comum para os operários industriais a semana de cinco dias e meio de trabalho, o lazer e a busca de divertimentos ficaram possíveis para um maior número de pessoas. Com tempo extra nas mãos e dinheiro de sobra nos bolsos, o público voltou a atenção para um novo panteon: estrelas do cinema, atletas e heróis como Charles Lindbergh, a Águia Solitária, cujo voo

solo através do Atlântico em 1927 transformou-o no mais conhecido dos norte-americanos (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 317).



Figura 4.2: Charles Lindbergh, símbolo do herói de uma nova era.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/LindberghStLouis.jpg>



Fechando as portas

Apesar da economia aquecida, o início da década de 1920 representou um retrocesso numa área muito importante: a imigração. Por pressão de vários grupos políticos e sociais, o Congresso aprovou a Lei de Imigração, que restringiu severamente a entrada anual de imigrantes por meio de cotas por nacionalidade. Segundo essa lei, só poderiam

entrar nos EUA, a cada ano, o equivalente a 2% da quantidade de pessoas daquela nacionalidade informada pelo censo de 1890. O objetivo mais evidente era limitar a imigração das nacionalidades do sul e do leste da Europa, consideradas pouco adequadas para a vida nos EUA, e que fora mais intensa *após* 1890. Assim, por exemplo, se na década de 1900 entravam cerca de 200 mil italianos todo ano, agora só poderiam entrar 3.945 — e, mesmo assim, a partir de 1927 o número total de imigrantes por ano, juntando todas as nacionalidades, não poderia ultrapassar os 154 mil. Depois de séculos de imigração, a América punha um fim ao que fora até então uma de suas maiores características.

Após ler esses dados, você deve estar pensando que tudo estava bem, não é mesmo? Afinal, se as pessoas estavam ganhando mais, comprando mais e trabalhando menos, o que poderia dar errado? Era justamente o que muitos dos contemporâneos pensavam. No dizer de um dos presidentes americanos do período, Calvin Coolidge (republicano): “O negócio da América são os negócios.” Em outras palavras, a América estaria apenas realizando sua vocação natural nessa era de entusiasmo e crescimento, porém, havia, sim, problemas. E sérios. É o que vamos ver agora.

As rachaduras da prosperidade

O jornalista e escritor britânico George Orwell disse uma vez: “Ver o que está diante do próprio nariz é algo que requer esforço constante.” É uma frase adequada para quando se examina, com o conforto da retrospectiva, como era a economia americana dos anos 1920. Embora haja até hoje uma controvérsia sobre o que teria causado a Grande Depressão que encerrou a década, alguns fatores são mais comumente destacados na literatura a respeito. Vamos a eles!

Note que tudo que foi dito na seção anterior sobre os números impressionantes das estatísticas econômicas do período dizem respeito principalmente à produção industrial e ao consumo. Se você mora em uma área metropolitana, isso pode parecer muito normal e previsível. Porém, há um setor essencial faltando nesse panorama. Você saberia dizer qual é? (Releia o texto, se necessário.)

A peça fundamental que falta nessa descrição da prosperidade dos anos 1920 é o setor agrícola. E por uma boa razão: se a indústria e por extensão o comércio urbano cresciam, a situação no campo ao longo da década era ruim, e estava piorando. Como isso era possível?

Aqui, cabe recapitular o que dissemos sobre o principal motivo da prosperidade dessa década. Os EUA saíram da Primeira Guerra sem danos ao seu território, e por isso, enquanto os outros países beligerantes se destruíam, os americanos mantiveram uma posição relativamente confortável em casa. Com o fim do conflito, a economia americana viu-se na invejável situação de ter mercados ávidos de seus produtos – os países europeus – sem o incômodo da concorrência. Afinal, seus concorrentes tinham sofrido todo o prejuízo da guerra. Consequentemente, boa parte da economia americana continuou em alta, apostando que seus consumidores estrangeiros continuariam disponíveis.

No caso da agricultura, a mecanização e a esperança de bons preços levaram muitos fazendeiros a aumentar a produção, ao ponto de a oferta superar a capacidade dos mercados de absorvê-la (o que se chama de *superprodução*). Consequentemente, como havia suficiente vazão desses produtos, os preços baixavam – o preço do milho chegou a cair 80%! – e o excesso ia sendo estocado, enquanto a renda dos agricultores diminuía mais e mais. No total, a renda agrícola, que representava 16% da renda nacional, caiu para 9% (COGGIOLA, 2009, p. 146). Ora, muitos desses fazendeiros haviam contraído empréstimos contando com um *aumento* e não com a diminuição de seus lucros, não raro dando suas terras como garantia. Com a crise agrícola, um número crescente deles acabaria

se arruinando e perdendo suas terras. Isso era ainda mais grave no caso dos pequenos fazendeiros, menos resistentes a períodos de baixa.

Mesmo na indústria, a prosperidade não havia chegado a todos os setores. Indústrias importantes como as do aço e do carvão, a têxtil e o setor ferroviário tiveram dificuldades marcadas por vários movimentos grevistas ao longo da década. E a difícil relação entre os movimentos e as organizações dos trabalhadores e os patrões, que vinha de muito tempo (como vimos na aula passada), continuava marcada por confrontações violentas. Assim, a prosperidade industrial era um fato, porém estava limitada a determinados setores que constituíam o “carro-chefe” da economia.

No setor comercial, a *concentração de poder* por parte de grandes empresas era notável:

(...) a *Great Atlantic Pacific Tea* [rede de comércio varejista] passou (em 6 anos) de 5.000 a 17.500 lojas; as cadeias de lojas vendiam 27% dos alimentos, 30% do tabaco, 27% das roupas. No fim do processo, oito grupos financeiros detinham 30% da renda nacional (...) (COGGIOLA, p. 146).

E mais: em 1929, “200 sociedades detinham 50% do capital comercial e industrial, 20% da riqueza nacional; apenas 2.000 indivíduos as controlavam”. Consequentemente, se alguns desses grupos sofressem algum revés, *toda a economia nacional* sofreria os efeitos (situação que, ao se repetir na recente crise financeira de 2008, suscitou um debate nos EUA sobre certas empresas serem grandes demais para se poder deixá-las quebrar).

Outro fenômeno que merece atenção, relacionado a esse, é a crescente *concentração de renda* nos EUA. Embora a renda salarial média aumentasse nesses anos, ela acabaria ficando defasada em relação à produção. Grande parte da riqueza produzida nos anos prósperos concentrava-se nas mãos de relativamente poucas pessoas, e a massa dos trabalhadores ficava comparativamente mais pobre. Mas quando os países europeus começaram a recuperar sua antiga

capacidade produtiva, diminuindo suas compras dos EUA, a demanda caiu e, por isso, a expansão industrial começou a desacelerar. O mesmo fenômeno da superprodução, que começara no campo, agora atingia outros setores. Isso, naturalmente associado à mecanização rural e também das fábricas, gerava desemprego, que por sua vez diminuía o mercado consumidor agora no interior do próprio país. Os estoques – de alimentos, de carros, de todo tipo de produto – cresciam, e os preços baixavam, mas cada vez menos gente tinha dinheiro para poder comprá-los. Enquanto isso, os níveis de produção industrial continuavam altos como nos melhores anos da década...

Apesar disso tudo, a economia americana da década de 1920 é muito mais lembrada por um episódio específico. Como numa fábula, trata-se de uma história que tem sido lida sob uma forte ótica moral, de ganância e castigo, e que ainda dá margem a discussões entre historiadores e economistas.



Atende ao Objetivo 2

2. Com base no que você leu sobre a situação americana nos anos 1920, faça um comentário sobre o seguinte tema: dizer que uma economia está crescendo é o mesmo que dizer que ela é saudável?

Resposta Comentada

O crescimento, por si só, não quer dizer que uma economia é saudável. Como bem mostra o caso americano no período estudado, pode-se crescer muito em determinados setores, mas cair igualmente em outros. A questão da *distribuição* dos recursos oriundos desse crescimento também é importante, do contrário pode-se abrir o caminho para, como no caso em pauta, uma possível superprodução, por exemplo.

Liberalismo econômico

Doutrina, largamente atribuída a Adam

Smith, segundo a qual o mercado se autorregula com a máxima eficiência quando é deixado livre, sem interferências externas (do governo, por exemplo).

Bolha financeira

Conjunto de transações financeiras de bens e produtos que têm seus valores inflados muito além do que eles realmente valem.

Especulação

Transação financeira em que o aplicador não está interessado realmente no desempenho de uma empresa cujas ações ele comprou. Seu objetivo é o ganho em curto prazo, oportunista, comprando ações que julga promissoras quando o preço está baixo, para em seguida vendê-las tão logo o preço suba a um patamar aceitável.

O impensável acontece: o *crack* da Bolsa

Apesar dos problemas estruturais da economia americana, reinava uma grande expectativa de prosperidade. Isso, aliado a uma regulamentação financeira frouxa motivada pela ideologia do **liberalismo econômico** predominante no país, permitiu que se formasse uma grande **bolha financeira** no mercado de ações do país.

A ideia de que a prosperidade americana ia durar muito tempo, ou talvez fosse permanente, gerou uma corrida ao mercado de ações. Não tardou para que a ânsia por lucros rápidos e fáceis levasse a uma onda crescente de **especulação** na Bolsa de valores. A alta nos preços das ações tornava fácil, por exemplo, comprar papéis de uma empresa por US\$ 1 em um dia para vendê-los com lucro quando o preço deles chegasse a US\$ 1,50 no dia seguinte. Os especuladores não estavam realmente interessados no que estavam comprando – que empresa era a responsável por aquela ação, se ela era saudável, o que produzia –, mas sim no lucro imediato que esperavam obter. Muita gente não especializada – pessoas comuns – investia suas economias nessa ciranda febril. E também muitos banqueiros, aproveitando que as leis pouco controlavam seu negócio, arriscavam as economias de seus clientes investindo – e especulando – em ações.

Segundo o economista John Kenneth Galbraith, um dos mais conhecidos autores que trataram da crise de 1929, o que estimulou muito toda essa especulação foi a manutenção de juros baixos por parte da Reserva Federal (Federal Reserve Department, ou FED, o equivalente americano ao Banco Central brasileiro). A ideia era atender ao pedido dos europeus, que vinham tendo constantes déficits comerciais em relação aos Estados Unidos e perdendo boa parte de suas reservas de ouro para os americanos (pois o que determinava o valor de uma moeda, nessa época, era a quantidade de ouro que o seu país possuía). Contudo, ao fazer isso, o FED estava simultaneamente facilitando a tomada de empréstimos, já que os juros estavam mais baixos. E como a “febre” do momento era investir no mercado de ações, a especulação podia se manter e até se intensificar. Quem não tinha dinheiro para uma determinada transação podia simplesmente pegar emprestado. Mas havia também outras práticas que haviam se tornado comuns. Galbraith explica (grifos nossos):

Mais emocionantes de todas eram as empresas “holding” e os consórcios (trustes) de investimento. Ambas eram empresas constituídas para investir em outras firmas. E as empresas em que elas investiam, por sua vez, investiam em outras empresas que, por seu turno, investiam em novas empresas. O processo chegava a ter de cinco a dez etapas. Entrementes, vendiam-se títulos e ações preferenciais. O pagamento de juros daí resultantes juntamente com os dividendos das preferenciais absorvia parte dos rendimentos da última empresa; a renda restante cascadeava de volta para as ações ordinárias ainda em mãos dos promotores. Ora, isso continuava enquanto os dividendos da última empresa, ou empresas, estivessem garantidos e a subir. Quando caíam, os juros dos títulos e ações preferenciais absorviam *o total da receita e mais*. Nada sobrava para subir a correnteza; as ações nos trustes de investimento e nas empresas “holding” então passavam muitas vezes, no prazo de uma semana, de estupendas a imprestáveis. Era uma eventualidade que quase ninguém havia previsto (GALBRAITH, 1986, p. 208).

**Entenda o mercado de ações**

Muita coisa mudou no mercado financeiro desde os anos 1920, mas os elementos básicos ainda se mantêm. Quer entendê-lo melhor? Você pode encontrar uma introdução ao assunto nesses dois endereços eletrônicos:

<http://www.bmfbovespa.com.br> (clicando na seção “Educação”, subitem “Iniciantes” e depois “Iniciantes do mercado de ações”) e também em <http://oglobo.globo.com/economia/seubolso/mat/2006/08/11/285223286.asp>

Ou seja, enquanto tudo estivesse bem, as ações subissem e os investidores estivessem confiantes, esses esquemas de investimentos continuariam lucrativos. Mas nós já vimos que a economia americana tinha problemas que vinham se agravando, e, além disso, o valor das ações muitas vezes não tinha qualquer base na realidade. Grandes “empresas” que valiam milhões e pareciam ter ações confiáveis não raro só existiam no papel. Muito dinheiro era investido, mas não com base em produção concreta. Eram recursos, por assim dizer, “virtuais”. Mas quem fosse suficientemente habilidoso poderia, com alguma sorte e sabendo o momento de converter seus papéis em dinheiro vivo, ganhar muito em pouco tempo. Não é à toa que o mercado de ações parecia tão atraente.

Mas em outubro de 1929, essa “festa” acabou. No dia 24, que ficaria conhecido como “Quinta-feira Negra”, um pânico tomou conta da Bolsa de Nova York, levando vários investidores a tentar vender suas ações antes que o preço delas baixasse mais. O problema é que, quando muita gente quer vender e poucos querem comprar, o natural é que os preços continuem a cair – para muitos, a cair para bem menos do que eles tinham pago por essas mesmas ações, inclusive com dinheiro emprestado, dias antes. Mas a iniciativa de alguns banqueiros, dispostos a comprar as ações que despencavam,

estimulou o mercado a uma recuperação ainda no mesmo dia. A ideia desses “salvadores” era que as ações se valorizassem mais tarde e eles pudessem revendê-las a um preço vantajoso. Infelizmente, na terça-feira seguinte, dia 29, ou “Terça-feira Negra”, houve novo pânico, nova corrida para vender e... nada de banqueiros salvadores. O mercado caiu sem parar e, com recuperações momentâneas e ocasionais, não parou de cair por três anos.

Como isso afetou a massa da população? No plano interno, o colapso da Bolsa de Nova York foi uma catástrofe. Quem tomou empréstimos para financiar suas transações não tinha mais com o que pagar. Os bancos que fizeram a maior parte desses empréstimos – alguns até emprestaram *mais do que tinham* em seus cofres – não seriam pagos. Consequentemente, faliam – e ainda não havia tantos mecanismos de proteção aos correntistas, que assim viam suas economias desaparecerem junto com os bancos aos quais as tinham confiado. Os bancos sobreviventes, por sua vez, relutavam em conceder novos empréstimos receando um calote – dificultando a vida de agricultores e empresas, por exemplo, que precisavam desses recursos para se manterem ativos. Com dificuldades para conseguir crédito, as empresas procuravam conter despesas e assim demitiam funcionários. Porém, como a crise era geral, todo esse novo desemprego afetou os níveis de consumo e, por extensão, os lucros das empresas, que assim demitiam mais. E esse ciclo perverso continuou por anos...

No plano internacional, lembremos que os EUA haviam se tornado peças fundamentais na organização da economia do mundo. A destruição causada pela guerra havia aberto oportunidades para investimentos e empréstimos no exterior. A Alemanha, por exemplo, que havia atravessado uma crise de hiperinflação gravíssima, precisava dos dólares americanos para recuperar sua economia e honrar suas despesas (inclusive pagar as importações vindas dos próprios EUA). Mas os americanos também constituíam um mercado importante para a convalescente produção europeia, de modo que havia uma “simbiose” entre os dois lados: o dinheiro americano

financiava a recuperação da Europa e voltava na forma de pagamento das exportações do país (fora eventuais juros, e o que mais restasse a pagar quando os europeus voltassem à plena forma).

Porém, em junho de 1930, o Congresso americano aprovou a Tarifa Hawley-Smoot, que taxou pesadamente mais de 20 mil produtos. Com essa medida, que tinha o objetivo de proteger a agricultura e a indústria americana da competição externa nesse momento de crise, o mercado americano ficou inacessível para vários outros países que contavam com ele para manter suas economias funcionando normalmente. E eles, em consequência, procuraram proteger seus próprios produtores nacionais, desencadeando uma onda protecionista que abalou seriamente o comércio internacional. E sem comércio adequado, como obter os recursos que não podiam produzir por si mesmos? Assim, o que começou como uma crise americana, tornou-se, graças à importância excessiva que os EUA tinham nesse momento, uma crise mundial de grandes proporções: a Grande Depressão.

Tempos difíceis

Quem hoje associa os EUA a uma sociedade consumista e, pelo menos em sua maior parte, próspera, pode ficar surpreso ao entrar em contato com os registros da Grande Depressão. Vejamos a descrição do historiador Sean Purdy, primeiro sobre a situação no campo:

Além de ser abatida pela falência econômica, uma grande área do país sofreu uma seca devastadora. A renda familiar nas pequenas propriedades caiu 60% entre 1929 e 1932, e um terço dos proprietários rurais perdeu suas terras. Centenas de milhares migraram para as cidades ou empregaram-se nos agronegócios, onde trabalhavam por salários baixíssimos, como os "Okies" do estado de Oklahoma, imortalizados pelo romancista John Steinbeck. Trabalhadores rurais, brancos e negros, perambulavam de cidade em cidade em busca de

comida e trabalho, dormindo em acampamentos, enquanto outros “corriam nos trilhos” dos trens da frente, procurando em vão subsistência decente (KARNAL, 2007, p. 207).

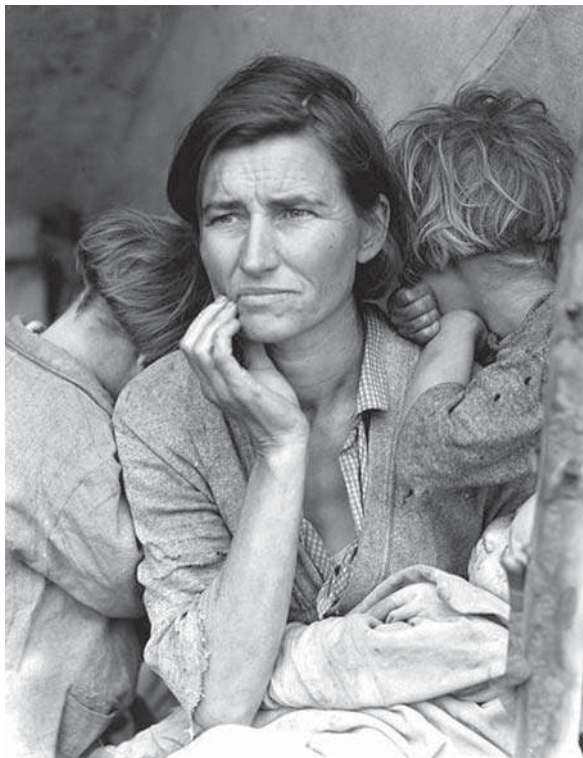


Figura 4.3: Uma das fotos mais famosas da Grande Depressão mostra uma mãe de 7 filhos, Florence Thompson, desempregada.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:LangeMigrantMother.jpg>

Já nas cidades, a situação não era muito melhor:

O desemprego paralisou muitas [cidades industriais]. No estado de Ohio, em 1932, a taxa de desemprego era de 50% em Cleveland, 60% em Akron e 80% em Toledo. Milhões de solteiros desempregados com rostos e roupas puídas caminhavam penosamente pelas ruas de todas as cidades, procurando empregos inexistentes. Muitos foram humilhanamente forçados a pedir ajuda da prefeitura ou do

Estado cujos poucos órgãos de assistência não acompanharam a crescente necessidade. Favelas proliferaram nas periferias das cidades do Oeste. (...)

Mudou a vida econômica e social das famílias (...). Ressurgiu a prática de fabricar roupas, manter hortas, cozinhar e fazer todas as refeições em casa. Para economizar, muitas famílias alugaram quartos ou dividiram casas com parentes e outras famílias. (...) Não podendo conseguir emprego ou forçados a pedir assistência, muitos homens abandonaram suas famílias. Taxas de fecundidade e casamento diminuíram pela primeira vez no país desde os primeiros anos do século XIX (idem, p. 208).



Figura 4.4: Uma das muitas imagens da penúria durante a Depressão mundial: trabalhadores do Canadá marcham contra o desemprego.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/UnemployedMarch.jpg>

Diante desse quadro, que fez o governo? Também nesse aspecto, há algumas divergências entre os historiadores. O relato tradicional enfatiza a relativa passividade do governo do republicano Herbert Hoover. Já certos autores mostram que o governo de fato tomou medidas contra a Depressão, mas que estas foram ineficazes ou insuficientes. Seja como for, a concepção predominante na época, como vimos, era a *liberal*, isto é, a melhor maneira de equilibrar a economia seria deixá-la funcionar sem a interferência governamental. Nas palavras do então secretário do Tesouro, citado por Galbraith: “Liquide-se a mão de obra, liquidem-se as ações, liquidem-se os agricultores...” Para ele, e para muitos outros economistas e autoridades da época, a Depressão seria uma ocorrência natural, “terapêutica”, que eliminaria os negócios mais frágeis e permitiria à economia retomar seu ritmo em bases mais saudáveis. O problema é que ela se prolongou e se agravou ao longo dos anos, a ponto de, por volta de 1933, um em cada quatro trabalhadores americanos estar desempregado. Não é por acaso que as favelas se chamavam *hoovervilles*.



Figura 4.5: Uma *hooverville*.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Hooverville_willamette.jpg

Nessa situação, o que fazer? Essa questão foi fundamental na eleição presidencial de 1932. E foi prometendo mudanças que Franklin Delano Roosevelt, do Partido Democrata, chegou ao poder. Mal sabiam seus eleitores que estava para começar uma nova era na história do país.

O *New Deal*

Roosevelt assumiu a presidência lançando uma série de reformas que ficaram conhecidas coletivamente como o *New Deal* ("Novo Pacto"). Na verdade, haveria três *New Deals* ao longo da década de 1930, cada um com suas especificidades. Seja como for, o *New Deal* representou um novo paradigma na atuação do governo americano: se antes valia a visão liberal, a partir de agora o Estado se tornava muito mais ativo e regulamentador com o objetivo de recuperar a economia, as relações entre capital e trabalho, os níveis de emprego e ainda prover formas de assistência social aos desfavorecidos. Esse novo papel do Estado seria também implementado, de diferentes maneiras, em vários outros países, como o Brasil de Getúlio Vargas e a Alemanha de Hitler. Afinal, se o mercado sozinho havia se desequilibrado a ponto de haver uma depressão, via-se o Estado como a única instituição capaz de combater o desastre desencadeado em 1929.

Os mais diversos programas fizeram parte do *New Deal*. Pode-se dizer que ele teve muito de tentativa e erro, e não se tratava de um bloco homogêneo e coerente de medidas, já que representava uma novidade na forma de governar o país. "Por trás de cada medida pedida pelo presidente havia grupos de pressão, necessidades do partido, conselheiros presidenciais e blocos no Congresso" (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 326-327), o que fazia do *New Deal* um empreendimento muito diversificado.

Tão logo tomou posse, em 1933, Roosevelt aproveitou a boa vontade política resultante da eleição e exigiu do Congresso um ritmo de trabalho acelerado. É o período dos chamados "Cem Dias",

quando conseguiu, com uma rapidez espantosa, a aprovação para uma série de medidas sintetizadas como “os três Rs”: *Reparação, Recuperação e Reforma*. Era o primeiro *New Deal*. Entre suas ideias principais, estavam: a reforma na legislação dos bancos, mantendo os mais fortes e deixando os mais fracos fechados; a criação de programas de trabalho para os desempregados, como o Corpo de Conservação Civil (CCC), voltado para o reflorestamento, a preservação de recursos naturais e a realização de grandes obras públicas; ajuda a residências e fazendas cujos donos não estavam conseguindo pagar as hipotecas; a volta à legalidade da indústria de bebidas alcoólicas, antes proibidas pela Lei Seca; subsídios a fazendeiros que concordassem em diminuir sua produção (assim aumentando o preço dos produtos agrícolas e a renda dos produtores), entre muitas outras medidas. Fosse como fosse, tratava-se de procurar reativar a economia revertendo a queda nos preços e propiciando um maior acesso à renda por parte da população até então desempregada. Notável também é o fortalecimento das organizações de trabalhadores, que, como já vimos na aula anterior, eram geralmente perseguidos. Agora, através da Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA, na sigla em inglês), garantia-se a eles o direito “de se organizarem e negociarem coletivamente através de representantes de sua própria escolha... imunes à interferência, restrições, ou coação dos empregadores...” (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 327). Essa iniciativa de proteção aos trabalhadores se manteria, como veremos, mesmo depois da anulação da NIRA pela Suprema Corte, em 1935.

Entre 1934 e 1936, veio a segunda onda de reformas, o segundo *New Deal*. São desse período algumas das realizações mais lembradas (e celebradas) do governo Roosevelt. Vamos conhecê-las?

A primeira é a Administração de Obras em Progresso (WPA, na sigla original), que reuniu e coordenou um exército de trabalhadores para construir estradas, escolas, parques, entre inúmeros outros projetos. Afinal, garantir um mínimo de renda aos trabalhadores era essencial

para quebrar o círculo vicioso da Depressão (vide o item "As rachaduras da prosperidade"). Mas além desse tipo mais convencional de frente de trabalho, a WPA

oferecia diferentes tipos de emprego a atores, pintores, músicos e escritores. Conservadores atônitos e liberais deliciados descobriram que o governo patrocinava concertos sinfônicos, guias turísticos excelentes, murais colossais e até mesmo peças de teatro – algumas até ousadas, de cunho experimental ou, o que não deixa de ser curioso, esquerdistas (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 330).

Outro item que merece menção é a criação da Previdência Social, ou a Social Security – que já existia há décadas em outros países desenvolvidos. Até hoje ela é a base do sistema de bem-estar social americano e um dos legados mais duradouros do *New Deal*.

Finalmente, a Lei Wagner, de 1935, a mais importante lei trabalhista da história americana, proibia a coação por parte do empregador sobre seus funcionários e estabelecia o pleno direito dos trabalhadores à formação de organizações próprias. Daí por diante, "o empregador teria de negociar com o sindicato escolhido pela maioria dos empregados em eleição secreta supervisionada pelo governo". Isso abriu o caminho para o grande fortalecimento do movimento sindical nos anos subsequentes e a repressão às práticas abusivas, e até violentas, que muitos empresários até então adotavam nas negociações trabalhistas.

Infelizmente para Roosevelt, entre 1935 e 1936, várias das leis e iniciativas que davam base ao *New Deal* começaram a ter sua constitucionalidade contestada na Suprema Corte, e algumas, como a já citada NIRA, foram tornadas praticamente nulas. Além disso, sempre havia conservadores no Congresso que viam com temor esse crescimento dos poderes governamentais sobre a economia. Depois de várias disputas políticas, que incluíram uma tentativa fracassada do presidente de reformar a Suprema Corte e nomear para ela juízes alinhados com suas ideias, Roosevelt conseguiu uma maior

boa vontade do judiciário para suas reformas. Assim, quando, em 1936 e 1937, houve uma recaída econômica, Roosevelt, já em seu segundo mandato, implantou o terceiro *New Deal*, marcado por novos projetos de auxílio aos agricultores e, sobretudo, pela Lei de Práticas Trabalhistas Justas, de 1938, que “estabeleceu modesto salário mínimo e horas máximas para a maioria dos empregados e acabou de vez com o (...) trabalho infantil” (SELLERS; MAY; McMILLAN, 1990, p. 333).

Mas, afinal de contas, o *New Deal* conseguiu tirar os EUA da Grande Depressão? Na verdade, não. Embora as medidas audaciosas do governo Roosevelt tenham sido importantíssimas para atacar os efeitos da crise, e tenham representado uma nova maneira de ver o papel do Estado na economia (para os americanos), isso não foi o bastante. No que diz respeito aos EUA, a tragédia econômica da Depressão só terminou quando o país se envolveu em um outro tipo de catástrofe, muito diferente – a Segunda Guerra Mundial. Mas isso é assunto para a próxima aula.



Atende ao Objetivo 3

3. O *New Deal* foi um divisor de águas na história americana não apenas pelas suas realizações, mas por ter representado também uma mudança de princípios no que diz respeito às funções de um governo. Desenvolva essa afirmativa e dê pelo menos um exemplo concreto de medida governamental da época que ilustre essa mudança.

Resposta Comentada

O *New Deal* representou o rompimento com o liberalismo econômico que até então orientava os governos americanos. Se até então o lema era deixar a economia o mais livre possível, agora, com a grave crise que se abatia sobre o país, o Estado assumiu a responsabilidade de pôr a economia nos eixos. Para isso, eram necessários novos poderes e estruturas. O texto é cheio de exemplos que podem ser citados, como, para citar apenas um, a Lei Wagner, que regulamentava a relação entre patrões e empregados.

RESUMO

Nesta aula, vimos como os EUA se beneficiaram da grande crise gerada pela Primeira Guerra Mundial, principalmente no campo econômico. Vimos também como esse benefício obtido nos anos de guerra e nos anos subsequentes teve um efeito duplo: beneficiou, por um lado, alguns segmentos da população e da indústria, mas também deu ao país uma centralidade excessiva na economia mundial, que ainda se recuperava da guerra. Quando sobreveio a crise de 1929 e logo em seguida a Grande Depressão, os problemas dos EUA se espalharam pelo mundo, o que exigiu novas posturas e ideias para combater a catástrofe econômica. Nos EUA, elas foram encarnadas pelo *New Deal* do governo de Franklin Roosevelt, que, ao aumentar os poderes e a interferência do Estado nos assuntos econômicos, procurou fazer o país voltar à normalidade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos do envolvimento americano na Segunda Guerra e seus efeitos no plano doméstico. Também veremos como os EUA saíram do conflito na dupla condição de vencedores e superpotência e o que isso representou nas suas relações internacionais. Finalmente, trataremos do anticomunismo, da cultura de massas e do nascimento dos movimentos dos direitos civis.

Aula 5

A sociedade de massa: os populismos

Norberto Ferreras

Meta da aula

Discutir a passagem da sociedade burguesa para a sociedade de massa, conhecida como período populista.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. analisar o conceito de populismo desde o ponto de vista do debate teórico;
2. estabelecer uma comparação entre os populismos clássicos: cardenismo e peronismo.

Pré-requisitos

Para aproveitar esta aula, é preciso ter acompanhado as Aulas 2 e 3 desta disciplina. Dessas aulas precisamos recuperar o processo da Revolução Mexicana e as contingências dos governos radicais. Nessas aulas estabelecemos também as mudanças na situação econômica e política da América Latina no período prévio e que darão uma maior compreensão aos fenômenos denominados populistas.

INTRODUÇÃO

A questão que desenvolveremos nesta aula é uma das mais contraditórias da história da América Latina: os debates são dos mais acirrados e, ao mesmo tempo, dos mais contraditórios. Muitos dos governos saídos desse período têm construído os seus seguidores e seus adversários, e esta relação se mantém até o presente. As ciências sociais e a política misturaram em várias oportunidades as análises desse período e da política desse período, construindo um senso comum em relação aos mesmos. De fato, o termo populista tem uma conotação negativa que teremos que analisar em função de poder construir uma interpretação fora do senso comum e menos apaixonada.

A temática do populismo está ligada com o crescimento e a diversificação da sociedade da América Latina. Em pouco tempo, a região deixou de ser um conjunto de sociedades isoladas, com pequenos centros urbanos e uma muito alta dispersão da sua população, para se tornar um conjunto de sociedades com poucos centros populacionais, que concentravam grande parte da população, da produção e da circulação de bens e capitais.

Outra questão que deveremos abordar ao analisar o populismo é a das teorias utilizadas para explicar este fenômeno social. Desde que o populismo foi chamado dessa forma, os cientistas sociais se debruçaram sobre a necessidade de estabelecer uma teoria específica. As interpretações construídas sobre essa realidade específica pretendiam determinar características comuns existentes àquelas situações que eram denominadas dessa forma. A questão era que a característica principal das situações populistas variou de caso para caso, dificultando a construção de um modelo interpretativo unificado. Essa questão também será analisada nesta aula, e esta análise nos permitirá avançar sobre os populismos com menos preconceito. Este, então, será o ponto de partida da

aula, para depois voltarmos aos principais casos do populismo: o cardenismo mexicano e o peronismo argentino, retomando, sempre que possível, os outros casos característicos.

De que falamos quando falamos de *populismo*

Uma das principais questões que se colocam quando nos referimos aos regimes populistas diz respeito àquilo que é denominado como tal. A questão do populismo se apresenta desde os anos 1930, quando surgiram teses favoráveis à construção de um Estado com capacidade de planejar, organizar e dirigir o desenvolvimento econômico e de intervir nos conflitos sociais. Essas teses foram sendo aceitas gradualmente na política da América Latina, sendo que, em princípio, essas propostas surgiram por oposição ao liberalismo que governava os países da região e derivadas das ideias dirigistas predominantes na Europa e nos Estados Unidos, como o fascismo e o nazismo, o comunismo stalinista ou o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt.

Como mostramos na aula anterior, os governos restauradores da década de 1930 pretendiam retomar o liberalismo do século XIX, que tinha dado grandes resultados aos produtores de matérias-primas, e ao conservadorismo político, que lhes permitia reter o poder em suas mãos. O problema era que as circunstâncias tinham mudado substancialmente. Mesmo estes liberais tiveram que aprender a lidar com a questão social, fosse esta agrária ou urbana; aceitar mudanças que eram irreversíveis, como os fenômenos do crescimento urbano e a migração do campo para as cidades; tiveram que compreender que a situação da economia no mundo tinha mudado e que demoraria em retomar a quantidade e tipo de fluxos de mercadorias prévios à Crise de 1929; e finalmente tiveram que aprender a controlar e a administrar o Estado que tinha crescido enormemente, e que agora podia ser útil para manter a

ganância dos exportadores. Nesta aula, analisaremos as relações do cardenismo e do peronismo com a classe trabalhadora nos seus respectivos países para tentar responder essas questões.

Para falar do populismo, podemos começar com uma anedota muito conhecida de Isaiah Berlin (1909-1997), filósofo e historiador russo-britânico), que, em uma conferência, explicou que o conceito do populismo assemelhava-se ao sapatinho da Cinderela. Segundo ele, existia o populismo como conceito que podia corresponder a alguma realidade, e que esta realidade podia existir em algum lugar, em algum momento específico, por até alguns poucos instantes, mas que não era possível pensar se este conceito correspondia-se exatamente a alguma experiência concreta. Com isto, ele queria dizer que havia de ter uma diferença entre a teoria e a realidade, e que uma não se embasa totalmente na outra. A reflexão de Berlin sobre um conceito dos mais polêmicos das ciências sociais é produto das posições preexistentes em relação ao *populismo* e à forma como esse conceito foi construído. Quando Berlin fez a sua reflexão, no final da década de 1960, os debates já tinham começado fazia tempo e os mesmos se direcionavam para compreender e explicar alguns fenômenos políticos latino-americanos. E se os debates existiam era pela necessidade de caracterizar nas categorias existentes para os países europeus a realidade da região. Dessa maneira, tudo aquilo que não se adequava a essas explicações tinha que ser analisado como um desvio ou um erro histórico, tomando ao desenvolvimento do capitalismo como um processo unívoco.

Este é um dos grandes problemas interpretativos do fenômeno conhecido como *populismo*. Os analistas partiram primeiro da teoria para ver se esta se adequava à realidade e não para atualizar a teoria desde a análise da realidade. Um dos primeiros analistas do populismo foi **Gino Germani**.

Gino Germani analisou o peronismo desde a teoria da modernização, e seu livro *Política e sociedade numa época de transição*, de 1965, é uma das análises mais influentes dessa corrente. Neste livro, Germani defende o populismo como o resultado

Gino Germani (1911-1979)

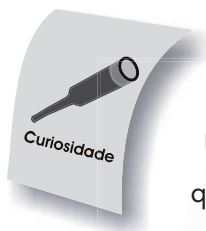
Cientista político italiano, foi um dos primeiros analistas do peronismo, o qual associou à categoria de populismo. Germani lecionou na Universidade de Buenos Aires, Harvard e Nápoles, nessa ordem. Muitos dos seus textos foram traduzidos para o português, influenciando a análise da política brasileira.

de um momento de transição de uma sociedade tradicional para outra moderna e como uma etapa necessária desta transição. A posição de Germani teve boa receptividade tanto entre liberais quanto entre os marxistas, sendo acompanhada pelos partidos comunistas latino-americanos que fincavam as suas raízes analíticas em uma teoria evolucionista do capitalismo. A passagem para a sociedade de massa teria, como momento decisivo, a substituição das ideologias tradicionais pelo populismo que tomaria o lugar da consciência de classe dos trabalhadores. Esta situação marcava uma grande diferença com o acontecido na Europa, onde os trabalhadores tinham as suas próprias instituições, e, portanto, consciência de classe própria. Lembremos que Germani era italiano e que identificava o populismo como uma variante do fascismo, sem contar que, para ele, as sociedades da América Latina tinham que acompanhar as trajetórias das sociedades europeias.

A partir daqui as interpretações do populismo têm sofrido vários inconvenientes, criando mais problemas analíticos do que soluções, como veremos a seguir. Em primeiro lugar, é um termo que tem sofrido uma inflação no seu uso. É possível falar em populismo nos âmbitos mais variados, que não se restringem ao político. Há músicos populistas, porque fazem músicas que apelam ao povo; há esportistas populistas porque encenam o amor por uma camisa, e assim por diante. Ao ser utilizado de uma forma ampla, então o termo careceria de *status* científico, porque justamente é um termo do uso cotidiano e não necessariamente do uso das ciências sociais. Utiliza-se sem precisão e para referir-se a situações que excederam o campo das ciências sociais. Justamente por estes motivos é visto como um termo que denota ambiguidade, e nunca é claro o uso que lhe é dado, nem o âmbito correspondente. Na maior parte das vezes o uso dado é pejorativo, e refere-se a atitudes com conotações negativas, como mencionado anteriormente ao apelo feito ao sentimento popular de determinado grupo de pessoas, porém esse apelo seria feito de forma ardilosa e com o interesse de enganar pessoas que ingenuamente acreditariam nele. Simultaneamente, este

termo apela a realidades heterogêneas, tanto cabem nele aspectos do cotidiano, como do político, do esportivo ou do cultural. E dentro do político se refere à alta e à baixa políticas, o rural e o urbano. Finalmente, outra das complicações do fenômeno é que ninguém denomina a si próprio como *populista*. Justamente porque é uma categoria com carga negativa, diferentemente de outras que podem ser vistas como negativas por alguns e positivas por outros (liberal, comunista, conservador, socialista, etc.). No caso do populismo, a identidade populista é negada e questionada por todos.

Mas, mesmo com todas estas características negativas, o termo populista chegou à política como um adjetivo positivo. Dois grandes movimentos sociais arrogaram este título em pontos diferentes do mapa. Encontramos este termo na Rússia, ou ao menos a tradução feita da palavra *narodnitchestvo*, derivado de *Narodnya* (povo). E o mesmo é utilizado para denominar o grupo Vontade Popular, um grupo de ação direta, destinado a atuar em conjunto com o povo, sendo este composto pelos camponeses e que terá uma fase de ação direta radical, também denominada como terrorista pelas suas práticas, mas que também é vista como uma agrupação refratária ao capitalismo, e que pretendia um retorno à comunidade camponesa originária. Depois do seu auge nas décadas de 1860 e 1870, foram perdendo importância.



O irmão de Lenin

Um membro deste grupo foi Aleksandr Uliánov, que, em 1887, foi executado por participar da tentativa de assassinato do czar Alexandre III.

Aleksandr era o irmão mais velho de Vladimir Illich Ulianov, mais conhecido como Lenin.

O outro movimento se deu nas pradarias dos Estados Unidos, quase que simultaneamente, como oposição à concentração de terras e para botar limites na influência do capital concentrado, como os especuladores de terras, os banqueiros, os donos das estradas de ferro e os especuladores da Bolsa de Mercadorias de Chicago. Para os produtores agrários do Sul e do oeste do Mississippi, estes eram os vilões que ficavam com o seu lucro e a única saída para deter a decadência dos pequenos produtores num período de crise era a organização política. Esta organização política foi o *People's Party* (o Partido do Povo), e seus seguidores se denominavam "populistas". O partido não teve uma longa trajetória, e conseguiu a sua melhor eleição em 1892, quando ganhou em seis Estados e obteve 9% do voto popular. A crise econômica que fez emergir o partido foi também a que o sepultou, quando o preço dos grãos voltou a subir. Ambos os movimentos tinham em comum o fato de serem movimentos agrários com um forte componente contrário às elites. Esses movimentos representaram uma saída diante da incompreensão das necessidades dos camponeses e produtores agrários. Estas são as únicas experiências em que seus membros se autodenominaram populistas.

Para poder compreender um pouco mais o populismo latino-americano, temos que voltar destes exemplos para a realidade regional. Alguns analistas têm preferido analisar o populismo do ponto de vista do momento histórico em que se produziu, construindo uma periodização do mesmo. A periodização seria a seguinte:

- *Precoce*: é denominado desta forma o que em aula anterior apresentamos como radicalismo ou reformismo das classes médias, ou seja, estamos falando das primeiras três décadas do século XX, sendo os seus representantes mais conhecidos: Yrigoyen, na Argentina; e Battle e Ordóñez no Uruguai.
- *Clássico*: seria o período que abarca as décadas de 1930 a 1950. Lázaro Cardenas no México, Getúlio Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina seriam os seus principais representantes. Este período estaria marcado

pela mobilização das massas urbanas, o incipiente Estado de bem-estar e o crescimento industrial. Mesmo depois e com menos êxito são considerados como populistas vários líderes das décadas de 1950 e 1960: Paz Estenssoro na Bolívia, e Velasco Ibarra no Equador. Aqui teríamos outros elementos diferenciadores, como a mobilização agrária e a participação de indígenas na política, que fariam estes casos um tanto diferentes dos anteriores.

- *Tardio*: depois teríamos outro grupo denominado Tardio. Estaria mais vinculado ao retorno de processos anteriores do que a processos originais. Estes teriam acontecido na década de 1970, e seus principais representantes foram novamente Perón na Argentina e Luís Echeverría no México.
- *Neopopulismo*: são denominados desta forma os movimentos políticos da década de 1990. Estes grupos teriam se aproveitado das formas de mobilização e das instituições dos populismos anteriores para mobilizar no sentido contrário. Se anteriormente a ação política tinha como objetivo favorecer as massas, agora o objetivo era o de favorecer os setores possuidores. Os exemplos mais conhecidos são os de Carlos Menem na Argentina e Alberto Fujimori no Peru, que governaram seus países ao longo da década de 1990. Outros casos do tipo foram Abdala Bucaram no Equador e Carlos Salinas de Gortari no México.
- *Populismo radical*: os governos do novo milênio mantiveram, alterando o sentido do neopopulismo, o mesmo estilo de mobilização, base social e engajamento político dos períodos anteriores. Porém, o desgaste do período anterior, a deterioração das condições de vida e a falta de resultados para os setores populares permitiram a chegada de grupos políticos radicais ou com posições políticas mais decididamente a favor dos setores depauperados. Esses movimentos políticos tiveram as mais diversas origens: no Uruguai, no Brasil, no Chile e na Argentina estiveram

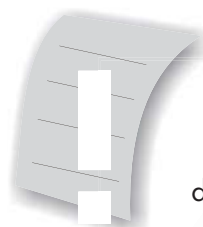
fundamentados em experiências políticas anteriores e o seu radicalismo é menor; na Venezuela, Equador e na Bolívia, pelo contrário, são movimentos políticos originais e com vínculos menores com os grupos políticos preexistentes, por tanto, estiveram mais livres para radicalizar as suas políticas.

Porém, isto não explica totalmente a questão: no melhor dos casos agrupa por período e não por formas de mobilização ou por medidas tomadas pelos governos. Os analistas que tentaram alguma forma de conceitualização do termo têm partido de quatro pontos diferentes:

- 1) *Desde a relação com o processo de “modernização”.* Para os autores dessa corrente interpretativa, é um fenômeno próprio de países subdesenvolvidos e que teriam atravessado um rápido processo de transformação, entendida esta como urbanização e industrialização simultâneas. A característica principal é a transição de uma sociedade de tipo tradicional para outra de tipo moderna. A crítica mais forte é que esta transição se produz de uma forma anômala e disfuncional. Produzindo-se uma falta de sincronia no processo de modernização, os países teriam uma parte da sociedade moderna e a outra atrasada desde o ponto de vista geográfico, econômico ou social. Estes países apresentariam regiões plenamente modernas, enquanto outras estariam vivendo nas sociedades tradicionais. Em uma, teríamos uma sociedade dividida por classes, e, na outra, teríamos uma sociedade hierárquica, e assim por diante. Porém, isto não implica uma exclusão mútua, uma vez que ambas as sociedades estariam imbricadas e, portanto, as assimetrias se fariam insustentáveis senão pela via da dominação de uma sociedade sobre a outra. A dominação estaria representada pelo *populismo*, que teria componentes da sociedade tradicional, como a

liderança carismática e autoritária, a dominação das classes inferiores, o confronto com os setores aristocráticos como forma de encarnar um espírito plebeu.

- 2) *Corrente histórico-estrutural*. Nesta interpretação o populismo é visto como uma fase do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e surge com a crise do modelo agroexportador e, por conseguinte, dos governos oligárquicos. Quase todos os autores desta corrente interpretativa entendem que esta passagem ao capitalismo estaria marcada pela via prussiana. Neste grupo há várias arestas diferentes na análise do fenômeno do populismo, há marxistas e dependentistas. Assim, teremos os que pensam o populismo a partir da relação de classes existentes, outros segundo a estrutura produtiva e a sua relação com o setor de exportação, entre outras análises. No que todos eles concordam é em relação à importância atribuída ao Estado no processo. A via prussiana é o ponto de partida; todos eles entendem o Estado como o agente dinâmico da política e da economia. A industrialização é produto dos incentivos e da participação do Estado na produção, no incentivo à demanda dos produtos nacionais, na construção de canais de comercialização adequados aos consumos populares. Mas também é o setor que transforma a política, porque é pela sua ação que a política de massas se transforma em política de classes, ao criar polos antagônicos entre os que aprovam o tipo de crescimento e os que o rejeitam. E, se isto é possível, é justamente pela crise hegemônica que se produz na aceleração do crescimento econômico e urbano.

**Via prussiana ao capitalismo**

Aquela que se inspiraria nas práticas adotadas na Alemanha hegemônica pela Prússia e dirigida pelo chanceler Otto Von Bismarck, entre 1871 e 1890. Bismarck encarnou um governo dinâmico, que incentivou as empresas alemãs a dinamizar a economia em direção a um processo de aceleração da industrialização. Durante o seu governo os trabalhadores foram tolhidos de direitos políticos porque a paz industrial era central na sustentação do projeto econômico.

- 3) *Os conjunturalistas*. Estes analistas deixam de lado a teoria como ponto de partida e pretendem desenvolver análises delimitadas a casos específicos. Estes autores mudaram a perspectiva analítica, o foco passou a estar no estudo de um caso que não é necessariamente uma nação e pode ser um clube de bairro, um sindicato ou um grupo de militantes. A mudança de perspectiva está diretamente relacionada com a *História vista de baixo*. Não é mais a estrutura e sim as pessoas que a conformam; já não é mais o Estado ou os dirigentes, a alta política; a análise passou a se centrar nas práticas cotidianas, na cultura política e nas vivências e experiências de homens e mulheres que se depararam com a nova conjuntura. Desta forma, a expectativa é a de analisar os efeitos do populismo sobre as pessoas, antes de suas origens, ou seja, compreender como é que as pessoas se tornam populistas. O efeito desta perspectiva é que dificulta a conceitualização do populismo, embora agregue uma maior compreensão dos mecanismos de aceitação do populismo entre as pessoas comuns e as suas práticas. Mas este é o efeito da História vista de baixo, no geral.

4) *Análise dos discursos*. Por último, temos a interpretação derivada das novas tendências das ciências sociais, como é a análise do discurso. Neste âmbito se concentram aqueles que analisam a relação existente entre o discurso e a realidade; alguns, mais radicalizados, entendem que o discurso constitui a realidade e, portanto, é o discurso populista que cria uma determinada realidade, datada historicamente. Mas não todos chegam a este ponto e apresentam a importância do vínculo entre realidade e linguagem. A linguagem é a que permite interpretar a realidade, sem outros discursos que apelaram aos atores; o populismo passou a ser um discurso capaz de dar vazão às necessidades de democratizar a sociedade e de interpelá-la no sentido de incorporar os anseios dos excluídos. Desta forma, o discurso plebeu, porém conservador, do populismo teria sido mais efetivo na sua capacidade de mobilizar e apelar aos setores populares, que a partir do mesmo teriam como lidar com a nova realidade da industrialização acelerada.

Para concluir este ponto deveríamos nos perguntar: como devemos analisar o populismo? A questão é deixar de lado alguns conhecimentos prévios e mudar a perspectiva analítica. Para começar, temos que desenvolver um estudo afirmativo, ou seja, devemos identificar os elementos existentes e articular as suas características, não resumindo o populismo a um único elemento, e é por isso que temos que realizar uma conceitualização aceitável na qual devem ser considerados os seguintes elementos: o *estilo de mobilização política*; a *coalizão social heterogênea*, a qual o fenômeno invoca e convoca; e o conjunto de *políticas reformistas* que integram o elenco de medidas tomadas pelos populistas. Devemos alterar o ponto de partida das análises e temos que passar a ver as opções e ações dos atores sociais sem subjetividade e como processos políticos com dinâmica e racionalidade próprias. O grande problema com as críticas ao populismo está justamente na

negação da sua racionalidade, na redução da afetividade e no apelo aos sentimentos. Agora vamos apresentar os dois grandes processos identificados com o populismo: o governo de Lázaro Cárdenas no México e o de Juan Domingo Perón na Argentina.



Atende ao Objetivo 1

1. A conceitualização do populismo tem sido uma tarefa ingrata para os cientistas políticos e sociais. Ante cada construção do conceito uma nova realidade ou uma nova forma de populismo dificulta as análises realizadas. Como deveríamos proceder para poder estabelecer uma definição do populismo?

Resposta Comentada

Como temos visto até o momento, é muito difícil construir uma interpretação unívoca dos populismos, por nos depararmos com tantas interpretações, algumas vezes contraditórias entre si. Por isso, uma boa possibilidade de analisar o populismo se encontra na sua periodização. Dessa forma, podemos construir interpretações a partir de núcleos temáticos específicos ou de realidades políticas e econômicas com características similares. Dessa forma, fugimos das

armadilhas da impossibilidade de relacionar momentos e sociedades diferentes. Portanto, se tomamos a periodização construída anteriormente e a aplicamos, podemos compreender melhor as formas e a natureza do fenômeno.

Populismo no México



Figura 5.1: Imagem de Lázaro Cárdenas assinando a reforma agrária, segundo um mural em Jiquilpán, Michoacán, México, cidade natal de Cárdenas.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Lazaro_Cardenas_Jijilpan.JPG

Lázaro Cárdenas foi presidente do México entre 1936 e 1940. O seu governo é visto como parte do processo histórico que conforma a Revolução Mexicana, mas alguns autores entendem

que este governo representa o fim da própria Revolução. De fato, Cárdenas participou nos conflitos militares da Revolução e se integrou nas fileiras dos vencedores da mesma. Depois de concluídos os conflitos armados, Cárdenas iniciou a sua carreira política dentro do grupo herdeiro dos triunfos da Revolução, o qual passou a se chamar Partido Nacional Revolucionário (PNR). Durante a hegemonia de Plutarco Elías Calles, Cárdenas continuou com o seu compromisso no interior do grupo antes mencionado como governador do seu estado (Michoacán), e posteriormente assumiu posições dentro do governo. Tudo fazia prever que Cárdenas se comportaria como uma peça ao serviço do controle do partido e do México exercida por Calles e que não se afastaria da sua liderança. Porém, Cárdenas tinha os seus próprios objetivos e posições políticas e as levou à prática desde o momento em que chegou ao poder.



Figura 5.2: Plutarco Elías Calles. O período da sua hegemonia foi conhecido como o “Maximato”, dado que era o “Chefe Máximo” da Revolução.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Plutarco_Elias_Calles.jpg

O governo de Cárdenas veio no bojo da saída da Crise de 1929, e a campanha para a presidência deu-se no meio de um auge de mobilização de massas que pretendiam serem consideradas depois dos governos mais conservadores de Calles e do seu sucessor Ortíz Rubio. Até o momento de ser candidato à sucessão de Ortíz Rubio, Cárdenas parecia que manteria a política dos seus predecessores. Porém, quando a campanha começou, também se iniciou o processo de afastamento dos seus mentores. A uma sociedade mobilizada nas suas demandas, Cárdenas respondeu com o apelo a essa mobilização. Nessa mobilização se somam as demandas dos camponeses que pretendem que a reforma agrária avance com mais ímpeto e os trabalhadores urbanos, postergados desde o governo de Calles, sentiam-se em mãos de dirigentes corruptos e em demasia amigos do Estado.

Na realidade, as mudanças tinham começado antes da sua eleição. Para começar, foi o primeiro presidente mexicano a ser eleito com o apoio de um partido que tinha o seu próprio programa. Ele era um presidente jovem, tinha 39 anos quando chegou à presidência, e portanto parecia débil o suficiente para ser manipulado. Mas ele pretendia reverter a política de Calles de presidentes fracos e um líder externo forte, uma espécie de poder não submetido ao controle popular. Para colocar um limite ao poder de Calles, Cárdenas precisava dos grupos mais ativos e mobilizados da sociedade, e isso foi o que fez. Em um ano Calles foi forçado a se exilar, e uma nova onda de militância varreu o México. Em certos sentidos, Cárdenas foi menos radical que os seus predecessores. Como exemplo, ele acabou com os conflitos existentes com a Igreja, chegando a um acordo sobre o lugar que a mesma deveria ter na sociedade e restabelecendo relações com o Vaticano. Com o Estado controlando a educação e a organização da sociedade civil, a Igreja retomou as suas atividades educacionais e confessionais sem conflitos, sabendo-se em uma situação de subalternidade.

Cárdenas reeditou a aliança com os trabalhadores que tinha sido exitosa para Obregón, porém ele compreendeu que a situação tinha mudado sensivelmente. No lugar de apoiar os trabalhadores de serviços das grandes cidades, agora os trabalhadores que procuravam o amparo do Estado eram os industriais, do Estado e das empresas privadas estrangeiras, principalmente naquelas em que se exploravam os recursos primários. Os trabalhadores do petróleo foram dos mais ativos. Eles precisavam do Estado, e Cárdenas, à frente do Estado, precisava deles para dar sustentação ao seu projeto. A Confederação Operária Regional Mexicana (CROM) perdeu a centralidade nas negociações e vínculos com o Estado. O seu lugar foi ocupado pela Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM), liderada por Vicente Lombardo Toledano, um ativista, político e filósofo que tempos depois fundaria o Partido Socialista Popular.

O outro grande apoio de Cárdenas foram os camponeses. Para Calles, que tinha desenvolvido uma forte política de ampliação da propriedade comunitária, a reforma agrária estava concluída e não tinha como avançar. Para os camponeses, que não tinham sido beneficiados pela mesma, este limite era impensado. Cárdenas prometeu na sua campanha continuar com a reforma, o que criou novos atritos com Calles. De fato, a reforma avançou a níveis nunca antes vistos e se concentrou no centro e norte do México. Se Calles tinha feito uma grande reforma no Sul, faltavam estas regiões, que eram as de mais alta concentração da propriedade da terra. Depois de Cárdenas, a *Hacienda* praticamente desapareceu, sendo que o sistema de fazendas tinha estado na base da produção de exportação no período do Porfiriato. Simultaneamente, Cárdenas avançou na nacionalização das estradas de ferro.

A reforma agrária e a nacionalização das estradas de ferro criaram certa tensão com as potências estrangeiras, uma vez que muitas fazendas estavam nas mãos de estrangeiros, principalmente cidadãos dos Estados Unidos. Em 1938, outro conflito deixaria a situação ainda mais difícil para o México. A militância dos

trabalhadores do setor petrolífero levou o governo a intervir no mesmo. O que os trabalhadores reivindicavam eram melhores condições de trabalho e salário, e as empresas responderam com a suspensão das atividades. A consequência foi que o governo acabou tomando parte pelos trabalhadores, envolvendo-se no conflito. A única solução ante o impasse foi a estatização dos poços de petróleo. Como resultado, o México foi boicotado pelos proprietários das companhias petrolíferas e pelos seus países. Cárdenas aproveitou a ocasião para que isto fosse uma cruzada nacional, unificando diversos setores que não eram totalmente afins ao seu governo. Até a Igreja se uniu na campanha, aceitando o lugar que lhe correspondia, o de legitimar as ações do Estado. Paradoxalmente, os Estados Unidos foram o país que menos inconvenientes ocasionou ao México por esta medida. Roosevelt preferiu manter o bom relacionamento com o seu vizinho no momento em que a possibilidade da guerra avançava. Comprar o petróleo do México podia ser tão útil quanto um México amigo.

O conflito do petróleo teve consequências econômicas, pelo fechamento dos mercados internacionais, o que foi aproveitado para concluir a etapa reformista. Desde 1938 o governo foi muito menos ativo e propenso a entrar em conflitos que não tinha mais como controlar. À medida que as eleições se aproximavam, as medidas perderam radicalismo.

Cárdenas deixou a sua marca na política internacional: além da sua política nacionalista, também se colocou a favor dos povos que sofriam com as intervenções estrangeiras. A República espanhola contou com a sua solidariedade, e até quando a União Soviética deixou de vender armas, Cárdenas se manteve fiel a ela. Recebeu as crianças órfãs, deu asilo aos perseguidos, cobertura ao governo republicano no exílio e ainda confrontou com a França pela sua política de isolamento em campos de concentração dos exilados republicanos. Manteve contatos frequentes com a União Soviética, tomando desta o seu modelo educacional: a escola socialista. Assim como dos modelos corporativos tomou a reforma política que lhe permitia construir um partido que unificava a representação política e setorial,

incorporando ao novo partido, o Partido da Revolução Mexicana (PRM), a representação setorial com a incorporação ao mesmo da CTM e da Confederação Nacional Camponesa (CNC). O PRM era um partido militar, popular, operário e camponês: estes eram os seus pilares principais e os que mais contribuiriam para a manutenção da primazia do Estado e dos benefícios até o momento obtidos, mesmo quando isto implicasse algumas viradas conservadoras.

O cardenismo avançou até onde conseguiu. No fim do seu mandato o descontentamento pelas suas tantas mudanças fez emergir a figura de um candidato opositor, Juan Almazán, um militar de segunda linha e com ideias muito esquisitas que unia o pacifismo de Ghandi com a admiração pelo fascismo e o nazismo. Neste sentido, os Estados Unidos preferiam a continuidade dos cardenistas, e Cardenas optou por desacelerar as reformas. A mudança de rumos permitiu a continuidade do seu grupo no governo, mas com uma virada conservadora, que preservasse o que foi conquistado, sem mais mudanças.

A grande pergunta é: foi Cárdenas quem mobilizou os mexicanos ou foi ele o produto desta mobilização? Foi uma política de cima para baixo? Há algumas questões a considerar: o México do período era uma sociedade mobilizada, sem considerar a origem dessa mobilização e por causas diferentes, sendo que esse estado de mobilização social e política só pode ser comparado ao período da Revolução (1910-1919). O papel do Estado na mobilização, propositalmente ou não, foi decisivo porque deu centralidade às reclamações e os fortaleceu. Finalmente, essa ligação com o estado permitiu o fortalecimento das organizações populares cujas reivindicações foram encampadas e nacionalizadas.

O populismo na Argentina

A Argentina também teve a sua experiência populista. De fato, no início do século, o já analisado Hipólito Yrigoyen era visto como uma liderança com forte apelo popular por muitos

dos seus adversários políticos. Porém, o termo populista vai ser utilizado profusamente com o seguinte presidente democrático, Juan Domingo Perón. Perón e o peronismo foram fenômenos próprios de um momento específico da Argentina, embora tenham partilhado com outros populistas o momento específico e a situação crítica enfrentada por esta sociedade. Perón compartilhou algumas coisas com Cárdenas, além do ano de nascimento: ambos eram militares, ambos faziam parte do aparelho do Estado, ambos soltaram amarras em relação aos seus predecessores e ambos tiveram nas instituições trabalhistas o seu ponto de apoio. Porém, as diferenças nas alianças, estilos e culturas políticas modificaram a equação dos populismos.



Figura 5.3: Juan Domingo Perón (1895-1974). A foto é da sua primeira presidência.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Juan_Peron_con_banda_de_presidente.jpg

Juan Domingo Perón era uma figura marginal no Exército argentino até o golpe militar de 1943. Até esse momento tinha circulado nos segundos planos. Segundo as suas próprias narrativas,

ele tinha participado de importantes eventos da História recente em funções subalternas ou marginais, mas sempre perto do poder. Até assumir a presidência em 1946, Perón teve momentos em que foi colocado bem próximo do poder e outros em que era afastado, porém sempre manifestou um grande interesse por estar perto dos centros decisórios. A sua trajetória prévia ao golpe de 1943 se resume à de um oficial que tenta fazer carreira ao interior da instituição. Teve a oportunidade de participar de conspirações, algumas fracassadas e outras exitosas, conseguiu ser enviado à Itália de Mussolini em 1939 e, em 1941, foi enviado de volta para a Argentina. Neste meio-tempo ele teve oportunidade de ver os preparativos para a guerra, sua deflagração e parte dos conflitos, assim como viu em primeira mão o funcionamento do fascismo. Não ocultava a sua admiração pelo fascismo, que qualificava como um “exercício de socialismo nacional sem dogmatismos”.

Ao seu retorno aderiu a uma das múltiplas associações de conspiradores que pululavam no Exército argentino. O Grupo de Oficiais Unidos (GOU) era formado por nacionalistas, e a posição em relação ao conflito mundial tinha alguns neutralistas, partidários dos aliados e das forças do Eixo. Porém, todos eles concordavam com a necessidade da intervenção na vida política argentina para dar um novo rumo e saída à crise política existente. Em 1930 a Argentina tinha sofrido um golpe, os herdeiros do golpe governavam ainda em 1943, sob um regime que privilegiava a fraude das eleições e a proscrição de alguns partidos políticos, como o radicalismo ou o comunismo. A situação social e política era tensa, e, além do mais, depois da morte do presidente, o governo ficou nas mãos de um vice-presidente antipático. A saída quase que comum para o fim da fraude “patriótica” e da chamada Década Infame estava em um novo golpe. O golpe finalmente foi em frente quando todas as facções do Exército concordaram com ele, porém nem todos coincidiam no que deveria ser feito depois do golpe, pelo que rapidamente teve lugar um expurgo entre os golpistas originais, e assim o GOU tornou-se hegemônico.



“Década Infame”

Foi chamado assim o período compreendido entre o golpe de 1930 e o de 1943. Dizia-se que era a Década Infame pelos casos de violência social e política, somada a uma série de casos de corrupção que afetavam membros do governo e pelas políticas econômicas de favorecimento aos latifundiários.

Perón ocupou, em princípio, uma posição que parecia marginal no novo esquema, porém era uma posição com a qual o GOU pretendia garantir a paz social. O cargo ocupado por Perón foi o de Diretor do Departamento Nacional do Trabalho. Neste cargo, compreendeu que existia um setor que precisava do auxílio do Estado e que podia garantir a base de sustentação social necessária para a continuidade do governo. A sua gestão teve sucesso, conseguindo respaldo para o governo e desmobilizando os setores mais radicalizados do movimento operário. Em 1944, teve lugar outra reorganização do governo, e o grupo de Perón saiu vitorioso. Agora, ele se aproximava do centro do poder comandando o Ministério do Exército, mantendo a nova Secretaria de Trabalho e Previsão e ainda chegando à posição de vice-presidente. Com o poder que detinha, Perón se fez intolerável para muitos dos seus inimigos dentro e fora do Exército. Em outubro de 1945, pelo acúmulo de poder e de cargos, Perón finalmente caiu em descrédito entre os seus companheiros, foi deposto dos seus cargos, preso e conduzido à prisão na Ilha Martín García no meio do Rio de la Plata.

Os trabalhadores que se apoiavam em Perón sentiram esta prisão como uma perda. Entendiam que, sem ele, as reivindicações de longa data que tinham sido adotadas pelo Estado não teriam continuidade. A decisão foi a de pedir pela liberdade de Perón e,

ante a pressão dos seus seguidores auxiliados pela companhia de Perón, Eva Duarte, decidiram realizar uma greve. A mesma foi marcada para o dia 18 de outubro. Porém, algumas das organizações forçaram a greve para o dia 17.



Figura 5.4: Esta foto é a mais conhecida e arquetípica deste evento. Cansados depois de horas de caminhada, os manifestantes decidiram se refrescar na fonte na frente da Praça de Maio. Esta foto foi apresentada como o símbolo da barbárie dos operários.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:17deoctubre-enlafuente.jpg>

Em 17 de outubro, a Praça de Maio foi tomada por milhares de trabalhadores que chegavam da periferia e da Grande Buenos Aires, os principais distritos industriais. Eles decidiram ficar nesse lugar até que Perón fosse solto. Os membros das elites olharam com espanto para essa invasão batizando esse evento como *aluvião zoológico*. Os marginados se apropriaram do centro da cena portenha e exigiram; a escala social estava invertida. Os trabalhadores tiveram sucesso e conseguiram o seu objetivo: Perón foi libertado, voltou e falou à multidão – inaugurando um estilo de comunicação –, prometendo voltar à política, mas, antes disso, se casou com Eva Duarte, que, depois disso, foi conhecida como Eva Perón.



Figura 5.5: María Eva Duarte de Perón, mais conhecida como Evita (1919-1952). Morreu aos 33 anos.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Evita_color.jpg

E foi o que fez: já não foi o candidato oficial do governo, mas boa parte deste ainda o apoiava. O radicalismo dividiu-se e uma boa parte acompanhou Perón na sua campanha. A Central General dos Trabalhadores (CGT) formou um partido próprio, o Partido *Laborista*, para apoiar Perón. Aos poucos a candidatura ganhou a força suficiente para que o embaixador dos Estados Unidos, Spruille Braden, entrasse na campanha para confrontar com Perón. O confronto entre eles foi tão forte que o lema de Perón foi: “Braden ou Perón” (ver **Figura 5.6**). Se Perón recebeu o apoio dos sindicatos organizados, parte do radicalismo, nacionalistas e de grande parte da Igreja, seus adversários também criaram uma aliança, a União Democrática, um conglomerado heterogêneo que reunia socialistas, comunistas, conservadores, liberais e a hierarquia da Igreja.



Figura 5.6: Braden ou Perón!

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Braden_o_Per%C3%B3n.jpg#filelinks

As eleições foram em fevereiro de 1946 e foram vencidas amplamente por Perón e seus seguidores, que conseguiram maioria absoluta em ambas as Câmaras e nos estados. A grande diferença entre os resultados foi que Perón conseguiu associar seus adversários como os aliados dos Estados Unidos e a si próprio como o defensor dos direitos sociais. A União Democrática estava mais preocupada com a guerra europeia e em identificar Perón com o fascismo do que com o que acontecia na Argentina. O PC entrou na União Democrática, com os que até esse momento os perseguiram, tentando reeditar uma frente popular antifascista.

Depois disso, Perón tentou reformular a legislação social e política da Argentina e, para isto, deixou atuar os sindicatos, que aumentavam as suas filiações e melhoravam as condições trabalhistas. Esta ação de baixo era paralela com os esforços do Estado por reformular a estrutura produtiva da Argentina. Estatizações de empresas do setor de transporte, a criação de companhias estatais de exploração de petróleo e outros minérios, o investimento numa

indústria de base e o investimento em produção de energia elétrica foram medidas quase que imediatas que também tiveram o seu correlato em tentativas mais ambiciosas, como a produção de energia nuclear ou a criação de uma indústria de aviação.

Perón contou com uma base de apoio sólida no seu primeiro governo que lhe permitiu ganhar uma eleição para reformar a Constituição e a reeleição. Os pilares do seu governo foram o incentivo ao consumo dos setores populares, portanto os setores vinculados ao mercado interno correram com vantagem. Os industriais e empresários do setor foram favoráveis ao peronismo enquanto o consumo se expandia rapidamente, mas quando o crescimento alcançou os seus limites, este apoio mudou para um pedido de limites ao poder dos trabalhadores. O financiamento dessa expansão se deu sobre o setor agrário, os lucros pelas exportações foram utilizados para incentivar a industrialização, o que provocou a rejeição do setor. Os trabalhadores agrários também não receberam grandes incentivos, para além da sanção de uma lei de proteção a estes trabalhadores que nunca foi aplicada. O Exército esteve entre os sustentos de Perón, devido ao rol principal dado a eles na direção das novas empresas do Estado e no melhoramento das suas condições profissionais, embora no seu interior os conservadores conspirassem constantemente contra a aliança com os trabalhadores. A Igreja passou do apoio irrestrito, devido ao papel central dado na educação e na cultura, à oposição mais extrema, quando em 1954 decidiu criar um Partido Demócrata Cristão, como em outros países do mundo. Para Perón, que entendia que o seu era um partido democrático e cristão, foi uma ofensa irreparável e retirou os privilégios da Igreja que começou a reclamar junto com a oposição.

O que funcionou até 1952, começou a perder base a partir desse ano. Esse foi o ano da morte de Evita e de uma grande crise econômica. A partir daí, Perón tentou controlar o movimento operário e fazer uma política econômica menos agressiva e mais consensual. Todos os seus esforços por manter a base de sustentação unida foram vãos. Os trabalhadores perderam centralidade no projeto, os empresários

questionavam a falta de compromisso dos trabalhadores, a Igreja se afastou e os militares se sentiram isolados da sociedade que se radicalizava em direção contrária. Os grupos descontentes cresceram ao ponto de, em 1955, começarem a realizar atentados, e, então, finalmente, veio o golpe que derrubou Perón e o seu governo.

Os resultados do governo de Perón se mantiveram no tempo. Em seu nome se produziram levantes armados e um subterrâneo movimento de massas. Em 1958 começou a Resistência que era um movimento de pequenos atentados e de propaganda que manteve vivo o peronismo. O peronismo foi proscrito em todas as eleições posteriores, até 1973, porém, em todas as eleições, a lealdade do seu eleitorado fez com que sempre existisse uma alta percentagem de ausentes ou de votos brancos. O legado do peronismo é impossível de ser negado na Argentina, onde dificilmente um candidato não peronista se elege como presidente ou consegue concluir o seu mandato.



Atende ao Objetivo 2

2. Neste momento, entendemos que é possível estabelecer uma comparação entre cardenismo e populismo. O estabelecimento desta comparação é central para compreender como um conceito que abarque estes dois fenômenos é possível. Que elementos você incluiria na comparação e por quê?

Resposta Comentada

Para poder estabelecer a comparação é preciso compreender que estamos tratando de sociedades e culturas políticas diferentes. Mesmo assim, podemos fazer o esforço de construção de um modelo comparativo entre os dois fenômenos. Por um lado, podemos estabelecer paralelos entre as duas principais lideranças (Cárdenas e Perón). Ambos eram militares e estavam envolvidos na administração da coisa pública. Podemos dizer que eram homens públicos e de Estado. Por outro lado, a comparação deve vir das bases sociais existentes. Aqui nos deparamos com dificuldades para unificar as análises: camponeses e operários, no caso mexicano; operários no caso argentino. Mas o que aproxima ambos é que os modelos se apoiaram em organizações que precisavam do apoio do Estado para deslanchar. Finalmente deve ser destacado o fato de que estamos falando de sociedades que enfrentavam o desafio da modificação das suas bases produtivas e que precisavam de investimentos e direção para dar o salto qualitativo que as modificasse. Nisto, o populismo demonstrou ser eficaz na centralização, planificação e direção da economia, aprofundando as tendências existentes em direção à transformação da sociedade.

RESUMO

Temos dissertado sobre o populismo e as suas duas grandes experiências concretas: o peronismo e o cardenismo. Certamente que é muito difícil, como mencionado até o momento, a possibilidade de construir uma interpretação única em relação ao mesmo, porém é preciso tentar uma conceitualização que permita uma reflexão sobre esses fenômenos.

Como mencionado anteriormente, são experiências com uma grande diversidade entre si. A base social do peronismo diferiu sensivelmente da base do cardenismo. Na primeira, o movimento operário organizado e a industrialização, aliada ao mercado interno, foram as pedras basais deste processo. No caso do cardenismo, o movimento operário foi ponta de lança, mas os camponeses organizados tiveram uma importância central nesse processo. Também, se o mercado interno teve um papel de destaque, foi a exploração de petróleo e minérios que deu a sustentabilidade necessária, mesmo quando fonte de conflitos. Mas, ao mesmo tempo, permitiu identificar um inimigo externo e galvanizar a base de sustentação.

Ambos os fenômenos construíram novas culturas políticas com o Estado como o centro da ação política. Para Cárdenas e para Perón, a construção de uma aliança implicava desconstruir parte das experiências anteriores para poder criar uma nova. Feriados, práticas culturais, eventos, comícios, festividades foram centrais nesse processo. Criar uma nova identidade e uma nova cultura política implicou apropriar-se do passado e organizar o futuro. Os governos populistas atenderam às demandas materiais e simbólicas dos seus seguidores, e tanto expandiram a massa salarial quanto deram um lugar e uma razão de ser aos trabalhadores no interior dessas sociedades.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula será apresentada a relação entre democracia e socialismo, centrando a análise na experiência cubana. Cuba foi, e continua a ser, uma experiência socialista que desde o mesmo momento da queda do regime político anterior se transformou em um modelo que rapidamente se espalhou para o resto da região. Por isso, e pelo fato de ser um caso de alto impacto nas práticas políticas da região, é que apresentaremos o caso cubano por separado, centrando nas suas peculiaridades, nos seus antecedentes e nas influências que exerceu no resto da América Latina.

Aula 6

Os EUA no pós-Segunda Guerra: Guerra Fria e prosperidade

*Norberto Ferreras
Rodrigo Farias de Sousa*

Meta da aula

Apresentar um panorama da sociedade norte-americana entre 1945 e 1960, com ênfase no seu novo *status* de superpotência econômica e militar.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o novo papel internacional desempenhado pelos EUA, bem como suas principais repercussões domésticas;
2. relacionar as características econômicas e políticas do período com as mudanças na cultura de massa que se forma nesses anos.

Pré-requisitos

Esta aula fará alusão a conteúdos da Aula 4, “A crise de 1929 e o New Deal”, em especial a tentativa americana de propor uma nova ordem internacional no governo de Woodrow Wilson, a Depressão e o New Deal. É recomendável que você já tenha estudado esses pontos.

INTRODUÇÃO

Nossa última aula sobre os EUA abordou os acontecimentos que culminaram na Grande Depressão, um dos maiores traumas da história americana. Vimos como uma crise sem precedentes abalou as antigas certezas do liberalismo econômico e impôs aos americanos a necessidade de buscar novas soluções. Essa busca se materializou no New Deal, o conjunto de reformas introduzido pelo governo de Franklin Delano Roosevelt na década de 1930. Em síntese, o New Deal representou uma reformulação do papel do Estado americano, que de liberal passou ao intervencionismo econômico, sempre na tentativa de tirar o país da Depressão e normalizar a sua economia. Porém, como descobrimos, isso ainda não foi suficiente. A “volta por cima” dos Estados Unidos da América, como eles foram da mais cruel crise econômica de sua existência até a condição de nação mais poderosa da história da Terra, é o tema da nossa aula de hoje.

A “boa guerra”

O título acima é a tradução do nome de um livro do radialista e historiador americano Studs Terkel (no original, *The Good War*). Ele resume a maneira como os americanos em geral recordam sua atuação na Segunda Guerra Mundial, e que também aparece em outras expressões sobre a época: “a maior geração” (para se referir aos americanos dos anos 1940) ou “a guerra para salvar o mundo” (título do capítulo correspondente de um dos manuais da bibliografia de nosso curso, *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*). A ideia é sempre a mesma: uma população heroica em uma luta acirrada contra o mal. Embora outras guerras que contaram com a participação dos americanos tivessem sua legitimidade contestada — vide o caso dos isolacionistas na Primeira Guerra, ou as críticas à intervenção no Vietnã, que veremos mais tarde —, a Segunda Guerra é quase uma espécie de unanimidade moral. Mas a sua importância para o país vai muito além disso. Vamos descobrir por quê?

Os EUA entraram na guerra um tanto tarde, mais de dois anos depois de seu início. Até então, tomado por um forte sentimento isolacionista, o Congresso tinha imposto ao governo severas limitações em sua política externa (os chamados “Atos de Neutralidade”). A ideia era evitar ao máximo que o país se visse novamente envolvido nos conflitos europeus, como já havia acontecido na Primeira Guerra Mundial. A Depressão também não ajudava: ainda em crise, a última coisa em que os americanos pareciam pensar era em outra guerra extraterritorial. Mesmo assim, ela veio bater às suas portas: em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base americana de Pearl Harbor, no Havaí, o que foi chamado de “Dia da Infâmia”. A partir daí, não havia mais dúvidas: o que havia começado como mais uma guerra europeia era agora também uma guerra americana.

Nos quase quatro anos seguintes de combate, enquanto milhões de americanos atuavam nas mais diferentes frentes de batalha, o maior efeito doméstico da guerra foi a realização do que anos de New Deal não tinham conseguido: o fim da Depressão. “Mas como?”, pode-se perguntar. “Guerras não são ruins para a economia?” Ora, nem sempre! O que houve foi uma repetição em maior escala do que já havia acontecido na Primeira Guerra: o aquecimento da economia. Afinal, o grande desafio durante a Depressão era o de como quebrar o círculo vicioso da economia: a crise financeira fazia as empresas cortarem custos com demissões; demitidas, menos pessoas tinham renda, e, por isso, o consumo diminuía, levando a novos cortes, e assim por diante. As reformas do New Deal foram importantes para combater os efeitos da crise, mas vimos que elas tinham muito de experimental, e às vezes esbarravam em oposição política ou judicial. Com a guerra, isso mudou: a enorme capacidade produtiva do país voltou-se para o esforço de guerra e tinha um mercado certo — o governo dos EUA e seus aliados —, e não havia mais objeção política a que o governo assumisse o controle de setores inteiros da economia e gastasse o que fosse necessário para vencer os inimigos do país. Assim, se algumas das imagens mais inquietantes da Depressão eram de depósitos repletos de produtos encalhados e fábricas paradas, agora, o que se via eram indústrias trabalhando com força total.

Com o fim da guerra — a Itália saiu do Eixo em 1943, a Alemanha se rendeu em maio de 1945, assim como o Japão, em agosto do mesmo ano, após duas bombas atômicas —, os EUA se viram em uma nova fase. A Depressão havia sido afastada (embora houvesse o medo de que pudesse retornar em tempos de paz), mas as responsabilidades do país nunca mais seriam as mesmas. Agora que as outras potências estavam destroçadas novamente, os EUA, ao contrário de 25 anos antes, não podiam mais se furtar a um maior engajamento internacional. Vejamos como isso aconteceu.

Remodelando o mundo

A Segunda Guerra Mundial foi o maior e mais sangrento conflito da história humana. Perto dela, mesmo a sua traumática antecessora, até então chamada de a “Grande Guerra”, empalidece: cerca de 50 a 60 milhões de mortos em 6 anos de conflito, contra os 10 a 15 milhões desta última. Se admitirmos a análise de historiadores como Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos* (1995), que vê as duas guerras como um único conflito intercalado com uma trégua de 20 anos, teríamos a soma de 60 a 75 milhões de mortos. Isso sem contar aqueles que pereceram depois do fim dos combates por causas relacionadas à guerra, como os mortos por envenenamento radioativo em Hiroshima e Nagasaki.

Além do colossal custo humano, a guerra mudou as relações de poder no mundo. A Europa, que era o continente política e militarmente dominante, e até então dominava ainda imensos territórios por todo o mundo, encontrava-se exaurida em 1945. A Grã-Bretanha, dona do maior império colonial, e que fazia da sua moeda, a libra esterlina, a principal referência nas transações financeiras internacionais, não tinha mais condições de desempenhar o papel de potência hegemônica. Apesar de todo o seu passado “glorioso”, as potências tradicionais da Europa Ocidental — França, Alemanha e Grã-Bretanha — encontravam-se em uma situação de penúria. Nos anos imediatamente posteriores à paz, seus cidadãos

teriam pela frente a fome, o frio e todo tipo de escassez. A leste, as coisas não eram muito diferentes na União Soviética: fechada no seu sistema comunista e peça fundamental na derrota dos nazistas, ela tinha de lidar com um nível de destruição imenso em seu território — basta lembrar que, de todos os países, ela foi o que teve o maior número de mortos: as estimativas variam entre 20 e 27 milhões, incluindo militares e civis.

Na Ásia, a China, empobrecida e recém-liberta do cruel domínio japonês na Manchúria, ainda se via às voltas com uma guerra civil entre os comunistas de Mao Tsé-tung e os nacionalistas de Chiang Kai-chek. E o próprio Japão, outrora uma força militar poderosa e expansionista, depois de ousadamente arrastar os americanos à guerra, rendera-se incondicionalmente ao seu rival.

Nesse cenário, os EUA se viram em uma situação ainda mais privilegiada do que na Primeira Guerra. Mais uma vez, o seu território continental fora preservado de ataques diretos, seu parque industrial estava intacto e não havia qualquer rival econômico à altura. Era uma oportunidade única de impor a sua visão de como a ordem internacional deveria se organizar.

Os planos para isso eram anteriores ao próprio fim da guerra. Em 1944, na famosa conferência de Bretton Woods, americanos e ingleses se uniram para reordenar o sistema financeiro internacional. Entre outras medidas de ordem mais técnica, decidiu-se criar dois órgãos encarregados de socorrer e auxiliar países em crise: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial). A ideia era impedir que uma nova crise econômica em grande escala se espalhasse pelo mundo: um país com problemas poderia pedir empréstimos e assessoria técnica ao FMI a fim de sanear suas contas a curto prazo, enquanto poderia também contar com recursos do BIRD para a reconstrução necessária após a guerra. Além disso, Bretton Woods lançou uma novidade cujos efeitos são sentidos até hoje: o valor das moedas dos diversos países deixou de ser atrelado ao ouro, e passou a ter, como referência, o

dólar americano. Isso dava aos EUA um papel crucial no equilíbrio financeiro mundial — papel esse que, naquele momento, só eles estavam em condições de cumprir.

Esses novos dispositivos de segurança econômica eram úteis, sem dúvida, mas era preciso mais do que isso. A ideia dos Aliados era prevenir a eclosão de uma nova guerra nos moldes das duas anteriores, e para isso eles resgataram as ideias do velho presidente americano Woodrow Wilson (de quem falamos na aula anterior). Entre outras propostas, Wilson avançara a da Liga das Nações, uma instituição que reunisse vários Estados e promovesse um sistema coletivo de segurança no qual todos zelassem por todos — atacar um membro da Liga seria o mesmo que atacar os demais. Porém, a Liga nunca contou com o real apoio dos países mais fortes, nem mesmo o dos EUA, que nem chegaram a entrar porque o Congresso não apoiou a proposta de Wilson. Portanto, a Liga já nasceu debilitada e o projeto wilsoniano de segurança coletiva nunca chegou a se concretizar.

Mas agora era diferente. Afinal, o mundo acabava de sair da Segunda Guerra Mundial e as condições políticas eram bem outras. A ideia de uma organização internacional capaz de mediar conflitos entre Estados e atuar como uma espécie de poder legislativo internacional encontrou um apoio muito maior. Assim, com a bênção dos chamados “Três Grandes” (EUA, URSS e Grã-Bretanha), foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que inicialmente reuniu 51 países-membros (hoje são 192). As palavras do presidente Harry Truman, que substituiu Roosevelt (morto pouco antes) na conferência para a redação de uma carta constitutiva da organização, resumiam o que ela significava: “Vós... sereis os arquitetos de um mundo melhor. Em vossas mãos está o nosso futuro” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 599). Embora não se tratasse de uma organização estritamente igualitária — as questões militares ficaram a cargo de um conselho de segurança com cinco membros fixos (EUA, Grã-Bretanha, URSS, França e China) —, ela foi um passo importante na tentativa de criar uma ordem internacional mais estável. Especialmente porque agora, diferentemente de em 1919,

os EUA estavam firmemente decididos a participar dela. Portanto, a recém-nascida ONU teria condições para uma atuação mais eficiente do que sua antecessora.



Figura 6.1: Conferência de São Francisco, em que 50 países se reuniram para assinar a Carta das Nações Unidas (a Polônia se juntou a eles um pouco depois).

Fonte: <http://www.unmultimedia.org/s/photo/detail/134/0001340.html>

Todas essas inovações representavam novas responsabilidades para os EUA, agora compromissados com uma postura internacionalista. Cientes de seu novo poder em relação aos demais países, os americanos esforçaram-se por moldar uma ordem mundial favorável ao seu próprio modelo liberal, democrático e capitalista. Apesar disso, nem tudo são flores quando se tenta remodelar o mundo. Nesse caso específico, havia um problema: *nem todos os países eram ou mesmo queriam ser liberais, democráticos ou capitalistas*. E havia pelo menos um, em particular, que não só fugia a esse modelo como tinha condições de levar outros a resistir a ele — justamente o aliado que havia sido crucial na derrota das forças de Hitler: a URSS.

Guerra Fria

O destino da Europa, o principal cenário da guerra, começou a ser traçado em três conferências de cúpula entre EUA, Grã-Bretanha e URSS, realizadas em Teerã (1943), Ialta e Potsdam (ambas em 1945). Nelas, os líderes aliados traçaram diretrizes conjuntas quanto ao que fazer com os países derrotados. Do ponto de vista americano, em particular, interessava que os países ora ocupados pela URSS no Leste Europeu tivessem a liberdade de escolher democraticamente seus novos governos, uma vez eliminada a ameaça alemã. Os soviéticos, contudo, tinham outros planos: tendo sido invadidos pelos alemães duas vezes no espaço de uma geração, eles queriam um cordão de segurança entre o seu território e o da Europa Ocidental, liberada por britânicos e americanos. Na visão de Stalin, o líder máximo da URSS, a melhor maneira de fazer isso era garantir que os governos desses países fossem favoráveis ao regime soviético — e, com as tropas do Exército Vermelho estacionadas nesses territórios, isso não era muito difícil. Assim, nos primeiros anos após a guerra, sob a influência de pressões soviéticas, regimes comunistas autoritários começaram a surgir nos países ocupados do Leste Europeu, o que implicava a violação de promessas feitas nos encontros entre os líderes aliados.



Figura 6.2: Churchill, Roosevelt e Stalin na Conferência de Ialta (1945).

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Yalta_Conference_\(Churchill,_Roosevelt,_Stalin\)_\(B%26V\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Yalta_Conference_(Churchill,_Roosevelt,_Stalin)_(B%26V).jpg)

O historiador David F. Task descreve a deterioração das relações entre americanos e soviéticos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra:

As disputas soviético-americanas reacenderam em 1945-1946. Os estadistas americanos começaram a argumentar publicamente que a União Soviética estava violando compromissos solenes. Os líderes russos insistiam em que sua política era um corolário da vitória ou era essencial à segurança nacional. A partir de tais posições estava-se apenas a um passo da tradicional concepção americana de que a liberdade é indivisível — de que a tirania, em qualquer parte do mundo, sempre acabava pondo em perigo as sociedades democráticas existentes — ou para o dogma marxista de que as potências capitalistas têm, em última instância, de empenhar-se em destruir as nações socialistas. Já em fevereiro de 1946, Stálin discorria publicamente sobre a impossibilidade de coexistência pacífica com as potências burguesas; e Churchill, em março, proferiu o seu discurso sobre a Cortina de Ferro em Fulton, Missouri, denunciando acerbamente a política russa na Europa (LEUCHTENBURG, 1976, p. 603).

Em 1946, Churchill, o primeiro-ministro inglês, deu o tom de como os britânicos, e cada vez mais americanos, começavam a perceber o seu ex-aliado. Em um célebre discurso proferido em 5 de março no Westminster College, no estado americano do Missouri, Churchill declarou:

[Os] Estados Unidos residem, neste momento, no centro do poder mundial (...). Não podemos permitir que o curso dos eventos continue correndo até ser muito tarde (...). De Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro atravessou o continente. Atrás desta linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e do Leste (...). Todas estão no que devo chamar de esfera soviética e todas estão sujeitas de uma forma ou de outra não somente

à influência soviética, mas, em crescente medida, ao controle de Moscou... (WISTON..., 2010).

No ano seguinte, eclode uma nova crise. A ação de uma guerrilha comunista na Grécia e as pressões soviéticas sobre a Turquia pela divisão do controle sobre o estratégico estreito de Dardanelos fizeram com que o presidente Harry Truman anunciasse oficialmente a nova postura americana frente ao quadro internacional:

No presente momento da história mundial, quase toda nação precisa escolher entre modos alternativos de vida. Frequentemente a escolha não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria, e se distingue pelas instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de discurso e religião e a liberdade da opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade forçosamente imposta de uma minoria sobre a maioria. Ele reside no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, eleições manipuladas, e a supressão das liberdades individuais. Acredito que deve ser a política dos EUA apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação pelas minorias armadas ou pelas pressões externas. Acredito que devemos ajudar os povos livres a construir seus próprios destinos de sua própria maneira (THE TRUMAN..., 2010).

Isso foi o que ficou conhecido como a Doutrina Truman, um marco na história das relações internacionais dos EUA. Vamos pensar um pouco sobre ela?

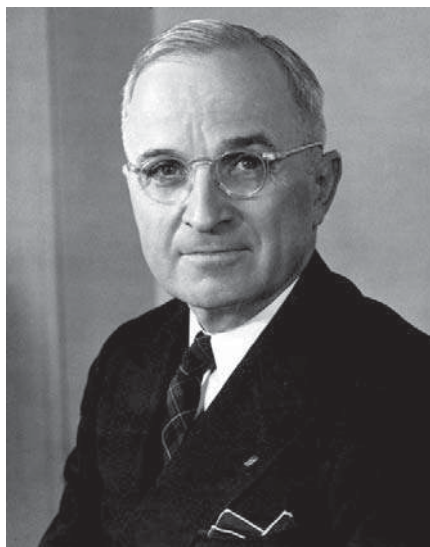


Figura 6.3: Harry Truman, o sucessor de Roosevelt (1945-1953).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/92/Harry-truman.jpg>



Atende ao Objetivo 1

1. Para apreender a importância da Doutrina Truman, façamos um exercício comparativo. Releia o tópico "Da guerra à normalidade", da Aula 4, e o tópico "Remodelando o mundo" desta aula, e responda: o que a Doutrina Truman representa de novo em relação à postura habitual dos EUA frente a outros países e a projetos de aliança como a Liga das Nações?

Resposta Comentada

Ao dizer que “deve ser a política dos EUA apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação pelas minorias armadas ou pelas pressões externas”, Truman está comprometendo o país com a segurança de outras nações. Trata-se de uma postura contrária àquela que predominou após a Primeira Guerra Mundial, quando o isolacionismo predominante no Congresso minou o internacionalismo do presidente Wilson e a entrada americana na Liga das Nações. Assim, os EUA deixam de se isolar para abraçar uma postura altamente engajada no cenário internacional.

Assim, começa a Guerra Fria, uma disputa de quatro décadas entre EUA e URSS nos mais diversos planos: militar, econômico, político, ideológico, cultural... Aqui, porém, não iremos tratar diretamente da configuração internacional dela, que é um tema clássico de História Contemporânea. Nosso foco em História da América será o impacto que esse novo conflito teve sobre a sociedade norte-americana.

A reconversão e a prosperidade

Nos anos da guerra, como vimos, a economia americana foi largamente dirigida pelo Estado, a fim de garantir o sucesso do esforço de guerra. A urgência da vitória sobre o inimigo comum aplacou maiores contestações e descontentamentos. Porém, era preciso se preparar para mais uma mudança, pois, com o triunfo militar, era necessário fazer uma nova reorganização econômica. Tal transição para a paz despertou a preocupação de muitos analistas; afinal, se o esforço de guerra havia afastado os males da Depressão, será que a vitória a traria de volta? O receio fazia sentido:

Uma semana após o Dia da Vitória no Japão [14 de agosto de 1945], o Arsenal de Springfield despediu todos os empregados, e um milhão de trabalhadores, em todo o país, retiraram o seu último salário. Bruscamente, foram canceladas encomendas no valor de 35 bilhões de dólares. O diretor de mobilização previu 8 milhões de desempregados para a primavera seguinte (LEUCHTENBURG, 1976, p. 712).

Também havia a questão do retorno dos milhões que ainda estavam no serviço militar. Com a sua partida para a frente de batalha, as vagas correspondentes no mercado de trabalho haviam sido conquistadas por vários outros grupos até então menos expressivos, como mulheres, negros e, claro, os muitos desempregados da Depressão. Haveria espaço para todos agora? Para muitos, a referência maior era a Primeira Guerra Mundial: após o término do conflito, em 1918, os veteranos que haviam arriscado a vida pela pátria na Europa voltaram à terra natal apenas para se perceberem desempregados.

Dificuldades existiram. Houve falta de certos produtos no mercado, inflação e uma onda de greves em 1945 e 1946 — no caso da dos ferroviários, que paralisou o país, o presidente Truman chegou a ameaçar convocar os grevistas para o Exército. Os empresários queriam menos controles governamentais depois de anos de intervencionismo; os sindicatos queriam proteger os salários, ameaçados com a subida de preços; e o público em geral queria finalmente poder gastar o dinheiro acumulado nos anos de guerra, na medida em que a indústria nacional voltava a produzir mercadorias de uso civil. Enquanto isso, manchetes como “Preços disparam, compradores sofrem — O boi anda pelas nuvens” se tornavam coisa corriqueira na grande imprensa (LEUCHTENBURG, 1976, p. 714).

No entanto, passadas essas dificuldades iniciais dos primeiros anos, o que se observou nos EUA foi o advento de uma explosão econômica sem precedentes. A partir de 1949, os índices econômicos e de qualidade de vida do país (embora com ressalvas importantes)

demonstram um crescimento colossal que mudou definitivamente o padrão de vida de grande parte da população americana. No dizer do economista John Kenneth Galbraith, os EUA do pós-guerra haviam se tornado uma “sociedade afluyente” — tão rica que os paradigmas tradicionais da ciência econômica não davam conta de analisá-la devidamente. Vamos ver alguns exemplos de como era essa afluência?

Em meados dos anos 1950, “o país, com apenas 6% da população da Terra, estava produzindo e consumindo mais de um terço dos bens e serviços do mundo” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 738). Os imensos gastos com a Guerra Fria também ajudaram a estimular a economia. Afinal de contas, os EUA, que nos anos 1930 tinham menos de 135.000 soldados e estavam em 17º lugar no *ranking* dos exércitos mundiais, agora tinham uma força de mais de um milhão de homens espalhados por bases em todo o mundo. Mantê-los, bem como a todo o aparato necessário a uma força militar moderna, exigia altos investimentos que circulavam por toda a economia, afetando, portanto, também a vida dos civis. Era o nascimento do que ficaria conhecido como o “complexo industrial-militar” — termo imortalizado pelo presidente Dwight Eisenhower —, uma poderosa aliança de interesses que dura até os dias atuais.

Em meados da década de 1950, os Estados Unidos alimentavam 40.000 fornecedores principais de equipamentos para a defesa e centenas de milhares de outros de importância subsidiária. (...) Na década de 1960, metade do dinheiro do governo ia para despesas militares, e em 1970 o Departamento de Defesa tinha um ativo superior ao das setenta e cinco maiores empresas industriais do país, empregava quase tanta gente quanto as trinta maiores firmas e estava gastando mais do que todo o Governo Federal antes da Depressão. Muitas comunidades e até regiões inteiras do país dependiam da prosperidade das indústrias bélicas lá instaladas. A Califórnia prosperava com a Lockheed; Seattle dependia dos contratos com a Boeing; na Geórgia, a folha

de pagamentos de uma fábrica aeronáutica correspondia a metade do valor da safra de algodão do Estado. O Pentágono descobriu que, se decidisse cancelar um contrato para a defesa ou fechar uma base desnecessária, o plano esbarraria com o clamor indignado dos cidadãos da comunidade afetada (LEUCHTENBURG, 1976, p. 726).

O aspecto militar não era importante apenas do ponto de vista da grande indústria. Os milhões de homens que haviam participado do esforço de guerra foram beneficiados com a Carta de Direitos dos Veteranos (G.I. Bill of Rights), de 1944, que lhes forneceu recursos federais para a aquisição de moradia, a abertura de negócios, tratamentos de saúde e, principalmente, educação. Graças a ela, milhões de pessoas, que inundariam subitamente o mercado de trabalho graças à desmobilização das tropas, puderam se dedicar aos estudos, tendo acesso a faculdades e cursos profissionalizantes que normalmente estariam fora de seu alcance. E esse era um investimento de longo prazo: com um grau maior de instrução, e consequentemente maiores chances de ascensão social, esses veteranos teriam condições de mais tarde oferecer uma educação melhor a seus filhos, que viriam a protagonizar a explosão na população universitária dos anos 1960.

O investimento em educação representado pela ajuda aos veteranos era complementado pelas verbas destinadas à pesquisa universitária. Estimulado pela Guerra Fria, o governo federal faria várias parcerias com as universidades visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e à manutenção da vantagem estratégica sobre a URSS. Desta forma, as grandes universidades americanas também acabariam fazendo parte do complexo industrial-militar, competindo por verbas públicas e pelos melhores cientistas e pesquisadores.

No cotidiano doméstico, muita coisa também mudou. Comodidades que eram privilégio das obras de ficção científica foram prontamente incorporadas ao cotidiano de parte significativa da população logo nos primeiros cinco anos após o fim da guerra: transmissão automática em carros, secadores elétricos, LPs, câmeras

Polaroid, sem falar em aspiradores de pó, geladeiras, roupas de náilon, e toda sorte de objetos de plástico, de bibelôs a brinquedos.

Os padrões de consumo variaram para atender ao estilo de vida dos consumidores, mas havia opções e volume de bens para satisfazer a todos os gostos. Na década de 1950, *freezers* e aparelhos estereofônicos de alta fidelidade receberam o status de ‘necessidades’. Ao fim dessa década, casas e garagens de subúrbios estavam coalhadas de aparelhos esportivos, ferramentas elétricas, gravadores de fita, lavadoras de prato, braseiros de churrasco, barcos, escovas de dente elétricas, abridores de lata sofisticados, secadores de cabelo e aparadores de unhas. Surgiram mercados especiais para grupos especiais de consumidores: pescadores de anzol, fotógrafos amadores, criadores de pequenos animais e praticantes de pesca submarina e de excursões a pé. (SELLERS; MAY; MCMILLEN, 1990, p. 388)

Estimuladas pelo crédito fácil (houve um aumento de 800% no crédito direto ao consumidor apenas entre 1945 e 1952), entre “1939 e 1948, as vendas de roupas aumentaram três vezes; de mobília, quatro vezes; de jóias, quatro vezes; bebidas alcoólicas, cinco vezes; eletrodomésticos, inclusive a TV, cinco vezes” (PATTERSON, 1996, p. 70). O sonho americano ganhava as cores de um sonho de consumo.

[O sonho americano] não era o sonho de ir da miséria para a riqueza; poucos cidadãos sensíveis teriam imaginado isso. Nem ele imaginava a abolição de privilégios e distinções especiais. Os americanos da época, como os de antes, toleravam hierarquias abertas e sem remorsos nas escolas, nas forças armadas, nas descrições de emprego. Em vez disso, o sonho se definia pela crença de que o trabalho duro capacitaria uma pessoa para ascender na sociedade e de que os filhos teriam mais sucesso na vida que os seus pais. Os Estados Unidos eram de fato a terra da oportunidade e das altas expectativas (PATTERSON, 1996, p. 65).

Nas cidades, o velho sonho da casa própria se realizava para milhões de famílias que, graças à nova situação econômica, saíam da pobreza e chegavam à classe média:

Americanos prósperos viviam nos subúrbios há gerações, mas foi só depois da Segunda Guerra Mundial que a moradia suburbana relativamente barata estourou. A febre da casa de campo foi estimulada por subsídios e políticas governamentais, o uso inteligente pelos construtores de técnicas de produção em massa, e a fé dos proprietários de imóveis de classe média numa prosperidade econômica contínua. Acima de tudo, a explosão dos subúrbios no pós-guerra foi criada pela demanda reprimida de milhões de americanos cujos sonhos de possuir uma casa haviam sido frustrados pela turbulência econômica e os deslocamentos sociais da Grande Depressão e depois da Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1947, antes que as novas habitações pudessem emparelhar com a demanda, 6 milhões de famílias americanas tinham de dividir acomodações com amigos ou parentes. Entre 1948 e 1958, 13 milhões de casas foram construídas; 11 milhões delas nos subúrbios. Por volta de 1960, havia tanta gente morando nos subúrbios quanto nas cidades centrais da América (FARBER, 1994, p. 9).

Não apenas a *qualidade* da vida mudava para milhões de americanos, como também a *quantidade* de pessoas aumentava a olhos vistos. Essa foi a época do fenômeno do *baby boom*, quando os EUA tiveram a geração mais numerosa da sua história. Nos anos 1950, a taxa de fertilidade das americanas já rivalizava com a da Índia, com 29 milhões de americanos vindo ao mundo só nessa década — contra 19 milhões da anterior, o que já era considerado um recorde. Tão grande foi a maré populacional que, em 1958, um visitante britânico já declarava: “Parece-me que de cada duas jovens donas de casa, vejo uma grávida.” E não era só a quantidade de bebês que chamava a atenção: a expectativa de vida, que era de

46 anos em 1900, era agora de aproximadamente 70 anos. Assim, entre 1940 e 1960, a população americana sofreria um aumento de 33% (LEUCHTENBURG, 1976, p. 740-742).

Uma tamanha explosão demográfica em um contexto econômico favorável significava uma demanda maior por todo tipo de produto. Depois de uma longa e traumática depressão e de anos de desemprego elevado, grande parte dos americanos queria consumir o que pudesse. A cultura do consumo era agora uma realidade. A sociedade americana, que um dia prezara valores como a economia e o trabalho árduo, agora se deleitava no *American way of life* — o “jeito americano de viver”, louvado em discursos políticos, anúncios publicitários, livros e todo tipo de meio de comunicação. Para aqueles que conseguiam sua casa própria e rapidamente começavam a trocar os velhos trabalhos nas fábricas e no campo por empregos no crescente setor de serviços, os EUA representavam não apenas a terra da liberdade no sentido político, mas também da liberdade em relação à necessidade e à escassez. Os tempos difíceis, parecia agora, eram coisa do passado; uma nova era de ouro parecia ter chegado à América.

Talvez nenhuma tecnologia represente tão bem as mudanças no pós-guerra quanto a da televisão. Com transmissões regulares disponíveis a partir de meados da década de 1940, a TV logo se tornou um elemento central da vida doméstica dos Estados Unidos (e, mais tarde, da maior parte do mundo), promovendo entretenimento, difundindo informação e, naturalmente, também valores, ideais e estereótipos. Assim como o cinema antes dela, a TV criou o seu próprio mundo de astros e estrelas, enquanto se tornava, em um grau ainda maior, parte indispensável do cotidiano, e contribuía para reforçar a cultura de consumo que se instalava. Séries como *I Love Lucy*, *Bonanza*, *Rin Tin Tin*, *Papai sabe tudo* e várias outras que marcaram época refletiam os sonhos e os ideais de um povo que parecia convencido da excelência do seu modo de vida.



Revivendo os anos 1950

A internet está repleta de vídeos com anúncios comerciais e até trechos de programas televisivos da época que estamos estudando. Gostaria de ver algum deles? Uma sugestão é dar uma busca no YouTube (www.youtube.com) ou no Google Video (<http://video.google.com>) usando como palavras-chave *vintage*, *commercials* e *1950s*. Com apenas alguns cliques, você poderá sentir um pouco do sabor da cultura popular americana do pós-guerra. Experimente comparar esses anúncios com aqueles que você vê hoje. O que será que mudou?

A televisão também ajudou a impulsionar uma outra novidade dos anos 1950 que surgira para ficar: o reconhecimento dos jovens como um mercado específico.

Em 1957, Eugene Gilbert publicou *Advertising and Marketing to Young People* ("Publicidade e Vendas para Jovens"), um compêndio de dados estatísticos a respeito do tamanho e dos gostos do mercado juvenil, um campo de estudos no qual o autor se especializaria. Sua tese essencial era de que, "na última década, os adolescentes (*teenagers*) se tornaram um grupo distinto e separado em nossa sociedade". Em outras palavras, eles não eram mais apenas guiados pelos valores, gostos e atitudes dos adultos, mas haviam desenvolvido, em certa medida, os seus próprios, tornando-se um filão com características distintas. Fosse com suas mesadas ou, principalmente, com as rendas advindas do primeiro emprego e de trabalhos informais, esses jovens, tomados em conjunto, tinham um potencial de consumo que justificava a considerável gama de produtos e mensagens específicas que seriam produzidas para eles. Ao

contrário dos pais, que haviam vivido tempos bastante difíceis, esses novos consumidores não conheciam outra realidade que não a de uma economia possante e em crescimento; para eles, a possibilidade de consumir com relativa liberdade, sem a preocupação de uma poupança rigorosa, era simplesmente um dado da realidade (SOUSA, 2007, p. 41).

Com isso, os jovens passaram a ser alvo de produtos, filmes, programas de entretenimento, revistas, e uma parafernália de produtos e anúncios específicos. Não eram mais vistos como crianças ou adultos em miniatura, mas como um segmento com uma subcultura própria. E nada representava tão bem a percepção de que os jovens americanos agora tinham também um “mundo à parte” quanto o *rock’n’roll*.

Batizado pelo *disc jockey* Alan Freed, a partir do *rhythm and blues* dos negros (e mantendo, com alguns atenuantes, a forte conotação sexual deste), esse tipo de música logo teria em Elvis Presley o seu grande astro. O fato de seu rebolado, que lhe valeria o apelido de *Elvis the Pelvis*, ser considerado por muitos adultos como um acinte ao pudor e à boa moral não impediu que o rapaz pobre do Mississippi se tornasse o ídolo de uma geração que não tinha pudor algum em imitá-lo (SOUSA, 2007, p. 42).



Figura 6.4: Elvis Presley, ídolo juvenil nos anos 1950.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Elvis_presley.jpg

Jovens ou velhos, enquanto o rock eletrizava bailes e a TV, e aumentava a torrente mágica dos sonhos de consumo, a prosperidade parecia estar ao alcance de todos os americanos que se esforçassem. Afinal, a pobreza não tinha diminuído? A economia dos EUA não era a mais poderosa da Terra? Do que se poderia reclamar?

Infelizmente, ainda havia muitos problemas, mesmo no âmbito econômico. Para a população negra, por exemplo, que era a mais importante minoria do país, o espetáculo da sociedade de consumo era algo que se apreciava principalmente a distância (assim também como para milhões de pobres de todas as cores). A discriminação racial ainda era uma dura realidade, fosse de modo *explícito*, como nos estados sulistas onde leis e costumes mantinham uma versão atenuada de **apartheid**, ou *implícito*, quando o racismo era mais disfarçado, porém ainda efetivo, como nas cidades das demais regiões, nas quais a maioria dos negros vivia em bairros empobrecidos. Tal situação começaria a mudar com o movimento dos direitos civis, iniciado em 1955 no estado do Alabama, e que iria se espalhar pelo país. Porém, como suas consequências mais importantes se dão nos anos 1960, falaremos mais dele na próxima aula. Por enquanto, basta que atentemos para o seguinte: embora a prosperidade dos anos 1950 seja impressionante, *ela não extinguiu os problemas sociais americanos*. Ainda havia muito por fazer, mesmo que parte considerável da população, encantada com a subida no seu padrão de vida, estivesse convencida de que o *American way of life* fosse o ápice do sucesso capitalista. Como veremos nas aulas subsequentes, isso nem de longe era verdade.

Apartheid

Segregação das populações negra e branca, veiculada pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul, durante a maior parte do século XX.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*

A nova guerra e a “caça às bruxas”

A paz, que os americanos pensaram ter chegado definitivamente em 1945, não durou muito. Em junho de 1950, o governo comunista da Coreia do Norte, que era alinhado com a URSS, atacou o território da Coreia do Sul, capitalista e apoiada pelos EUA. A invasão, feita após vários incidentes na fronteira entre os dois países, visava a

unificá-los sob o regime comunista. Pega de surpresa, a Coreia do Sul perdeu rapidamente a maior parte do seu território e parecia prestes a ser extinta. Porém, os EUA foram em seu socorro, convocando o Conselho de Segurança da ONU, que condenou o ataque e convocou os países-membros a enviar ajuda militar aos sul-coreanos. Foi a deixa para os americanos, responsáveis pela maior parte das tropas mobilizadas, iniciarem seu primeiro teste militar na Guerra Fria.

A guerra durou até 1953 e custou cerca de 40.000 baixas americanas. Houve sérias divergências na sua condução, pois o comandante americano, o general Douglas MacArthur, após forçar os norte-coreanos a recuarem para o seu território original, quis atacar o território chinês sob a alegação de que o esforço de guerra norte-coreano recebia suprimentos dos chineses. De fato, a China interveio, levando a guerra a um impasse. Para resolvê-lo, os EUA não podiam recorrer ao seu devastador arsenal nuclear, pois isso poderia desencadear reações imprevisíveis da URSS, também detentora de armas atômicas. E enfrentar a pequena Coreia do Norte, como o planejado, era bem diferente de entrar em uma guerra convencional com um país com as dimensões e recursos humanos da China comunista. Ao mesmo tempo, a cada dia que a guerra se prolongava, mais o governo Truman se desgastava politicamente, tornando-se vulnerável aos ataques de seus adversários republicanos.

O enfrentamento com os comunistas deu abertura para políticos oportunistas que viam nos temores do grande público a chance de ganhar votos, prestígio e poder. Tais temores em relação a ideologias radicais eram antigos. Por volta de 1920, por exemplo, o primeiro “pavor vermelho” (*red scare*), motivado por uma série de atentados anarquistas, levou o governo a perseguir todo tipo de radical de esquerda. Nos anos 1930, com a Depressão, o comunismo se difundiu mais, também suscitando reações.

O HUAC (*House Un-American Activities Committee*, Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara) fora criado em 1938 e já dedicava a maior parte de suas energias ao combate à influência comunista (real ou imaginária) em

órgãos e programas do New Deal. Em 1940, o Congresso aprovou a Lei Smith, pela qual seriam punidos todos aqueles que defendessem a derrubada do governo americano (o que, obviamente, se aplicava também aos defensores de ideologias revolucionárias como o comunismo). Em 1947, o presidente Harry Truman “instituiu um ‘programa de lealdade’ (...) e invocou a Lei Smith para acusar comunistas norte-americanos de conspiração”, dando início a um processo de devastação na cúpula do PC americano, cujos líderes eram presos ou forçados à clandestinidade, enquanto os recursos do partido eram exauridos com despesas judiciais. No mesmo ano, o HUAC começou a procurar comunistas entre atores e diretores de cinema. Finalmente, em 1948, um funcionário do Departamento de Estado, Alger Hiss, foi processado por espionagem a favor dos soviéticos, caso que causou considerável repercussão. Dois anos depois, a prisão de Julius e Ethel Rosenberg novamente levantaria o problema da espionagem soviética (SOUZA, 2007, p. 49-50).

Foi nesse contexto que um até então obscuro senador do Wisconsin, Joseph McCarthy, ganhou destaque nacional em janeiro de 1950 ao anunciar, em uma reunião republicana em uma cidadezinha do interior, que tinha uma lista com 205 nomes de comunistas infiltrados no Departamento de Estado — o órgão que conduz a política externa americana. Em outros tempos, é possível que ele acabasse ignorado, mas agora os ventos sopravam a seu favor: apenas meses antes, a URSS havia anunciado ter desenvolvido suas próprias bombas atômicas, a China continental havia caído sob o controle dos comunistas liderados por Mao Tsé-tung, uma disputa por Berlim havia mostrado de uma vez por todas que soviéticos e americanos tinham interesses opostos na Europa, e casos de espionagem (real ou imaginária) ganharam manchetes nos jornais. Fatos como esses despertavam inquietação no público americano, e McCarthy sabia como fazer uma cena: quando lhe cobraram provas do que dizia, ele simplesmente brandiu *novas* listas e começou a *dar nomes*. “Ele estava, desta forma, destruindo as reputações de

indivíduos específicos, que, em autodefesa, nunca conseguiriam a atenção da mídia que ele tinha; as acusações pegaram” (FRIED, 1997, p. 1). O número alegado de comunistas infiltrados no governo frequentemente variava — os 205 passaram para 57, depois para 81 —, e ninguém jamais tinha acesso às tão comentadas listas do senador. Mas isso era um mero detalhe: McCarthy era pródigo em denunciar, sem provas, vários “inocentes úteis”, “agentes” e “traidores” comunistas, incluindo o general George Marshall, ex-secretário de Estado e autor do plano de reconstrução da Europa, e o seu sucessor no cargo, Dean Acheson. E ele não parou por aí: “Todo o Partido Democrata, declarou alto e bom som, estava maculado por ‘traições que remontam à história’” (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 375). Poucos políticos levaram a máxima de que “a melhor defesa é o ataque” tão a sério quanto o agora célebre caçador de comunistas.



Figura 6.5: Joseph McCarthy, senador e instigador da “caça às bruxas” anticomunista.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/Joseph_McCarthy.jpg

A técnica acusatória e a retórica inflamada do senador deram-lhe poder político e também muitos inimigos e imitadores. O termo *macartismo* logo se popularizou e, em 1961, já havia sido dicionarizado:

Atitude política de meados do século vinte (...) caracterizada principalmente pela oposição a elementos tidos como subversivos e pelo uso de táticas envolvendo ataques pessoais a indivíduos por meio de alegações indiscriminadas largamente divulgadas, [especialmente] com base em acusações não comprovadas (FRIED, 1997, p. 2).

O período do macartismo ficou conhecido popularmente como “caça às bruxas” devido ao que ainda é lembrado como um período de histeria anticomunista:

Como acontecera na (...) I Guerra Mundial, estado, cidades e organizações particulares levantaram a bandeira da cruzada. Patriotas automeados expurgaram bibliotecas e, em alguns casos, até livros queimaram. Exigiu-se que professores primários e servidores do governo assinassem juramento de lealdade. As indústrias de rádio e cinema puseram em listas negras escritores e atores alegadamente subversivos. Perdida em um mar de demolição de caráter e culpa por associação, a nação parecia disposta a sacrificar a liberdade individual, a decência e o bom senso em troca de segurança interna (SELLERS, MAY; McMILLEN, 1990, p. 376).

McCarthy manteve seu reinado de acusações e fanfarronice até 1954, quando foi além dos limites e atacou figuras do clero protestante, oficiais do Exército e o próprio governo do também republicano presidente Eisenhower. Nesse ano, o senador foi enfrentado publicamente por um conselheiro jurídico do Exército em um interrogatório transmitido pela TV, com palavras que se tornaram célebres: “O senhor não tem nenhum senso de decência, afinal? Não lhe restou nenhum senso de decência?” — no que foi

seguido por uma saraivada de aplausos dos espectadores nas galerias do Senado. Daí para frente, o prestígio de McCarthy — cujo estilo agressivo e rude havia sido observado por semanas na TV — começou a declinar. Mais tarde, o Senado o censurou por conduta imprópria ao cargo, e a paranoia da “caça às bruxas”, que até ali havia sido uma importante arma eleitoral por parte de políticos conservadores, arrefeceu. Para McCarthy, era o fim da linha: ignorado, esquecido e sofrendo de alcoolismo, viria a falecer em 1957, aos 49 anos.



McCarthy no YouTube!

Se você quiser assistir ao começo da queda de McCarthy, o YouTube tem vários vídeos com as audiências da investigação que ele conduziu a respeito da suposta infiltração comunista no Exército. O famoso trecho mencionado anteriormente pode ser visto neste endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=fqQD4dzVkwk>.

O terror atômico e a cultura popular

Um traço característico desse período, muito particularmente a partir dos anos 1950, é que, pela primeira vez, a humanidade controlava uma tecnologia capaz de extinguir não apenas a nossa espécie, mas a própria vida na Terra. À medida que as duas superpotências, EUA e URSS, aumentavam seus arsenais e desenvolviam bombas ainda mais poderosas que aquelas que haviam caído sobre Hiroshima e Nagasaki, o temor de que a próxima guerra poderia ser a *última* se fazia mais presente na cultura popular. A “bomba” era, ao mesmo tempo, vista como uma proteção — por desencorajar ataques aos EUA — e um perigo iminente, pois, se fosse usada realmente, poderia desencadear

uma retaliação devastadora por parte dos soviéticos. Para se ter um exemplo de como essa preocupação ia muito além do estreito círculo de militares, cientistas e políticos, basta lembrar que se tornaram comuns nas escolas americanas o treinamento para bombardeios. Conforme lembra o ativista Todd Gitlin, em seu livro de memórias:

Qualquer que fosse o orgulho nacional com as explosões que pulverizaram os atóis de Bikini e Eniwetok [áreas de testes atômicos], quaisquer que fossem as suaves garantias da Comissão de Energia Atômica, a Bomba, na verdade, perturbou nossas vidas cotidianas. Nós crescemos procurando abrigo em ensaios escolares — a primeira geração americana forçada desde a infância a temer não só a guerra, mas o fim dos dias. De vez em quando, de repente, um professor parava no meio da aula e dizia, “Protejam-se!”. Nós sabíamos, então, nos encolher debaixo de nossas carteiras em miniatura e ficar lá, apertados, cabeças encolhidas debaixo dos braços, até o professor avisar, “Tudo limpo!”. Às vezes, a escola inteira era levada para os saguões, longe das janelas, e instruída para se abaixar, cabeças voltadas para a parede, nossos olhos bem fechados, até segunda ordem. Algumas vezes, sirenes de ataque aéreo ecoavam mundo afora, e cidades inteiras eram avisadas para ficarem dentro de casa. Quem sabia no que acreditar? Debaixo das carteiras e abaixados nos saguões, terrores eram acionados, existencialistas eram feitos. Quer acreditássemos ou não que nos esconder sob uma carteira escolar ou num saguão iria mesmo nos proteger das fúrias de uma explosão atômica, nós nunca podíamos dar como certo que o mundo onde nascemos continuaria a existir (GITLIN, 1987, p. 33).

O cinema dos anos era pródigo em explorar esses temas, especialmente no gênero da ficção científica. Películas em que monstros criados ou despertados pela radiação surgem para atacar a humanidade (*O monstro do mar revolto*, 1955), ou nas quais forças alienígenas hostis e misteriosas são os inimigos (*O monstro no Ártico*, 1953; *A guerra dos mundos*, 1953) se tornam comuns.

Outros tinham uma mensagem de cunho pacifista, alertando para o perigo de as armas nucleares serem poderosas demais para serem usadas por uma humanidade ainda imatura (*O dia em que a Terra parou*, 1951). Até mesmo o medo da infiltração comunista foi representada de forma alegórica, gerando clássicos como *Vampiros de almas* (nome original em português da série mais conhecida como *Invasores de corpos*), de 1956, no qual alienígenas discretamente vão tomando a forma e a identidade dos habitantes de uma cidade americana. O triste futuro pós-apocalíptico era retratado com mais realismo em filmes como *A hora final*, de 1959, no qual os últimos sobreviventes de uma catástrofe nuclear mundial aguardam pelo fim inevitável na Austrália.



Atende ao Objetivo 2

2. Em 1947, o historiador Henry Steele Commager criticou a ideia de comitês de verificação de lealdade implantados pelo governo, ideia que já circulava antes mesmo do macartismo. Vejamos um trecho:

Quem são os verdadeiros desleais? Aqueles que inflamam os ódios raciais, que semeiam dissensões religiosas e de classe. Aqueles que subvertem a Constituição ao violar a liberdade das urnas de votação. (...) Aqueles que prejudicam a democracia ao negar instalações educacionais iguais. Aqueles que frustram a justiça por meio do linchamento ou por fazerem dos processos com júri uma farsa. Aqueles que negam a liberdade de expressão e de imprensa e de reunião. Aqueles que pressionam por favores especiais contra o interesse da comunidade. Aqueles que consideram o cargo público uma fonte para o ganho privado. Aqueles que exaltam o militar sobre o civil. Aqueles que, por razões egoístas e particulares, acirram antagonismos nacionais e expõem o mundo à ruína da guerra.

O Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara irá interferir com as atividades deles? A proclamação de lealdade do presidente Truman irá alcançá-los? As atuais campanhas pelo americanismo irão convertê-los? (FRIED, 1997, p. 52).

Agora vejamos a 1ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, de 1791:

O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos.

O pós-Segunda Guerra nos EUA tem um caráter ambíguo. Se, por um lado, representou a melhoria do padrão de vida de milhões, por outro, foi uma época de tensões entre as tradições de liberdade do país e as inquietações trazidas pelo seu novo papel no mundo.

Resposta Comentada

Trata-se, aqui, de esboçar a relação entre a situação do país antes da guerra, quando ainda podia se dar ao luxo de optar por um relativo isolamento, e depois de 1945, quando assume o compromisso de “guardião do mundo livre” frente ao bloco comunista. Com isso, o aliado do tempo da guerra se torna um inimigo, e o choque de interesses e posturas, bem como a possibilidade de um novo conflito, abre o caminho para posturas como a do anticomunismo exacerbado que marcou a política da época.

RESUMO

Nesta aula, nós vimos como a posição dos EUA no sistema internacional mudou no pós-Segunda Guerra, e as consequências disso na vida de sua sociedade. Damos especial atenção à elevação do padrão de vida de parte substancial da população americana, que até a guerra sofrera o impacto da Depressão, e seus efeitos no cotidiano. Também examinamos a instrumentalização política do anticomunismo, que chegou ao clímax com o macartismo, e o impacto da recém-inaugurada era atômica na cultura popular.

Informação sobre a próxima aula

Em seguida, trataremos da década de 1960, e da continuidade do período próspero que acabamos de examinar. Trataremos das crises político-militares causadas pela Guerra Fria nos governos de John Kennedy e Lyndon Johnson. Também falaremos da onda de movimentos de contestação que marcam a época, em especial o movimento pelos direitos civis e o de oposição à Guerra do Vietnã, bem como a contracultura e os movimentos identitários.

Aula 7

EUA: os anos 1960

*Norberto Ferreras
Rodrigo Farias de Sousa*

Meta da aula

Apresentar os principais eventos da década de 1960 nos Estados Unidos, com destaque para a mudança de fase na Guerra Fria, os efeitos da Guerra do Vietnã e a onda de movimentos contestadores no seio da sociedade americana.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os principais eventos políticos e sociais do período, e contextualizá-los dentro da situação geral do pós-guerra já vista na aula anterior;
2. reconhecer os principais fatores envolvidos na eclosão dos movimentos sociais e culturais da época.

Pré-requisitos

A Guerra Fria será o pano de fundo desta aula. Se você ainda não estiver plenamente familiarizado com o tema e com os efeitos da guerra na sociedade americana do pós-guerra, reveja a Aula 6, em particular a seção que fala sobre o início desse conflito, a que trata da postura americana e da Doutrina Truman, e também a que apresenta a nova situação econômica dos EUA e o seu impacto sobre o dia a dia da população.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, falamos sobre os principais eventos e processos que marcaram a história norte-americana entre 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial) e 1960. Abordamos o novo papel internacional dos EUA, a sua notável revitalização do período e a formação de uma nova cultura de massa baseada no consumo e na ampliação da classe média. Falamos também das tensões e dos medos que a Guerra Fria trouxe para o país. Este último elemento será o nosso eixo narrativo nesta aula, pois esse peculiar conflito indireto entre americanos e soviéticos deixará sua marca em toda a década subsequente, nem sempre de formas muito óbvias. E é justamente nesse período tão conturbado e rico em promessas grandiosas e também em frustrações colossais, que a sociedade americana conhecerá algumas de suas maiores batalhas, algumas das quais se prolongam até os dias de hoje.

Em busca da liberdade

Os anos 1960 são muito lembrados como uma década de contestação, de protesto e de experimentação. Dos Estados Unidos à China, das ruas de Paris às das grandes metrópoles brasileiras, imagens de grandes protestos, de conflitos de rua, de clamores por liberdade (nem sempre com o mesmo significado) fazem parte do imaginário sobre a década. Porém, no caso específico dos EUA, em que a década deixou marcas profundas, há uma curiosidade pouco lembrada: o fato de que um dos principais inspiradores de boa parte da contestação social e política associada aos anos 1960 na verdade surgiu e cresceu nos anos 1950 – o movimento dos direitos civis.

Desde a Guerra Civil, quando a escravidão foi extinta de direito e *de fato* nos EUA, a situação dos negros americanos podia ser definida como um esforço contra as adversidades não só da pobreza, mas também da discriminação racial. Mesmo com a

aprovação da 14ª e da 15ª Emenda à Constituição americana, que garantiam a plena cidadania, incluindo o direito de voto, aos ex-escravos, o racismo ainda era uma força muito presente em suas vidas. Nos estados do Sul, em particular, os governos estaduais, dominados por brancos, aprovaram várias leis discriminatórias conhecidas como *Jim Crow*. Elas cerceavam de várias formas os direitos constitucionais da população negra e davam uma base legal para uma ordem social ainda fundada numa ideia básica do escravismo: a de que o lugar dos brancos deve estar *sempre* acima do dos negros. Essa era a lógica por trás de costumes e regras tácitas que subvertiam completamente os princípios da igualdade civil sobre os quais a Constituição americana se baseava. Podem-se citar vários exemplos: os espaços públicos, como rodoviárias, restaurantes, lojas, cinemas e até meios de transporte, tinham áreas específicas para brancos e negros; os júris eram sempre formados por brancos (que invariavelmente absolviam réus brancos acusados de violência contra negros); os funcionários do registro eleitoral impunham aos cidadãos negros que quisessem se cadastrar uma série de “testes” que não eram aplicados aos brancos; as escolas eram separadas por raça, e as dos negros eram sempre muito precárias em relação às dos brancos etc.

Naturalmente, esse estado de coisas era combatido de várias formas, inclusive pela formação de organizações militantes em constante campanha. Em 1909, por exemplo, foi fundada a mais importante delas, a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês). Formada por pessoas brancas e negras, tinha como estratégia combater a segregação racial por intermédio de processos judiciais. Essas pessoas acreditavam que, se conseguissem levar casos de discriminação à Suprema Corte, que julga casos que envolvem princípios constitucionais, poderiam derrubar as leis *Jim Crow*. De fato, houve vitórias, a mais significativa sendo a do caso *Brown versus Board*, de 1954, no qual a Suprema Corte determinou que a segregação escolar era inconstitucional.

No entanto, a estratégia judicial da NAACP era demorada. E mesmo uma decisão histórica como a de *Brown* podia levar anos para ser realmente implementada. Enquanto isso, uma parte influente do Partido Democrata, e muitos republicanos também, viam no *status quo* racial uma fonte permanente de votos e de poder. Desafiar o racismo entranhado na cultura americana – e exacerbado no Sul – iria exigir mais do que apenas a luta nos tribunais.

Foi nesse contexto que, em fins de 1955, uma senhora negra residente em Montgomery, Alabama, Rosa Parks, entrou para a história. Ela simplesmente se recusou a ceder seu assento no ônibus a um passageiro branco, como determinava a regra segregacionista em vigor. Ao fazê-lo, Parks foi presa, o que levou a comunidade negra de Montgomery a um grande movimento de protesto e boicote ao transporte público na cidade. À frente desse movimento estava um jovem pastor chamado Martin Luther King Jr. O boicote durou um ano, e conseguiu derrubar a segregação nos ônibus da cidade. Mas o sucesso do movimento incentivou seus líderes a continuar: por que parar nos ônibus de Montgomery quando havia tanto a ser feito?



Figura 7.1: Rosa Parks ao ser fichada na polícia, em 1º de dezembro de 1955.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/5/57/Rosa_Parks_Booking.jpg

O movimento que nasceu em Montgomery se tornou em poucos anos o maior movimento social americano no século XX. A rigor, tudo o que ele reivindicava era o que a Constituição supostamente já garantia há quase um século: a igualdade de direitos civis entre negros e brancos.

Mas a resistência era grande. Exigir a igualdade, fazer grandes manifestações de rua, denunciar em alto e bom som os horrores do racismo institucionalizado – e isso poucos anos depois de uma guerra contra o nazismo – incomodou muita gente. À medida que o movimento cresceu, foi ficando evidente que a segregação tinha fortes aliados, que não tinham pudores em vir a público manifestar sua oposição. Afinal de contas, ela não tinha sobrevivido durante quase um século à toa, e sua defesa podia até ser explorada por políticos sulistas. Um exemplo foi quando o governador de Arkansas, Orval Faubus, recorreu à Guarda Nacional para impedir a dessegregação de uma escola secundária Little Rock, na capital do estado. Segundo Faubus, a justificativa era que supremacistas brancos estariam vindo de todo o estado para impedir a entrada dos nove estudantes negros matriculados na escola. O caso só se resolveu quando o presidente Dwight Eisenhower federalizou a Guarda Nacional do Arkansas, tirando-a do controle de Faubus, e mandou tropas do exército escoltarem os nove alunos. Mais tarde, até um candidato à presidência, o ex-governador do Alabama, George Wallace, usaria o racismo como base para atingir um eleitorado nacional.



Figura 7.2: O governador do Arkansas, Orval Faubus, fala a uma multidão reunida diante do capitólio estadual em agosto de 1959 para protestar contra a integração racial no Colégio Central Little Rock, feita sob intervenção federal dois anos antes. Note-se a bandeira confederada ao fundo.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Little_Rock_Nine_protest.jpg

A partir de 1960, o movimento dos direitos civis entra em uma nova etapa, com a participação mais ativa de militantes jovens, muitos deles estudantes universitários, tanto negros (geralmente sulistas) quanto brancos (geralmente do norte do país). Táticas mais radicais – algumas que remontavam aos tempos do abolicionismo – passaram a ser utilizadas, como o **sit-in**. Vários desses protestos tinham até um caráter heroico, pois era comum que os defensores da segregação recorressem à violência contra os manifestantes. Uma das organizações mais notáveis dessa nova fase foi o Comitê Estudantil de Coordenação Não Violenta (SNCC, na sigla em inglês), que

Participaria, junto com outros grupos, de algumas das ações mais arriscadas na luta contra o racismo. Em maio de 1961, tomaria parte, junto com o CORE [*Congress of Racial Equality*, ou “Congresso da Igualdade Racial” nas *Freedom Rides* (“Jornadas da Liberdade”), viagens de ônibus pelos estados do Sul para testar a recente decisão da Suprema Corte

Sit-in

Literalmente, “sentar dentro”. É uma técnica de protesto pacífico que consiste na ocupação de um espaço por manifestantes que se sentam e ali permanecem. No caso dos movimentos dos direitos civis, era muito usado para forçar a integração de locais racialmente segregados: se um local era vedado a negros, por exemplo, manifestantes brancos e negros poderiam fazer um *sit-in* ali.

de estender a dessegregação dos transportes interestaduais, aprovada em 1947, às rodoviárias e instalações contíguas. 'Nossa intenção', disse James Farmer, diretor nacional do CORE, 'era provocar as autoridades sulistas a nos prender, de modo a incitar o Departamento de Justiça [órgão federal] a fazer cumprir a lei'. De fato, os viajantes tiveram de enfrentar não só prisões, mas também tentativas de linchamento, quebra-quebras e abusos policiais ao longo do caminho, ferindo seriamente vários militantes. Vários foram presos mesmo quando vítimas de agressões, e havia relatos de tortura. A tensão chegou a tal ponto que até um enviado do presidente Kennedy ao Alabama, John Seigenthaler, ao tentar ajudar duas mulheres que estavam sendo estapeadas em Montgomery quando uma multidão tentou linchar os militantes, foi nocauteado e deixado inconsciente no chão durante 25 minutos antes de ser levado a um hospital, enquanto agentes do FBI, previamente informados da presença dos ativistas do CORE, tomavam notas nos arredores. Quanto à polícia local, sua atitude foi expressa pelo comissário de polícia da cidade: "Não temos a intenção de montar guarda para um bando de encrenqueiros entrar na nossa cidade (SOUSA, 2007, p. 87).

Como pode-se observar na fala de Farmer, a estratégia dos direitos civis, inspirada na não violência, de Mahatma Gandhi, era chamar a atenção da opinião pública nacional, e especialmente a do governo federal, para os problemas causados pela segregação no Sul. Mesmo quando os segregacionistas usavam a violência contra os manifestantes – treinados e organizados para jamais reagir –, isso podia se tornar uma vantagem política: com a imprensa divulgando as ações do movimento para o país e o mundo, a brutalidade de seus oponentes só reforçava a causa. Os manifestantes entendiam que, para alcançar a igualdade racial, era preciso apelar às autoridades de fora do Sul, que era politicamente dominado pelos segregacionistas. Em outras palavras, somente uma ação determinada e abrangente no âmbito federal podia pôr fim ao reinado de *Jim Crow*.

Assim, em agosto de 1963, quando Martin Luther King Jr. liderou uma marcha pelos direitos civis em Washington, não é de se admirar que tivesse reunido cerca de 250 mil pessoas. Ali, King imortalizou o seu ideal de uma sociedade em que a cor da pele não fosse mais motivo de ódio, separação e medo, começando com as célebres palavras: “Eu tenho um sonho”. No ano seguinte, com o apoio do presidente Lyndon Johnson, o Congresso aprovou a Lei dos Direitos Civis, e, em 1965, a Lei dos Direitos de Votação, que anulavam toda a legislação discriminatória ainda vigente no Sul.

O movimento dos direitos civis foi uma forte inspiração para os grandes movimentos americanos do período, e várias lideranças destes tiveram sua primeira experiência de militância dentro da luta contra a segregação racial. Porém, como veremos, as aprovações das leis de 1964 e 1965 não bastaram para fazer dos EUA um país racialmente igualitário. Ainda havia muito o que mudar.



Ouçá Martin Luther King Jr. na internet!

Existem vários vídeos com o discurso “Eu tenho um sonho” no YouTube, alguns deles com legenda em português, como este: <http://www.youtube.com/watch?v=siTs-8zbaq8>. Você também pode encontrar a transcrição traduzida do discurso, com o áudio original, em: <http://www.dhnet.org.br/desejos/sonhos/dream.htm>

Kennedy e a promessa de um futuro brilhante

Para muita gente, a apertadíssima vitória do democrata John Fitzgerald Kennedy sobre Richard Nixon por apenas 0,2% dos votos na eleição presidencial de 1960 pode ter parecido uma surpresa.

Afinal, Kennedy, ou JFK como ficaria conhecido, fugia ao tradicional perfil de branco anglo-saxão protestante da maioria do eleitorado; ele era de ascendência irlandesa e católico, ambos grupos muito discriminados ao longo da história americana. Veterano da Segunda Guerra, ganhador do famoso Prêmio Pulitzer pelo livro *Profiles in Courage*, Kennedy foi representante (deputado) na Câmara e senador por Massachusetts. Mesmo não tendo uma carreira parlamentar das mais destacadas, era fotogênico, atuava bem diante das câmeras e era um bom debatedor. Mais do que isso, sabia como passar uma mensagem: o segundo presidente mais jovem da história americana (43 anos), Kennedy se elegeu passando uma imagem de otimismo, idealismo e vitalidade. Prometia “pôr o país em movimento”, em contraposição ao morno governo de seu antecessor, o republicano Dwight Eisenhower. Isso foi sintetizado nas famosas palavras do seu discurso de posse: “Não pergunte o que seu país pode fazer por você; pergunte o que você pode fazer por seu país.” “Não por acaso, seu programa de governo era chamado de “Nova Fronteira” – uma promessa de crescimento, de expansão de limites, como um dia fora a “fronteira” do Oeste americano.

O governo de JFK era normalmente identificado como “liberal”, isto é, reformista, na linha de Franklin Roosevelt. De fato, o novo presidente acenara para o movimento dos direitos civis, por exemplo, e tinha projetos para questões como o seguro saúde de idosos e o aumento dos salários mínimos. No plano internacional, criou os Corpos da Paz (*Peace Corps*), “programa com o objetivo de enviar jovens para o exterior a fim de difundir os princípios de democracia, de educação, de higiene para povos subdesenvolvidos” (TOTA, 2009, p. 211-212). No entanto, Kennedy teve algumas dificuldades importantes. A primeira foi com o Congresso, que bloqueou vários de seus projetos legislativos; a outra, a própria mentalidade do liberalismo anticomunista no pós-guerra, quando projetos mais ousados de reforma despertavam desconfiança ou hostilidade sob a alegação de que seriam passos rumo ao totalitarismo (GREENBERG, 2001, p. 68). Aliás, esse é um traço da Guerra Fria que ainda não

desapareceu completamente, como ilustram os recentes debates sobre a reforma da saúde na presidência de Barack Obama, em 2009 e 2010.

Mas foi a política externa que realmente marcou o governo de JFK. O jovem presidente era um “guerreiro frio” convicto, determinado a não deixar que os soviéticos levassem vantagem na corrida pela supremacia mundial. Isso explica, por exemplo, sua promessa de levar o homem à Lua até o fim da década – uma forma de compensar os EUA por terem perdido a dianteira na corrida espacial depois que a URSS lançou o primeiro satélite, o *Sputnik*, em 1957. Por outro lado, essa mesma postura levou o governo Kennedy a enfrentar uma sucessão de sérias crises internacionais, e pelo menos uma delas poderia ter resultado em uma guerra nuclear. Veremos aqui as mais importantes.

A primeira foi em abril de 1961, quando Kennedy autorizou a Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) a ir adiante com um projeto, concebido ainda no governo anterior, de fomentar uma guerrilha contra o governo cubano de Fidel Castro. A ação se justificava, a seus olhos, por causa da nacionalização de propriedades americanas feita pelo governo cubano em 1960 e o seu alinhamento com os soviéticos (essa foi a razão para o embargo americano contra Cuba, que dura até hoje). Assim, Castro era um incômodo que convinha eliminar. Para isso, a CIA treinou e armou um grupo de exilados cubanos, contando que a iniciativa deflagraria reações locais em apoio aos invasores e contra o governo cubano. Mas a operação deu errado: em três dias, as forças cubanas “destruíram o contingente de 1.400 homens que desembarcaram na Baía dos Porcos” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 662). Foi um golpe no prestígio internacional dos EUA.

Ainda no mesmo ano, um novo problema, agora com um adversário muito mais poderoso. O líder soviético, Nikita Khrushchev, ameaçou negociar um tratado de paz separado com a Alemanha Oriental, de maneira a lhe entregar a administração dos acessos à cidade de Berlim. Segundo Khrushchev, isso poria fim aos direitos

de ocupação por parte dos Aliados, acertados no fim da Segunda Guerra. Dessa forma, as autoridades orientais resolveriam o problema da defecção de habitantes da metade comunista da cidade para o lado tutelado pelo Ocidente – e, na prática, controlariam a cidade inteira. O governo americano não admitiu a manobra, e “Kennedy avisou que a defesa de Berlim era um compromisso norte-americano, que iria mesmo até a guerra nuclear para seu cumprimento” (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 399). As tensões aumentaram e Kennedy chegou a ir a Berlim Ocidental garantir à população que honraria o compromisso de protegê-la. Ao fim, o problema se resolveu com a construção de um muro dividindo a cidade em duas – o mesmo muro que seria derrubado pela população em 1989.

Em 1962, as tensões da Guerra Fria chegaram ao auge com a *Crise dos Mísseis*, quando Cuba mais uma vez se tornou o pivô de uma crise. Desta vez, o problema surgiu com a descoberta de que, “ao contrário de garantias repetidas e específicas”, a URSS estava construindo em Cuba bases para mísseis de curto alcance (350km), capazes de atingir o território americano (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 401). Considerando que as duas superpotências dispunham de um vasto arsenal de mísseis capazes de atravessar continentes carregando ogivas nucleares, é no mínimo discutível o quanto isso representava de perigo *extra* para a segurança americana. Seja como for, depois do fiasco da baía dos Porcos, Kennedy decidiu enfrentar duramente a ousadia soviética.

Por alguns dias, enquanto o presidente e seus assessores discutiam que resposta dar ao desafio cubano-soviético, a situação não foi divulgada ao grande público. Mas quando o presidente fez um discurso televisionado, em 22 de outubro, anunciando à nação a descoberta das instalações de lançamento em Cuba e afirmando que qualquer ataque balístico vindo desse país seria considerado um ataque soviético e respondido à altura, a possibilidade de uma confrontação nuclear pareceu mais plausível do que nunca (SOUSA, 2007, p. 125).

Nos EUA, o ambiente era tenso. Seria a hora da tão temida Terceira Guerra Mundial? Os cenários apocalípticos dos filmes de ficção científica se tornariam uma realidade? E tudo isso por causa de uma ilha do Caribe?

Ao fim, Kennedy ordenou que a Marinha americana detivesse em alto-mar, e revistasse, todos os navios com destino a Cuba que pudessem estar levando armas ofensivas. Caso isso não bastasse, ele ordenou aos militares que se preparassem para uma possível invasão à ilha. Enquanto isso, negociações eram feitas com Khrushchev, que já havia mandado embarcações soviéticas levando material militar para as bases em Cuba. Era uma questão de tempo até que ambas as forças se encontrassem e um possível confronto se iniciasse.

Mas não foi isso o que aconteceu. Os soviéticos aceitaram dar meia-volta mediante a promessa americana de não invadir Cuba. O mundo respirou aliviado, enquanto o governo de JFK colhia os louros da vitória política em casa. Pouco depois, a fim de evitar outros momentos perigosos como esse, as duas superpotências tomaram medidas para diminuir suas tensões mútuas. Instalou-se uma linha de comunicação direta entre Washington e Moscou – o famoso “telefone vermelho” –, e retomou-se o diálogo para a redução de armamentos. Era o início de um período de distensão entre os EUA e a URSS. Parecia que a Guerra Fria, afinal, entrava numa fase mais tranquila.

Mas, infelizmente, não foi bem assim. Se era verdade que as relações diretas entre os dois países melhoravam, em um outro aspecto o conflito continuava. Afinal, uma das características da Guerra Fria era o seu caráter *indireto*: como as duas superpotências não podiam se enfrentar diretamente, faziam isso por meio de terceiros, no chamado mundo subdesenvolvido. Cada uma considerava vital que nenhum país caísse na esfera de influência da outra, e se arrogavam o direito, como os EUA em Cuba e tantos outros lugares, de interferir quando isso pudesse acontecer. Nos anos 1960, esse tipo de intervencionismo teria mais um exemplo, agora com consequências ainda mais trágicas. É o que veremos a seguir.



O mistério da morte de Kennedy

A despeito das suas dificuldades com o Congresso, Kennedy foi um presidente muito popular. A imprensa e o público o tratavam como uma espécie de astro pop, divulgando imagens de seu cotidiano familiar na Casa Branca. Assim, pode-se imaginar o choque do grande público quando o presidente foi assassinado em carro aberto durante uma visita à cidade texana de Dallas, em 22 de novembro de 1963. O autor do atentado, segundo as investigações, teria sido um atirador solitário chamado Lee Harvey Oswald – também surpreendentemente morto diante das câmeras dois dias depois. O assassino de Oswald, Jack Ruby, por sua vez, foi condenado por matar Oswald, mas veio a morrer de câncer poucos anos depois. A motivação de Oswald nunca foi descoberta.

O Relatório Warren, feito por investigadores comandados pelo presidente da Suprema Corte, Earl Warren, concluiu que Oswald – um ex-fuzileiro naval que tentou emigrar para a URSS e fora membro da organização esquerdista Fair Play for Cuba – teria agido sozinho. Porém, essa versão oficial é frequentemente contestada em favor das mais diversas teorias, como, por exemplo, a de que a morte do presidente teria sido obra da máfia ou da URSS. Vários filmes e seriados de TV já exploraram o assunto, desde *JFK – A pergunta que não quer calar* (1991), de Oliver Stone e estrelado por Kevin Costner, até o popular *Arquivo X*, em um episódio de 1996.

LBJ: entre a Grande Sociedade e o Vietnã



Figura 7.3: Lyndon Johnson faz o juramento de posse a bordo do avião presidencial Força Aérea 1, em 22 de novembro de 1963, o mesmo dia da morte de Kennedy.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lyndon_B._Johnson_taking_the_oath_of_office,_November_1963.jpg

Com a morte de Kennedy, assumiu o seu vice, o ex-senador pelo Texas Lyndon Baines Johnson. O novo presidente prometeu levar adiante os projetos e o legado de JFK, mas na verdade ele tinha seus próprios objetivos.

Em uma de suas primeiras mensagens aos congressistas, em março de 1964, Johnson propôs uma Lei de Oportunidade Econômica que estabelecia vários programas de bem-estar social voltados para a população mais pobre. Era o início da “guerra à pobreza”, um dos pilares do projeto da “Grande Sociedade” de Johnson – uma série de iniciativas federais que ampliariam a rede de proteção social nos EUA, atuando nas esferas da educação, da habitação, do treinamento de trabalhadores desempregados, da saúde pública, no

combate à discriminação racial, entre outras. Conhecedor dos meandros da política americana, das negociações de bastidores, das técnicas de cooptação e da administração das variadas sensibilidades dos políticos de seu tempo, Johnson – nascido numa família modesta no interior do Texas – ambicionava entrar para a história como o presidente que mais fez pelos oprimidos. A “redescoberta” da pobreza no início da década – em parte impulsionada pelo livro de Michael Harrington, *A Outra América* – parecia lhe oferecer a oportunidade política propícia para levar adiante uma agenda liberal de expansão do bem-estar social (SOUSA, 2007, p. 188).

A “Grande Sociedade” era um projeto ambicioso, e, por si mesmo, já exigiria bastante do governo. Mas Johnson – ou LBJ, como o apelidaram à semelhança do antecessor – herdou do falecido JFK um grande problema externo para resolver. Tratava-se de uma operação militar já em curso no distante Vietnã. Esse país fora colônia francesa e, durante a ocupação da França pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, obteve sua independência por meio de uma coalização nacionalista chefiada pelo comunista Ho Chi Minh. Após a guerra, os franceses tentaram reconquistar a colônia perdida, contando com a ajuda financeira dos EUA, que, afinal, não desejavam mais um país engrossando as fileiras do bloco comunista.

Em 1954, depois de perdas consideráveis, os franceses, que haviam recebido um significativo apoio financeiro americano, concordaram em se retirar, deixando o Vietnã provisoriamente dividido em duas partes, o Vietnã do Norte, governado pelo partido de Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, capitalista, cujo governo, chefiado pelo imperador Bao Dai, fora instalado pelos ex-colonizadores em 1949. Os termos da paz e da retirada francesa foram discutidos em uma conferência em Genebra, ainda em 1954, com a participação de diplomatas americanos, soviéticos e chineses. Foi estabelecido um acordo

que previa a realização de eleições em todo o território vietnamita, norte e sul, em 1956, para a escolha de um governo único e a consequente reunificação do país. Como garantia de sua lisura, o pleito seria supervisionado por uma comissão internacional. do ponto de vista americano, porém, esse arranjo era indesejável. Principal responsável pela derrota francesa, o Vietminh, representado pelo seu Partido dos Trabalhadores (“Lao Dong”), era um fortíssimo candidato em qualquer eleição popular, e não havia dúvidas de que sua vitória significaria a implantação de um regime comunista no país. Coerentes com as diretrizes da Doutrina Truman, que prescrevia a contenção do comunismo fosse onde fosse, e temendo que um Vietnã comunista acabasse levando os países vizinhos pelo mesmo rumo (o que se chamaria de “teoria do dominó”), os Estados Unidos pressionaram Bao Dai a nomear como seu primeiro-ministro o anticomunista e nacionalista Ngo Dinh Diem, que se recusou, junto com os observadores americanos, a assinar os Acordos de Genebra. No ano seguinte, Diem realizou eleições de honestidade duvidosa e se tornou o líder máximo do Vietnã do Sul, com 98,2% dos votos. Uma vez nessa posição, Diem declarou o Vietnã do Sul uma nação independente, chamada de República do Vietnã, com capital em Saigon (SOUSA, 2007, p. 189-190).

Com o país dividido em dois, vários veteranos da guerra contra os franceses que residiam no Sul viram-se presos em um fragmento do país que lutaram para libertar *por inteiro*. Como se não bastasse, o governo do Vietnã do Sul, além de ter legitimidade duvidosa, era também autoritário e impopular. Logo se formou uma guerrilha, a Frente de Libertação Nacional (FLN), apelidada por Diem de “vietcong” (uma forma pejorativa para dizer “comunistas”) e apoiada pelo Vietnã do Norte. A partir daí, o governo americano passou a enviar militares e equipamentos para ajudar o Vietnã do Sul a enfrentar o novo inimigo interno. Entretanto, esse apoio era de caráter mais logístico e estratégico – os militares americanos deveriam dar assessoria ao exército sulista, e não entrar nas

principais operações de combate. Inicialmente, foram enviados 400 homens, mas, na época da morte de Kennedy, já havia quase 17.000 militares americanos estacionados no Vietnã do Sul (SOUSA, 2007, p. 191).

O ponto de virada veio em agosto de 1964, quando Johnson anunciou ao público que duas embarcações militares americanas tinham sido atacadas por torpedeiros norte-vietnamitas no Golfo de Tonquim. Depois de um ataque aéreo em retaliação, LBJ se valeu do incidente em Tonquim (um ataque que não causou danos e cuja confirmação é no mínimo incerta) para pedir ao Congresso uma autorização para empregar “todas as medidas necessárias” para repelir e prevenir quaisquer futuros ataques às forças americanas. O presidente acabou obtendo, assim, uma carta branca formal para agir como lhe aprouvesse no Vietnã – mesmo sem nunca ter havido, por parte do governo dos EUA, uma declaração formal de guerra.

Assim começou a “escalada”, ou seja, a intensificação da ação americana no Vietnã. O que era um “aconselhamento militar” se tornou uma intervenção concreta, que se tornaria um poço sem fundo de gastos e perdas humanas.

(...) no fim de 1965, a presença militar americana no Vietnã do Sul havia alcançado o surpreendente número de 184.000 pessoas. No ano seguinte, seriam 450.000 e, em 1968, havia um efetivo astronômico superior a meio milhão. As baixas aumentaram proporcionalmente: entre mortos, feridos, hospitalizados e desaparecidos, elas foram, cumulativamente, de 2.500 em 1965 para 33.000 em 1966, 80.000 em 1967 e 130.000 em fins de 1968, ano em que o envolvimento americano chegou ao ápice. O total em dez anos de guerra (1965-1975) seria de mais de 58.000 mortos e 300.000 feridos, sendo que, destes, metade teve lesões graves. Além disso, os “aviões americanos lançaram mais bombas, muitas delas com napalm, sobre o Vietnã entre 1965 e 1967 do que em todos os teatros da Segunda Guerra Mundial”, de

modo que, apenas em 1970, a carga de explosivos usada nessa guerra excedia aquela “de todas as guerras anteriores na história humana” (SOUSA, 2007, p. 194).

Os custos da guerra acabariam por desviar as verbas necessárias para os programas sociais da Grande Sociedade, e, ao mesmo tempo, prejudicariam a popularidade de Johnson. Afinal de contas, a maior potência militar e industrial do mundo estava tendo dificuldades de vencer uma guerra em um pequeno país rural que não tinha nem de longe a capacidade tecnológica dos americanos. Esse fato não se devia apenas a fatores estritamente militares – a FLN lutava uma guerra de guerrilha em um território que conhecia bem, a China oferecia ajuda a Ho Chi Minh durante parte da guerra e os EUA nunca fizeram uma invasão em grande escala no Vietnã do Norte, em parte por temerem uma nova Coreia –, mas também a fatores políticos. O regime do Vietnã do Sul não tinha o apoio de sua própria população, e nenhuma força militar estrangeira, por mais poderosa que fosse, podia mudar isso. Frequentemente, os guerrilheiros contavam com a simpatia dos sul-vietnamitas, que não viam grandes motivos para favorecer um governo que os desrespeitava e apelava para a brutalidade. Além disso, os EUA estavam novamente em uma guerra limitada: o objetivo era neutralizar uma guerrilha infiltrada em um país aliado, não destruí-lo completamente – logo, as temíveis bombas nucleares não eram uma opção. Portanto, ao tentar proteger e reforçar um governo corrupto e politicamente inviável, os EUA se viram em um “atoleiro”, uma guerra contínua em que não se tinha avanços significativos. Crendo a princípio que a intervenção militar no Vietnã seria *rápida* e fácil, ao fim de alguns anos o governo Johnson se viu em um dilema: descobriu que não podia realmente vencer militarmente a guerra, mas também não queria arcar com o enorme ônus político de uma derrota. O próprio LBJ insistia que não queria ser o “primeiro” presidente americano a perder uma guerra – um ônus político que poderia ser fatal para sua carreira e seu partido, além de representar um triunfo para os comunistas. O que fazer?

Napalm

Tipo de munição incendiária, usada pela primeira vez na Segunda Guerra Mundial. O nome provém de dois de seus componentes: o ácido naftênico e o ácido palmítico.

Agente laranja

Herbicida utilizado pelos EUA para causar o desfolhamento das árvores na selva vietnamita, e assim dificultar a camuflagem das forças inimigas. Altamente tóxico, veio a provocar sérios prejuízos à saúde da população exposta a ele, incluindo graves malformações congênitas.

Para piorar a situação americana, a Guerra do Vietnã atraiu protestos no mundo inteiro, principalmente em casa. O alistamento militar e a crescente divulgação dos horrores da guerra – como o emprego de bombas de **napalm** e de armas químicas como o **agente laranja** – canalizaram a insatisfação de milhares e milhares de pessoas, especialmente jovens estudantes, que se recusavam a tomar parte no que viam como um ato imperialista, inútil e moralmente injustificável. À medida que a guerra se alongava, as manifestações se multiplicavam, cada vez reunindo mais pessoas e fazendo da guerra uma barulhenta questão política. Entretanto, foi em 1968, quando a FLN lançou um ataque coordenado em larga escala contra várias cidades sulistas, chamado de Ofensiva do Tet, chegando à fortificada embaixada americana na capital Saigon – tudo registrado pela televisão – que a opinião pública americana deu uma virada e passou a se mostrar desfavorável à guerra. Pressionado, Johnson desistiu da reeleição – mas a guerra continuou até 1973, quando os americanos deixaram de tomar parte nos combates, e até 1975, quando o Vietnã do Norte derrotou e anexou o do Sul, que até então ainda recebia auxílio americano.

A Guerra do Vietnã foi um trauma em vários sentidos. Além dos horrores inerentes a toda guerra, ela representou um sério golpe na imagem dos EUA como autoproclamados defensores do “mundo livre” frente ao autoritarismo comunista. Os vietnamitas sofreram baixas, entre civis e militares, da ordem de milhões, e essa carnificina – bem como todo o aparato montado para justificá-la frente ao público – levou muitos americanos a questionar a credibilidade de seu próprio governo. E, claro, havia a questão da derrota: após anos de guerra, as forças dos EUA voltaram para casa sem atingir o seu objetivo. Por anos, o temor de uma nova derrota levou à chamada “síndrome do Vietnã”, isto é, à indisposição do povo americano a se envolver em outra guerra. O Vietnã mostrou que mesmo a maior das superpotências ainda podia perder uma guerra, e que a “frente de combate” no plano político podia ser tão importante quanto a frente propriamente militar.



Atende ao Objetivo 1

1. Em visita à Universidade Johns Hopkins em 7 de abril de 1965, o presidente Lyndon Johnson declarou:

Existem aqueles que se perguntam por que nós temos uma responsabilidade lá [no Vietnã]. Bem, nós temos uma responsabilidade lá pela mesma razão por que temos uma responsabilidade pela defesa da Europa. A Segunda Guerra Mundial foi lutada tanto na Europa quanto na Ásia, e, quando ela terminou, nós nos vimos com a responsabilidade continuada da defesa da liberdade.

Nosso objetivo é a independência do Vietnã do Sul e vê-lo livre de ataque. Não queremos nada para nós mesmos – somente que o povo do Vietnã do Sul possa guiar seu próprio país à sua própria maneira.

Faremos tudo o que for necessário para alcançar esse objetivo. E nós faremos somente o que for absolutamente necessário.

(Fonte: <http://www.lib.texas.edu/johnson/archives.hom/speeches.hom/650407.asp>)

O Vietnã talvez seja o mais traumático conflito militar em que os EUA se envolveram após a Guerra Civil americana de 1861-1865. Entretanto, os motivos do interesse da maior superpotência mundial em um pequeno país agrário do Sudeste da Ásia não são autoevidentes. Sendo assim, sintetize o que levou os americanos a lutar no Vietnã, considerando as diretrizes de política externa estabelecidas pela Doutrina Truman (cf. a Aula 6) e a expectativa do governo dos EUA para o conflito.

Resposta Comentada

Segundo a Doutrina Truman, formulada em reação aos avanços soviéticos nos primeiros anos após a Segunda Guerra, “deve ser a política dos EUA apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação pelas minorias armadas ou pelas pressões externas” – fazendo referência à expansão comunista que estava em curso na Europa e na Ásia. Na prática, isso significava que os EUA se comprometiam a auxiliar qualquer nação ameaçada de domínio comunista. E aos olhos americanos, o Vietnã, dividido em uma parte comunista e outra capitalista após a libertação definitiva dos colonizadores franceses, se encaixaria nessa descrição. Afinal, o Vietnã do Sul estava enfrentando com dificuldades uma guerrilha comunista em seu território. Além disso, havia a crença na “teoria do dominó”, segundo a qual caso o Vietnã se tornasse totalmente comunista, acabaria arrastando os países vizinhos para o mesmo caminho, o que os americanos queriam evitar. Finalmente, considerando a diferença de poder entre os vietnamitas e os americanos, esperava-se que a guerra fosse rápida e sem maiores dificuldades. Tudo isso acabaria levando os EUA à intervenção militar.

A luta contra o “sistema”

Economicamente falando, a década de 1960 foi próspera, dando continuidade ao *boom* do pós-guerra. Níveis de emprego e renda continuaram em patamares elevados, o que permitiu que boa parte da geração do *baby boom* tivesse acesso ao ensino superior e, por extensão, a carreiras profissionais melhor remuneradas. Mas, por isso mesmo, essa geração pôde se dar ao luxo de adiar a entrada no mercado de trabalho e eventualmente se dedicar a outras

atividades, como, por exemplo, a militância política ou social. No caso americano, em particular, o movimento dos direitos civis (assim como o pacifista, o de oposição aos testes nucleares, entre outros) viria a ser uma das possibilidades oferecidas a esses estudantes, e foi a primeira escola política de muitos deles. Foi essa aproximação que levou vários estudantes, sobretudo brancos de classe média matriculados nas melhores universidades do país, a experimentar em primeira mão os problemas e falhas da democracia americana da época – e a procurar agir para saná-las.

Foi essa experiência direta com a campanha dos direitos civis que levou, por exemplo, ao primeiro grande levante estudantil em um *campus* universitário, chamado de Movimento da Liberdade de Expressão (Free Speech Movement), em Berkeley, Califórnia, em 1964. Nessa ocasião, o objetivo era simplesmente protestar contra o autoritarismo dos dirigentes da universidade, que haviam proibido divulgação política no *campus*. Entretanto, o movimento de Berkeley acabou sendo apenas o primeiro de uma longa série, mostrando o descontentamento de muitos estudantes não apenas com as questões mais evidentes de sua época – como a segregação racial ou o perigo nuclear –, mas também com o papel que lhes era reservado na sociedade em geral. Mais do que reivindicações propriamente políticas, esses movimentos de base juvenil revelariam *também* uma contestação mais profunda, existencial: estudar, conseguir uma carreira bem remunerada, formar família, ir morar num subúrbio e aposentar-se, isso era *tudo* que a sociedade tinha a lhes oferecer? E seria legítimo dedicar-se apenas a esse modelo convencional quando, no Sul, pessoas eram mortas por causa da sua cor, uma guerra devastadora podia eclodir a qualquer momento, vietnamitas eram mortos aos milhares em nome da democracia, e tudo isso com o dinheiro dos impostos dos bons cidadãos americanos?

Em abril de 1965, Washington presenciou a sua primeira grande manifestação contra a Guerra do Vietnã, organizada justamente por uma organização estudantil de esquerda, Estudantes por uma Sociedade Democrática (SDS, na sigla em inglês), que viria

a ser a maior do seu gênero ao longo da década. O documento fundador dessa organização, a *Declaração de Port Huron*, expressava bem a busca de uma visão ampla da sociedade americana: criticava não apenas posturas governamentais específicas, da política convencional, mas também os valores que estariam fazendo com que a sociedade americana, materialmente próspera em sua maior parte, se tornasse autocomplacente demais, incapaz de reconhecer suas próprias falhas e pouco disposta a buscar soluções abrangentes para elas. Os meios tradicionais, como o voto nas eleições, eram importantes, mas era preciso também repensar a postura de cada um frente aos problemas da comunidade. A democracia, para ser válida, não podia ser apenas formal e representativa; tinha de ser *participativa*, com cada um tendo o direito a opinar sobre decisões que afetariam sua vida. Essa junção entre valores e ação exigia que “política” não fosse apenas algo que uma pessoa *fazia*, mas também algo que ela *vivesse* – uma posição fundamental do que viria a ser conhecido como *Nova Esquerda* (SOUSA, 2007).

Esse tipo de questionamento ia de encontro a uma ordem vigente dominada por políticos profissionais, uma economia capitalista burocratizada e desigual, um sistema de valores convencional, os temores e a intolerância decorrentes da Guerra Fria e, finalmente e cada vez mais, pela chaga moral representada pelo Vietnã. Desse embate entre o *status quo* e o desejo de mudança, nasceram vários movimentos sociais, políticos e culturais em que a presença jovem tinha um grande peso. Veremos rapidamente alguns dos mais notórios.

A luta dos negros pela igualdade de direitos após a assinatura da Lei dos Direitos Civis e da Lei dos Direitos de Votação não terminou. Como já foi dito, a discriminação racial e os seus efeitos não desapareceram da noite para o dia, e ainda havia muita insatisfação, sobretudo porque as condições econômicas de grande parte dos negros ainda eram precárias. A era das grandes manifestações dos direitos civis encontrava-se no fim, mas os motivos para protesto, não. Novos líderes começaram a despontar e, já na

segunda metade da década, a liderança de Martin Luther King Jr. – que lutava pela integração – passou a ser contestada por adeptos do *nacionalismo negro*. Estes tinham em comum a ideia de que a convivência entre brancos e negros em pé de igualdade não era mais viável nos EUA, se é que algum dia realmente fora; para eles, a solução era a afirmação de uma identidade negra específica e separada da sociedade branca predominante. E para isso se admitia até mesmo um recurso que era explicitamente rejeitado pelo movimento dos direitos civis: a luta armada.

A ideia não era nova. Malcolm X (morto em 1964) já falava disso ao defender que o negro se defendesse da opressão branca “por todos os meios necessários”. Os movimentos de independência na África e as guerrilhas socialistas que se espalhavam em vários países do Terceiro Mundo pareciam indicar que o recurso à força podia ser um caminho válido. Uma adaptação dessa ideia foi o Partido Pantera Negra para a Autodefesa, nascido em Oakland, Califórnia. A ideia era formar milícias armadas nos bairros negros da cidade, de forma a desencorajar a frequente violência policial (as leis estaduais permitiam o porte de armas, desde que visíveis). Mas os Panteras Negras, como ficaram conhecidos, também esposavam uma plataforma marxista-leninista, que incluía desde a exigência de melhores condições de vida à libertação de todos os negros detidos nas prisões do país.



Figura 7.4: Dois Panteras Negras armados, com uniforme típico.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Black-Panther-Party-armed-guards-in-street-shotguns.jpg>

A ideia de que uma revolução negra era possível ou até iminente foi reforçada pela ocorrência de vários levantes raciais em diversas cidades americanas, a partir de 1965. Watts, em Los Angeles, e Newark, Nova Jersey, foram apenas alguns dos cenários de quebra-quebras e confrontos protagonizados por parte da população dos bairros negros e pela polícia, não raro durando vários dias. As más condições econômicas, os abusos da polícia, a incapacidade das autoridades para entenderem o que estava acontecendo, e a crescente difusão de ideias socialistas radicais entre os ativistas políticos da época levaram alguns a crer que os conflitos internos dos EUA poderiam acabar levando a uma grande revolução na qual os negros estariam na vanguarda.



Figura 7.5: Uma foto de Watts, Los Angeles, durante os seis dias do levante, em agosto de 1965.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Wattsriots-burningbuildings-loc.jpg>

Quando, em abril de 1968, Martin Luther King Jr. foi assassinado, desencadeando uma onda de novos levantes raciais no país, parecia que a ideia de uma integração racial pacífica estava fadada a ficar ainda mais distante. No entanto, passada a consternação pela morte do pastor que se tornara símbolo da luta pela igualdade e pela fraternidade, tais eventos não mais se repetiriam.



Figura 7.6: Ernesto "Che" Guevara, ícone guerrilheiro nos anos 1960: inspiração para muitos radicais de esquerda da época.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:GuerrilleroHeroico.jpg>

Em outra frente, a contracultura chamou também bastante atenção. Rapazes e moças de famílias respeitáveis, levados por ideias de “gurus” como Timothy Leary ou por uma eclética mistura de religiosidade oriental, música pop e rejeição às convenções, optaram por “ficar na sua”, explorando formas diferentes de vida comunitária. Parecia a rejeição suprema ao modelo convencional de vida da sociedade americana, baseado no consumo e na conformidade. Com cabelos compridos, roupas estranhas e um linguajar peculiar, vivendo em comunidades alternativas, recorrendo às drogas em busca de novos estados de consciência e defendendo muitas vezes uma sexualidade desinibida. Logo ganharam o apelido genérico de *hippies*, e criaram uma subcultura própria, que se espalhou mundo afora. E embora muitos *hippies* optassem por expressar seu descontentamento com a sociedade procurando se afastar dela (daí as comunidades alternativas), nem por isso deixavam de expressar sua visão de que diretrizes todos deviam seguir – “Paz e Amor”.



Figura 7.7: Dois *hippies* em Woodstock, famoso festival de música realizado em 1969.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Woodstock_redmond_hair.JPG

Cada um à sua maneira, os estudantes ativistas, os *hippies* e os nacionalistas negros mostravam o quanto o *American way of life* havia deixado de ser satisfatório. O que antes parecia ser um sonho de conforto e harmonia era agora visto como um “sistema” a

ser derrotado e substituído por uma ordem mais justa – embora as concepções de como ela deveria ser fossem as mais diferentes. Essa onda contestatória ganhou ainda mais diversidade no fim da década, quando outros grupos passaram a reivindicar o reconhecimento pleno de seus direitos: mulheres, homossexuais, indígenas, latinos... Esse não foi um processo apenas americano, mas provavelmente foi nos EUA que ele teve maior visibilidade e onde ganhou mais força para se propagar pelo mundo. Eram as *políticas de identidade*, centradas nas reivindicações e problemas de minorias específicas e não mais em projetos de reorganização social em grande escala.

A reação: os anos Nixon

Quando vieram as eleições de 1968, o país estava dividido. A guerra continuava, embora estivesse claro que era um fardo político que todos os candidatos teriam de encarar e para o qual encontrar soluções. Nas ruas, os protestos contra ela ganhavam força, enquanto um número cada vez maior de radicais protestava contra tudo o que antes parecia representar consenso: a supremacia militar americana, o funcionamento das universidades, as relações entre os sexos e entre as raças, o próprio respeito à lei... Certas manifestações se tornaram verdadeiras batalhas campais, como durante a convenção nacional do Partido Democrata, em Chicago, em que manifestantes contra a guerra e uma polícia descontrolada levaram o combate ao hotel onde os delegados do partido se hospedavam. E ainda havia a tristeza profunda e o choque dos assassinatos de duas lideranças nacionais, primeiro Martin Luther King, em abril, e depois o pré-candidato à presidência e irmão de JFK, Robert Kennedy, em junho. Violência e contestação contínuas abriam o caminho para o ultraje – e deram a vitória eleitoral ao republicano Richard Nixon, que prometia fazer o país voltar à lei e à ordem.

Com Nixon, a “maioria silenciosa” de americanos que não concordavam com o rumo que as coisas vinham tomando se fez sentir. Apesar de todo o barulho que faziam, os movimentos de contestação eram minoritários – não havia nenhuma multidão aguardando uma liderança revolucionária para instituir uma sociedade renovada. Já nos primeiros anos da década de 1970, grande parte desses movimentos desapareceu, fosse por perseguição das autoridades ou por terem perdido muito de seu apelo junto ao público. O país havia entrado em uma era de ascensão conservadora que duraria até o fim do século.



Atende ao Objetivo 2

2. Reproduzimos, a seguir, trechos de dois discursos célebres dos anos 1960. O primeiro foi proferido pelo líder estudantil Paul Potter, na primeira grande manifestação contra a Guerra do Vietnã, em abril de 1965:

Que espécie de sistema é esse que justifica que os Estados Unidos ou qualquer país se apodere dos destinos do povo vietnamita e os use para seu próprio propósito? Que espécie de sistema é esse que cassa os direitos das pessoas no Sul, deixa milhões e milhões de pessoas em todo o país, empobrecidas e excluídas da corrente principal e da promessa da sociedade americana, que cria terríveis burocracias sem rosto e faz delas o lugar onde as pessoas passam a vida e fazem seu trabalho, que consistentemente põe os valores materiais acima dos valores humanos – e ainda insiste em se chamar de livre e em se achar com o direito de ser a polícia do mundo? Que lugar existe para os homens comuns nesse sistema e como eles vão controlá-lo, fazê-lo se curvar à sua vontade ao invés de se curvarem à dele? Nós temos de dar nome a esse sistema. Devemos nomeá-lo, descrevê-lo, analisá-lo, entendê-lo e mudá-lo. Pois só quando ele for mudado e posto sob controle que poderá haver esperança de deter as forças que criam uma guerra no

Vietnã hoje ou um assassinato no Sul amanhã ou todas as incalculáveis atrocidades mais sutis que são impostas ao povo o tempo todo (SOUSA, 2007, p. 211).

O segundo é de Martin Luther King Jr., feito em agosto de 1967:

Com toda a luta e todas as conquistas, devemos, no entanto, encarar o fato de que o negro ainda vive nos subterrâneos da grande sociedade. Ele ainda está por baixo, apesar de alguns terem ascendido a níveis levemente superiores. Poucos negros têm acesso à oportunidade de ascensão social, mesmo nos locais onde a porta foi forçada a entreabrir-se. (...) Consequentemente, o negro ainda é um estranho empobrecido numa sociedade emergente.

(...) [A]s boas coisas da vida, o negro as recebe pela metade, quando comparado ao branco. As ruins, recebe em dobro. Assim, metade de toda a população negra vive em habitações degradantes. O salário do negro equivale à metade do rendimento do branco. (...) [E]les são o dobro em número de desempregados; a taxa de mortalidade infantil entre negros é o dobro da dos brancos (...)

(...) Nas escolas elementares, o negro está duas ou três séries atrás do branco; e suas escolas [segregadas] recebem substancialmente menos dinheiro por alunos que as escolas brancas. Apenas um em cada vinte negros ingressa na faculdade. Entre os negros empregados, 75% fazem trabalhos subalternos. É esse o ponto em que nos encontramos.

(...) Agora, quando digo que devemos questionar toda a sociedade, quero dizer que, em última instância, devemos perceber que o problema do racismo, que o problema da exploração econômica e o problema da guerra estão relacionados. Esses três pilares diabólicos estão relacionados.

(...) Em outras palavras, 'Toda a estrutura deve ser modificada'. Uma nação que mantém um povo escravo por 244 anos irá 'coisificá-lo' e usá-lo. E, assim, explorará os escravos e os pobres economicamente. E uma nação que explora economicamente precisará de investimentos externos e tudo o mais, e precisará usar a sua força militar para se proteger. Todos esses problemas estão relacionados (KING, 2006, p. 145-153).

Durante a Guerra Fria, e especialmente nos anos 1950 e início dos 1960, os EUA procuraram inculcar em sua população a visão oficial de que representavam a democracia, a liberdade e um "estilo de vida" superior (o *American way of life*) àquele defendido pelos Estados autoritários do bloco comunista. Nessa visão, a Guerra Fria seria essencialmente uma luta maniqueísta entre "bem" e "mal", entre uma sociedade livre e próspera e uma

outra, marcada pela tirania e o medo. No entanto, em meados da década de 1960, é uma visão diferente dos EUA e do seu papel no mundo que emerge. Com base naquilo que você leu, procure descrever em linhas gerais essa visão, relacionando-a com as turbulências enfrentadas pelo país na época.

Resposta Comentada

Os anos 1960 são lembrados sobretudo pela visão altamente crítica que se desenvolve – seja no meio estudantil, na contracultura ou nos diversos movimentos sociais que crescem no período – a respeito da sociedade americana em geral. A crescente consciência pública e a denúncia de questões como a persistência do racismo (apesar dos avanços legislativos), o papel americano no Vietnã (cada vez mais visto como um beco sem saída militar e uma guerra cruel e sangrenta, que matava americanos e vietnamitas) e a desigualdade econômica faziam com que a visão idealizada da América como uma terra de liberdade e oportunidade para todos, essencialmente respeitadora dos direitos fundamentais do ser humano, não fosse mais sustentável. Assim, tornava-se evidente que os EUA também tinham um grande número de equívocos e injustiças para corrigir, o que levava muitos a questionar não apenas algumas posturas específicas, mas até mesmo as bases da sociedade, fosse sua organização econômica, sua estrutura social e/ou política.

RESUMO

Nesta aula, vimos como a Guerra Fria afetou de forma decisiva os EUA na década de 1960, levando-os, com a Crise dos Mísseis, à beira de um confronto com a URSS. Vimos também o papel crucial que Cuba desempenhou nessa crise.

Conhecemos o movimento pelos direitos civis, cujo maior representante era Martin Luther King Jr., e vimos como esse movimento inspirou outros, embora de objetivos bastante diversos.

Voltando ao âmbito militar, estudamos a Guerra do Vietnã e os efeitos negativos na sociedade americana, sobretudo o de enfraquecer o governo de Lyndon Johnson e instigar os movimentos de contestação que floresceram principalmente na segunda metade da década.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, faremos uma rápida passagem pelos governos de Richard Nixon e Jimmy Carter, para então nos centrarmos na era de preponderância conservadora inaugurada pela eleição de Ronald Reagan para a presidência. Trataremos do significado dessa vitória nos campos político e econômico, bem como do impacto gerado pelo fim da Guerra Fria.

Aula 8

A América Latina
na encruzilhada:
democracia ou
revolução? O
modelo cubano
em debate (1950
a 1970)

Norberto Ferreras

Meta da aula

Apresentar a sociedade latino-americana na encruzilhada entre o capitalismo e o socialismo na explosão de militância e inconformismo da juventude, dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. distinguir a situação cubana do período para compreender as opções ante o Capitalismo;
2. identificar as experiências revolucionárias na América Latina e seus vínculos com a Revolução Cubana.

Pré-requisitos

Para aproveitar esta aula é preciso ter acompanhado as Aulas 2, 3 e 5 desta disciplina, nas quais estabelecemos as transformações na sociedade, a economia e a política da América Latina que se sucederam na primeira metade do século XX e que nos permitirão compreender a encruzilhada da América Latina.

INTRODUÇÃO

Em 1º de janeiro de 1959 um grupo de jovens revolucionários cubanos chamava a atenção da comunidade internacional. Fulgencio Batista, o ditador apoiado pelos Estados Unidos, tinha sido derrubado por um movimento revolucionário depois de uma luta que não chamara muito a atenção até esse momento. Abria-se uma nova etapa na vida política da América Latina. O Movimento 26 de Julho, liderado pelo jovem advogado Fidel Castro, vinha à tona, e com ele uma nova forma de fazer política: a luta armada. É praticamente impossível pensar nas décadas de 1960 e 1970 sem pensar nessa prática político-militar. A Revolução, com maiúsculas, era o primeiro ponto da pauta de todo movimento político que pretendia alçar-se com o poder. Primeiro, definia-se que a revolução viria por meio da luta armada, e depois eram definidos os objetivos: revolução, reforma ou a defesa do *status quo*.

Nesta aula, pretendemos identificar os elementos que definiram a política latino-americana do período, tentaremos apresentar a trajetória prévia e posterior da luta armada na América Latina, para além dos acontecimentos de Cuba, e finalmente confrontar a opção pela luta armada com o processo chileno, encabeçado por Salvador Allende e a derrocada por meio do golpe de Estado dado por Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973.

Antes de iniciar é preciso esclarecer o fato de que a luta armada, e mais precisamente a guerra de guerrilhas, não foi um patrimônio dos revolucionários, como foi colocado, mas que foi a forma mais estendida de resistência ao poder concentrado em poucas mãos ou em um único grupo social. Como apresentamos em aulas anteriores, a luta armada foi constitutiva de boa parte da ação política da região. Os distintos grupos que participaram da Revolução Mexicana, os *Radicales* da Argentina, os Batllistas no Uruguai, os seguidores de Augusto César Sandino na Nicarágua e os comunistas de El Salvador recorreram ao confronto militar para

tentar resistir ao poder, mas também, para impor as suas posições. Porém, só os grupos que tinham pouco contato com o poder ou que contavam com recursos limitados se valeram da guerra de guerrilhas, e, nesse ponto, só os centro-americanos foram os seus praticantes mais constantes, devido ao forte vínculo popular que lhes permitia superar a escassez de recursos materiais disponíveis. Analisemos, então, o processo político do período e a importância da luta armada no mesmo.

Cuba: início ou continuidade?

Poucos processos políticos foram tão influentes na América Latina como a Revolução Cubana. Um pequeno país do Caribe determinou por longos anos as relações entre os Estados Unidos e o resto do continente, e, ainda hoje, Cuba é uma pedra no sapato das relações entre os países da América. Estar a favor ou contra Castro foi um divisor de águas durante mais de 40 anos. Hoje, o fervor por Cuba ou a rejeição a ela é menos profundo, mas não por isso a experiência castrista foi deixada de lado nos debates políticos. Em determinados momentos, ser crítico da situação social e política no próprio país implicava, necessariamente, ser a favor de Cuba e contra os Estados Unidos, e a relação entre os países da região muitas vezes foi norteadada por esta questão. Mas, era Cuba tão importante assim? Isso é o que analisaremos neste ponto.

Livros e livros têm sido escritos para determinar que a Revolução Cubana foi uma revolução de tipo socialista. Porém, é evidente que a experiência cubana contradiz todos os manuais revolucionários escritos na Europa. O proletariado não foi a vanguarda, a situação política não era diferente daquela dos anos anteriores e Cuba não era um país pobre.

Se há algum caso similar com Cuba este deve ser procurado fora da Europa, nas experiências de Sandino na Nicarágua, da China de Mao Tsé-tung ou no Vietnã de Giap e Ho Chi Minh. Todas essas experiências mencionadas têm um forte conteúdo anticolonial e anti-imperialista, a sociedade rural era preponderante e as lutas agrárias marcaram a pauta principal e a agenda do conflito, e a ideologia foi muito mais um elemento para a contenção dos seus quadros políticos, um modelo para a organização posterior e a existência de um modelo vitorioso que viabilizava o confronto com os poderes estabelecidos, principalmente, com o poder das elites locais aliadas com o invasor ou com o poder colonial. Por isso é importante formular a pergunta se Cuba é uma novidade ou, pelo contrário, expressa tradições já existentes.

Na América Latina há uma longa tradição de resistências populares. Elas vêm desde o período colonial e, aprofundadas no tempo, também contra os grandes impérios pré-colombianos. Na grande maioria dos casos em que a contestação foi pela via armada, a guerrilha foi a tática escolhida e, também, a única possível a grupos que contavam com poucos recursos. Só as lutas independentistas, no início do século XIX, se livraram com exércitos regulares, e mesmo neste caso a guerra de guerrilhas foi utilizada no combate, como aconteceu no caso das *montoneras* no Alto Peru e os *llaneros* da Nova Granada. Em Cuba, a guerrilha também foi utilizada na Guerra dos Dez Anos, a primeira guerra da Independência que aconteceu entre 1868 e 1878, e posteriormente na segunda guerra da Independência, que começou em 1895. O líder dos guerrilheiros em ambos os casos foi Antonio Maceo, que, além de ser um independentista, era partidário da abolição da escravidão. Portanto, a guerra de guerrilhas não era uma novidade na América Latina como temos mostrado em aulas anteriores.



Figura 8.1: Antonio Maceo, o Titã de Bronze (1845-1896). Lutou nas duas guerras da Independência de Cuba e em ambas utilizou táticas de guerrilha.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antonio_Maceo.jpg



Figura 8.2: José Martí, o Apóstolo (1853-1895). Poeta e pensador, foi o ideólogo da invasão que deflagraria a guerra independentista e é considerado o Herói Nacional e Pai da Pátria.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:MartíJohnManuel_K_TRestoration.jpg

Se a guerra de guerrilhas não foi uma novidade de Fidel Castro e seus companheiros de armas, não podemos negar que Fidel, junto com Che Guevara, foi o seu principal executor e teórico. A novidade na forma em que eles executaram a guerra de guerrilhas reside no fato de que fizeram dela um método e uma teoria revolucionária. Depois deles “guerra de guerrilhas” significaria “revolução”, ainda quando não fossem unicamente os revolucionários os que utilizaram este método ou que a revolução pudesse ser feita só por meio de uma guerrilha. A guerra de guerrilhas, segundo Fidel Castro e Che Guevara, praticamente monopolizou a prática revolucionária na última parte do século XX. Mas não podemos esquecer que uma revolução pela via democrática estava em curso no Chile de Salvador Allende ou que a Nicarágua Sandinista foi atacada por uma guerrilha contrarrevolucionária, dos Contras, financiada pelos Estados Unidos.

A saga da Revolução Cubana

Se a Revolução Cubana foi um divisor de águas na História da América Latina contemporânea deveu-se, em grande medida, ao fato de a História de Cuba não ser muito diferente da História de muitos países da região. A Independência de Cuba foi um processo que pode ser considerado como arquetípico na passagem da dominação europeia para a dominação dos Estados Unidos. A Independência conseguida em 1898 deixou para trás os longos séculos de dominação colonial e a possibilidade, anterior à guerra civil nos Estados Unidos, de que a ilha fosse anexada a esse país. Mas o fim do colonialismo foi acompanhado pelo início do Imperialismo. Os Estados Unidos, que contribuíram para a derrota espanhola, foram mais beneficiados que a própria Cuba. A ilha conseguiu a independência e os Estados Unidos obtiveram os direitos sobre Puerto Rico, Guam e as Filipinas, no mesmo ano em que também anexavam o Havaí. A situação incerta pela continuidade das tropas americanas em Cuba levou a um protesto por parte das

novas autoridades. A resposta dos Estados Unidos foi a intervenção na vida política deste país pelos quatro anos seguintes, até que foi incluída a Emenda Platt na Constituição cubana, dando início à sua nova política para com a América Latina: o *Big Stick*.



A Emenda Platt e o *Big Stick*

Com a eleição de Theodore Roosevelt como presidente dos Estados Unidos em 1902 se abriu uma nova era nas relações entre este país e a América Latina. Roosevelt declarou, em setembro de 1902, que a política a seguir com a região era a de “falar tranquilamente enquanto se segurava um porrete”. Neste contexto, Cuba era uma forma de apresentar esta nova política ao resto dos países latino-americanos. Por esta emenda, Cuba deveria aceitar as intervenções dos Estados Unidos, sempre que os seus interesses fossem afetados. Para salvaguardar os seus interesses na ilha, os Estados Unidos puderam instalar uma base militar em Guantánamo, que existe ainda hoje.

Depois de aplicada a Emenda Platt e de consagrada a política do *Big Stick*, Cuba e outros países da América Central e do Caribe sofreram intervenções dos Estados Unidos cada vez que eles entendiam que os seus interesses eram afetados. Porém, no caso cubano, a situação foi cada vez mais exasperante, devido ao fato de que, ante o mínimo esforço por renovar a política ou consagrar qualquer intento de ampliar a autonomia econômica, os Estados Unidos fizeram valer o direito constitucional ou apelaram a sanções ou pressões para modificar a situação. Mesmo com esta situação sendo revista em 1934 com a adoção da política da Boa Vizinha de F. D. Roosevelt, as pressões e o interesse pela ilha não decresceram. Em 1940 chegou ao governo Fulgencio Batista,

um militar que tinha atuado como chefe do Exército desde inícios da década de 1930. A sua chegada à presidência foi bem-vinda pelos Estados Unidos. Ele voltaria a ser presidente em 1952 por conta de um Golpe de Estado, e foi o homem forte de Cuba desde a sua aparição pública em 1933 até a sua derrocada em 1959.

Batista foi emblemático do tipo de relações que primaram entre Cuba e os Estados Unidos até a Revolução de 1959. Com ele, Cuba cresceu em importância econômica, no crescimento dos indicadores de desenvolvimento humano e de acesso às novidades tecnológicas do período. Para se ter uma ideia da situação, Cuba teve redes de TV com produção própria, antes de qualquer outro país da América Latina, assim como a quantidade de médicos e leitos hospitalares *per capita* era superior à maioria dos países da região. Mas, por outro lado, a democracia era mais uma promessa do que uma realidade, a concentração de renda a favor dos cidadãos americanos e dos latifundiários foi cada vez maior, e, finalmente, Cuba perdeu autonomia para desenvolver uma economia independente, chegando a importar até os mais elementares produtos de consumo, como sabonetes ou tomates. Cuba produzia açúcar, tabaco e níquel para a exportação. A sua indústria era importante, porém as dificuldades para o seu desenvolvimento tropeçavam na falta de investimentos e a concorrência dos produtos que chegavam dos Estados Unidos.



Figura 8.3: Fulgencio Batista em 1952 (1901-1973). Duas vezes presidente de Cuba: 1940 a 1944 e de 1952 a 1958. Símbolo da submissão de Cuba aos Estados Unidos.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9d/1952Batista.jpg>

Batista e seus homens estreitaram o seu relacionamento com a capital dos Estados Unidos, e, como consequência, a influência deste país em Cuba era cada vez maior. Porém, à medida que eles ficavam cada vez mais ricos, também eram cada vez mais questionados pela população. São conhecidos os vínculos entre o círculo de Batista e a máfia dos Estados Unidos, os quais fizeram de Cuba um dos principais destinos para o turismo desse país e, junto com ele, o desenvolvimento da indústria do entretenimento. O resultado desta nova aliança viu-se refletida em cassinos e prostituição.

Porém, Batista não era rejeitado por todos os cubanos. Ele provinha de uma família pobre, e seu cargo inicial era o de sargento. Além do mais, era mulato e praticava a *Santería*, a religião popular. Os setores populares se identificavam com ele, mas os comunistas do Partido Socialista Popular (PSP), que controlavam os principais sindicatos, tinham participado do seu primeiro governo e mantinham uma oposição sistêmica. A rejeição à sua figura veio depois do golpe e depois que a corrupção tomou conta do sistema de governo.

O golpe de Estado de 1952 foi produto do resultado adverso para Batista nas eleições desse ano, e por meio do golpe, ele foi conduzido novamente à presidência. Este foi o ponto final para muitos cubanos. Entre os descontentes por esta situação estava um jovem advogado que tinha participado nas eleições como candidato a deputado pelo Partido Ortodoxo, cujo nome era Fidel Castro. Na sua visão do que acontecia em Cuba, a situação produzida pelo golpe só podia ser alterada por meio da intervenção popular. Para isso, ele planejou a tomada do quartel militar de Moncada em Santiago, a segunda cidade de Cuba. Dessa forma, se forneceriam armas aos rebeldes e se demonstraria a debilidade de Batista. A região do Oriente era a base política de Fidel. A tentativa de tomar o quartel se deu em 26 de julho de 1953 e é conhecida como *O assalto ao quartel de Moncada*.



Figura 8.4: Fidel Castro Ruz (1926-) em 1959 chegando a Nova York para o encontro com Dwight Eisenhower, o então presidente dos Estados Unidos.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c5/Fidel_Castro_-_MATS_Terminal_Washington_1959.jpg

O assalto foi um desastre, e a única parte bem-sucedida do seu plano foi a tomada do palácio de governo local, que foi encarregada a Raúl Castro, o seu irmão. Fidel foi derrotado e muitos dos seus seguidores foram mortos ou capturados, como ele próprio; o povo não se insurgiu como esperado e muitos dos partidos políticos lhe condenaram porque a sua ação deflagrou uma intensa repressão. O PSP o qualificou como “aventureiro pequeno-burguês”. Ele foi julgado em segredo por um tribunal militar, conduzido a uma ilha-prisão e, posteriormente, foi expulso de Cuba. Durante o juízo, Fidel assentou as bases do seu programa posterior: na sua defesa, ele declarou que o responsável intelectual das suas ações era José Martí, o herói nacional cubano, morto na Segunda Guerra da Independência; ele responsabilizou a Fulgencio Batista por ter dado o golpe, e finalizou dizendo: “Hoje

vocês me condenam, mas a História me absolverá.” Dessa forma, ele se declarava um nacionalista, não atuava com um programa transformador e sim como uma reação ao golpe militar, e confiava na mudança na consciência da sociedade para poder atuar em política no futuro, assim como consagrava o seu estilo de ação direta e sempre tentando levar as reivindicações e ações aos níveis mais extremados.

Enquanto Fidel Castro estava na prisão, surgiu o Movimento Revolucionário 26 de Julho, criado pelos seus seguidores como homenagem ao assalto ao quartel de Moncada, que continuou a atuar contra Batista, assim como outros grupos, como o Diretório Revolucionário e as Juventudes do Partido Ortodoxo. Estes grupos tanto tiveram ações políticas como militares contra a ditadura e estiveram no centro da cena durante o período em que Fidel esteve fora de ação.

Em 1955 Fidel foi expulso de Cuba e se dirigiu ao México. Lá ele se voltou novamente a Martí e ao que fora o seu plano independentista: a invasão da ilha. Para isto reuniu outros exilados e conseguiu dinheiro para a compra de um pequeno barco, o *Granma*, que lhe permitisse voltar. Desta expedição participariam as mais emblemáticas figuras da Revolução: Camilo Cienfuegos, um jovem militante que tinha imigrado para os Estados Unidos e posteriormente para o México; Raúl Castro, o irmão e braço direito de Fidel, e Ernesto “Che” Guevara, um jovem argentino que viajava pela América Latina, e que foi incorporado por ser médico e para que atuasse em tarefas auxiliares. Novamente, como no caso do Moncada, a viagem não foi muito feliz e a chegada foi desastrosa. Segundo os planos de Fidel Castro, a chegada devia coincidir com um levante na cidade de Santiago em novembro de 1956, onde aportariam os rebeldes. A ideia era que estes atuassem como o braço armado do movimento de massas; a sua chegada devia decidir a luta e constituir um governo rebelde nesta cidade e que, como consequência, se levantasse também no restante do país. Vários erros foram cometidos: a chegada aconteceu depois que o levante de Santiago foi derrotado; os rebeldes não sabiam muito bem onde tinham aportado, e foi longe do ponto original; também

não conseguiram pegar o equipamento transportado no barco, e ainda eram esperados pelas forças de Batista, sendo poucos os que sobreviveram ou escaparam dessa emboscada.

Fidel e os seus companheiros sobreviventes, entre eles Che Guevara e Camilo Cienfuegos, fugiram para a *Sierra Maestra*, uma cadeia montanhosa no sul da ilha pouco habitada e de densa floresta. Sem conhecimento das técnicas de sobrevivência, conseguiram o auxílio dos camponeses e de alguns dos militantes das cidades que, burlando o bloqueio imposto pelos militares, conseguiram levar apetrechos e alimentos. Frank País, o principal dirigente do M-26 fora dos guerrilheiros, conseguiu organizar a logística, a chegada de novos combatentes e até a visita de jornalistas estrangeiros que foram os que romperam o cerco informativo sobre a existência da guerrilha.



Figura 8.5: Mapa de Cuba com destaque ao local de desembarque do *Granma*, a *Sierra Maestra*, as principais cidades e os principais locais de combate.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Cuba-map-labels_\(4\).png](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Cuba-map-labels_(4).png)

A luta contra a ditadura de Batista prolongou-se por mais de dois anos, alternando fases urbanas e rurais. Os militantes dos grupos que atuavam nas cidades foram severamente reprimidos e, na medida em que ganhavam experiência e treinamento, a guerrilha rural situada em *Sierra Maestra* foi passando da resistência à ofensiva. Os guerrilheiros, aos poucos, foram criando uma forma de ação e de construção política. Não foi fácil para os grupos que atuavam nas cidades aceitar a liderança de Fidel e dos guerrilheiros. Os comunistas do PSP, antigos

adversários de Fidel, só em 1958 aceitaram o seu comando e passaram a enviar militantes para se incorporar à luta armada. E, assim como eles, o mesmo aconteceu com outros grupos que atuavam nas cidades.

Desde finais de agosto de 1958 a guerrilha se expandiu para além do seu núcleo inicial e avançou em direção às principais cidades de Cuba. Batista convocou eleições presidenciais em novembro do mesmo ano, como uma última cartada contra os guerrilheiros. Mas, nenhum dos partidos tradicionais participou das mesmas e o regime ficou desmoralizado. Sem vitórias militares, com derrotas políticas e a desconfiança dos Estados Unidos, Batista não tinha muitas opções fora do seu Exército. Derrotado o Exército, Batista optou por pedir asilo na República Dominicana.

Os guerrilheiros entraram na cidade de Santiago em 1º de janeiro de 1959, e Fidel chegou a Havana em 8 de janeiro. A luta contra Batista estava concluída, e começava uma nova etapa, a da criação de um arcabouço institucional que daria sustentação à Revolução, que permitisse colocar em prática as ideias dos revolucionários e, também, o de rearranjo das forças políticas cubanas.



Figura 8.6: Da esquerda para a direita: Che Guevara (1928-1967), o presidente provisional Manuel Urrutia (1908-1981) e Camilo Cienfuegos (1932-1959).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Manuel_Urrutia2.jpg

O fim da Revolução e... o início da Revolução!

O fim dos combates não significou o fim da Revolução, e sim o seu início. A luta pelo poder político estava concluída, porém, começava a etapa da organização da Cuba pós-Batista. A disputa se centrou entre os grupos políticos que tradicionalmente tinham se oposto ao ditador deposto e os jovens guerrilheiros, que apareciam como recém-chegados à política. Quem tinha o direito a governar Cuba? Ou melhor, quem detinha o poder para governar Cuba? A questão foi resolvida nos primeiros meses. Os políticos tradicionais tinham o conhecimento de como atuar nas instituições políticas e o beneplácito dos principais setores econômicos, porém, os guerrilheiros tinham o controle do aparelho militar e o apoio da população. Nesta disputa, os vencedores foram os guerrilheiros.

Uma questão que se apresenta nesta altura, e que até o momento não foi mencionada, é o fato de se definir a Revolução Cubana como um processo socialista. Tanto vencedores como vencidos definem esse processo como uma revolução de tipo socialista desde os seus primórdios. Porém, não é uma asseveração fácil de fazer. Não há registros do relacionamento entre Fidel e os comunistas; o conhecimento de Fidel do marxismo era livresco antes que prático; os comunistas foram críticos dos guerrilheiros durante boa parte do processo, e o seu apoio esteve condicionado ao avanço dos conflitos; e, finalmente, na União Soviética não havia um acompanhamento específico dos acontecimentos cubanos. A versão de que a Revolução foi comunista desde o início é conveniente para os grupos envolvidos, porém não foi bem assim. Os americanos não apoiaram Batista e depois subestimaram Fidel Castro como opção; mas, em lugar de aceitar seu erro, preferiram acusar Fidel de comunista e, portanto, se isentaram de sua responsabilidade ante a adoção do comunismo em Cuba. Para os revolucionários, dizer que sempre foram revolucionários também é conveniente. Como diria Fidel Castro, tempos depois, “fizemos a Revolução bem embaixo do nariz dos ianques”. Ou seja, conseguiram enganar até aos Estados Unidos para que não ingressassem no combate.

A Revolução, como um processo de transformação socialista da sociedade, foi produto da necessidade antes que de uma base ideológica preexistente. A impossibilidade de construir alianças com os políticos tradicionais, a vontade de cumprir com as promessas realizadas à população, o interesse por integrar a economia nacional e o ímpeto por impor as medidas desde o mesmo momento em que chegaram ao poder os levaram a tomar medidas radicais. Essas medidas foram as que provocaram conflitos com os seus potenciais aliados e com os Estados Unidos.

Antes de iniciar os conflitos com os Estados Unidos, Fidel Castro, mesmo antes de ser o chefe de governo cubano, viajou a esse país para tentar uma aproximação e foi negligenciado pelo presidente Eisenhower, que preferiu jogar golfe antes de recebê-lo. Certamente, que isto não foi o deflagrador dos conflitos, mas é um indicativo do interesse que tinham os Estados Unidos por Cuba ou entendiam que os revolucionários não afetariam os seus interesses. Mas não foi bem isso o que aconteceu.

Se a tomada do poder foi concluída em janeiro, em março começaram a ser tomadas as medidas que modificariam a sociedade cubana. Nesse mês foi decretada a expropriação da Companhia Telefônica de capitais estadunidenses, a venda obrigatória dos terrenos urbanos vazios e a diminuição do valor dos aluguéis em 50%. Se a primeira medida tinha por objetivo controlar um setor estratégico das comunicações, as outras visavam a diminuir o custo de vida dos trabalhadores urbanos. Uma medida que teria um forte impacto simbólico seria a reforma agrária, anunciada em maio pela TV em cadeia nacional. Com a reforma, a Revolução pretendia atender à base de sustentação do processo revolucionário, os camponeses e, ao mesmo tempo, diversificar a produção agrária. A reforma agrária era estratégica ao processo revolucionário porque, dessa forma, Cuba deixaria de depender da importação de alimentos, os camponeses ganhariam melhor, e, como consequência, dinamizariam a economia. Mas, esta medida, junto com a nacionalização dos telefones,

despertou a ira dos Estados Unidos, já que, assim como os telefones, boa parte das grandes propriedades fundiárias estava nas mãos de cidadãos americanos.

Este foi o ponto inicial de uma escalada de medidas entre as partes. Os Estados Unidos declararam uma diminuição na cota de açúcar comprada e o limite da venda de petróleo a Cuba. Como consequência, Cuba passou a vender açúcar para outros países, e a União Soviética foi procurada para trocar açúcar por petróleo. Como a companhia que refinava o petróleo era de capital estadunidense, ela foi proibida pelas autoridades do seu país de refinar esse petróleo, o que levou à sua expropriação, e esta companhia passou a ser administrada pelos trabalhadores.



Figura 8.7: Fidel Castro e Nikita Khrushchev (1894-1971) em 1960.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Castro_Khrushchev.jpg

A mistura de açúcar, disputas pela terra e pelas companhias que operavam em território cubano com o ingresso da União Soviética na jogada provocou a irritação dos Estados Unidos. A campanha para as eleições presidenciais do ano de 1960 nos Estados Unidos, que teve

John Kennedy e Richard Nixon como adversários, esteve pautada por este conflito. Os candidatos concorriam para ver quem seria mais duro com Cuba. Mesmo antes que algum deles assumisse como presidente, as agressões, boicotes e atentados eram correntes. Como contrapartida, Fidel tecia alianças com a União Soviética e com os líderes dos países que não eram aliados dos Estados Unidos. Em 1960, para participar da Assembleia das Nações Unidas, Fidel hospedou-se no Hotel Theresa, no Harlem, onde recebeu várias personalidades do mundo da política, como Nikita Khrushchev, presidente da União Soviética, Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, e até Malcom X. Hospedar-se no Harlem tinha uma mensagem contra a discriminação nos Estados Unidos e dos Estados Unidos contra Cuba. Fidel, Che e Cuba foram profusamente badalados nos primeiros anos revolucionários, e o carisma destas figuras, assim como os discursos inflamadamente anti-imperialistas lhes valeram apoios dos mais variados: intelectuais, políticos, figuras sociais e artistas se fotografaram e aportaram em Cuba para conhecer esta experiência.

Os Estados Unidos também contribuíram para a construção da lenda cubana. Além de boicotes, retaliações econômicas e das ações de sabotagem e terrorismo, os americanos decidiram apoiar uma invasão de anticomunistas, que acabou em um completo fracasso. A invasão à Baía dos Porcos em abril de 1961, mais especificamente na Praia Girón, foi um ponto de não retorno nas relações entre os dois países. O ataque se realizou desde Guatemala e Nicarágua, para proteger a participação dos Estados Unidos. Em 17 de abril, um grupo de rebeldes invadiu a região de Baía dos Porcos e tentou criar um território livre com um governo independente que permitisse chamar o auxílio internacional, ou seja, dos Estados Unidos, para poder então combater Fidel Castro. Porém, o ataque foi repellido e a quase maioria dos rebeldes foram capturados e, um ano depois, foram trocados por medicamentos e equipamentos que Cuba precisava. A derrota teve consequências para além das esperadas. Os Estados Unidos ficaram desmoralizados, evidenciando as suas posições e opções ante um governo que não atendia aos seus interesses, e Fidel, por sua vez, decidiu declarar o caráter socialista

da Revolução Cubana. Os Estados Unidos tinham sido derrotados, e essa derrota permitia um novo olhar sobre as possibilidades de que a Revolução transcendesse a fronteira de Cuba.

A declaração do caráter socialista da Revolução não pode ser vista como o momento em que Fidel Castro evidenciava uma opção que tinha desde os inícios da sua luta. Pelo contrário, deve ser vista como uma opção pragmática. Não estava nos planos dos revolucionários ficarem presos ao abraço do urso soviético. Pelo contrário, a luta anticolonial contra Espanha e a longa influência dos Estados Unidos criavam receios sobre a presença de uma nova potência na área. Mas, ante a pressão dos vizinhos do Norte, a melhor opção parecia ser a distante e bem-disposta União Soviética, que pagava com petróleo e equipamentos pelo açúcar cubano. Declarar o caráter socialista da Revolução abria caminho para comerciar com os outros países do bloco soviético, para obter auxílio e instrução militar e o acesso a empréstimos que ajudassem no desenvolvimento da economia cubana. Por isso, em dezembro de 1961, Fidel realiza esta decisiva declaração.

O aprofundamento da aliança levou à tentativa de instalação de mísseis nucleares em território cubano, que deu passo à famosa crise dos mísseis que colocou, o mundo à beira de uma guerra nuclear entre os Estados Unidos e União Soviética. O descobrimento das instalações que receberiam os mísseis fez com que Kennedy e Khrushchev negociassem uma saída que acabou excluindo Cuba e colocando a ilha em condição de peão no tabuleiro de xadrez da política internacional das duas superpotências. Cuba foi compensada por Khrushchev com melhores condições para seus produtos, mas a relação entre ambos os países entrou num momento de desconfiança. Cuba passou a forçar a expansão do seu modelo para o resto da América Latina, contrariando a política da União Soviética e dos países comunistas da região de organização do proletariado e continuidade de frentes policlassistas anti-imperialistas, mas dentro do sistema político existente. Porém, a realidade mudava desde a base. Desde o momento mesmo da Revolução Cubana, os partidos

comunistas passaram a se dividir entre optar pelo modelo cubano ou pelo modelo chinês, que também atravessava uma radicalização, ou continuar na linha traçada por Moscou.

Foi quando Cuba criticou a passividade dos partidos comunistas e a sua opção legalista, mas também passou a oferecer logística, treinamento e até uma nova teoria revolucionária que se tinha demonstrado como vitoriosa e apta para os países da região: a guerra de guerrilhas. A situação cubana tornou-se ambígua e difícil de ser catalogada; o país participou ativamente, porém de forma reservada, da emergência de uma miríade de tendências revolucionárias e, paralelamente, abandonava a Revolução no seu território. Che Guevara, ministro da Indústria e presidente do Banco Nacional, a esta altura tinha abandonado estas funções e se concentrava na possibilidade de expandir a Revolução, dentro e fora do continente. Com a sua saída do governo foram deixados de lado os planos de produtividade e de integração da indústria cubana existente, e com o abandono destes planos também saíram os assessores da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) que pretendiam organizar a economia local. No seu lugar, ingressaram assessores soviéticos que entendiam que o melhor para Cuba era aumentar a produção de açúcar. Novamente Cuba passava a ser um fornecedor de açúcar para outra potência. Esta tendência se tornaria mais forte em 1970 com a campanha dos 10 milhões de toneladas.



Figura 8.8: Che Guevara junto a Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, em 1960.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Beauvoir_Sartre_-_Che_Guevara_-1960_-_Cuba.jpg

E assim como do ponto de vista econômico, Cuba ficou cada vez mais dependente da União Soviética na sua política internacional, o que a obrigou a tomar posições ambíguas. Por um lado, acompanhou todas as posições da União Soviética, na questão chinesa, na sustentação do Vietnã e no tipo de relações com os países capitalistas. Mas, o que mais chamou a atenção dos analistas foi o apoio dado à União Soviética em relação à *Primavera de Praga* e à reivindicação de autonomia por parte da então Tchecoslováquia. Cuba acompanhou a repressão, sem estardalhaços, mas, contrariando os socialistas humanistas da Europa ou de outros grupos revolucionários. Trotskistas e maoístas se distanciaram da experiência cubana e os nacionalistas anti-imperialistas a consideravam soviétizada demais. O duplo *standard* estava na sua relação com as guerrilhas na América Latina e o Terceiro Mundo. Neste caso, Cuba fazia questão de contrariar a União Soviética e comprometer-se com estas lutas.

Em compensação, Cuba se radicalizou na exportação do seu modelo, criando atritos ao seu parceiro principal, a União Soviética. Guerrilhas, guerrilheiros e movimentos de solidariedade com Cuba ou movimentos sociais inspirados em Cuba floresceram com intensidade. A União Soviética tinha nos cubanos um concorrente pelos militantes comunistas da região, e foi arrastada a conflitos não desejados, principalmente na África, e a atritos com o seu grande inimigo, os Estados Unidos. Apareceram guerrilhas inspiradas em Cuba quase que no mesmo momento da Revolução. Na Argentina se criou uma guerrilha em Taco Ralo, na província de Salta, que foi um grande fracasso. Na Venezuela, na Colômbia, na Nicarágua, no Chile e no Uruguai surgiram focos revolucionários inspirados em Cuba e com o seu apoio. Também na África, como no Congo ou em Angola, receberam a solidariedade cubana na luta contra o colonialismo ou contra o imperialismo. Quase todas estas guerrilhas não prosperaram e, quando o fizeram, foram a despeito da posição cubana e atendendo às questões locais. Em 1967, o próprio Che Guevara daria a sua vida na tentativa de expandir a Revolução, pela via da guerra de guerrilhas, na Bolívia. Sem conhecimento do território em que se embrenhava, vítima da luta entre facções do PC boliviano e ignorante da situação social dos camponeses da região escolhida.



Atende ao Objetivo 1

1. Desde o século XIX Cuba teve que enfrentar o colonialismo espanhol e a dominação dos Estados Unidos. Relacione o processo revolucionário com os vínculos com os Estados Unidos.

Resposta Comentada

Ao longo da sua história, como país colonial e como país independente, Cuba teve de enfrentar a presença da Espanha e dos Estados Unidos como definidores dos rumos da sua política e economia. Desta forma, o seu destino foi estabelecido de fora para dentro, antes que pelos próprios cubanos. A Revolução, liderada por Fidel Castro, teve como propósito inicial a recuperação do autogoverno para os cubanos. Posteriormente à Revolução, a relação entre Cuba e Estados Unidos se tornou cada vez mais acirrada, sendo a saída encontrada pelas lideranças cubanas a constituição de um vínculo político com a União Soviética. Este vínculo redefiniu, em grande medida, os rumos iniciais da Revolução e atou o seu destino com os destinos da União Soviética, construindo um novo horizonte para Cuba.

A Revolução é um patrimônio cubano?

Na narrativa que temos empreendido até o momento, e que priorizamos na nossa apresentação, há uma questão que deve ser mencionada: temos isolado Cuba como paradigma do processo revolucionário, e a Revolução como paradigma da transformação para a América Latina. A questão é mais complexa, evidentemente, por isso é que neste ponto apresentaremos outras experiências de transformação que são tanto antecedentes como alternativas à Revolução Cubana; mas que, no entanto, nos permitem compreender melhor as opções assumidas pelos cubanos, assim como também as ações que foram executadas.

Os processos sociais da América Latina desde inícios do século XX se pautaram pelas tentativas de transformação da realidade, às vezes pela via violenta e outras pela via pacífica. A Revolução Mexicana, a Revolução Salvadorenha e o Sandinismo passaram por fases de violência na tentativa de expulsar intervenções estrangeiras ou como forma de ampliar os direitos sociais, políticos e econômicos. Outros, como o radicalismo na Argentina, no Chile e o Batllismo uruguaio também tentaram avançar nas mudanças por meio de protesto ou pelas armas, porém os principais resultados nestes casos foram alcançados pela via democrática.

Para além destes casos já analisados anteriormente, a década de 1950 foi muito interessante para compreender um pouco melhor a Revolução Cubana. Ao longo desta década, outras experiências nos permitem compreender as decisões tomadas em Cuba. Vejamos alguns casos, começando pela Colômbia que, entre 1948 e 1957, passa pelo período denominado de “A Violência”. A Venezuela, por seu lado, teve uma ditadura de 1948 até 1958, que foi substituída pelo governo democrático de Romulo Betancourt, governo que limitou a entrada de empresas multinacionais destinadas à exploração de petróleo, promoveu a reforma agrária, e melhorou a distribuição da renda; na Argentina, depois da ditadura que se instalou depois do Golpe contra Juan Domingo Perón, foi eleito um governo progressista

que não conseguiu alterar a relação de forças com os militares e acabou derrubado por estes mesmos militares. Além destes casos, a década de 1950 se processou na disputa entre militares que defendiam os interesses econômicos existentes e os dos Estados Unidos, e em disputa com estes estavam governos que tentavam ampliar os direitos dos setores tradicionalmente oprimidos e que pretendiam implantar reformas econômicas que tendiam à integração econômica, ou a nacionalização de recursos primários. Os dois grandes casos que nortearam, consciente ou inconscientemente, a Revolução Cubana foram outras duas revoluções: a Boliviana e a Guatemalteca.



A “Violência” na Colômbia

Em abril de 1948, na Colômbia, pouco depois de ter assumido como presidente, José Eliécer Gaitán foi assassinado. A sua carreira tinha sido a de um político de esquerda e como membro do Partido Liberal; ele pretendia reformar a sociedade colombiana. A sua morte desatou fortes confrontos entre liberais e conservadores, dando lugar ao *Bogotazo*. E este conflito foi o prólogo da *Violência*, conflitos armados que se sucederam até 1958, quando foi eleito um governo de unidade entre os partidos tradicionais: o Liberal e o Conservador. Como resultado desse conflito foram mortas mais de 200 mil pessoas, e surgiram grupos guerrilheiros que reuniam liberais descontentes e membros do Partido Comunista. Remanescentes deste conflito são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que, embora criadas em 1964, foram uma resposta a um ataque do exército a camponeses que se mantinham afastados de qualquer acordo com o governo.

O caso boliviano terá também a sua influência na Revolução Cubana. O caso boliviano tem em comum com Cuba o fato de que tentou ser uma revolução urbana e acabou sendo uma revolução camponesa. Depois da Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia entre 1932 e 1935, a Bolívia sofreu pelas perdas desta guerra e pela impossibilidade de construir um modelo de sociedade que contemplasse os interesses das sociedades indígenas, rurais, autossuficientes, e com o mundo urbano vinculado aos interesses da mineração. Neste contexto surgiu um grupo político na década de 1940 que pretendia transformar a sociedade seguindo os moldes dos partidos radicais da Argentina, Chile e Uruguai. Em 1942 foi criado o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), grupo que pretendia transformar a Bolívia, fosse pela via armada ou pela política. Este partido ficou proibido de atuar na Bolívia ao longo da década de 1940. Em 1952, foi autorizado a participar das eleições, que venceu claramente, porém o resultado não foi aceito pelos grupos que dominavam a economia boliviana, mais precisamente os grupos mineradores, e seus dirigentes foram banidos da política. Os membros do MNR tentaram tomar o poder com um levante dos seus militantes nas principais cidades da Bolívia, mas a tentativa de tomada do poder não avançou o suficiente e, se uma tomada revolucionária do poder acabou vingando, foi pela presença dos mineiros e dos camponeses. Os mineiros agrupados na Federação Sindical de Mineiros da Bolívia organizaram milícias que combateram ao mesmo tempo militares e camponeses. Porém, passaram a apoiar o MNR que prometia a reforma agrária, o que os levou a reencontrar-se com os camponeses.

Uma vez tomado o poder e reorganizado o MNR como o partido que comandava a Revolução, o partido tomou uma série de medidas inéditas. Entre elas nomeou Juan Lechín Oquendo como seu ministro das Minas, um trabalhador da mineração e o principal líder da Federação Sindical de Mineiros; decretou o voto universal, incorporando os indígenas e analfabetos ao sistema de votação; nacionalizou as minas; iniciou uma reforma agrária;

aboliu definitivamente o trabalho servil dos indígenas; e criou a Confederação Operária Boliviana (COB) que congregava todos os trabalhadores da Bolívia.

A Revolução Boliviana passou por várias fases e teve suas transformações. Ela passou por uma primeira fase revolucionária, para depois tentar preservar o que tinha sido conseguido, passando por uma fase reformista. As necessidades pelas quais atravessava a Bolívia fizeram com que em determinado momento aceitassem a colaboração dos Estados Unidos. De fato, este foi o único processo revolucionário ou de transformação da realidade que não foi abolido com o apoio dos Estados Unidos. Pelo contrário, o que os Estados Unidos fizeram a partir de 1960 foi aproximarem-se da Bolívia, oferecendo apoio técnico e abrindo os seus mercados para os produtos bolivianos, principalmente o estanho. Porém, desde que os Estados Unidos passaram a apoiar o processo boliviano, a Revolução entrou em uma fase de estagnação e, aos poucos, restabeleceu o poder aos setores tradicionais, entre eles o exército. Esta restauração teve como consequência a ruptura entre vários dos grupos partidários da Revolução e se concluiu em 1964 com um Golpe Militar.

De alguma forma, o acontecido na Bolívia foi acompanhado e incorporado ao processo cubano. O que aconteceu na Bolívia foi instrutivo para Cuba: a presença dos Estados Unidos e o papel que podia ter em um relacionamento com este país, assim como a restauração do poder dos militares anteriores à Revolução ou de qualquer outro fator de poder existente podia ser decisivo para a evolução posterior de qualquer processo. Por outro lado, também, não podemos esquecer que a reforma agrária na Bolívia conspirou contra os planos de Che de estabelecer uma guerrilha neste país. Quando Che tentou convencer os camponeses a se unir ao seu movimento, estes se afastaram ou não se comprometeram como esperado. A reforma agrária tinha dado aos camponeses e aos indígenas a terra pela qual lutaram durante séculos e a liberdade de trabalho e associação que não tinham até esse momento, e não pretendiam empreender qualquer ação que desse aos militares uma

desculpa para tirar-lhes a terra. Che confiou demais na sua teoria do Foco Revolucionário, no seu carisma e na irrefutável necessidade de uma revolução como a solução para o povo da Bolívia, sem prestar atenção para as condições em que a Bolívia e a região que ele tentou sublevar se encontravam.

Alguma coisa similar aconteceu com a Revolução Guatemalteca, como exemplo para a Revolução Cubana. Em 1944, a Guatemala deixou para trás uma série de governos autoritários e conservadores e começou o processo que foi denominado “Primavera de Dez Anos”, que alguns chamam de Revolução. Porém, não foi uma revolução já que o poder não foi tomado violentamente e sempre se respeitaram os processos institucionais, como a manutenção do sistema político e judiciário e a continuidade da democracia. Na realidade, o termo “Revolução” foi utilizado para poder justificar a atuação contra as autoridades legais desse país.

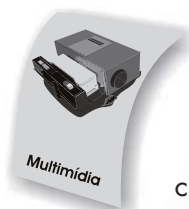
Durante dez anos, a Guatemala teve dois presidentes: desde 1944, Juan José Arevalo, e, desde 1950, Jacobo Árbenz, que desenvolveram uma política reformista e de integração da sociedade guatemalteca. Entre as suas medidas estiveram a implementação do fim da segregação dos indígenas, o que despertou grandes polêmicas na Guatemala, mas não nos Estados Unidos. Em 1953 tomou outra que foi levada a sério pelos Estados Unidos.

A Guatemala tinha sido uma das bases de operações da United Fruit Company, uma companhia de produção e exportação de frutas com capitais estadunidenses que atuava na América Central. Esta companhia tinha sido auxiliada em várias oportunidades, e em vários países, pelos *marines* dos Estados Unidos. A *mamita yunay*, como era designada a Companhia pelos camponeses e que significava “mãe *united*”, tinha uma presença nada desdenhável nesta sociedade e era a principal proprietária de terras neste país. Deslanchar uma reforma agrária significava entrar em rota de colisão com esta companhia, e a mesma respondeu da forma que sabia e que tinha dado resultados até esse momento em outras repúblicas bananeiras, assim denominadas por serem controladas por esta

empresa. A United Fruit solicitou apoio ao governo dos Estados Unidos e acusou a Árbenz de ser um agente comunista, devido ao fato de receber o apoio do Partido Guatemalteco do Trabalho, nome que tinha adotado o PC da Guatemala.

Esta medida de Árbenz, que tinha como objetivo aumentar e diversificar a produção de produtos agrários tanto para o mercado interno quanto para exportação, foi vista como uma ameaça pela United. No clima de acirramento da Guerra Fria, foi uma oportunidade para derrubar um governo que não era favorável aos Estados Unidos. Desde o lançamento da reforma agrária se começou a gestar a operação *PBSUCCESS*. Para justificar o golpe de Estado, se interceptou um carregamento de armas vindo da Tchecoslováquia com destino à Guatemala que nunca existiu e se reportou como verdadeiro, e se fizeram veicular informações sobre os planos de Árbenz para instalar um regime soviético armando os camponeses. As ações da CIA foram exitosas. Bloquearam a Guatemala com a *U.S. Navy* e conseguiram recrutar militares guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos que lançaram uma ofensiva contra o governo. O governo respondeu com o próprio exército, que rapidamente acabou derrotado.

O sangrento Golpe, liderado pelo Coronel Castillo Armas, foi exitoso. Mais de 140 mil pessoas foram mortas e muitas mais fugiram do país. Árbenz foi expulso da Guatemala. Um jovem médico argentino, que colaborava nos planos de saúde, compreendeu que pouco podia ser feito quando se feriam os interesses dos Estados Unidos, e a sua conclusão foi que era preciso armar os trabalhadores e camponeses em defesa dos seus interesses e não esperar que o exército defendesse os setores sociais que viam como inferiores. O jovem médico partiu rumo ao México e aí se vinculou a um grupo de exilados cubanos que pretendia voltar à sua terra a combater Fulgencio Batista. Para Che Guevara, o médico em questão, a experiência guatemalteca foi decisiva na sua compreensão da Revolução e das relações internacionais, e, em grande medida, essa concepção foi adotada pelo resto dos revolucionários. Por isso, também a experiência de Árbenz foi central nas decisões tomadas na Revolução Cubana.



Sugestões de filmes e livro

Há vários filmes interessantes e pelo menos um clássico da literatura que abordam o tema desta aula, direta ou indiretamente. Vale a pena buscar na locadora ou livraria mais próxima e ampliar seus conhecimentos!

- *Diários de motocicleta* (2004), Dir.: Walter Salles.
- *Che: o argentino* (2008), Dir.: Steven Soderbergh.
- *Che: guerrilha* (2008), Dir.: Steven Soderbergh.
- *Havana* (1990), Dir.: Sidney Pollack.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2009.



Atende ao Objetivo 2

2. A América Latina tem apresentado casos de lutas revolucionárias e de transformação da sociedade. Apresente as relações entre o caso guatemalteco e o boliviano com a experiência cubana.

Resposta Comentada

A experiência cubana não está isolada do seu contexto, pelo contrário, está profundamente inserida na realidade latino-americana. Há dois casos que são pouco considerados pelos historiadores, e se não têm uma relação direta com o caso cubano, não pode ser negligenciado o efeito que puderam ter sobre a Revolução Cubana. No caso boliviano o tipo de influência exercida pelos Estados Unidos é fundamental para compreender o porquê da rejeição do auxílio deste país. O caso da Guatemala é mais claro para exemplificar o que significava ter os Estados Unidos como adversários e a necessidade de fundar novamente a sociedade e de não manter as bases da sociedade precedente.

RESUMO

A Revolução Cubana foi decisiva na trajetória da América Latina. Na história da América Latina há um antes e um depois da Revolução, uma vez que esta marcou os processos políticos posteriores. Nesta aula, apresentamos o processo que levou à Revolução e à forma como se decidiu a ruptura entre Cuba e os Estados Unidos. Para isto, analisamos a relação entre Cuba e os Estados Unidos ao longo do século XX, assim como as relações políticas no interior deste país. A relação, cada vez mais tensa e de difícil aceitação por parte dos cubanos, condicionou o acionar da política e inviabilizou o desenvolvimento de uma democracia estável ao priorizar os seus

próprios interesses econômicos e políticos. A sociedade política cubana estava atrofiada pela presença dos Estados Unidos, e se, por um lado, favoreciam-se saídas que fossem funcionais aos interesses dos Estados Unidos, por outro lado, criava-se um forte ressentimento contra este mesmo país e contra aqueles que defendiam os seus interesses.

Também nesta aula analisamos outros dois processos que permitem reavaliar a Revolução Cubana. O processo cubano não foi um processo isolado, pelo contrário, deve ser circunscrito dentro das novas tendências militantes da década de 1950, a emergência de nacionalismos militantes em diversos países da América Latina e do mundo, no contexto da Guerra Fria. Este nacionalismo militante, que se apoiava em teorias econômicas, como o desenvolvimentismo, e na rejeição da presença econômica dominante, encarnada pelos Estados Unidos, permitiu criar um discurso adequado ao momento, que não utilizasse a terminologia marxista na rejeição aos Estados Unidos. Guatemala e Cuba são as duas experiências latino-americanas de mudança da sociedade, da economia e da política, de uma forma que muitas vezes foi caracterizada como revolucionária, mas que minimamente devem ser consideradas como verdadeiras transformações da sociedade preexistente.

Finalmente, a opção pelo socialismo cubano tem a ver com a forma desse nacionalismo militante e com a história prévia de Cuba. Aos poucos e não de forma consciente, Cuba foi incorporando um discurso socialista que desse marco às medidas que estavam sendo tomadas. E esta adoção de um discurso socialista teve também como consequência a paulatina aproximação com a União Soviética. O que pretendíamos mostrar com esta aula foi que o destino de Cuba não estava predeterminado antes da Revolução, e sim que o mesmo foi construído ao longo do processo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula será apresentada a relação entre democracia e socialismo, partindo da experiência cubana ao longo da década de 1960 e da experiência chilena. Se Cuba era a pátria do socialismo latino-americano, o Chile teria a sua própria trajetória, que entraria em contradição com Cuba. A partir desta tensão e das coincidências entre ambos, nos voltaremos para a apresentação e a compreensão das experiências socialistas no conjunto da América Latina.

Aula 9

Da Revolução
Cubana à
experiência
chilena.
A década de
1960 e os
primórdios da
década de 1970

Norberto Ferreras

Meta da aula

Discutir as transformações acontecidas na América Latina como consequência da emergência da Revolução Cubana.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever a situação da América Latina no período posterior à Revolução Cubana e a sua influência na política regional;
2. avaliar a experiência chilena em relação ao que ocorria no restante da América Latina.

Pré-requisitos

Esta aula está relacionada com a Aula 8 e é a sua consequência necessária. Portanto, o principal conteúdo que tomaremos dessa aula é a forma como se criou a Revolução Cubana e seus vínculos com outros processos revolucionários latino-americanos da primeira metade do século XX.

INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana foi um marco da história da América Latina. Como marco não é o fim da sua história, pelo contrário, poderíamos dizer que a história da região se modifica a partir do mesmo momento em que acontece a Revolução, porque a novidade trazida por este fato redefiniu a leitura da sociedade por parte dos atores políticos da região. Sindicalistas, jovens, mulheres, empresários, militares, políticos profissionais, intelectuais e tantos mais passaram novamente a pensar em termos da região como um todo e a pensar novamente em como se faz política em uma sociedade que se mobiliza e se torna mais ativa na defesa dos seus interesses imediatos e dos interesses coletivos. As mudanças produzidas pela Revolução Cubana se manifestaram em muitos aspectos e trouxeram à tona uma nova luz sobre a região.

Depois da Revolução Cubana não haverá país que não seja afetado por ela, alguns mais e outros menos. Mas, seu impacto não quer dizer que todos os países passaram a ter guerrilhas ou a pautar as suas políticas sobre a base da experiência cubana, que, como veremos nesta aula, era um processo em aberto. O principal impacto da Revolução Cubana se deu na ampliação da militância e na emergência de novos sujeitos políticos, assim como com a emergência de uma nova forma de fazer política. Em alguns casos, isto implicou a adoção da via armada como a forma principal de fazer política, em outros, com a utilização de Cuba como exemplo de transformação, e ainda, na adoção de reformas pelo temor do contágio pela Revolução.

O que também deve ser esclarecido é o fato de que a Revolução Cubana pode ter sido um marco, mas cada um dos países processou esta nova circunstância segundo as suas próprias características e situações. A história prévia e individual dos países da região, assim como a composição de classes e as relações de forças existentes fizeram com que as interpretações fossem muito peculiares e diversas.

Nenhum país adotou o modelo cubano, assim como também não houve partidos de massas que aderissem plenamente aos postulados da mesma. Porém, alguns temas apareceram nas agendas regionais, e o principal entre eles foi o da reforma agrária. Em outros casos, a experiência cubana era um espelho difícil de ser esquecido, embora nem todos quisessem se olhar nele. O Chile foi um caso em que Cuba esteve presente em grande parte dos debates políticos e tentativas de reforma da sociedade. Nesta aula, tentaremos analisar o Chile de Salvador Allende desde a perspectiva desta nova situação. Também veremos outros casos e tentaremos compreender como a própria América Latina se reformulou pelo impacto recebido pelo que ocorreu nessa pequena ilha.

Por que e como a guerrilha foi uma opção

Quando, em 1º de janeiro de 1959, o ditador Fulgencio Batista foi expulso de Cuba pelos guerrilheiros barbudos, a política na América Latina parecia restrita às elites ou aos movimentos de trabalhadores organizados. A Revolução Cubana trouxe novos atores políticos à tona. Os camponeses cobraram uma importância que não tinham até esse momento. Isto não implica que os camponeses não fossem ativos ou que não estivessem capacitados para empreender transformações da sociedade. A questão é que muitas vezes eles eram vistos como parte do setor mais atrasado da sociedade e, portanto, não era com muita coisa que os camponeses podiam contribuir para a mudança social. Porém, como temos visto até o momento, os principais movimentos de transformação na América Latina eram produto da ação deste setor social, como na Revolução Mexicana e, posteriormente, na Nicarágua, na Bolívia entre outros casos. O impacto da Revolução Cubana em relação aos camponeses foi o de colocá-los no centro do debate político e valorizá-los como parte da estratégia revolucionária.

O outro ator que emerge com a Revolução Cubana é o jovem como figura política. Até esse momento o jovem não era uma categoria em si, embora existissem juventudes políticas no interior de alguns dos partidos políticos, como aconteceu entre os comunistas, os socialistas e as organizações de estudantes, mas que não o faziam como jovens e sim como estudantes. Se bem que, embora os jovens revolucionários cubanos não explorassem a sua condição de jovens, é inevitável pensar na sua juventude. No momento da Revolução, Fidel Castro tinha 32 anos, Che Guevara tinha 30, Camilo Cienfuegos 26 anos e Raúl Castro 27. A partir de então e das suas aparições públicas, a juventude passará a ser um valor positivo e decisivo. Os revolucionários cubanos tinham contestado as gerações anteriores de políticos que não tinham conseguido acabar com a ditadura e com o domínio dos Estados Unidos, e, se eles tinham conseguido vencer, era pela sua ideologia e, principalmente, pela sua juventude, que desafiava os valores preestabelecidos.



Figura 9.1: Fidel Castro (1926-) e Camilo Cienfuegos (1932-1959) em 1959, com o uniforme dos Barbudos, time de beisebol. Preparados para jogar beisebol apresentam a juventude como valor e modelo.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Camilio.jpg>

A Revolução coincide com a explosão da juventude como um valor positivo. Este é o momento de emergência do rock, dos protestos juvenis, da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e da expansão das lutas anticoloniais. E em cada uma dessas lutas estavam os jovens nas primeiras fileiras, os símbolos e os signos da juventude passam a ser constituintes da própria luta.

Cuba também trouxe outra novidade. Se um bando de militantes despreparados conseguiu vencer uma ditadura sustentada pelos Estados Unidos, país que dominava o continente, como não atrever-se com os poderes locais? A guerrilha, como apresentado na aula anterior, foi se forjando na disputa contra Batista, e, mesmo sem preparo e formação prévia, tornou-se uma máquina eficiente de combate e de formação política dos seus membros. Também, a própria Revolução fez um grande esforço por apresentar-se como criada por si própria. Sem vínculos com a velha política, assim também como sem vínculos com outros grupos fora da própria guerrilha. Este exemplo de autossuficiência fez com que qualquer pequeno grupo se pensasse capaz de deflagrar o seu próprio processo revolucionário. Bastava reunir um grupo de jovens corajosos e comprometidos com a mudança para sonhar alcançar o socialismo.

O mito da guerrilha heroica e vitoriosa fundada pela própria revolução e alentada por ela vai se estender para além das suas fronteiras com ou sem o apoio dos guerrilheiros cubanos mesmo em lugares onde não existia a mínima possibilidade de êxito. O mito se sustentava desde uma ética até uma estética do combatente. Todas as lideranças cubanas vestiam sempre o uniforme verde-oliva em qualquer ocasião e circunstância. E isto significava a renúncia a uma vida confortável e às honrarias e possibilidades abertas pela nova posição política. Poderíamos dizer que a vontade estava por cima da razão. E o expoente máximo dessa ética e estética era Che Guevara. Ele renunciou a cargos e honrarias para sair e lutar no Congo, e, posteriormente, renunciou ao seu último vínculo com Cuba que era a cidadania cubana para novamente poder partir e lutar

na Bolívia, sem comprometer ao Estado cubano. Che é o ícone da Revolução, e até na morte seria visto como o modelo a ser seguido. O que certamente reforçava a centralidade de Cuba no processo de transformação das sociedades latino-americanas.



Figura 9.2: Che Guevara morto em La Higuera, Bolívia, em 9 de outubro de 1967. Os camponeses da região desfilaram na frente do corpo de Che e guardaram pedacinhos dos seus cabelos como relíquia. Muitos camponeses consultados posteriormente diziam ter visto o Cristo. Quando as fotos foram liberadas, é possível apreciar uma forte semelhança entre uma imagem artística e a imagem real, como vemos no quadro *Lamentações sobre o Cristo Morto* de Andrea Mantegna de finais do século XV, com a foto do corpo do Che em La Higuera à espera de ser transportado.

Fontes: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Andrea_Mantegna_034.jpg e <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:CheExec9B.jpg>

E as guerrilhas se expandiam por todo o mundo. No final da década de 1960 era improvável que algum país no mundo não tivesse um grupo guerrilheiro em atividade. Apesar de isso não ser responsabilidade dos cubanos, eles tinham contribuído para criar o mito da guerrilha exitosa, que se confirmava com a independência da Argélia e se sustentava com a épica luta do Vietnã. Existindo o método, por que não aplicá-lo em países com realidades semelhantes, ou nem tanto? Assim, as guerrilhas proliferaram e obrigaram os países da região a tomar medidas sobre isto, como veremos na próxima seção.



Figura 9.3: Este era o calçado utilizado por Che no momento em que ele foi morto, umas meias e uma alpargata improvisada. A imagem é simbólica do desprendimento dos guerrilheiros. Apesar de ter perdido suas botas fugindo do Exército boliviano, ele continuou a combater nestas condições, e esta imagem, utilizada para mostrar o despreparo, na realidade foi vista como exemplo de vontade.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Exec22.gif>

Junto com as guerrilhas se estendia o sentimento de indignação pela falta de representação da juventude na política tradicional. Os jovens não tinham espaço nos partidos tradicionais e procuravam o seu espaço na política por fora, assim como não eram incorporados na vida social ou econômica dos países latino-americanos. Os herdeiros da expansão demográfica da década de 1950 na Europa e nos Estados Unidos tinham as portas abertas para fazer carreira profissional e política, devido à expansão das suas economias e do Estado de Bem-Estar Social. Na América Latina as limitações eram cada vez mais fortes, e se somava a isto a onda de regimes autoritários que não apenas reprimiam as expressões políticas de esquerda, como também as mudanças sociais e culturais. Os cabelos compridos e o rock ou a denominada música de protesto, assim como os festivais de música e arte, as moradias coletivas dos *hippies*, as declarações a favor do amor livre, o homossexualismo e as ações de jovens cristãos que se devotavam às comunidades carentes eram alvo da repressão ou da suspeita pelas forças da ordem. Muitos dos jovens que se sentiram discriminados nestas circunstâncias radicalizaram

as suas posições e passaram a militar em grupos revolucionários, e não foram poucos os que acabaram empunhando as armas contra as diversas formas de opressão.



Figura 9.4: Nota publicada no jornal *La Razón*, de Buenos Aires, Argentina, em 6 de outubro de 1970, associando *hippismo*, juventude e drogas. Esse tipo de nota era muito comum durante esse período.

Fonte: Fotografia do autor.

Outra influência decisiva para estes jovens foram as mudanças que estavam acontecendo no seio da Igreja Católica. Desde o Concílio Vaticano II, que aconteceu entre 1962 e 1965, o catolicismo também podia ser visto como uma opção progressista para muitos jovens. O que inicialmente foi uma possibilidade de renovar as práticas religiosas para poder incorporar aqueles que estavam se afastando da Igreja, logo o Concílio foi visto como um palco para colocar as reivindicações que davam um lugar central ao combate à pobreza. O fim do Concílio não foi o esperado pelos católicos progressistas; muitos deles se radicalizaram, acompanhando a radicalização da sociedade. O debate no interior da Igreja na América Latina teve um fim na II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, em 1968, em Medellín, na Colômbia. Chegou-se ao acordo de que os pobres eram a opção preferencial da Igreja da região. Certamente, essa frase foi

interpretada de formas diferentes. Os católicos progressistas deram forma à Teologia da Libertação. Os sacerdotes peruanos e brasileiros foram os mais ativos na formulação desta doutrina, que considerava as novas necessidades da sociedade. Outros sacerdotes optaram por se agregar no Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo, acompanharam estas reflexões e decidiram trabalhar em favelas e bairros carentes de várias cidades da região. Outros optaram pela via armada, entre eles Camilo Torres (1929-1966), colombiano e fundador do Exército de Libertação Nacional, e Gaspar García Laviana (1941-1978), espanhol que atuou junto com os sandinistas. Ao longo da década de 1960, o cristianismo, assim como a sociedade, entrou em uma fase de confronto e radicalização, e esta radicalização manifestou-se na luta armada.



Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi convocado em 1961 pelo papa João XXIII para reformar e modernizar certos aspectos do funcionamento da Igreja Católica. O Concílio funcionou no Vaticano até 1965, já com o papa Paulo VI. Mesmo os resultados não representando uma transformação profunda da Igreja, eles modificaram certos aspectos, como o fim da celebração da missa em latim. Para os conservadores foi um golpe à ortodoxia, para os reformistas e revolucionários foi uma mostra da incapacidade da estrutura eclesiástica de incorporar as novas demandas sociais. O Concílio é, ainda hoje, objeto de questões e ponto de disputa, porém, representou uma expectativa de transformação, e muitos dos participantes incorporaram os debates nas suas trajetórias e forçaram posições mais radicais, ao menos, na América Latina.

Dentro desse contexto não é de se estranhar que Cuba, Woodstock e as revoltas de estudantes em maio de 1968 fossem icônicos para esses jovens, tanto como a Bíblia, Che e os Beatles. A juventude optou pelo caminho da revolução, entrando em rota de colisão com os partidos de esquerda tradicionais e ainda com vários dos partidos de massa da região. O debate sobre a luta armada como via ao socialismo ou para a libertação nacional foi colocado pelas juventudes que, em muitos casos, provocaram a ruptura dos partidos comunistas ou socialistas. A linha central do Partido Comunista era continuar a participar das lutas democráticas ou antiterroriais sem se envolver na via armada. O PC soviético não apoiava a via armada na América Latina e continuava a incentivar as lutas democráticas ou as lutas trabalhistas.

A luta armada não implicava a luta de massa; podia ser complementar, mas, pelas suas próprias características e a necessidade de isolamento por parte dos combatentes faziam deles um grupo de elite, uma vanguarda. E a própria teoria guerrilheira, segundo os cubanos, tinha essa implicação. A guerrilha devia ser rural e atuaria como um foco de liberdade do qual se irradiaria o socialismo ou a libertação nacional e social. A tentativa de avançar com esta teoria fez com que se cometessem erros que em alguns casos seriam irreversíveis. No Uruguai, por exemplo, a guerrilha foi inicialmente rural e, ante a impossibilidade de avançar por este caminho, se voltou em direção às cidades. Na Argentina, a guerrilha teve duas vertentes, uma rural e outra urbana. A opção pela via armada foi definindo a tática, se rural ou urbana, como primeiro desvio em relação ao modelo original. Do ponto de vista das definições dos objetivos, muitas das guerrilhas se definiram em função da História política nacional. O Socialismo era um de tantos objetivos, mas, na maior parte dos casos, a ideia era a de construir a Libertação Nacional, pensando nos países da América Latina como países colonizados antes de priorizar a luta contra o capital. Muitas vezes a libertação e o socialismo eram lutas conjuntas, a libertação como primeiro passo e o socialismo como finalidade.

As tentativas de controlar o impulso revolucionário

O que também é importante destacar é que os governos da região não ficaram impassíveis ante o que estava acontecendo; pelo contrário, tomaram as suas medidas. Em alguns casos, as medidas foram tomadas isoladamente; em outros com a participação dos Estados Unidos, ou em conjunto. Uma das primeiras reações ante a ameaça que representava Cuba para os Estados Unidos e para muitos dos países latino-americanos foi a expulsão deste país da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962. A expulsão tinha a ver com o vínculo entre um grupo de militares sublevados na Venezuela e em Cuba. Ante o pedido da Venezuela, Cuba foi expulsa da OEA. Com Cuba fora da OEA esperava-se que fosse possível controlar os seus movimentos e evitar que outros países da região se contagiassem.

Como os Estados Unidos se sentiram diretamente prejudicados pelas atividades cubanas, se tornaram a vanguarda contra Cuba e os seguidores. Olhando o continente sob o ponto de vista de Washington, entendia-se que todo descontentamento ou cada manifestação contra os interesses dos Estados Unidos eram programados por Havana. Desta forma, se perdia a visão do que acontecia em cada local e suas especificidades. Ante a perspectiva de que tudo fosse uma possível réplica dos eventos cubanos, os Estados Unidos optaram por atuar em duas frentes: a cooptação e a coerção. Certamente que cooptação é uma palavra muito forte, e não devemos pensar que todos os indivíduos e instituições envolvidos tinham um olhar cínico em relação à colaboração, uma vez que muitos entendiam estar ajudando os povos despossuídos e os cidadãos pobres. Porém, do ponto de vista do governo dos Estados Unidos, o lançamento de uma série de programas de apoio ao desenvolvimento da região tinha como meta principal a descompressão das tensões sociais que se acumulavam desde a Crise de 1930. Essas tensões tornaram-se impossíveis de ser ignoradas desde a emergência dos governos nacionalistas e reformistas na década de 1940 e, com a revolução cubana, foi imprescindível tomar uma atitude a respeito.

Essa atitude foi denominada Aliança para o Progresso. A Aliança tinha múltiplos objetivos e todos eles eram complementares entre si, como alavancar o crescimento econômico e o desenvolvimento humano da América Latina. O programa era uma promessa da campanha de John Kennedy, e foi lançado em 1961, pensando em reeditar o Plano Marshall, mas agora, para a América Latina. Com este programa pretendia-se investir na região 80 bilhões de dólares ao longo de uma década, dos quais os Estados Unidos se comprometiam com 20 bilhões. A ideia era que o programa pudesse ser encerrado com os objetivos alcançados e que as pessoas pudessem viver em liberdade e com dignidade, como uma contraposição ao que Kennedy entendia que era a vida na União Soviética e, mais especificamente, em Cuba. Os objetivos eram ambiciosos: conseguir para a região um crescimento *per capita* de 2,5% ao ano; o estabelecimento de governos democráticos; a eliminação do analfabetismo entre os adultos para o ano de 1970; alcançar a estabilidade de preços e o fim da inflação; permitir uma equitativa distribuição da renda e da terra com uma reforma agrária adequada; e conseguir o planejamento econômico e social.



Figura 9.5: O presidente John Kennedy discursa na Venezuela em uma visita no marco da divulgação da Aliança para o Progresso em 1961. A outra figura do cartaz é o presidente Rómulo Betancourt.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Betancourt_-_JFK.jpg

Como contraparte, os Estados Unidos exigiam que os países que receberiam a ajuda tinham que se comprometer em dois pontos centrais: uma reforma tributária que fizesse com que os que mais tinham pagassem mais; e ainda que os países criassem planos de desenvolvimento e integração nacionais. Estas duas medidas seriam avaliadas e acompanhadas por *experts* internacionais.

Ao longo deste período nem todos os objetivos foram atingidos e, destes, muito o foram de uma forma insuficiente. O dinheiro que foi enviado como empréstimo para a região voltou em forma de juros e de capital. O programa transferiu os recursos durante os primeiros anos, porém os volumes caíram significativamente na última parte da década, principalmente quando Nixon assumiu o governo. Segundo os especialistas, foi menos o que entrou e mais o que saiu, e nem todo o dinheiro contabilizado foi direcionado ao desenvolvimento, e parte foi utilizado nos próprios Estados Unidos em compra de materiais e insumos. As indústrias dos Estados Unidos foram muito mais beneficiadas que os países, dado que as compras tinham que ser realizadas nesse mesmo país.

Do ponto de vista do objetivo político, isto é, no que diz respeito ao estabelecimento da democracia na região, o governo de Kennedy tomou algumas providências: os governos ditatoriais que se estabeleciam eram punidos com 3 a 6 meses sem acesso a financiamentos e sem venda de armamento. Porém, logo ao fim desse período, eram retomadas as relações e os financiamentos. Os casos mais paradigmáticos foram o do Brasil, que, além de não ser punido pelo golpe de Estado, teve montada uma operação de apoio ao golpe, e o da República Dominicana, para onde os Estados Unidos enviaram tropas para inibir uma possível vitória de uma frente de esquerdas.

De alguma forma, esta foi a face mais frequente da relação entre os Estados Unidos e a América Latina: o apoio a intervenções e a golpes de Estado. Desta forma, o que não funcionava pela via da negociação funcionava de forma violenta. Como mencionado anteriormente, o golpe de 1964 no Brasil contou com a anuência e

o apoio dos Estados Unidos, que também intervieram na República Dominicana na década de 1960. Foram inúmeras as ações da CIA na região. Porém, a principal arma no combate ao comunismo foi a famosa Escola das Américas, sediada no Panamá. Esta instituição do Exército dos Estados Unidos foi criada em 1946 e funcionou até 1984, quando foi trasladada ao território estadunidense. Aqui, militares de toda a América Latina, escolhidos pelos seus próprios governos, eram treinados em táticas de contrainsurgência e formados ideologicamente no mais ferrenho anticomunismo. Nesta escola, foram treinados futuros presidentes e ministros de vários governos militares da região. Esta era a outra face dos Estados Unidos na região.

Estes dois tipos de medida nem sempre tiveram os resultados esperados. Por um lado, a repressão e o apoio aos governos militares geraram um forte sentimento anti-autoritário e anti-imperialista. Neste caso, teremos o inconformismo dos *hippies* e de outras manifestações culturais jovens, assim como a rebeldia de estudantes, jovens trabalhadores e militantes que passaram a enfrentar a polícia e o exército nas ruas, fosse pela via das manifestações de massa ou pela via de ações armadas. No lugar de aplacar a rebeldia, esta deixou de ser uma contestação ao interior do sistema democrático e passou a se manifestar por fora das instituições, às vezes, inclusive, por meio de grupos guerrilheiros.

Por outro lado, os propagandeados programas de auxílio e de reformas criaram novas demandas que excederam às existentes. Um dos programas mais polêmicos e que mais conflitos provocou foi o impulso à reforma agrária. Este programa não agradou a ninguém. Não agradou aos expropriados, latifundiários que muitas vezes eram parte das elites econômicas e políticas, e tampouco àqueles que deviam ser os principais beneficiados, os camponeses. Como exemplo desta insatisfação dos camponeses com esta reforma agrária temos o caso chileno. O mesmo foi muito significativo porque a reforma foi projetada e alavancada pela Aliança para o Progresso. Iniciada em 1962, acabou provocando a perda de terras por parte de camponeses e a criação de uma classe média

rural destinada à produção de artigos para a exportação. No Chile, esta reforma agrária favoreceu os protestos dos sindicatos agrários e a mobilização rural dos camponeses e trabalhadores agrários que se sentiam prejudicados ou não contemplados pela reforma, e acabou criando um forte mal-estar no setor agrário, o que gerou uma onda de ativismo agrário, com greves e ocupações de terras. O objetivo desta reforma agrária devia ser o incremento da produção e a integração social, pela via da promoção de parte da população, porém, os poucos beneficiados mostravam a falta de impacto destas reformas agrárias, que contrastavam fortemente com o processo cubano.



Atende ao Objetivo 1

1. A década de 1960 na América Latina foi um período conturbado e de mudanças ideológicas. Apresente as fontes dessas mudanças realizando uma breve análise das mesmas.

Resposta Comentada

A América Latina e o mundo atravessaram um processo de transformações ideológicas que afetaram as formas de agir sobre a realidade e de compreendê-la. As fontes destas transformações vieram da Revolução Cubana, do Concílio Vaticano II, da cultura jovem estadunidense e europeia e das lutas contra a descolonização na Ásia e na África. A recepção dessas mudanças na América Latina foi muito diversa, porém, poderíamos dizer que todas essas mudanças foram processadas segundo a cultura política dos diversos países da região. Em alguns deles a Revolução Cubana foi muito mais importante, e em outros a marca foi dada pelas transformações da Igreja Católica. A Aliança para o Progresso foi a forma de os Estados Unidos reagirem às mudanças e de tentarem canalizar os descontentamentos pelo controle das reformas social e econômica.

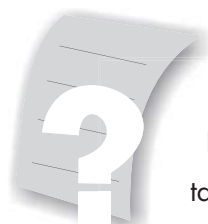
Chile: entre a rebeldia e a sua própria via ao socialismo

É justamente o caso chileno o que nos coloca em uma encruzilhada. A experiência chilena foi o resultado do entrecruzamento de três elementos já analisados. Por um lado, os esforços da Aliança para o Progresso; por outro, o impacto da Revolução Cubana; e finalmente, um elemento pouco considerado, que é a forma com que foi recepcionada a nova posição da Igreja em relação à questão social. Tudo isto foi processado segundo a tradição política local.

Quando Salvador Allende chegou ao governo em 4 de novembro de 1970, chegava ao fim uma longa luta dos partidos de esquerda para chegar ao governo. Desde a fundação do primeiro partido político vinculado ao setor operário, o Partido Operário Socialista do Chile, fundado em 1912, tinha passado quase 60 anos. Nesse período, tinha-se constituído um importante movimento operário no Chile, com reflexões e preocupações próprias que tinham sido levados para além das suas fronteiras, colocando-se como agenda da Organização Internacional do Trabalho. Também tinha

um forte movimento de esquerdas de massas que mais de uma vez participara de governos nacionais, estaduais e municipais. Podemos falar em movimento porque reunia diversos partidos, entre eles o Partido Socialista, o Comunista, o Radical e até parte da Democracia Cristã, que se considerava integrante da esquerda. Certamente estes partidos tinham as suas características próprias e peculiares, mas também é certo que, mais de uma vez, eles tinham se reunido em frentes políticas para disputar diversas eleições.

A esquerda chilena, diferentemente das esquerdas do resto do continente, participava regularmente das eleições, e, tirando o período mais rigoroso da Guerra Fria, o PC chileno também era parte do sistema de partidos legalizados. Desde seu início, a esquerda e o movimento operário estiveram intimamente relacionados. Também é certo que, salvo um par de tentativas de tomada do poder pela via violenta entre finais da década de 1920 e inícios da década de 1930, a participação política das esquerdas sempre respeitou a legalidade democrática, mesmo quando sofria repressão e perseguições em determinados momentos.



A República Socialista do Chile

No dia 4 de junho de 1932, um grupo de militares – principalmente o comodoro (brigadeiro) do ar Marmaduke Grove, os generais Arturo Puga e Carlos Dávila – aplicou um golpe de Estado, depondo o governo democrático existente, e declarou a criação de uma República Socialista. O objetivo da República Socialista era reestruturar a sociedade e garantir o alimento a cada chileno, depois do terrível impacto da Crise de 1929. O Partido Comunista chileno convocou os trabalhadores para que ressissem, organizando-se em milícias, e argumentando que era uma tentativa de instalar um governo nacional-socialista. Os trabalhadores apoiaram o novo governo, e a

guarnição de Santiago insurgiu-se com um contragolpe, dando fim à República Socialista em 13 de setembro de 1932. E o Chile novamente se reorganiza em outubro desse ano.

A esquerda chilena participou de governos democráticos, como mencionado anteriormente. Em 1938, a Frente Popular, associada ao Partido Radical, aos socialistas, aos comunistas, aos democratas e à Confederação Chilena do Trabalho, venceu as eleições. A Frente não chegou completa até o fim do governo, porém, foi a única experiência de Frente Popular que vingou na América Latina. O governo seguinte deixou de lado os comunistas e se vinculou aos partidos de centro, porém, os radicais e os socialistas continuaram. A partir desse momento os partidos de esquerda estariam integrados ao sistema, ocupando bancas no Congresso e governando regiões, províncias e comunas. Sempre se mantiveram opções de esquerda como candidatos ao governo. Entre as principais figuras da esquerda chilena figuraram, desde a década de 1930, Salvador Allende e Pablo Neruda. O primeiro pelo Partido Socialista e o segundo pelo Partido Comunista. Desde a década de 1950, eles organizaram as disputas políticas com os partidos de centro e de direita.

Até a década de 1960 a sociedade chilena se organizava em duas grandes partes: a esquerda e a direita e com um partido de centro que sempre atuava como o partido que definia as tendências políticas e era o principal favorecido destas disputas: o Partido Radical. Porém, desde 1957 e como consequência da política da Igreja para frear o avanço do comunismo, foi criado no Chile o Partido Demócrata Cristão (PDC), e, desde a sua fundação, a política chilena mudaria decisivamente. A Democracia Cristã (DC) adotou a política social da Igreja e, na década de 1960, assumiu como próprios os preceitos da Aliança para o Progresso. Em 1964, Eduardo Frei foi eleito presidente com 56% dos votos contra 38%

do candidato da Frente de Ação Popular, Salvador Allende. O PDC venceu as eleições, fortemente apoiado pelos Estados Unidos, que viam este partido como uma forma de deter o comunismo. O lema da campanha de Frei foi “Revolução em liberdade”, dando a entender que a DC tinha um projeto transformador mantendo as instituições democráticas – diferentemente da Frente que era apresentada como soviética e, portanto, contrária à democracia. Para além desta contraposição, a vitória da DC representou a esperança por mudanças na sociedade chilena, que estava presa em uma forte crise econômica. Neste marco, Frei trazia consigo a mudança aceitável, a da doutrina social da Igreja e com o Concílio Vaticano II como pano de fundo.



Figura 9.6: Ricardo Eliécer Neftalí Reyes Basoalto, mais conhecido como Pablo Neruda (1904-1973), em 1971. Neruda foi diplomata e senador. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1971 e é considerado o maior poeta latino-americano do século XX. Neruda foi nomeado candidato do Partido Comunista às eleições de 1973, mas preferiu renunciar em favor do seu amigo Salvador Allende, do Partido Socialista.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Neruda_1971.jpg

Por isso a DC tomou algumas medidas necessárias para alavancar o crescimento econômico, mas que dinamizariam lutas que não estavam previstas. Entre as medidas tomadas estavam a construção de casas populares, a ativação da construção civil com a construção do metrô de Santiago entre outros empreendimentos, uma reforma educacional que diminuísse sensivelmente o analfabetismo e a incorporação

de todos os níveis sociais à educação. Outras três medidas teriam um forte impacto econômico e fundamentalmente social: a reforma agrária, a sindicalização rural e a nacionalização do cobre, a principal produção de exportação chilena. A reforma agrária acabou prejudicando os povos originários e beneficiando os especuladores e grandes produtores, por isso a sindicalização rural deu vazão ao descontentamento e provocou uma forte mobilização agrária para que as reformas favorecessem os trabalhadores e os camponeses sem terra. A nacionalização do cobre beneficiou os proprietários porque o preço pago pelo Estado foi superior ao preço de mercado. Como consequência, os trabalhadores e a esquerda se manifestaram contra esta medida. No fim do seu governo Frei, tinha conseguido mobilizar a sociedade como nenhum outro governo até esse momento, embora parte dessa agitação fosse contrária a ele, ao ponto de o próprio PDC ter se dividido. Porém, parte da sociedade entendia que Frei era o único capaz de dar vazão às demandas existentes.

O problema era que a Constituição não contemplava a reeleição, e o PDC tinha que apresentar outro candidato diferente de Frei. Radomiro Tomic, o candidato da DC, se situava ideologicamente à esquerda de Frei e não era muito bem aceito pelo conjunto do partido. Esta foi uma oportunidade histórica para a esquerda, que novamente levou a Salvador Allende, o seu eterno candidato. Allende tinha sido candidato em 1952, 1958, 1964 e novamente em 1970. Desta vez, Allende foi eleito pela Unidade Popular (UP). Porém, a vitória foi por maioria relativa e não absoluta. A UP conseguiu 36,3% dos votos contra os 34,9% do Partido Nacional (PN) e os 27,9% do PDC. A margem era pequena e a UP ainda unia vários partidos e grupos políticos: o PS de Allende, o PC, o Partido Radical, o Movimento de Ação Popular Unitária (Mapu), que era uma divisão do PDC, e a Ação Popular Independente (API).

O Congresso da Nação chileno resolveu que o ganhador era a UP, acompanhando a doutrina histórica de que a primeira minoria devia governar. O PN votou contra esta posição e passou a conspirar contra a UP, tentando seduzir a DC para que aceitassem indicar o

presidente, mesmo tendo alcançado o terceiro lugar. Porém, tanto a DC quanto René Schneider, comandante do Exército, respaldaram Allende. Desta forma, Allende iniciava o seu governo debilitado, dependente de outras forças políticas, já que não controlava o governo, e das suas próprias, que nem sempre o acompanhavam nas medidas que propunha.



Figura 9.7: Salvador Allende Gossens (1908-1973), presidente do Chile pela Unidade Popular.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:S.Allende_7_dias_ilustrados.JPG

O governo de Allende foi um governo de tensões e conflitos provocados, em grande medida, pelo Partido Nacional e pela DC, que fustigaram Allende no Congresso e na grande imprensa, criando principalmente desabastecimento de produtos de consumo e parando a produção. Porém, Allende teria outros desafios muito mais próximos. O Mapu pretendia fazer a revolução o mais rapidamente possível, e, para isso, mobilizava os camponeses; uma boa parte do PS coincidia com esta leitura da realidade e incentivava os trabalhadores a ampliar as suas reivindicações

pedindo a socialização dos meios de produção. Sem contar que estes grupos também pretendiam lançar as suas ações armadas. Fidel Castro percorreu o Chile durante três semanas, incentivando a luta armada e criando novos atritos com a direita. E ainda havia o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR, em espanhol), que praticava a luta armada e tinha deposto as armas desde o início do governo de Allende. Mas deixar as armas não implicava colaborar com o governo, e continuavam a sua campanha de agitação.

Allende pretendia construir a “via chilena ao socialismo”, o lema do seu governo; essa via chilena significava o respeito às instituições e a chegada ao socialismo com toda a sociedade, tomando medidas que permitissem desenvolver as forças produtivas, e confrontando quando fosse preciso, mas sem chegar a medidas violentas. Os seus partidários mais festivos denominavam este processo de “a revolução do vinho tinto e as empanadas”, ou seja, um processo político integrador e basicamente popular. Mas, certamente, nem todo mundo concordava com esta visão e a base de sustentação para medidas radicais era muito limitada, se pensarmos nas eleições de 1970 e mesmo quando as coisas melhoraram, nas eleições municipais de 1971.



A via chilena ao socialismo

A “via chilena ao socialismo” deve ser vista como a transição de uma sociedade que estava passando por um processo de industrialização para o socialismo. O elemento principal centrava-se antes na manutenção das instituições do que em medidas de tipo econômicas. O interessante da via chilena é que, embora abortada por causa do golpe militar, o denominado eurocomunismo, corrente política conformada pelos Partidos Comunistas da Espanha, Itália e França, adotou a experiência chilena como modelo

para adquirir certa independência em relação ao PC da URSS. Tal corrente entendia que a via chilena incorporava parte das reivindicações das classes médias e isto ampliava as suas bases e representava uma possibilidade de ascensão ao governo nos seus respectivos países. O golpe era, para o eurocomunismo, uma prova da viabilidade da via chilena. Mesmo assim, o Eurocomunismo não prosperou.

O governo de Allende foi um governo de marchas e contramarchas. As medidas de governo planejadas por Allende eram progressistas e tendiam integrar a sociedade, beneficiando ainda os próprios capitalistas com a expansão da economia. Porém, a divisão política em que se encontrava a sociedade civil chilena e as especulações políticas entre os distintos grupos em disputa impediram a execução do programa de governo proposto. Mesmo assim, Allende conseguiu estatizar plenamente a produção de cobre e das áreas-chave da economia, a reforma agrária se expandiu para além dos limites estabelecidos por Frei, os preços dos bens de consumo foram congelados, assim como os salários aumentaram. Para administrar as nacionalizações e estatizações foi criada a Área de Produção Social, que administrava todo tipo de empresas; a maior parte das mesmas não era estratégica, e tinha sido incorporada a essa área pela pressão dos trabalhadores, dado que, na área, o pagamento era muito melhor que nas empresas privadas.



Figura 9.8: Marcha de apoio a Allende na cidade de Santiago, em 1973.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Allende_supporters.jpg

Nas constantes tentativas por avançar com as medidas em direção ao socialismo e conciliar com as forças contrárias, Allende teve que entrar em negociações com os militares para garantir a sua imparcialidade no processo e comprometê-los na defesa da legalidade com a sua participação no governo. E, ante este tipo de medida, as suas bases de sustentação ruíam, porque não viam isto como debilidade e sim como traição. Nem mesmo o **locaute** dos empresários do transporte de outubro de 1972, que paralisou o Chile, fez com que os membros da UP percebessem o que estava em jogo. Os Estados Unidos entraram neste confronto espionando e financiando os setores mais fortemente conservadores da política e do *status quo* chileno.

Por isso 1973 é visto como o ano da quebra das instituições. O general Schneider tinha sido morto em 1970 por militantes de direita e, nesse ano, o comandante do Exército era Carlos Prats,

Locaute

O locaute é a recusa dos patrões em permitir que os trabalhadores utilizem as ferramentas do trabalho ou que ingressem no lugar do trabalho. Alguns também denominam o locaute como greve patronal. No geral, é utilizada pelos patrões para evitar greves ou para impedir a tomada das unidades produtivas.

um legalista que foi perdendo apoio no interior das forças armadas até que deu lugar a Augusto Pinochet. O clima de violência civil aumentava, chegando ao ponto de o Congresso solicitar a destituição de Allende, que não foi adiante porque o próprio Pinochet era contrário a essa saída. Os confrontos que se sucederam entre o governo e os trabalhadores com a direita e os empresários se definiram com a tomada de posição dos militares a favor do golpe. Os Estados Unidos deram o seu apoio ao golpe e forneceram a logística necessária. No dia 11 de setembro de 1973, Allende resistiu com um pequeno grupo no Palácio de La Moneda, a casa de governo do Chile, porém, depois de ela ser bombardeada, e para evitar um grande derramamento de sangue, optou pelo suicídio antes que entregar o governo democrático a um golpe militar. Imediatamente, Pinochet assumiu o governo e o banho de sangue ocorreu de qualquer forma.



Figura 9.9: Augusto Cesar Pinochet Ugarte (1915-2006), foto de 1974.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:A._Pinochet_Stamp.jpg

O que se sucedeu depois do golpe foi uma repressão selvagem e a imposição de um regime de governo autoritário, com uma política econômica liberal, totalmente contrária à política

que Allende propunha. Nem a DC, que esperava herdar o golpe, e nem a direita política assumiram o poder, que ficou nas mãos dos militares e jovens economistas. O Chile ficou, por muitos anos, sumido nas trevas do terrorismo de Estado e isolado da comunidade internacional. Com o Chile, findava uma experiência herdeira das transformações revolucionárias ou reformistas da década de 1960. Nem o reformismo social e econômico da Igreja, nem as tendências revolucionárias da tradição cubana conseguiram se sustentar no Chile. O ímpeto juvenil pela transformação e pelo confronto com a vida estabelecida se defrontou com o conservadorismo da sociedade chilena, que se entregou de corpo e alma a uma das mais sangrentas ditaduras do continente americano.

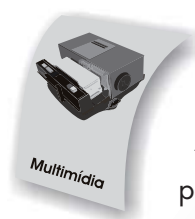


Atende ao Objetivo 2

2. A experiência chilena foi uma leitura das mudanças ideológicas e culturais que aconteceram na América Latina à luz de uma determinada realidade. Analise a forma com que no Chile se processaram estas mudanças.

Resposta Comentada

As mudanças acontecidas na América Latina tiveram o seu ponto alto no Chile. As eleições de 1970 consagraram essas tentativas de mudanças de forma pacífica. Os esforços para chegar ao socialismo pela via pacífica, encarnados na eleição de Salvador Allende, demonstraram as dificuldades para impor transformações que integrassem as sociedades e as economias da região. Os diversos projetos que encarnavam cada uma das frações que compunham a Unidade Popular também refletiram o fato de o socialismo não ter tido uma interpretação única e de não ter sido fácil chegar a este objetivo. A sociedade chilena se deparou com um conflito interno que foi incentivado pelo governo dos Estados Unidos que, por sua vez, atuou no sentido de reforçar a impossibilidade de se alcançar qualquer tipo de acordo entre as partes em disputa.



Sugestões de filmes e livros

A experiência chilena foi analisada em filmes e pela literatura. Alguns deles mais recentes, outros menos, porém de fácil acesso nas locadoras ou nas bibliotecas. Os dois romances de Isabel Allende, *A casa dos espíritos* e *De amor e de sombras*, foram levados ao cinema.

Filmes

- *A casa dos espíritos* (1994), diretor: Billie August.
- *De amor e de sombras* (1994), diretor: Betty Kaplan.
- *Desaparecido, um grande mistério* (1982), diretor: Costa Gavras.
- *La batalla do Chile*. 3 partes (1975 a 1979), diretor: Patricio Guzmán.
- *Machuca* (2004), diretor: Andrés Wood.
- *Salvador Allende* (2005), diretor: Patricio Guzmán.

Romances

- ALLENDE, Isabel. *A casa dos espíritos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- ALLENDE, Isabel. *De amor e de sombra*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

RESUMO

A Revolução Cubana definiu, em grande medida, os comportamentos políticos da década de 1960 e de boa parte da década de 1970. O posicionamento a favor ou contra e as caracterizações feitas desde a análise da Revolução Cubana ao restante dos movimentos políticos condicionaram as atuações. A reforma agrária passou a ser um ponto central das pautas das políticas reformistas e revolucionárias, e foi um elemento de conflito com os conservadores. Isto sem analisar a qualidade e profundidade das reformas, mas até alguns governos conservadores ou reacionários tiveram que incorporar a reforma agrária nos seus programas, como foi o caso dos militares brasileiros.

Se a Revolução Cubana foi um marco e obrigou posicionamentos, às vezes radicalizados, outros processos marcaram o rumo dos acontecimentos. A década de 1960 foi a década de explosão de descontentamentos e rebeldia juvenil no mundo todo, ante um mundo que não os contemplava nem os considerava. Os jovens, denominados de “geração do Baby boom”, ou a explosão da natalidade com o acelerado crescimento da economia e a recuperação do pós-guerra, não eram incluídos plenamente nas suas diversas sociedades. Esta rebeldia se expressou em músicas, em manifestações culturais e em atitudes sociais. Muitas vezes esta rebeldia se expressava por meio de comportamentos contrários às normas sociais existentes, como o

isolamento em comunidades alternativas ou *hippies*, em expressões musicais direcionadas ao público jovem, algumas voltadas ao mercado de massas e outras para se contrapor ao mesmo, e mesmo em inofensivas reuniões dançantes dedicadas ao público jovem e assim por diante.

A rebeldia também se manifestou na política. A juventude enveredou por caminhos diferentes aos estabelecidos pela sociedade adulta, em um momento de ruptura dos padrões democráticos e de autoritarismo e o sistema democrático, então, parecia acabado e inútil. A alternativa parecia estar além do sistema político existente. A via armada ou o trabalho direto com os oprimidos pareciam ser os caminhos adequados para fazer política e não esperar que a política fosse feita a partir das capitais. Assim, marxistas e cristãos tinham em comum a ação direta, sem compromisso com as estruturas partidárias, ainda que o apelo fosse em relação às culturas políticas existentes, fossem comunistas, socialistas ou em relação a algumas culturas políticas nacionais, como o peronismo, o sandinismo, ou o zapatismo.

A experiência chilena esteve atravessada por todas estas questões, isto é, a rebeldia juvenil, a militância católica, a revolucionária, a agenda progressista e transformadora e a possibilidade de chegar ao socialismo pelas vias democráticas. O impacto da experiência chilena foi decisivo para que os Estados Unidos compreendessem as necessidades de transformação existentes na região e aplicassem um plano destinado a conter estas transformações. O Chile iniciou o seu processo de transformação antes mesmo da chegada da Unidade Popular de Allende ao governo. Desde o governo anterior se nacionalizaram recursos básicos e se iniciou uma reforma agrária, e estas medidas mobilizaram a sociedade, o que permitiu a chegada da experiência unitária das esquerdas chilenas. O seu nível de avanço na transformação e modernização da sociedade em relação às experiências precedentes provocou uma forte reação por parte daqueles que se sentiram prejudicados. Ao mesmo tempo, Allende não conseguia manter unida a sua base de sustentação, o

que fez com que a Unidade Popular fosse instável e com dificuldade de unificar um discurso e um plano de ação. Essas fragilidades e o nível de rejeição da direita e dos conservadores permitiram o golpe de Estado, que, por sua vez, inaugurou uma nova época na América Latina, a dos golpes militares e das políticas liberais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula sobre América Latina, abordaremos a formação dos regimes autoritários e ditatoriais que se sucederam desde os anos 1960. Apresentaremos as condições que deram lugar a este fenômeno e os principais casos. Também vamos realizar um mapeamento destas ditaduras ao longo da América Latina.

Aula 10

Relações interamericanas: os EUA e a América Latina, 1900-1945

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar um panorama das relações entre os EUA e seus vizinhos latino-americanos no período que vai da virada do século, aproximadamente, até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes fases das relações entre os EUA e os demais países ao sul, no período que vai da virada do século aproximadamente até o fim da Segunda Guerra Mundial;
2. reconhecer as premissas adotadas pelos norte-americanos, na qualidade de potência emergente, que determinaram sua postura;
3. apresentar exemplos concretos de como tais premissas e fases se materializaram na prática.

Pré-requisito

Esta aula pressupõe que você leu a Aula 1, sobre os EUA na virada do século, especialmente a partir da seção "A Guerra Hispano-Americana: o nascimento de um império", que trata da gênese do imperialismo norte-americano.

INTRODUÇÃO

Agora que você tem uma noção dos principais acontecimentos e processos da história das Américas durante boa parte do século XX, vamos abordar com um pouco mais de aprofundamento as relações entre os Estados Unidos, a maior potência do continente (e mais tarde do mundo), e seus vizinhos latinos. O imperialismo inaugurado com a Guerra Hispano-Americana, tratado na primeira aula do curso, será o nosso ponto de partida para um exame, primeiro, de qual era a visão predominante nos EUA a respeito do seu próprio papel no mundo e no continente americano em particular e, depois, de como isso se transformou em intervenções em outros países.

Anglo-saxões e hispânicos: alguns precedentes

Em 1811, Thomas Jefferson, um dos mais importantes “Pais Fundadores” dos EUA e autor principal de sua Declaração de Independência, afirmou a respeito das lutas pela independência das colônias espanholas na América:

Eu receio que a ignorância degradante na qual os seus padres e reis as afundaram as tenham desqualificado para a manutenção ou mesmo o conhecimento de seus direitos, e que muito sangue possa ser derramado para pouca melhoria em sua condição. Caso os seus novos governantes honestamente assumam a tarefa de remover os grandes obstáculos da ignorância, e forcem os remédios da educação e da informação, elas ainda estariam sob ameaça até que uma outra geração tome seu lugar, e o que pode acontecer nesse intervalo não pode ser previsto, e nem você nem eu viveremos para vê-lo (SMITH, 1996, p. 46).

Outra grande figura da época, John Quincy Adams, ecoaria uma visão semelhante ao analisar se os norte-americanos deveriam dar seu reconhecimento aos novos países independentes do continente:

Eu desejo bem à sua causa, mas não vi e ainda não vejo nenhuma perspectiva de que eles vão estabelecer instituições de governo livres ou liberais (...). Eles não possuem os primeiros elementos do bom ou livre governo. O poder arbitrário, militar e eclesiástico, deixou sua marca em sua educação, sobre seus hábitos, e sobre todas as suas instituições. A dissensão civil foi injetada em todos os seus princípios seminais. (...) Eu tinha pouca expectativa de que qualquer resultado benéfico para este país pudesse vir de qualquer futura conexão com eles, política ou comercial (SMITH, 1996, p. 47).

Esse receio, na verdade ceticismo, seria uma impressão recorrente nas análises da elite política dos Estados Unidos a respeito dos seus vizinhos ao Sul. Poderiam colônias com um histórico tão diferente do da experiência anglo-americana constituir países estáveis, muito embora procurassem seguir o modelo republicano adotado pelos EUA? E enquanto não provassem que eram capazes disso, seria conveniente uma aproximação ou poderia acontecer que de alguma forma os problemas deixados pelo domínio ibérico “contaminassem” os norte-americanos?

Ao lado de tais temores, havia aqueles que acreditavam que os EUA tinham, sim, um papel a cumprir frente aos novos países ibero-americanos: o de exemplo. O político Henry Clay, por exemplo, defendia que os EUA deveriam reconhecer diplomaticamente as ex-colônias, pois, ao fazê-lo,

Nós nos tornaremos o centro de um sistema que constituiria o ponto de convergência da sabedoria humana contra todo o despotismo do Velho Mundo. Algum homem duvidou dos sentimentos do Sul para conosco? A despeito de nossa frieza para com eles, do rigor de nossas leis, e da conduta de nossos

oficiais, seus corações ainda se voltam para nós, como se para seus irmãos; e ele não teve dúvida, se nosso Governo tomasse a iniciativa e os reconhecesse, que eles ficariam ainda mais ansiosos para imitar nossas instituições, e assegurar para si mesmos e sua posteridade a mesma liberdade que nós desfrutamos (SMITH, 1996, p. 47).

Essas impressões iniciais, ora de dúvida, ora de uma simpatia algo paternalista, mais tarde dariam lugar a uma postura bem diferente, à medida que os americanos foram expandindo seu território e o México se tornou alvo de ambições expansionistas (assunto que você deve ter visto em História da América II). Ideias como a do “Destino Manifesto”, segundo a qual os norte-americanos tinham um direito divino ao domínio territorial da América do Norte, implicavam o desdém para com o seu vizinho “inferior” (e não só ele, já que, desde meados do século XIX, Cuba também era vista como um alvo em potencial de conquista e anexação). A aquisição de novos territórios, portanto, passava a ser considerada praticamente como um dever moral, “um ato de libertação”, de modo que terras e riquezas outrora “desperdiçadas” por outros povos — fossem eles mexicanos, cubanos e, no plano doméstico, as nações indígenas ainda existentes — fossem adicionadas aos domínios da “civilização”, aqui representada pelos próprios norte-americanos. Era uma extensão da tradição inglesa, presente nas suas colônias americanas desde o século XVII, de que o direito de posse de recursos naturais, como a terra agricultável, era condicionado pelo seu *uso eficiente* (segundo a concepção europeia). Nesse ponto de vista, os índios, por exemplo, que não praticavam agricultura comercial de ampla escala e, portanto, não implementariam “melhorias” às suas terras, tinham menos direito a elas do que os próprios colonos ingleses, depois cidadãos norte-americanos, que saberiam aproveitá-las melhor com suas fazendas e sua “civilização”.

Essa presunção geral de superioridade viria a ganhar também, ainda no século XIX, fortes *tons raciais*, o que ficaria muito claro na época da guerra contra o México (1846-1848), com o debate

sobre se os EUA deveriam ou não conquistar o país inteiro. Afinal de contas, se isso fosse feito, o que fazer com a *população* que já vivia nesse território? Daí a curiosa proposta de alguns para que se procurasse incorporar o máximo de terras com o mínimo de mexicanos (SMITH, 1996, p. 50). Nas palavras de um jornal da época, o *Louisville Democrat*, o Tratado de Guadalupe Hidalgo, que pôs fim à guerra, significava que os norte-americanos agora tinham “não a melhor fronteira, mas todo o território de valor que podemos conseguir sem levar [junto] o povo” (SMITH, 1996, p. 50). Católicos, de ascendência indígena e por extensão inerentemente “inferiores” em vários aspectos, os mexicanos não eram bem-vindos como membros da nação estadunidense, representante por excelência da “raça anglo-saxã”, a mais elevada na hierarquia do pensamento racista americano da época (BENDER, 2006, p. 207-211).

Quando a Guerra Hispano-Americana deu aos EUA o domínio sobre as últimas possessões coloniais espanholas, o racismo e a ideia da sociedade americana como um modelo a ser imitado se misturaram. Os filipinos, por exemplo, eram asiáticos, logo incapazes de desenvolverem sozinhos um autogoverno eficiente e, portanto, precisavam ser tutelados pelos americanos. Isso seria feito para o próprio bem dos filipinos — e naturalmente sem que a opinião deles fosse levada em conta. O papel dos Estados Unidos, aí, retomava a velha proposta de oferecer um modelo para os povos “inferiores”, porém agora com um importante diferencial: o modelo podia ser *imposto*, o que beneficiaria, em tese, tantos os americanos quanto os que eram objeto de sua ação “benevolente”. Em suma, era a versão norte-americana para o **“fardo do homem branco”**.

Em suma, ao começar o século XX, os EUA já desfrutavam de quase um século em uma posição de vantagem sobre seus vizinhos latinos, fosse no plano econômico (já eram uma nação com grande número de manufaturas, quando eles ainda viviam de exportações de produtos primários, e viriam a se industrializar primeiro), no político (compare-se a estabilidade do regime norte-americano com as turbulências políticas dos demais países) e, agora, também

“Fardo do homem branco”

Expressão cunhada pelo escritor britânico Rudyard Kipling (1865-1936), em um poema do mesmo nome, para designar os deveres civilizatórios do imperialismo europeu frente aos povos ainda não “civilizados” das regiões coloniais. Essencialmente, trata-se da ideia de que cabia ao dominador impor valores e padrões superiores aos povos considerados mais primitivos.

no militar. Tudo isso fazia dos EUA uma potência regional capaz de exercer maior ou menor influência sobre o continente, e essas vantagens eram ainda magnificadas aos olhos norte-americanos por construções ideológicas como o racismo e o “Destino Manifesto”. Assim, desfrutando de vantagens palpáveis e convictos de sua própria superioridade, os EUA procuraram se relacionar com a América Latina a partir de uma posição de “liderança”, vendo a si mesmos como detentores de um protagonismo “natural” a ser exercido na região. Veremos agora alguns casos de como essa convicção foi levada a efeito.

O pan-americanismo: a busca da colaboração

Ao longo do século XIX, os EUA foram convidados para diversas conferências com outros Estados americanos, fosse como observadores ou como participantes plenos. Entretanto, foi só em 1889 que Washington tomou a iniciativa de realizar um evento desse tipo, a primeira *Conferência Pan-Americana*, sob os auspícios do secretário de Estado James G. Blaine. A intenção principal era implementar na região um dos objetivos tradicionais da política externa norte-americana: a expansão do comércio. Para isso, a agenda incluía, além da preservação da paz no continente, “também o desenvolvimento comercial e a integração econômica. Os tópicos iam desde a construção de uma ferrovia pan-americana até a adoção de um padrão monetário comum”. Não se tratou de quaisquer alianças militares ou políticas, e grande parte da discussão girou em torno de uma possível união alfandegária (*Zollverein*) — “o que obrigaria as nações do hemisfério a erigir tarifas comuns sobre produtos comerciais vindos de fora da região”, criando, pois, um protecionismo de escala continental. Porém, a proposta não vingou, já que os delegados temiam “possíveis ameaças à soberania nacional” de seus países (SMITH, 1996, p. 32). A razão era lógica: depois de serem levados por um *tour* ferroviário de milhares de

quilômetros pelas áreas industriais dos EUA, eles temiam que a união alfandegária favorecesse demasiadamente esse país em detrimento dos seus próprios. Afinal, tratava-se de países dependentes sobretudo de exportações de produtos primários para os mercados europeus, e a proposta estadunidense representaria uma mudança drástica nas suas relações comerciais.

O episódio marcou, portanto, uma tentativa de aproximação amigável, embora não desinteressada, entre os EUA e os demais países do continente. Embora a união alfandegária não tenha se realizado — a ideia voltaria no século seguinte —, a conferência não foi de todo infrutífera. Além de acordos bilaterais entre norte e latino-americanos, criou-se o Birô Comercial das Repúblicas Americanas, embrião da União Pan-Americana, que, por sua vez, se tornaria a atual Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, ficou demonstrado, afinal, que os países latino-americanos não adotariam uma postura meramente passiva diante das iniciativas da potência econômica do Norte; eles tinham seus próprios interesses a defender e planos a apresentar.

Contestações

Um aspecto interessante a considerar sobre essa fase de busca de cooperação entre as “duas Américas” é que já havia entre os latino-americanos vozes descontentes que alertavam contra as possíveis intenções ocultas dos Estados Unidos. O cubano José Martí, o grande ícone do movimento nacionalista da ilha, já se preocupava com os resultados de uma expansão do colosso estadunidense sobre o resto da América. No Brasil, tradicionalmente simpático à diplomacia americana, o monarquista Eduardo Prado compilou um rol minucioso dos “pecados” dos EUA contra os interesses e a soberania dos países latino-americanos em seu livro *A ilusão americana* (1893). Para Prado, as ideias de pan-americanismo eram uma falácia:



Figura 10.1: Eduardo Prado, crítico das ideias de “fraternidade americana”.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eduardoprado.jpg>

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônia, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo. O fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao que seria pueril atribuir uma exagerada importância. Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de ser irmãs? (...) A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as nações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa (PRADO, 1961, p. 7-8).

A despeito dos críticos, outras conferências seriam realizadas nas décadas seguintes, e a ideia de que havia um laço especial entre os países americanos, anglo-saxões e latinos — em contraposição

à Europa, sobretudo — continuaria sendo um tópico recorrente na retórica das relações intracontinentais. Às vezes, contudo, esse laço seria definido em termos especificamente culturais, como foi o caso do escritor uruguaio José Enrique Rodó.



Figura 10.2: José Enrique Rodó, autor do influente livro *Ariel*.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Jos%C3%A9_Enrique_Rod%C3%B3_2.jpg

Em *Ariel* (1900), publicado logo depois que o avanço norte-americano sobre seus vizinhos tinha adquirido uma nova faceta nitidamente militar, Rodó apresenta uma distinção acentuada entre os valores da cultura latino-americana, herdeira da Europa, e os da cultura dos EUA. Para ele, enquanto a herança cultural latino-americana — simbolizada pelo personagem de Shakespeare, Ariel — representava o que havia de melhor em um humanismo e um dinamismo cultural que remontavam à era clássica, os EUA eram a síntese do utilitarismo, do materialismo que infectou o Ocidente a partir da Revolução Industrial. Se o “Ariel” era o “futuro, a juventude, a energia, o espírito, a natureza, a vida interior, o *otium* clássico, a literatura, a nobreza e a vida contemplativa”, o seu oposto anglo-saxão era a ética do trabalho, a visão utilitária das coisas, o mecanicismo, o puritanismo, o culto da mediocridade — características, enfim,

da cultura estadunidense. Caberia aos latino-americanos, pois, não se deixar seduzir pelo modelo empobrecedor e reducionista da potência anglo-saxã. A “nortemania” que Rodó enxergava em alguns contemporâneos seria, pois, um perigo para a própria alma da América Latina — um ponto de vista que, de várias formas, se tornou muito influente à época entre estudantes e intelectuais da região (HART, 2007, p. 128-9).

Temos, portanto, que o crescimento da atuação e da influência dos EUA não foi objeto de nenhuma unanimidade na América Latina. Fosse com a promessa de cooperação ou, mais tarde, com uma postura mais impositiva, o fato é que ele fez surgirem as reações mais díspares, entre as quais uma razoável desconfiança, quando não oposição declarada. Se, antes mesmo da Guerra Hispano-Americana, tal suspeita já era identificável nalguns meios, ela só faria aumentar a partir daí, a cada vez que os norte-americanos se valiam do seu crescente poder na região para solapar a soberania de outros Estados e impor as condições que melhor lhes convinham. Veremos agora alguns exemplos disso.

O dinheiro como arma: a “diplomacia do dólar”

Em 1909, o ex-governador-geral das Filipinas e ex-secretário de Guerra, Howard Taft, sucedeu Theodore Roosevelt na presidência dos EUA. Com ele, surge também uma variação da política do *big stick* que fizera fama com seu antecessor: em vez de recorrer apenas a custosas intervenções militares, por que não se valer do poder econômico e financeiro do país para defender os interesses estratégicos norte-americanos na América Latina? Assim, a fim de manter o compromisso tradicional com a Doutrina Monroe, de manter os europeus fora das Américas, o governo Taft “procurou remover o perigo mediante a renegociação das dívidas externas de cada governo e sua substituição por empréstimos norte-americanos”. Dessa forma, “banqueiros particulares americanos, com apenas uma

supervisão mínima do Departamento de Estado, forneceriam esses empréstimos e organizariam a cobrança de direitos aduaneiros” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 163). Noutras palavras, banqueiros americanos comprariam as dívidas que esses países tivessem com a Europa, garantindo o pagamento por meio do controle sobre as alfândegas deles. Em essência, eles teriam jurisdição temporária sobre tudo que entrasse e saísse dos territórios de tais nações — com o beneplácito e o apoio militar do governo dos EUA.

De resto, como se viu quando abordamos o Corolário Roosevelt, as mudanças não foram tão grandes na forma de atuação do país. Permaneceu a ideia de que os EUA tinham responsabilidades no que haviam determinado ser sua área de influência, desde o compromisso com a estabilidade política, a exclusão de interferências europeias e o discurso de promoção da democracia e/ou de uma missão civilizatória frente aos vizinhos menos desenvolvidos. E mesmo a autodeterminação dos povos — um dos “14 pontos” pelos quais o sucessor de Taft, o idealista presidente Woodrow Wilson, ficaria famoso e que se tornaria uma das bases de sua política externa — era relativizada. Segundo a opinião predominante em Washington, ela só seria válida depois “que se espalhasse pelo continente a democracia e os valores americanos”, o que só era possível por meio de uma política externa ativista por parte dos EUA. Afinal, nessa visão, os países latino-americanos, por razões históricas, culturais e até raciais, ainda não eram suficientemente maduros para serem considerados senhores de seu próprio destino (PECEQUILLO, 2005, p. 114).

Vamos conhecer alguns exemplos de como isso funcionou?

O caso da Nicarágua (1909-1933)

A Nicarágua foi alvo de ingerências americanas desde suas primeiras décadas de vida. Em 1855, o aventureiro William Walker, junto com uma expedição particular de 55 homens e tirando proveito de uma guerra civil, invadiu a capital de uma das facções em luta, depôs o presidente nicaraguense e, em 1856, fez-se ele próprio

governante do país, chegando a implantar a escravidão e o inglês como língua oficial. Embora forçado a sair logo no ano seguinte, o episódio mostrou não apenas a audácia de alguns americanos em relação aos jovens países latinos, mas também a fragilidade institucional que muitos destes apresentavam à época.

Fosse como fosse, a Nicarágua tinha um grande valor estratégico como uma das alternativas para a construção de um canal que ligasse o Atlântico ao Pacífico — e que acabaria sendo construído no vizinho Panamá. Mesmo depois que isso aconteceu, no entanto, os EUA continuaram preocupados em evitar interferências extracontinentais na região e por isso mantinham um olhar atento sobre o país. Quando o presidente José Augusto Zelaya renunciou em 1910, depois de uma revolta apoiada pelos americanos, o país vivia um caos, com a desordem interna somada a um tesouro vazio e — o que era mais preocupante do ponto de vista da Doutrina Monroe — credores europeus exigindo seus pagamentos.

Em outubro do mesmo ano, o Departamento de Estado nomeou Thomas Dawson, que já havia tido atuação semelhante na República Dominicana, como um agente especial para a Nicarágua com “instruções para reabilitar as finanças da nação e ‘para negociar um empréstimo garantido por uma porcentagem das rendas alfandegárias a serem coletadas conforme um acordo entre os dois governos’” (SMITH, 1996, p. 58). O empréstimo foi levantado junto a uma firma privada americana e Dawson fez um acordo com os opositores de Zelaya, a bordo de um navio de guerra americano. Pelo chamado Pacto Dawson,

Os Estados Unidos reconheceriam o (...) novo governo conservador com uma série de condições: uma assembleia constituinte iria eleger Juan José Estrada como presidente e Adolfo Díaz como vice-presidente; uma comissão mista EUA-Nicarágua iria arbitrar as questões financeiras mais importantes; e um empréstimo seria garantido pela administração alfandegária de maneiras ‘satisfatórias para ambos os governos (SMITH, 1996, p. 58).

O Pacto Dawson gerou uma grande controvérsia no país, a ponto de a assembleia constituinte proibir expressamente arranjos como o da intervenção americana no controle alfandegário. Porém, isso não seria um obstáculo para Washington, que pressionou o presidente Estrada pela dissolução do parlamento e a convocação de novas eleições. Protestos forçaram Estrada a renunciar em favor de seu vice, que, para não ser apeado também do poder, contou com a ajuda de um vaso de guerra americano.

Em junho de 1911, um novo acordo entre os dois países destinou US\$15 milhões em empréstimos para a Nicarágua, reafirmando o controle americano da alfândega. Pelo arranjo feito, 51% das rendas alfandegárias iriam para a firma que levantou o primeiro empréstimo, como pagamento da dívida, e o restante iria, como praxe, para o próprio governo nicaraguense. Em dezembro, um coronel chegou ao país para assumir a alfândega, apesar da proibição constitucional, e, meses depois, os banqueiros americanos assumiram todas as dívidas da Nicarágua com um grupo britânico. Em troca, eles reivindicaram o direito de recorrer aos EUA para a proteção contra a violação das cláusulas do acordo e para o auxílio que fosse necessário para a sua implementação. Em suma, esperava-se que, em caso de necessidade, o governo americano atuasse a favor dos interesses financeiros privados de seus cidadãos em território estrangeiro — o que de fato era a postura padrão na grande maioria das intervenções na América Latina.

Em julho de 1912, uma insurreição liberal levou os EUA a exercerem esse poder. O que até aqui era uma intervenção da “diplomacia do dólar” propriamente dita, com uso mínimo da força, tornou-se uma intervenção militar completa. Os fuzileiros navais (*marines*) americanos não apenas esmagaram a rebelião como também supervisionaram a realização de eleições, vencidas por ninguém menos que o presidente pró-americano Adolfo Díaz. Mas nem por isso deram a missão como concluída: os fuzileiros seriam uma presença praticamente constante no país até 1933.

Enquanto isso, entre interesses privados e governamentais, os EUA obtinham maiores vantagens da Nicarágua. Em 1916, o Tratado Bryan-Chamorro concedeu aos americanos, em troca de um empréstimo para saldar dívidas, o direito exclusivo à construção de um novo canal similar ao do Panamá em território nicaraguense, uma permissão de 99 anos para o uso de duas ilhas e uma base naval no Golfo de Fonseca e, finalmente, a opção de renovação desse período no caso da base naval. Ao mesmo tempo que os EUA garantiam que não haveria interferência estrangeira numa área de grande valor estratégico, conforme a Doutrina Monroe, também garantiram o controle sobre as finanças do país por meio da formação, dois anos depois, de uma alta comissão mista formada por *dois* americanos e somente *um* nicaraguense. “Com efeito, os Estados Unidos criaram um protetorado na Nicarágua” (SMITH, 1996, p. 59).



Sandino, o herói nacionalista da Nicarágua

A presença militar americana não significou o fim dos conflitos internos da Nicarágua. Na verdade, acabou por excitá-los. Em 1927, o general de convicções liberais Augusto César Sandino liderou uma guerrilha contra o regime conservador apoiado pelos EUA, que acabou se tornando uma luta contra as próprias forças de intervenção americanas. Alegando contar com um exército de 3.000 homens recrutados, sobretudo entre os camponeses (embora as estimativas oficiais fossem de 300), Sandino conseguiu causar prejuízos suficientes para levar os americanos a formar uma nova instituição na Nicarágua, a Guarda Nacional nicaraguense, supostamente neutra nos conflitos entre liberais e conservadores, e que viria a se tornar uma das mais poderosas forças políticas do país. Sandino, que havia prometido parar de lutar

depois que os americanos partissem, cumpre com a palavra em 1933 e abre negociações com o governo. Tendo insistido na dissolução da Guarda Nacional, no entanto, por conta dos laços desta com Washington, acabou assassinado por ela em 1934. O mandante do crime, Anastasio Somoza García, acabaria se tornando presidente da Nicarágua em 1936, originando a longa ditadura familiar que duraria até a Revolução Sandinista de 1979.



Figura 10.3: Augusto César Sandino (ao centro).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Augusto_Sandino_\(centre\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Augusto_Sandino_(centre).jpg)

Quer saber mais? Há uma grande quantidade de informação a respeito de Sandino e das relações entre os EUA e a Nicarágua na internet. Um bom ponto de partida (em inglês) é <http://www.sandinorebellion.com>.

O caso do Haiti (1915-1934)

O Haiti se tornou alvo da intervenção americana já no governo de Woodrow Wilson (1913-1921), época em que a política externa

americana afirma ter como objetivo maior “tornar o mundo seguro para a democracia”. Se isso era verdade no que dizia respeito aos planos de Wilson para a reorganização do mundo depois do desastre da Primeira Guerra Mundial, veremos como a postura dos EUA frente à América Latina ainda constituía uma contradição a esse ideal.

○ quadro haitiano era catastrófico:

Com as plantações destruídas há muito tempo, o café selvagem era a única cultura de exportação. O governo não tinha dinheiro e pegava emprestado de qualquer um que estivesse disposto a isso. Entre 1908 e 1915, houve sete presidentes e cerca de vinte levantes e insurreições. Quando o presidente Vilbrun Guillaume Sam teve cada um dos membros arrancado por uma multidão em Porto Príncipe em meados de 1915, os fuzileiros navais dos EUA chegaram (SMITH, 1996, p. 60).

A intervenção se devia a três razões: garantir o pagamento das dívidas do governo haitiano, que envolviam o National City Bank, de Nova York; diminuir ou evitar a influência europeia, em primeiro lugar a francesa, devido aos débitos haitianos com a antiga metrópole, e depois a alemã, por conta do temor de que esse país instalasse uma base militar no Haiti; e, finalmente, reforçar a proteção ao Canal do Panamá, interesse estratégico dos EUA.

A metodologia da intervenção militar foi típica. O navio USS *Washington* ancorou em Porto Príncipe, supervisionou eleições (o que era tido como sinal claro e *suficiente* de que o regime era democrático) e garantiu a vitória do candidato mais conveniente aos interesses americanos, Philip Sudre Dartiguenave. Pouco tempo depois, negociou-se um novo tratado entre os dois países, garantindo aos EUA o controle da alfândega, a indicação de um conselheiro americano para as finanças haitianas, o controle de obras públicas e de saneamento e, finalmente, uma força policial (a *Garde d’Haiti*) formada por nativos, mas comandada por oficiais americanos. Além disso, o Haiti se

comprometia a não vender ou ceder território “a qualquer governo ou potência estrangeira, nem entrar em qualquer tratado ou contrato com qualquer potência ou potências estrangeiras que prejudiquem ou tendam a prejudicar a independência do Haiti”, em cujo caso os EUA enviariam um “auxílio eficiente para a preservação da independência haitiana e a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual” (SMITH, 1996, p. 60-61). Com a validade inicial de dez anos, o tratado foi estendido até 1936.

Na prática, o que se instituiu foi um governo militar indireto exercido pelos americanos por meio da Garde d’Haiti. Esta, sempre comandada por oficiais dos EUA, dissolveu a assembleia nacional haitiana em 1916, convocou novas eleições e, quando a nova assembleia eleita recusou-se a ratificar uma constituição patrocinada pelos americanos, foi também dissolvida. A fim de fazer aprovar o texto, organizou-se um plebiscito manipulado, desta vez bem-sucedido. Entre as mudanças implementadas pela nova constituição — rascunhada pelo então Secretário Assistente da Marinha, o futuro presidente Franklin Roosevelt — estava a legalização da propriedade de terras por estrangeiros e a remoção de barreiras à entrada do capital estrangeiro (CIVAN, 2008, p. 72). Ao fim, embora formalmente os haitianos tivessem seu próprio presidente, o domínio americano era tão extenso que levou um observador, o futuro senador de Illinois, Paul Douglas, a comentar:

Os poderes americanos sobre o Haiti são na verdade quase completos. A aprovação americana é necessária para a promulgação das leis, as rendas do país são coletadas sob a supervisão dos americanos, e o orçamento é feito pelo conselheiro financeiro americano. [Este] examina todos os recibos e retém os pagamentos que ele crê não estarem de acordo com os princípios do orçamento ou com uma administração eficiente. O controle sobre a força policial está em mãos americanas, como também estão as Obras Públicas e de Saúde, e a Agricultura. Somente a Justiça e a Educação estão fora do controle americano (SMITH, 1996, p. 61).

Segundo Smith, a presença dos fuzileiros não promoveu grande progresso para os haitianos. Afinal de contas, a prioridade da ocupação era o pagamento de dívidas, e questões como obras de infraestrutura podiam ficar em segundo plano. Embora tenha havido melhorias concretas, ela ficaram concentradas na capital, Porto Príncipe, e de modo geral se mostraram temporárias (CIVAN; VILSAINT; MÉTELLUS, 1995, p. 10). Em compensação, enquanto estiveram no país, os americanos implantaram leis de segregação racial ao estilo *Jim Crow* que predominava na sua própria região sul e, além disso, reinstituíram a detestada lei de “corveia”, que permitia o alistamento forçado de camponeses para a construção de estradas. “Os Estados Unidos deixaram de treinar um serviço civil, melhorar a agricultura ou mudar a cultura política”, na prática fazendo com que o país, embora mais aberto à sua penetração econômica e “protegido” da influência de potências europeias, continuasse o foco de instabilidade, autoritarismo e pobreza que já vinha sendo antes de 1915 (SMITH, 1996, p. 61). O legado mais permanente da ocupação, terminada do ponto de vista militar em 1934, mas, do ponto de vista do controle financeiro, somente em 1941, foi um considerável sentimento antiamericano e a Garde d’Haiti, que se tornou um fator determinante na política haitiana nas décadas subsequentes, marcada sobretudo pelo autoritarismo.



Figura 10.4: Ilustração da época mostrando fuzileiros americanos em luta contra rebeldes haitianos em 1915. O do meio é o futuro major-general Smedley D. Butler.
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:CaptureofRiviere.jpg>



Atende aos Objetivos 2 e 3

1. Observe as fontes a seguir:

Eu passei 33 anos... sendo um capanga para o Grande Negócio [*Big Business*], para Wall Street e os banqueiros. Em resumo, eu era um extorsionário para o capitalismo... Eu ajudei a purificar a Nicarágua para casa bancária internacional dos Irmãos Brown em 1909-1912. Eu ajudei a tornar o México, e especialmente Tampico, seguro para os interesses americanos do petróleo em 1916. Eu ajudei a fazer do Haiti e de Cuba lugares decentes para os garotos do [Banco] National City poderem coletar rendas. Eu colaborei no estupro de meia dúzia de repúblicas centro-americanas em benefício de Wall Street. (Major-General Smedley D. Butler, em discurso de 1933 citado em SMITH, 1996, p. 63.)

Tabela 10.1: Investimentos norte-americanos na América Latina (em milhões de dólares)

	Caribe	México e América Central	América do Sul	Total
1897	4,5	221,4	37,9	304,3
1908	220,2	713	129,7	1062,9
1914	329	943,7	365,7	1641,4

Fonte: Adaptado de United Nations, Economic Commission for Latin America. External financing in Latin America. New York: United Nations, 1965, p. 14. Apud: SKIDMORE & SMITH, 2005, p. 404.)

Tabela 10.2: Intervenções militares americanas na bacia do Caribe, 1898-1934

País	Intervenções
Costa Rica	1921
Cuba	1898-1902, 1906-1909, 1912, 1917-1922
República Dominicana	1903, 1904, 1914, 1916-1924
Guatemala	1920
Haiti	1915-1934
Honduras	1903, 1907, 1911, 1912, 1919, 1924, 1925
México	1913, 1914, 1916-1917, 1918-1919
Nicarágua	1898, 1899, 1909-1910, 1912-1925, 1926-1933
Panamá	1903-1914, 1921, 1925

Fonte: Adaptado de Smith, 1996, p. 53.

Que relação se pode estabelecer entre o aumento dos investimentos americanos em diversos países da América Latina e as intervenções militares promovidas pelos EUA nessa região?

Resposta Comentada

As intervenções militares norte-americanas na região atendiam a interesses estratégicos, políticos e também econômicos. Ao ignorarem a soberania desses Estados e, por diferentes meios, imporem leis e governantes dóceis, os EUA asseguravam um ambiente favorável não apenas às suas políticas oficiais, mas também a interesses privados que, como ficou claro na “diplomacia do dólar”, também estavam intrinsecamente envolvidos nestas. Pode-se dizer, em resumo, que o imperialismo americano, como também sua contraparte europeia, andava de mãos dadas

com o capitalismo americano, beneficiário direto de investimentos e mercados adquiridos, bem como da concessão de empréstimos. Assim, ao mesmo tempo que excluía a ação europeia no hemisfério ocidental, os EUA colhiam os benefícios do papel de potência hegemônica na região.

Mudando a tática: a política de Boa Vizinhança

Após mais de três décadas de intervenções militares, no início dos anos 1930, já era óbvio que esse método não havia sido tão produtivo quanto se esperava. Até onde isso importava, nenhuma democracia havia nascido das ações americanas, e a estabilidade política, quando obtida, era ao custo de regimes ditatoriais que em nada contribuíam para angariar a simpatia local para os americanos. “Hoje nós somos odiados e desprezados e corremos o perigo do massacre assim que os fuzileiros se retirarem”, comentou um plantador de café americano na Nicarágua. “Esse sentimento foi criado ao se empregar os fuzileiros americanos para caçar e matar nicaraguenses em seu próprio território. Isto foi um erro fatal” (SMITH, 1996, p. 68). Além disso, nesse período, as potências europeias estavam reduzindo sua influência na região, não havendo mais a necessidade de uma reafirmação armada da Doutrina Monroe. E, finalmente, havia a questão muito prática de que a Grande Depressão havia debilitado os próprios Estados Unidos, tornando a política intervencionista menos atraente e mais custosa aos olhos dos tomadores de decisão. Uma nova abordagem se fazia necessária.

Assim, em 1933, o recém-eleito Franklin D. Roosevelt disse que:

No campo da política mundial, dedicarei esta nação à política do bom vizinho — o vizinho que decididamente respeita a si mesmo e, porque o faz, respeita o direito de outros — o

vizinho que respeita suas obrigações e respeita a santidade
de seus compromissos dentro e com um mundo de vizinhos
(PECEQUILO, 2005, p. 115).

Depois de um longo período de unilateralismo e uso da força (para não falar dos sonhos de "destino manifesto" e conquista do século XIX), os EUA agora se comprometiam a finalmente ver seus vizinhos como iguais, como nações igualmente dotadas de soberania. Isso se resumia em dois grandes princípios: o da *não intervenção*, isto é, a renúncia ao uso da força, e o da *não interferência*, a renúncia ao envolvimento nos assuntos internos de outros países. Ambos objetivavam redefinir as relações interamericanas em torno da "acomodação política e a reciprocidade no campo econômico, aumentando o intercâmbio comercial e financeiro" (PECEQUILO, 2005, p. 115).

Essa guinada não era gratuita. Ao longo dos anos 30, os EUA foram mudando as prioridades de sua política externa em favor do hemisfério ocidental. A Depressão causara uma grande queda no volume do comércio internacional, prejudicando os laços comerciais que muitos países latino-americanos (dependentes de produtos primários) mantinham com a Europa. Para os americanos, também vitimados pela crise, essa era a chance de tomar o lugar dos europeus como parceiros preferenciais dos seus vizinhos do Sul, e também garantir vantagens no acesso aos produtos latinos, basicamente gêneros alimentícios que não concorriam com os dos Estados Unidos e matérias-primas necessárias à sua indústria. Dessa forma, a América Latina se torna o alvo prioritário da política dos EUA, em lugar de uma Europa que, com a ascensão de ideologias autoritárias e a possibilidade crescente de uma nova guerra, apresentava um cenário cada vez menos seguro (PECEQUILO, 2005, p. 114).

Do ponto de vista dos países latino-americanos, tal mudança não foi vista sem alguma desconfiança. Afinal, o histórico estadunidense nesse aspecto, a despeito de toda a retórica sobre

democracia e liberdade, não era dos melhores, e o controle sobre as alfândegas de alguns países, como vimos, ainda duraria algum tempo. Além disso, é preciso ter em mente que, para os EUA, a Boa Vizinhança não representava uma mudança nos seus objetivos maiores: garantir a sua hegemonia no hemisfério ocidental e evitar, como sempre e em função disso, maiores aproximações entre a América Latina e outras potências. Os preceitos da Doutrina Monroe seguiam intactos — os meios para implementá-los é que mudaram. Agora se partia do princípio de que, garantindo-se a cooperação econômica, a cooperação política seria uma consequência natural, sem a necessidade de uma imposição militar (SMITH, 1996, p. 74). É nesse contexto, por exemplo, que o governo Roosevelt se dá ao luxo de revogar a Emenda Platt, imposta à constituição de Cuba para legalizar futuras intervenções americanas (Aula 1) — agora, ela parecia uma relíquia de uma outra era.

Porém, nem tudo eram flores. O histórico dos EUA inspirava desconfianças e, por sua vez, os países latino-americanos não foram um objeto passivo da política americana. O Brasil, por exemplo, durante muito tempo oscilou entre a aproximação com os americanos e com os alemães, usando seu valor estratégico para arrancar concessões de uns e de outros. Já o México, sob o governo de Lázaro Cárdenas, nacionalizou as companhias petrolíferas estrangeiras do país em 1938, causando indignação em Washington. Em resposta, o Departamento do Tesouro suspendeu temporariamente as importações de prata, um dos principais produtos mexicanos, e, mais tarde, o governo americano endossou e *aderiu* a um boicote ao petróleo mexicano lançado pelas companhias petrolíferas prejudicadas (pondo em questão a adesão dos EUA à não interferência). A medida acabou empurrando o México para um acordo com os países do Eixo. Só quando a Segunda Guerra começou e a França caiu, em 1940, é que os americanos, cientes da importância do acesso ao petróleo mexicano caso entrassem na guerra, aceitaram os termos mexicanos para uma negociação. Em 1942, uma indenização foi acertada entre os dois países.



Figura 10.5: “Bons vizinhos”: Getúlio Vargas encontra Franklin Roosevelt.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vargas_e_Roosevelt.jpg

De fato, a Política da Boa Vizinhança chegou ao ápice impulsionada justamente pela eclosão dos conflitos na Europa e daí para o mundo. Com o comércio mundial prejudicado mais uma vez, EUA e América Latina desenvolveram um nível de colaboração econômica e proximidade política até então inédito. Aos acordos comerciais juntaram-se empréstimos facilitados, alguma transferência de tecnologia, bem como concessões mútuas que dificilmente seriam imaginadas em outras circunstâncias (como o caso mexicano ilustrou).

A Boa Vizinhança na cultura

Não foi só de tratados e acordos econômicos que a Política da Boa Vizinhança foi feita. Um aspecto importante e muito lembrado foi a intensificação do intercâmbio cultural entre os norte e os latino-americanos. Esse processo foi justificado ideologicamente, com base na ideia de uma “união mítica do Novo Mundo e suas diferenças em relação ao Velho Mundo”. Essa ênfase na união de todos os povos americanos, na especificidade de suas culturas e valores, esteve presente no esforço do governo Roosevelt de fomentar a simpatia e um maior entendimento mútuo entre o seu país e a América Latina. E para isso ele dispunha de uma ferramenta extremamente poderosa: Hollywood.

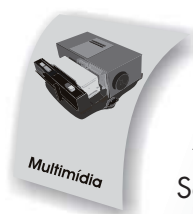
Sob os auspícios do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, mais conhecido como Birô Interamericano, chefiado por Nelson Rockefeller, revistas, filmes, artigos de jornal, programas de rádio e todo tipo de meio de comunicação foi utilizado para combater a propaganda fascista, por um lado, e promover os valores da Boa Vizinhaça nos países do continente (SMITH, 1996, p. 82-4). Artistas latinos passaram a frequentar as telas americanas, concertos e traduções literárias foram financiados. O Birô interferia até em roteiros de produções hollywoodianas, a fim de evitar, por exemplo, que as histórias desagradassem de alguma forma o público latino. Muito pelo contrário, Hollywood demonstrou um considerável interesse pelos trópicos, levando para as telas versões — nem sempre exatas ou mesmo verossímeis, é verdade — de cidades como Buenos Aires ou Rio de Janeiro. Mas talvez nenhuma produção retrate tão bem o que o Birô pretendia inculcar nas populações do continente quanto o clássico *Alô, amigos*, filme dos Estúdios Disney lançado em 1943. Nela, alguns dos principais personagens do estúdio viajam por vários países da América do Sul, observando a natureza, os costumes, as danças, as vestimentas, os tipos humanos — tudo de forma simpática e até com didatismo, misturando desenho animado e imagens de pessoas reais. Não por acaso, o filme marca a primeira aparição do personagem Zé Carioca, a encarnação da Disney para o malandro carioca.



Figura 10.6: O cartaz de *Alô, amigos* (1943).

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Saludosposter.jpg)
File:Saludosposter.jpg

É nesse contexto que se dá a ascensão daquela que é provavelmente a artista brasileira mais conhecida de todos os tempos, Maria do Carmo Miranda da Cunha, ou, simplesmente, Carmen Miranda. Cantora e dançarina que se apresentava no Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, Carmen participou de alguns filmes e, em 1939, foi convidada para filmar nos EUA. Não poderia ter dado mais certo: ao fim de alguns anos, além de ter sua personagem da baiana quase universalmente reconhecida, tornou-se a atriz mais bem paga de Hollywood, mantendo-se com grande prestígio até sua morte, em 1955.

**Assista a Carmen Miranda**

A internet é repleta de material sobre Carmen. Se você gostaria de conhecê-la melhor, pode procurar entre a profusão de vídeos disponíveis no YouTube. Um deles, bem característico, é este: http://www.youtube.com/watch?v=Z0p2-R3b_Ko. Para referências mais amplas, existe também o Museu Carmen Miranda: http://carmen.miranda.nom.br/gal_museu.htm.

CONCLUSÃO

Foi no século XX que a América Latina e os Estados Unidos desenvolveram relações mais intensas. Elas, porém, foram sempre marcadas pelo desnível de poder entre uma potência rica, politicamente estável e em ascensão, de um lado, e países ainda sujeitos a todo tipo de instabilidade, de outro. Se esse tipo de desequilíbrio foi o cenário de fundo, nem por isso foi o único fator envolvido. Mesmo na época do imperialismo mais aberto, frequentemente os americanos garantiam seus interesses recorrendo a aliados entre as elites dos países que sofriam suas intervenções, com maior ou menor sucesso. E, como prova a Política da Boa Vizinhança, os governos latino-americanos também souberam explorar as necessidades do vizinho mais poderoso em prol de seus próprios interesses. Ao contrário das narrativas que reduziam as relações interamericanas à exploração unilateral de países passivos e vitimados por um “Tio Sam” que fazia o que queria, o que havia era uma relação complexa e, por vezes, problemática mesmo para os Estados Unidos — econômica e militarmente mais fortes, porém longe de serem onipotentes ou sempre bem-sucedidos.

Apesar de todas essas peripécias, as relações entre os EUA e seus vizinhos ainda não tinham chegado ao ápice de suas complicações. Estas ainda estavam por vir, à medida que o papel dos norte-americanos no mundo ia se tornando proporcionalmente mais intenso e complexo, a partir do período da Guerra Fria, que veremos na próxima aula.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2.

Não é verdade que os Estados Unidos sintam fome de terra ou acalentem projetos em relação às outras nações do hemisfério ocidental, salvante os que visam ao bem-estar delas. Este país não deseja senão ver os vizinhos estáveis, ordenados e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduz bem pode contar com nossa cordial amizade. Se uma nação mostra que sabe agir com [razoável] eficiência e decência em assuntos sociais e políticos, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Malfeitorias crônicas, ou a impotência que resulta num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada podem, na América como alhures, exigir finalmente a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçá-los, ainda que com relutância, em casos flagrantes de malfeitorias ou impotência, ao exercício de um poder de polícia internacional. (...) Nossos interesses e os dos nossos vizinhos do Sul, na verdade, são idênticos. Eles possuem grandes riquezas naturais e, se dentro das suas fronteiras prevalece o reino da lei e da justiça, por certo serão prósperos. Enquanto assim obedecerem às leis fundamentais da sociedade civilizada, poderão descansar [certos] de que serão tratados por nós com um espírito de cordial e prestimosa simpatia. Só interferiríamos em sua existência em último recurso e, assim mesmo, se se

tornasse evidente que sua incapacidade ou relutância em fazer justiça interna e externamente viola os direitos dos Estados Unidos ou representa um convite à agressão estrangeira em detrimento de todo o corpo de nações americanas. É um truísmo dizer-se que toda nação, na América ou em qualquer outro lugar, que deseja manter sua liberdade (...) precisa finalmente compreender que o direito à independência não se separa da responsabilidade de fazer bom uso dela. (ROOSEVELT apud SYRETT, 1980, p. 252-3).

Identifique que diferenças são apresentadas entre a visão exposta nesse discurso do presidente Theodore Roosevelt e aquela da Política da Boa Vizinhança do presidente Franklin Roosevelt.

Resposta Comentada

O discurso da Política da Boa Vizinhança tem como ênfase a ideia de igualdade entre os EUA e seus vizinhos, vistos como tendo igual direito à soberania. O discurso de 1904, que enuncia o Corolário Roosevelt, considera a América Latina de uma posição de superioridade, pois os EUA se julgam no direito de arbitrar se há ou não necessidade de intervenção, enquanto na Boa Vizinhança se presume que a intervenção simplesmente não é uma opção viável. Em 1904, diz-se que os países do continente precisam manter a “ordem”, honrar suas “obrigações”, comportarem-se com “decência” — o que, presume-se, será avaliado por um país que já cumpre todos esses requisitos, os próprios EUA. Além disso, no Corolário fica explícita a preocupação com o que pode representar “um convite à agressão estrangeira” (leia-se: das potências europeias). Na Boa Vizinhança, o princípio da não interferência determina que todos os países têm a liberdade de agir como lhes convém, e as divergências que surgirem serão resolvidas por negociação (vide o caso mexicano). A preocupação com

forças extra-hemisféricas, por sua vez, existe, mas é mais discreta, disfarçada sob um discurso de união entre os povos irmãos do Novo Mundo.

RESUMO

Nesta aula, vimos com um pouco mais de detalhe como os EUA exerceram uma política imperialista na América Latina, particularmente na América Central e no Caribe. Vimos também como a política original do *big stick* de Theodore Roosevelt evoluiu sob os governos de Taft e Wilson para incluir uma aliança com o capital financeiro privado, e conhecemos algumas das reações intelectuais e armadas ao intervencionismo norte-americano. Finalmente, acompanhamos a guinada tática representada pela Política da Boa Vizinhança, que, sem abrir mão da hegemonia dos EUA, mudou a abordagem de sua política externa para o hemisfério ocidental.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 11, trataremos das relações entre os EUA e a América Latina no período entre 1945 e 2000, incluindo comentários sobre a Guerra Fria e as propostas de união alfandegária feitas nos anos 1990.

Aula 11

Relações interamericanas: os EUA e a América Latina, 1945-2000

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar um panorama das relações entre os EUA e seus vizinhos latino-americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a virada do século.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes fases das relações entre os EUA e os demais países ao sul desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a virada do século;
2. reconhecer as premissas que determinaram a postura adotada pelos norte-americanos em sua política externa para a América Latina.

Pré-requisitos

Algumas passagens desta aula farão mais sentido se você já tem noções a respeito da Guerra Fria, abordada principalmente nas Aulas 6 e 7; também se pressupõe que você já leu a aula anterior, que trata do período entre 1900 e 1945.

INTRODUÇÃO

Na aula passada, conhecemos com detalhes a fase mais intensa do imperialismo dos EUA na América Latina, marcada por intervenções militares, e também a guinada representada pela Política da Boa Vizinhança adotada pelo governo de Franklin Roosevelt. Em um período de pouco mais de três décadas, os EUA trocaram o uso da força e/ou da coerção econômica para uma postura de abertura ao diálogo e à cooperação, reforçada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Porém, uma vez terminado o conflito, a mudança no contexto mundial afetou também as relações entre a América Latina e a ex-potência regional, agora promovida a superpotência. Veremos como isso se deu.

A América Latina sai da pauta

Como vimos, no período da Política da Boa Vizinhança, a América Latina ganhou o *status* de prioridade na política externa americana. Com o país enfraquecido pela Depressão e as dificuldades adicionais geradas pela guerra, o hemisfério ocidental tornou-se ao mesmo tempo a principal fonte de matérias-primas e também um grande mercado externo para os produtos dos Estados Unidos. Era preciso garantir a lealdade e a cooperação desses países, ainda mais com a perspectiva da concorrência das potências autoritárias da Europa — a Alemanha nazista, por exemplo, tentou várias vezes ganhar terreno como parceira comercial de países importantes da região, como o México e o Brasil. Com a Boa Vizinhança, os EUA não apenas asseguravam sua proeminência na região, como também mantinham-se fiéis à Doutrina Monroe ao prevenir uma maior interferência de uma potência extra-hemisférica.

Com o fim da Segunda Guerra, no entanto, o contexto mudou. Com a bipolaridade que deu início à Guerra Fria, a Europa e, logo depois, também a Ásia se tornaram os alvos da maior parte das atenções dos estrategistas norte-americanos. Diz-nos G. Pope Atkins:

A ideia de hemisfério ocidental, de um 'relacionamento especial' entre as Américas, perdeu muito de seu significado depois da Segunda Guerra Mundial. Com a aceitação de papéis internacionais mais amplos e da perseguição de relações íntimas com a Europa, os Estados Unidos abandonaram a ideia de duas esferas mundiais separadas e distintas. A ideia permaneceu, no entanto, na retórica dos Estados Unidos com relação à sua política latino-americana, mas na realidade nenhuma relação interamericana especial existiu seja no sentido de exclusividade ou prioridade (PECEQUILO, 2005, p. 217).

Por conta disso, as políticas de auxílio econômico que marcaram a Política da Boa Vizinhança foram sendo abandonadas. Embora a região fosse importantíssima para os norte-americanos, atraindo em 1950 mais que 1/3 dos investimentos externos dos EUA, não era mais objeto de sua *ajuda* oficial. Os ganhos do pós-guerra, de maneira geral, não duraram muito: embora os países latino-americanos tivessem acumulado cerca de US\$ 3,4 bilhões em créditos com a venda de matérias-primas para os EUA durante a guerra, esse capital se dilapidaria rapidamente quando os norte-americanos aumentassem os preços de bens de capital. "Com efeito, como escreveu o historiador Steven Rabe, 'a América Latina contraiu um empréstimo de US\$ 3 bilhões sem juros com os Estados Unidos e não pôde coletar o principal'" (SMITH, 1996, p. 147-8).

A grande esperança latino-americana era ser objeto de um novo "Plano Marshall", um pacote bilionário de ajuda econômica que impulsionasse suas economias. Entretanto, essa expectativa foi frustrada. O próprio secretário de Estado, George Marshall, diria aos delegados latino-americanos quando da fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948:

Está além da capacidade do próprio governo dos Estados Unidos financiar mais que uma pequena parte do vasto desenvolvimento necessário. O capital necessário ao longo dos anos deve vir de fontes privadas, tanto domésticas quanto

estrangeiras... Como a experiência dos Estados Unidos tem mostrado, o progresso pode ser melhor alcançado por meio do esforço individual e do uso de fontes privadas (SMITH, 1996, p. 148).

Assim, entre 1945 e 1952, enquanto a Europa se reconstruía com créditos norte-americanos, a América Latina inteira recebeu menos auxílio econômico do que os diminutos Bélgica e Luxemburgo. No período entre 1948 e 1958, o percentual latino-americano no total da pauta de ajuda econômica dos EUA foi insignificante: 2,4%. Nas palavras do diplomata Louis Halle, o motivo era simples: “Os Estados Unidos não mais precisam desesperadamente da América Latina” (SMITH, 1996, p. 148).

Isso não significa que não tenha havido tentativas de obter concessões por parte da nova superpotência. Foi assim que, em janeiro de 1956, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek tentou convencer o seu colega americano, Dwight Eisenhower, de que a melhor maneira de combater o “totalitarismo de esquerda” era o combate à pobreza. Dois anos depois, Kubitschek propôs um programa de desenvolvimento com a duração de 21 anos, pelo qual os EUA entrariam com 40 bilhões de dólares em ajuda econômica aos países latino-americanos — a *Operação Pan-Americana* (OPA). A ideia não foi à frente sob Eisenhower, mas, como veremos, seria retomada pouco depois, durante o governo Kennedy.

Deve-se enfatizar, no entanto, um fator importante explicitado no argumento de Kubitschek: a grande preocupação dos EUA nesse momento é com a *segurança*, tanto própria quanto de suas áreas de influência. Assim, entende-se a assinatura do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR, ou Pacto do Rio), de 1947, um pacto de segurança coletiva que “estabelece o compromisso entre todas as nações do hemisfério de se unirem para repudiar ataques a membros da aliança” (PECEQUILO, 2005, p. 218). Anterior mesmo à Otan, o TIAR foi “a primeira aliança que quebra a ‘regra de conduta’ de Washington” de não envolver os EUA em alianças permanentes com outras nações. A contraparte política disso viria com a OEA,

Contenção

estratégia formulada pelo diplomata George Kennan e explicitada por ele num famoso artigo para a revista *Foreign Affairs* em 1947. Em síntese, Kennan defendia que o melhor caminho a seguir na Guerra Fria era uma contenção firme e de longo prazo da expansão soviética. O motivo era que, dada a baixa capacidade de inovação do totalitarismo comunista e a necessidade desse regime de usar a hostilidade capitalista para justificar sua própria existência, a URSS acabaria por entrar em declínio, se fosse impedida de expandir seu domínio sobre outros países. A contenção previa inicialmente sanções diplomáticas e econômicas, que serviriam como uma contrapressão às iniciativas soviéticas, e passou a se basear mais e mais na intimidação militar somente a partir de 1950.

nascida em 1948, “que busca reforçar essa solidariedade também no campo da cooperação política, propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério” (PECEQUILLO, *ibidem*).

A formalização do Pacto do Rio e a formação da OEA foram tomadas pelos países latino-americanos como uma oportunidade para garantir a bem-vinda quebra de paradigma representada pela Política da Boa Vizinhança. Assim, na reunião fundadora da OEA, os delegados da América Latina conseguiram aprovar a seguinte passagem nas normas da organização: “Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, por qualquer razão, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro Estado.” Isso valia para intervenções armadas ou de qualquer outra natureza (SMITH, 1996, p. 124).

Em muito pouco tempo, essa preocupação geral com a segurança hemisférica começou a focar o desafio específico da Guerra Fria: acima de tudo, importava evitar a expansão da União Soviética — base da estratégia de **contenção** adotada por Washington. É esse o contexto e a base da argumentação do presidente brasileiro — jogar com essa preocupação norte-americana, sem o que dificilmente se poderia esperar alguma coisa dos EUA. Mas, como podemos deduzir pelo desinteresse pela região nos primeiros anos do pós-guerra, inicialmente os americanos não consideravam a América Latina uma área de risco. Ainda que houvesse um certo grau de presença comunista, grande parte dos países latino-americanos vivia uma fase democrática nesse período, aparentemente sem maiores inclinações para o modelo soviético. Tanto era assim que os EUA se deram mesmo ao luxo de se opor à formação de um acordo interamericano anticomunismo, quando da fundação da OEA em 1948. Para eles, o medo era de que esse tipo de pacto anticomunista legitimasse uma onda de repressão política generalizada que acabasse por *incentivar* simpatias pelo comunismo.

Mas, na década de 1950, essa posição liberal iria mudar radicalmente. Veremos agora o porquê.

O retorno do intervencionismo

Você se lembra da Doutrina Truman? Ela dizia, em essência, que os EUA se comprometiam a ajudar qualquer país que fosse objeto da ameaça de “minorias armadas” e “pressões externas” que comprometessem sua liberdade, ou seja, forças comunistas *internas* e *externas*. Isso implicava que os americanos interfeririam não somente no caso de pressões soviéticas claras sobre um determinado país, mas também em seus conflitos internos, caso pudessem levar ao comunismo. A partir daí, à medida que a Guerra Fria foi se desenvolvendo, a visão oficial americana sobre o inimigo comunista foi se desdobrando em outras premissas, das quais destacaremos algumas.

A primeira é a visão do comunismo como um movimento *coerente, monolítico* e de alcance mundial chefiado pela URSS — sem possibilidades visíveis de divisões e conflitos internos. Outra, mais de caráter tácito, é a de que seria impossível que a população de um país escolhesse deliberadamente o regime comunista; quando este chegava ao poder era *sempre* por vias clandestinas, subversivas, portanto *ilegítimas*. Outra era a *teoria do dominó* (vista na Aula 7), segundo a qual o domínio de um país pelos comunistas automaticamente “contaminaria” seus vizinhos. E ainda a visão do que pode ser chamado de *jogo de soma zero*, no qual a Guerra Fria significava uma situação dicotômica: qualquer ganho obtido por uma das superpotências implicava uma perda para a outra. Desta forma, por exemplo, se qualquer país dentro da área de influência dos EUA se alinhasse com a URSS, isso representaria não somente uma ameaça à posição americana perante os soviéticos como, pior ainda, uma ameaça *contagiosa*. Isso valia para qualquer área do chamado “mundo livre”, desde o Vietnã no Sudeste Asiático até, e principalmente, as Américas (SMITH, 1996, p. 121).

Desta forma, a Guerra Fria se diferenciava da tradicional política de equilíbrio de poder e esferas de influência das antigas potências europeias, pois envolvia não anexações territoriais ou

a mera conquista de privilégios comerciais, mas uma disputa de alcance mundial com fortes tons *ideológicos*. “Era uma competição geopolítica e ideológica que abrangia o mundo como um todo” (SMITH, 1996, p. 122). Cada superpotência julgava ser necessário assegurar a mais ampla esfera de influência possível, ainda que fosse preciso interferir diretamente nos assuntos internos de seus aliados, Estados teoricamente “soberanos”.

Mas, no caso dos EUA, a OEA e o Pacto do Rio aparentemente impediam ações unilaterais à moda do Corolário Roosevelt e da Diplomacia do Dólar. Que fazer? A saída foi dar uma interpretação peculiar aos acordos feitos, o que o historiador Peter H. Smith chamou de “acrobacia intelectual”. Assim, o secretário assistente de Estado, Edward Miller, explicou, em 1950, a posição oficial dos EUA sobre o assunto:

O fato é que a doutrina da não-intervenção [sob a Política da Boa Vizinhança] nunca proscreveu realmente a assunção, por parte da comunidade organizada, de uma preocupação legítima com quaisquer circunstâncias que ameaçassem o bem comum. Pelo contrário, ele tornou a possibilidade de tal ação um imperativo. Tal empreendimento coletivo, longe de representar uma intervenção, é a alternativa à intervenção. É o corolário da não-intervenção (SMITH, 1996).

Ao que o secretário acrescentou que o Pacto do Rio era “uma Doutrina Monroe da nossa comunidade interamericana”.

Em resumo, nessa leitura, o princípio da não intervenção *exigia* a intervenção, desde que em nome da segurança coletiva. Naturalmente, logo se estabeleceu que a “agressão política comunista” seria uma das justificativas para tal medida (SMITH, 1996, p. 126). A essa brecha para o velho hábito, acrescentou-se uma outra ideia, enunciada pelo teórico da contenção, George Kennan, para quem os EUA não deveriam “hesitar diante da repressão policial por parte do governo local. Isso não é vergonhoso, já que os comunistas são essencialmente traidores... *É melhor ter*

um regime forte no poder do que um liberal se este foi indulgente e relaxado e penetrado por Comunistas" (SMITH, *ibidem*, grifo nosso). Não se tratava mais de reprimir apenas os comunistas diretamente, pois a ameaça poderia vir até mesmo de não-comunistas suscetíveis à influência vermelha, tidos como "inocentes úteis". O anticomunismo, portanto, passava a ser uma postura obrigatória de todos os governos que quisessem contar com a boa vontade dos EUA. Não por acaso, com exceção da Argentina de Perón, os partidos comunistas latino-americanos foram todos banidos da legalidade entre fins da década de 1940 e início da de 1950. Mas, como vimos, até isso podia não ser suficiente; a "higienização" da América Latina poderia exigir medidas ainda mais drásticas.

O caso da Guatemala

O primeiro grande exemplo de como a Guerra Fria suplantou os princípios da Política da Boa Vizinhaça teve lugar na América Central, uma velha favorita para as incursões norte-americanas, em 1954. Ele também é revelador de como a lógica dos "inocentes úteis" tornava difícil a plena liberdade política entre os países mais fracos do continente.

O caso começou quando a Guatemala elegeu um militar reformista, o coronel Jacobo Arbenz Guzmán, em 1950. Arbenz proclamou que seu governo teria três grandes objetivos: fazer o país sair de uma situação econômica "semicolonial" para uma de independência; converter o país, de uma economia predominantemente "feudal", em um moderno Estado capitalista; fazer essas mudanças de forma a elevar o padrão de vida da população. Para isso, um ponto-chave era a reforma agrária, aprovada em lei em junho de 1952. Agora, o governo guatemalteco podia expropriar, mediante indenização, as partes não cultivadas das grandes propriedades. A compensação dos antigos proprietários seria feita em títulos de 25 anos com juros de 3%, e o valor das terras

seria calculado segundo o valor do seu imposto em meio de 1952. Dessa forma, em 18 meses, cerca de 100.000 famílias receberam 1,5 milhão de acres, que incluíam terras do próprio presidente Arbens. Mas havia um problema: um dos grandes proprietários de terras da Guatemala era uma empresa americana, a United Fruit Company (*La frutera*, como a chamavam), com 85% de suas propriedades mantidas “em reserva contra catástrofes naturais” (ou seja, sem uso). Diante da perspectiva de ter suas terras expropriadas, a UFCO, que sempre subvalorizara suas terras na hora de pagar impostos, não apenas exigiu indenizações bem maiores do que as que lhe foram oferecidas, mas organizou uma verdadeira campanha contra Arbenz em Washington. Como nos tempos da “diplomacia do dólar”, mais uma vez interesses privados e políticos se misturaram.

Graças ao *lobby* da UFCO e à cruzada anticomunista então em curso nos EUA, as autoridades americanas facilmente se convenceram de que o presidente da Guatemala era um indesejável radical de esquerda e, portanto, um risco à segurança do hemisfério ocidental. Espalhou-se até o temor de que o seu governo representasse uma potencial ameaça ao Canal do Panamá, ponto estratégico para os EUA. E, claro, havia a teoria do dominó: se a Guatemala caísse em mãos comunistas, fosse diretamente pelas mãos de Arbens ou por sua conivência com os vermelhos, o país contaminaria os seus vizinhos. Dessa forma, era preciso tomar providências — a saber, tirar Arbenz do governo.

O secretário de Estado, John Foster Dulles, primeiro tentou mobilizar a OEA, em conformidade com o princípio da segurança coletiva adotado no Pacto do Rio. Nas palavras do próprio Dulles, os Estados Unidos queriam estender “a Doutrina Monroe para incluir o conceito de proibir ideologias estrangeiras nas Repúblicas Americanas”. E, como o secretário assistente John Moors Cabot comentou, “qualquer um que [favoreça] os interesses do comunismo é na verdade parte de todo o programa subversivo do comunismo internacional” (SMITH, 1996, p. 136). A resolução proposta pelos EUA, de considerar “a dominação ou controle das instituições de

qualquer Estado americano por parte do movimento comunista internacional” uma ameaça à segurança coletiva de todo o continente, foi aprovada, por ampla maioria, mas com uma ressalva importante: qualquer ação a se tomar teria de passar por uma consulta à própria OEA. Noutras palavras, os EUA não poderiam agir por conta própria. Por isso, eles recorreram a uma operação secreta para desestabilizar e derrubar Arbenz.



Figura 11.1: Jacobo Arbenz, presidente da Guatemala (1951-1954)

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jacobo_Arbenz_Guzm%C3%A1n.jpg.

Batizada de “Operação Sucesso”, o ataque americano se deu em várias frentes. Um componente era a propaganda: fotos falsas eram divulgadas mostrando os cadáveres mutilados de supostos adversários políticos de Arbenz, filmes contra seu regime eram exibidos gratuitamente, panfletos alardeavam a infiltração comunista na Guatemala e montou-se uma rádio pirata que se sobreporia ao sinal da rádio nacional guatemalteca e espalharia notícias falsas. Enquanto isso, nos EUA, os barões do jornalismo americano, como Henry Luce (da revista *Time*) e Arthur Sulzberger, do *New York Times*, censuravam matérias sobre a conspiração americana no

país. O mais importante, porém, era uma força armada: financiado pela CIA e contando com a cumplicidade do ditador nicaraguense, Anastasio Somoza, um grupo de 150 homens foi posto sob o controle do militar guatemalteco Carlos Castillo Armas, que também contou com apoio aéreo. Por meio de notícias falsas que magnificavam o número dos agressores e o suborno de oficiais das Forças Armadas guatemaltecas e depois de pedir inutilmente o auxílio das Nações Unidas, Arbenz se convenceu de que a resistência seria inútil. Fez um discurso de renúncia acusando os EUA e a UFCO pelo que estava acontecendo e procurou asilo no México. A intervenção americana havia sido bem-sucedida.

Logo a Guatemala teve um novo governo, agora provisório, que reverteu a reforma agrária de Arbenz e reprimiu os sindicatos, que tiveram uma perda de 73% em seus membros. O país aprovou leis duríssimas contra o comunismo, com pena de morte para atividades classificadas como “sabotagem”, que incluía atividades sindicais. Também houve uma forte censura, a ponto mesmo de censurar (e queimar os exemplares de) uma obra literária clássica como *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. Poucos meses após o golpe, Castillo Armas tornou-se o presidente, instaurando um regime notoriamente corrupto e subserviente aos interesses da UFCO.

Reações

A intervenção na Guatemala não passou despercebida. De protestos diplomáticos a manifestações populares, houve várias demonstrações de indignação entre os países latino-americanos. Esse sentimento ficou ainda mais patente quando o então vice-presidente americano, Richard Nixon, visitou a América do Sul em maio de 1958. No Uruguai, sua primeira parada, havia uma manifestação de rua contra o imperialismo americano, e o próprio Nixon debateu com estudantes numa universidade local; na Argentina, mais uma vez, ele participou de um debate com estudantes e líderes trabalhistas. Mas, ao chegar ao Peru, depois

de uma passagem pelo Paraguai, uma multidão cercou seu hotel aos gritos de *Fuera, Nixon*. Em visita à Universidade de São Marcos, ele recebeu pedradas ao se aproximar de uma multidão de estudantes, enquanto uma outra, também furiosa, o esperava na volta ao hotel. Três países depois, na Venezuela — de onde o ex-presidente (e ditador) Marcos Jiménez tinha fugido meses antes, asilando-se nos EUA —, a multidão indignada já o recebeu no aeroporto. Houve um bloqueio na rua e o carro de Nixon foi cercado pela massa humana, com pedras voando ao redor. Por sorte, o motorista conseguiu virar o carro e rumar para a embaixada americana (SMITH, 1996, p. 139-140).

Em Washington, tais eventos foram considerados uma demonstração da perigosa influência comunista nos países latino-americanos — e não como expressões de queixas legítimas.

A Guatemala seria justificada pelos EUA como um caso excepcional, mas, na prática, deixou claro que os americanos não teriam maiores reservas quanto a depor governos que pudessem, a seu ver, dar qualquer brecha para uma aproximação com o comunismo. Também ficou demonstrado que a velha aliança entre interesses privados e políticos, tão evidente nos tempos da diplomacia do dólar, ainda existia: para além da cruzada anticomunista, Washington ainda estava disposto a usar da força para proteger empresas particulares. Finalmente, o apoio dado a Castillo Armas deixou claro, finalmente, que não havia mais escrúpulos quanto ao caráter autoritário ou democrático dos seus aliados no hemisfério: desde que adotasse uma postura contrária ao comunismo e alinhada com a política externa americana, isso se reduzia a um simples detalhe.

Um divisor de águas: Cuba

De todas as intervenções americanas durante a Guerra Fria, diretas ou indiretas, apenas em Cuba os EUA fracassaram. Por isso mesmo, esse pequeno país tornou-se um paradigma daquilo que *não*

poderia se repetir na América Latina. Aos olhos de Washington, a Cuba de Fidel Castro tornou-se um constante lembrete de como o perigo comunista estava próximo.

A Revolução Cubana triunfou definitivamente em 1º de janeiro de 1959, derrubando o governo do ditador Fulgencio Batista depois de três anos de guerrilha e com grande apoio popular. Apesar das reportagens favoráveis a Castro vindas de um jornal respeitável como o *New York Times* (e que granjearam a Fidel um certo grau de simpatia na opinião pública dos EUA), para Washington ele representava um grande desconforto. Nas palavras de um funcionário do Departamento de Estado, “Fidel Castro está cercado de comunistas. Eu não sei se ele mesmo é um comunista... [Mas] eu tenho certeza de que ele está sujeito a influências comunistas” (SMITH, 1996, p. 165). Não era de se estranhar, portanto, que, ainda em dezembro de 1958, um grupo de analistas do Pentágono — sede do Departamento de Defesa dos EUA — concluísse que “Castro não era o ‘homem certo’ para Cuba” (SMITH, *ibidem*). Quando o líder guerrilheiro tomou o poder, a reação americana foi desfavorável.



Figura 11.2: Fidel Castro em 1959.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Fidel_Castro_-_MATS_Terminal_Washington_1959.jpg.

À medida que emigrantes anti-Castro iam em massa para a Flórida e outros destinos, a mídia americana forneceu cobertura negativa aos processos ‘populares’ e às execuções de colaboradores *batistianos*. Quando Castro visitou os Estados Unidos em abril de 1959, Eisenhower recusou-se a encontrá-lo — e delegou ao vice-presidente Nixon a tarefa de ser um anfitrião deliberadamente antipático. Funcionários do governo atacaram dura e estridentemente contra a reforma agrária cubana, que incluiu o confisco (com indenização) de propriedades açucareiras pertencentes a americanos. Enquanto a hostilidade aumentava em Washington, Castro voltou-se para a União Soviética. No começo de 1960, Cuba assinou um acordo econômico com a URSS, que prometia a compra de 450.000 toneladas de açúcar em 1960 e um milhão de toneladas por ano pelos quatro anos seguintes — e que emprestou 100 milhões de libras esterlinas ao jovem governo em dificuldades (SMITH, 1996, p. 165).

Dessa forma, a atitude americana teve um papel na aproximação de Cuba em relação aos soviéticos. Mesmo assim, somente em fins de 1961, Fidel Castro, que já referira-se à Revolução Cubana como um movimento socialista, se anunciaria como partidário do marxismo-leninismo.

Nós já vimos, na Aula 7, como a invasão da Baía dos Porcos foi um fracasso vexatório para a administração de John Kennedy, e também como a hostilidade entre os EUA e Cuba desencadeou a Crise dos Mísseis em 1962. A esses dois eventos largamente conhecidos se podem acrescentar também várias tentativas de assassinato de Fidel Castro por parte do serviço secreto americano (teriam sido pelo menos oito entre 1960 e 1965). Aqui, porém, cabe notar que esse fracasso em relação a Cuba teve um efeito permanente na política externa americana ao longo do resto da Guerra Fria. A partir daí, “evitar uma nova Cuba” tornou-se uma palavra de ordem, uma prioridade constante. De certa maneira, Cuba encarnava todas as convicções, temores e estereótipos americanos a respeito do comunismo: um movimento revolucionário, com apoio popular,

depusera a ditadura pró-americana, tornara-se socialista e aliara-se aos soviéticos, para logo depois tentar armar-se com mísseis nucleares apontados para os EUA e, além disso, devotar-se a espalhar a revolução (e o comunismo) pelo resto da América Latina (e depois até pela África). Do ponto de vista da estratégia mundial americana, tamanha aberração era inadmissível.

Por outro lado, o impacto cubano sobre os países latino-americanos era inegável. A revolução liderada por Castro acabou sendo vista como uma opção viável ao atraso socioeconômico característico de grande parte da região. A luta armada seria, desde então, um recurso frequente para os movimentos radicais, não raro em luta com regimes que, mesmo quando democráticos, não reconheciam a legitimidade da extrema-esquerda. Por isso o número de movimentos guerrilheiros que eclodiram na região: do começo da década de 1950 até a de 80, surgiram cerca de 30 grupos desse tipo em toda a América Latina (SMITH, 1996, p. 191). Alguns, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atuam até os dias de hoje.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Comparado ao que você já sabe sobre o intervencionismo americano no período anterior a 1945, responda:

a) O que a Guerra Fria representou de novo na política dos EUA para a América Latina?

b) Como o princípio da não-intervenção, um dos pilares da Política da Boa Vizinhança adotada nos anos 30, **pôde** ser compatibilizado com a vigilância norte-americana exercida sobre seus vizinhos?

Resposta Comentada

a) A Guerra Fria se destaca principalmente pelo acréscimo de um forte componente ideológico na visão dos Estados Unidos sobre a região latino-americana. Envolvidos numa disputa mundial com a URSS, traduzida na Doutrina Truman, os EUA passaram a ver *qualquer* inclinação mais à esquerda da América Latina como um revés na luta contra seu rival e, por extensão, uma ameaça direta à sua segurança nacional, aos seus interesses econômicos e à sua credibilidade perante o resto do mundo.

b) O não intervencionismo acabou suplantado, na prática, pela prioridade dada à segurança hemisférica, ou seja, à necessidade de manter o continente americano a salvo da presença soviética. Isso se fez, por exemplo, pela tentativa de legitimar intervenções em países latino-americanos usando a autoridade da Organização dos Estados Americanos (OEA), de maneira a que tais ações parecessem uma ação conjunta em nome dos diversos países da região, e não uma ação unilateral dos Estados Unidos. De qualquer forma, isso não foi realmente obstáculo para que os EUA interferissem nos assuntos internos de diversos países, ainda que eventualmente de forma oculta, como na Guatemala em 1954.

A via da reforma

Mas o leque tático americano não podia se reduzir a intervenções e golpes de Estado. Ainda no governo Eisenhower, o mesmo que havia derrubado Arbenz, houve uma iniciativa como a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, e, no ano seguinte, a do Fundo Fiduciário de Progresso Social, detentor de US\$ 500 milhões para investimentos em saúde, educação, habitação e reforma agrária na América Latina. Para extinguir a adesão ao marxismo, era preciso também combater as suas causas estruturais, das quais as maiores na região eram a pobreza e o subdesenvolvimento. Acreditava-se que dar aos EUA um papel importante nesse processo não apenas diminuiria o espaço encontrado pelo comunismo no cenário político desses países, como também reabilitaria a imagem americana, que, como Nixon sentiu na própria carne, não era das melhores.

Essa opção pela reforma e a cooperação econômica — que, ao contrário da Política da Boa Vizinhança, não descartava o uso da força — foi melhor desenvolvida durante o governo de John Kennedy (1961-1963). Ela era a própria essência do programa *Aliança para o Progresso* (Alpro), lançado em março de 1961. A Alpro era mais do que um simples projeto governamental de assistência, ela também evocava uma visão específica do papel americano no mundo, conforme nos diz a historiadora Cecília Azevedo:

O combate ao comunismo passou a ser conjugado ou traduzido em termos de uma missão civilizadora, consubstanciada em programas de assistência social e econômica de longo prazo, cujos exemplos maiores seriam a Aliança para o Progresso e os Corpos da Paz. A ideia era a de dirigir para o exótico e carente Terceiro Mundo um empreendimento ousado e moralmente elevado. Em sua mensagem ao Congresso sobre assistência internacional, tal perspectiva é claramente delineada. Kennedy argumentou que o colapso de nações 'livres', mas menos desenvolvidas,

seria ‘desastroso para nossa segurança nacional, prejudicial para nossa comparável prosperidade e ofensiva à nossa consciência’. (...) Conforme Kennedy, no combate à ‘subversão’ comunista, ‘não se pode separar armas de estradas e escolas’” (AZEVEDO, 2008, p. 33).

A Alpro previa o investimento de 20 bilhões de dólares — metade do governo, metade do setor privado — na América Latina ao longo de dez anos (na prática, foi até mais, cerca de 22,3 bilhões). Tais recursos eram enviados por meio de acordos entre o governo americano e o país recebedor — o planejamento estatal era considerado um fator necessário ao desenvolvimento econômico, dentro das linhas do liberalismo moldado pelo *New Deal*. Com esse dinheiro, acreditava-se, os países latino-americanos teriam condições de chegar à fase da “decolagem” (*take-off*) econômica, ou seja, à transição para uma economia moderna e próspera. Segundo a chamada “teoria da modernização”, em voga na época, os países do mundo “passavam por estágios uniformes de crescimento econômico”; se chegassem à decolagem, atingiriam um crescimento autossustentado e não precisariam mais de ajuda estrangeira. Melhor ainda, também não seriam mais um ambiente favorável a movimentos radicais de esquerda, ao mesmo tempo que tenderiam mais ou menos automaticamente à adoção do regime democrático. Em suma, por meio da ajuda econômica da Alpro, os EUA promoveriam a um só tempo o desenvolvimento material dos seus vizinhos, a rejeição do comunismo e a democratização — o cenário dos sonhos para os estrategistas de Washington (SMITH, 1996, p. 145).

Vejamos os objetivos explícitos da Alpro:

- elevação da renda *per capita*, com metas mínimas de crescimento de 2,5%;
- reforma social, com foco especial em “estruturas injustas de posse e uso da terra”;
- diversificação dos produtos de exportação e dos seus mercados no estrangeiro;

- industrialização e aumento nos níveis de emprego;
- aperfeiçoamento da educação, com eliminação do analfabetismo entre adultos em 1970;
- estabilidade de preços, evitando a inflação e a deflação.

Dessa forma, os EUA tentavam induzir a América Latina a reformas só comparáveis àquelas sofridas pela Alemanha Ocidental e o Japão no pós-Segunda Guerra (e, mesmo assim, sob ocupação militar). Entretanto, havia problemas, alguns de fundo e outros de natureza circunstancial. Entre os primeiros, destacava-se o fato de os países beneficiários terem sua capacidade de investimento limitada pelo pagamento dos juros de suas dívidas externas, comprometendo o nível de investimento necessário à profundidade das reformas esperadas; e os negócios americanos instalados nesses países (cuja participação também era prevista na Aliança) não raro mandavam de volta para suas sedes recursos maiores do que os que investiam. Os 20 bilhões previstos também não eram uma quantia tão imensa quanto poderia parecer à primeira vista, equivalendo a aproximadamente 10 dólares por habitante do hemisfério. Com tudo isso, no fim das contas, o investimento *líquido* acabava não sendo tão grande. Além disso, havia também o equívoco das próprias premissas teóricas assumidas pela Alpro: por exemplo, a de que uma melhoria econômica levaria à democratização, sobretudo pelo aumento da classe média. Os assessores de Kennedy supunham que esse segmento da população reproduziria em sua sociedade natal a mesma evolução que a da classe média dos EUA, lutando por uma diminuição das diferenças sociais e uma maior representatividade política. Não foi bem o que aconteceu, haja vista o frequente apoio da classe média aos regimes autoritários que grassaram pela região. Apesar de vários países terem de fato experimentado graus de crescimento econômico semelhantes ao proposto pela Aliança (a média regional foi de 2,4% durante a década de 60), as reformas prescritas não foram implementadas, sobretudo a reforma agrária, tão ansiada em uma região de economia em grande parte agrícola. Quando a Aliança para o Progresso foi formalmente extinta pela OEA, em 1973, foi considerada um fracasso.

Finalmente, a questão da circunstância: como vimos na Aula 7, JFK foi assassinado em novembro de 1963, sendo substituído por Lyndon Johnson. Este deu continuidade aos principais programas do antecessor, como a própria Alpro, mas tinha uma visão diferente de como os EUA deveriam se portar no hemisfério.



Atende ao Objetivo 2

2. Considere o que foi visto na Aula 10 a respeito da diplomacia do dólar e do papel dado ao uso geopolítico do poder econômico americano. Que diferenças podem ser apontadas em relação à Aliança para o Progresso, no que diz respeito aos objetivos desses recursos?

Resposta Comentada

Na diplomacia do dólar, o dinheiro privado era usado para cobrir débitos de países latino-americanos com a Europa, a fim de evitar as interferências dessas potências nas Américas. O capital privado se punha a serviço de considerações estratégicas do governo americano e lucrava com isso. Por sua vez, eventualmente a força militar americana também era posta

em ação para defender esse capital, quando ele se via ameaçado por crises políticas, por exemplo. Já na Aliança para o Progresso, os recursos eram fornecidos tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada, mas o objetivo era promover o desenvolvimento econômico dos países-alvo, de modo que se tornassem democracias estáveis alinhadas com os EUA e impermeáveis ao comunismo. Embora ambas as políticas fossem interferências dos EUA na situação de seus vizinhos ao sul, a Aliança para o Progresso tinha originalmente um caráter reformista, construtivo, ao passo que a diplomacia do dólar não tinha maiores preocupações com o desenvolvimento dos países em que era aplicada.

A Doutrina Mann

A partir de Lyndon Johnson, prosseguindo até a posse de Jimmy Carter, o que se observa na política externa dos Estados Unidos para a América Latina é a perda de espaço do discurso reformista em prol de uma abordagem mais pragmática e, pode-se dizer, amoral. Mais uma vez, o anticomunismo se torna a prioridade em detrimento do caráter dos regimes no poder. Por consequência, os americanos oscilam, conforme a situação, entre intervenções diretas (como na República Dominicana em 1965), apoio a golpes militares de direita endógenos (Brasil, 1964) ou operações secretas de desestabilização e derrubada de governos democraticamente eleitos e suspeitos de comunismo (Chile, 1973).

Em março de 1964, o secretário de Estado Assistente para Assuntos Econômicos, Thomas C. Mann, resumiu a nova postura adotada pelo governo Johnson. Segundo a “Doutrina Mann”, como ficou conhecida, os EUA tinham quatro objetivos básicos quanto à América Latina:

- “promoção do crescimento econômico com absoluta neutralidade em questões de reforma social”;

- proteção dos investimentos privados americanos;
- nenhuma demonstração de preferência, fosse por auxílio econômico ou outros meios, por regimes democráticos;
- anticomunismo.

Dessa forma, embora a Aliança para o Progresso ainda estivesse em curso, seu lado mais idealista, de insistência em reformas sociais e promoção da democracia, era deixado de lado. Qualquer governo que não fosse visto pelos EUA como controlado pelos comunistas, ou em risco de sê-lo, era aceitável. A aplicação dessa doutrina se deu pouco depois, com o golpe militar que derrubou o presidente brasileiro João Goulart, em 1º de abril do mesmo ano. Em primeiro lugar, os EUA estavam prontos para dar apoio militar aos militares insurretos, o que acabou não sendo necessário, já que Goulart não resistiu. E uma vez completado o golpe, nos comunicados diplomáticos entre o novo governo brasileiro e o americano, os EUA ignoram solenemente o rompimento constitucional representado pela tomada do poder pelos militares. No mês seguinte, o embaixador americano Lincoln Gordon, em discurso na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, compararia o golpe aos “grandes pontos de virada da história mundial de meados do século XX”, tais como o Plano Marshall e o Bloqueio de Berlim. Toda essa boa vontade não ficou só na retórica: entre 1964 e 1968, o Brasil recebeu 25% da ajuda militar e econômica destinada pelos EUA à América Latina (SMITH, 1996, p. 157). Daí por diante, a postura americana “em relação a governos militares oscilou entre a aceitação passiva e o endosso explícito” — fosse o novo governo militar argentino de 1966, a tirania autocrática de François Duvalier no Haiti, o governo de Alfredo Stroessner no Paraguai ou a violenta dinastia Somoza na Nicarágua. O anticomunismo era mais importante que a democracia, caso fosse preciso escolher entre um e outro. Nas palavras do secretário de Estado do governo Nixon, Henry Kissinger, “Eu não sei por que nós deveríamos ficar parados e deixar um país se tornar comunista devido à irresponsabilidade do seu próprio povo” (SMITH, 1996, p. 163).

Ao fim e ao cabo, a América Latina era vista pelos EUA com as lentes da Guerra Fria. Esta, com suas exigências estratégicas globais e seus temores ideológicos, é que ditava a política americana para a região.

Carter e os direitos humanos

Por anos demais, estivemos dispostos a adotar os princípios e táticas falhas e errôneas de nossos adversários, algumas vezes abandonando os nossos próprios valores pelos deles. Combatemos fogo com fogo, nunca pensando que o fogo é melhor apagado com água. Essa abordagem falhou, com o Vietnã sendo o melhor exemplo de sua pobreza intelectual e moral. Mas por meio do fracasso nós agora encontramos o nosso caminho de volta para os nossos próprios princípios e valores, e reconquistamos nossa confiança perdida (CARTER, 1977).

Com esse discurso, o recém-empossado presidente Carter anunciou uma nova guinada na política externa americana. Com um perfil muito diferente dos seus antecessores, Carter procurava, segundo alguns analistas, sobretudo marcar posição como um político *diferente* de Richard Nixon (envolvido em uma série de escândalos de que trataremos na aula que vem). Fosse por isso e/ou por uma sincera adesão a princípios morais, Carter valeu-se de sua posição como presidente para lançar uma campanha em prol dos direitos humanos.

Primeiro, nós reafirmamos o compromisso da América com os direitos humanos como uma crença fundamental de nossa política externa. Em ascendência, religião, cor, local de origem e herança cultural, nós, americanos, somos a nação mais diversa que o mundo já viu. Nenhum mito de sangue ou solo comuns nos une. O que nos une, talvez mais do que qualquer outra coisa, é a crença na liberdade

humana. Nós queremos que o mundo saiba que nossa Nação representa mais que prosperidade financeira. Isto não significa que possamos conduzir nossa política externa com máximas morais rígidas. Vivemos em um mundo que é e será sempre imperfeito — um mundo que é e sempre será complexo e confuso. Eu entendo plenamente os limites da persuasão moral. Não tenho a ilusão de que as mudanças virão facilmente ou em breve. Mas eu também creio que é um erro subvalorizar o poder das palavras e das ideias que as palavras encarnam. Na nossa história, esse poder se estendeu do ‘Senso Comum’, de Thomas Paine, ao ‘Eu tenho um sonho’, de Martin Luther King Jr. (...) No entanto, podemos desde já ver avanços dramáticos no mundo inteiro no que diz respeito à proteção ao indivíduo do poder arbitrário do Estado. Para nós, ignorar essa tendência seria perder influência e autoridade moral no mundo. Liderá-la será readquirir a estatura moral que um dia tivemos (CARTER, 1977).

Se é verdade, como os críticos apontam, que tal política não bastou para tirar o apoio americano a regimes autoritários como o do xá do Irã, o fato é que, na América Latina, ela representou um rompimento com o pragmatismo amoral da Doutrina Mann ou do “realismo” de Kissinger e Nixon. Os EUA, agora, precisavam alinhar suas ações com seu discurso, e isso significou, na prática, a retirada do apoio americano às ditaduras que mais se destacavam por violações dos direitos humanos, e o exercício de pressões diretas e indiretas sobre esses regimes. Um deles, por exemplo, foi a Nicarágua de Somoza, cuja tirania seria derrubada, em 1979, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) à frente de uma revolta popular contra um regime que remontava aos anos 1930. Também perderam o apoio americano regimes como o do Chile e da Argentina, também conhecidos por diversas atrocidades.

A despeito desse interlúdio de revalorização parcial de princípios morais — que, mesmo incompleto, contribuiu para salvar vidas nos países onde se aplicou —, a postura de Carter terminou

com seu mandato. Sob seu sucessor, Ronald Reagan, a Guerra Fria voltou à pauta americana com toda força e, com ela, os velhos parâmetros anticomunistas — como veremos na Aula 12.

O fim da Guerra Fria e seu impacto nas relações interamericanas

Na madrugada do dia 20 de dezembro de 1989, 13.000 soldados americanos desembarcaram no território do Panamá, juntando-se a 13.000 já estacionados nas bases militares ao redor do canal. Com um apoio aéreo sofisticado e várias operações anfíbias e de paraquedistas, os americanos rapidamente puseram em xeque as forças panamenhas de defesa. Em cinco dias, o país fora dominado, e cerca de 5.000 pessoas haviam sido aprisionadas pelos invasores — mais do que o número de soldados do exército local. Mais uma vez, o punho de Washington se abatia sobre um país latino-americano, com a eficiência esperada.

Porém, desta vez, não houve discurso presidencial falando na necessidade de combater uma iminente ameaça comunista. Não existiram pronunciamentos de porta-vozes ou diplomatas mencionando a infiltração soviética em um país frágil, necessitado de ajuda urgente. Também não havia nenhuma pauta de reformas internas que ameaçassem os investimentos americanos no Panamá, ou tampouco qualquer ameaça direta ao usufruto do canal pelos EUA. O objetivo da invasão era outro: prender o ditador panamenho, o coronel Manuel Noriega. A acusação: envolvimento com tráfico de drogas.

O caso representou não apenas a penúltima grande intervenção *militar* e aberta dos EUA na América Latina durante o século XX (a última seria no Haiti, em 1994), mas o fim da proeminência que a Guerra Fria vinha desfrutando nas relações entre norte e latino-americanos. Pela primeira vez em muito tempo, a América Latina não era vista como um apêndice do jogo de xadrez mundial entre as duas superpotências rivais. As prioridades

da política externa dos EUA estavam mudando à medida que as velhas tensões da Guerra Fria se desfaziam. Em tempos de *glasnost* e *perestroika*, as velhas posturas não tinham mais sentido e era preciso encontrar outros usos para a influência que os EUA detinham na região. A chamada *Guerra às Drogas* seria apenas um dos novos objetivos estratégicos no período pós-Guerra Fria (para mais detalhes, veja a Aula 14).

Deve-se destacar, no entanto, a importância que a agenda econômica ganha nas relações interamericanas ao longo da década de 1990. Depois de tanto tempo, finalmente se reconhecia que a Guerra Fria havia causado distorções nas relações entre os EUA e seus vizinhos latinos, e as questões econômicas, como acesso a mercados, rolamento de dívidas e concessão de empréstimos, subsídios à produção e outros, tomam o lugar das antigas discussões sobre ideologia e política externa. Já no fim da década de 1980, marcada por uma grave crise financeira na região, aguça-se a preocupação com a saúde econômica da América Latina, expressa no receituário de reformas liberalizantes do chamado “Consenso de Washington”, preconizado pelo FMI e apoiado pelos EUA. Logo depois, a partir de 1990, esse receituário seria complementado pela retomada de antigas ideias de livre comércio hemisférico — uma versão moderna do *Zollverein* proposto já na Conferência Pan-Americana de 1889. Saem os comunistas e entram as barreiras alfandegárias e o protecionismo como os novos vilões.

O primeiro resultado palpável dessa mudança de estratégia foi o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement* – Nafta), assinado em 1992 e efetivado em 1994 entre os governos do México, dos EUA e do Canadá. Criado com base num acordo bilateral anterior entre americanos e canadenses, o Nafta “criou um dos dois maiores blocos comerciais do mundo — com uma população de 370 milhões e a produção econômica combinada de cerca de US\$ 6 trilhões, a América do Norte poderia ser um rival à altura para a União Europeia” (SMITH, 1996, p. 244).

O Nafta teve como efeito a liberação e a intensificação do fluxo de mercadorias entre os seus membros, eliminando taxas, tarifas e barreiras comerciais por um período de quinze anos. Cerca de 65% dos produtos dos EUA ganharam isenção de impostos imediatamente ou nos primeiros cinco anos de vigência do acordo; na área de produtos agrícolas, esse benefício teve efeito imediato para 50% dos produtos. Houve exceções para produtos “sensíveis”, já que tradicionalmente o setor agrícola costuma resistir à integração econômica, e a derrubada de tarifas no setor automobilístico seria completa ao longo de um período mais longo (uma década) — e mesmo assim com a condição de que pelo menos 65% dos veículos fossem produzidos localmente (privilegiando a produção dos países signatários em detrimento das montadoras asiáticas, muito presentes nos EUA, por exemplo). No setor financeiro, firmas americanas de investimento e bancos comerciais puderam estabelecer-se no México, ao mesmo tempo que as empresas mexicanas passaram a poder receber diretamente investimentos norte-americanos (com exceções: o setor petrolífero seguiu fechado à propriedade estrangeira). De forma geral, aliás, os fluxos de investimento eram a grande meta do México no acordo, já que as tarifas entre os dois países já eram usualmente baixas mesmo antes do Nafta. Já para os EUA, o acesso à mão de obra barata e qualificada fornecida pelo México podia aumentar a competitividade dos próprios produtos americanos, além de outros benefícios: maior facilidade e segurança no acesso ao petróleo mexicano; uma contribuição à estabilidade política e social do vizinho, estimulando seu crescimento econômico e sua paz político-social, objetivo estratégico importante desde a Revolução Mexicana de 1910; a possibilidade de negociar com a União Europeia e o Japão de uma posição de força, com a possibilidade de dificultar seu acesso ao mercado da América do Norte (e, mais tarde, quiçá ao continente todo); garantir o apoio mexicano à sua política externa em geral.

Curiosamente, uma questão que não ficou resolvida foi a dos trabalhadores imigrantes que saem em grande número do

México para os EUA. Particularmente agravado ao longo dos anos 1990, esse se tornou um grande problema que tem afetado consideravelmente a economia, a política e até a cultura, sobretudo dos EUA, onde os “latinos” se tornaram uma importante (e cada vez maior) minoria étnica. Essa questão mostrou um dos pontos fracos do acordo na visão de seus críticos: um nível de integração econômica profundo, por um lado, mas que não se fez acompanhar de uma integração também *política*. Ao contrário do que se vê na União Europeia, o Nafta não estabeleceu nenhuma instituição de governo supranacional, todas as disputas e divergências seriam resolvidas por uma comissão de arbitramento comercial entre as partes, sem qualquer divisão ou compartilhamento de autoridade entre os governos signatários.

De qualquer modo, o Nafta serviu de modelo e experiência para uma proposta ainda mais ambiciosa. Ainda em 1994, na primeira Cúpula das Américas, realizada pelo Departamento de Estado em Miami, representantes de diversos países americanos concordaram em iniciar as negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) — uma espécie de Nafta de norte a sul do continente (exceto Cuba). A proposta seria objeto de muitas controvérsias nos anos seguintes, fosse pela necessidade de definir o método pelo qual seria implementada (expansão do Nafta? Formulação de outra estrutura? Só se admitiriam democracias ou ditaduras também poderiam entrar?) ou a discussão sobre até que ponto ela seria realmente benéfica para os envolvidos. Afinal de contas, para os países latino-americanos, o acesso facilitado ao mercado dos EUA era um grande estímulo; mas, por outro lado, era também uma via de mão dupla: que efeitos teriam a previsível avalanche de produtos americanos que chegariam, também sem barreiras, aos mercados nacionais latino-americanos? Questões como essas, e outras mais específicas, travariam o avanço das negociações até o esgotamento do prazo estabelecido para a formulação de um acordo definitivo, em 2005. O velho sonho oitocentista de um completo *Zollverein* hemisférico acabaria voltando

para a gaveta; em seu lugar, surgiram vários blocos menores e subregionais, como o Mercosul, nos quais os Estados Unidos não tomariam parte.

Depois de um século, os Estados Unidos da América ainda mantinham um imenso poder, mas suas relações com os vizinhos latinos pareciam finalmente voltar a um nível de maior respeito à soberania destes. Mais e mais, a opção militar parecia anacrônica, sem lugar em um mundo onde a ideia de ameaça comunista global se tornara um fóssil. Na virada do milênio, no que dizia respeito aos países latino-americanos, aparentemente o *big stick* havia enfim sido aposentado.

Que descanse em paz.



Atende ao Objetivo 1 e 2

3. Considere o texto a seguir:

ALCA – Alca não sai antes de 2009, diz o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou, em discurso durante o IV Fórum Interparlamentar das Américas, ocorrido em 19 de maio de 2005, que as negociações para a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) não deverão ser concluídas antes de 2009.

Amorim fez uma apresentação na Câmara dos Deputados sobre o andamento das negociações da Alca. Segundo ele, não existe uma definição rígida sobre como será a Alca ao fim das negociações. “Nunca se colocou para nós uma definição sobre o que é a Alca. Depende de que tipo de Alca se fala. A Alca ainda é uma abstração”, disse.

Iniciadas em 1994, as discussões para a formação da Alca deveriam ter sido concluídas em dezembro de 2004. Mas um impasse imobilizou as negociações desde setembro de 2003. Os Estados Unidos querem maiores concessões em serviços e propriedade intelectual e o Brasil exige redução dos subsídios agrícolas.

Fonte: <http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=7730&tipo=noticia>

A busca por grandes acordos de cooperação continental foi uma característica da atuação dos EUA nos anos 1990. Relacione isso, de forma sintética, com o contexto geopolítico internacional da época.

Resposta Comentada

Tais acordos são propostos no contexto de pós-Guerra Fria, quando a questão da segurança hemisférica já não tinha mais o mesmo senso de urgência para os EUA, diante da dissolução do bloco comunista. Dessa forma, a América Latina passa a ser vista como um alvo principalmente da ação econômica dos EUA, não mais militar e/ou político. O Nafta e a Alca são frutos dessa mudança de ênfase.



RESUMO

Nesta aula, tivemos um panorama da evolução das relações entre os EUA e a América Latina na segunda metade do século XX. Vimos como a Guerra Fria condicionou esse relacionamento durante boa parte do período, fazendo das Américas um apêndice do conflito global entre os EUA e a URSS. Também analisamos como, mesmo nesse período de bipolaridade, a política externa norte-americana, embora mantivesse alguns grandes objetivos, teve nuances na forma de persegui-los, não constituindo uma ação homogênea. Alternando entre a intervenção direta ou indireta e a cooperação econômica, e entre o estímulo à democracia ou a cumplicidade com ditaduras, os EUA procuraram manter um alto nível de influência na região, vista como essencial à segurança desse país. Finalmente, vimos ainda como o poder americano na América Latina começou a enfatizar mais e mais a economia, em detrimento da velha opção militar, durante os anos após a Guerra Fria.

Informação sobre a próxima aula

No próximo módulo, voltaremos a examinar a história doméstica dos EUA, abrangendo as crises dos anos 1970 e a reação dos anos 1980. Abordaremos a derrocada do governo Nixon, o mandato de Jimmy Carter e a chamada Era Reagan, um período de predominância conservadora que cobriu a maior parte da década de 1980 e deu início ao fim da Guerra Fria.

Aula 12

Os EUA nos anos 1970 e 1980

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar um panorama da sociedade norte-americana, com ênfase nas questões políticas e econômicas, entre as presidências de Richard Nixon e Ronald Reagan.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o impacto da crise dos anos 1970 nos EUA e a sua contribuição para a guinada conservadora da década de 1980;
2. identificar os princípios que orientaram a chamada “revolução conservadora” iniciada com a eleição de Ronald Reagan.

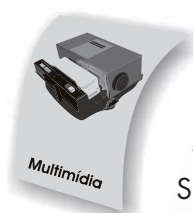
INTRODUÇÃO

Conforme visto na aula anterior, a década de 1960 foi muito turbulenta para os norte-americanos. Apesar de a economia, no geral, ainda apresentar uma boa fase, o país passou por várias crises ligadas à Guerra Fria, culminando com a intervenção militar no Vietnã. Esta foi, a partir de meados da década, o grande catalisador do descontentamento de diversos segmentos da população, expresso mais explicitamente na forma de vários movimentos sociais, desde o nacionalismo negro à chamada “nova esquerda” e a contracultura. A sociedade americana, que antes se acreditava baseada num consenso básico de valores, via-se agora contestada de mil formas, especialmente pelos mais jovens. Apesar disso, depois de alguns anos de crescimento do ativismo contestador, quem se elege nas eleições presidenciais de 1968 é o candidato com o discurso mais conservador, que prometia o retorno à “ordem”: Richard Nixon.

O fim da Guerra do Vietnã

A mais longa guerra norte-americana terminou formalmente em janeiro de 1973, quando os Acordos de Paris, assinados pelos governos do Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e dos EUA, além da Frente de Libertação Nacional (os guerrilheiros “vietcongues”), puseram fim à participação americana no conflito, que durou — agora só com forças vietnamitas — até 1975. As tropas remanescentes no país, cerca de 27.000 soldados, que vinham sendo gradativamente retiradas pelo governo Nixon, foram enviadas de volta para casa. Após anos seguindo uma política de “vietnamização”, isto é, de entrega gradativa da responsabilidade da guerra às forças do Vietnã do Sul, Nixon aparentemente cumpriu sua promessa de uma “paz com honra” por meio da negociação diplomática. Tendo sofrido por tanto tempo um desgaste político, econômico e militar, o país podia sair da guerra sem ter de reconhecer oficialmente uma derrota total. Esta viria para os sul-vietnamitas apenas dois anos depois: em 30 de

abril de 1975, as forças do Norte invadiram a capital sulista Saigon, pouco depois de helicópteros americanos evacuarem os últimos cidadãos dos EUA ainda presentes no país, bem como um número considerável de refugiados sul-vietnamitas que haviam conseguido vistos americanos. Era a imagem final, e vergonhosa, da intervenção militar que havia criado uma verdadeira rachadura política nos EUA e uma mancha até hoje lembrada na reputação do país.



Assista à queda de Saigon

A dramaticidade da derrota final do Vietnã do Sul está acessível a todos no YouTube (www.youtube.com). Uma simples busca por *Fall of Saigon* (*Queda de Saigon*, em inglês) mostra vários vídeos da época que registram a entrada das forças comunistas, a retirada dos americanos, o desespero dos refugiados e as diversas facetas desse dia que marcou a história do país — e do mundo.

Anos de crise

Enquanto a guerra na Ásia, no início dos anos 1970, se encaminhava para uma resolução, outros problemas foram surgindo. Um dos mais importantes era o declínio econômico americano, que já dava os primeiros sinais desde meados da década anterior: “desemprego (nunca menos de 3 milhões de desempregados), atividade industrial abaixo de sua capacidade plena, orçamento e balanço comercial deficitários e, acima de tudo, inflação” (BERNSTEIN; MILZA, 2007, p. 164). Aos poucos, a economia americana se mostrava menos competitiva frente aos países europeus e ao Japão (vide **Tabela 12.1**), passando por um declínio *relativo*

à posição deles. A liderança mundial continua, porém a diferença entre a economia americana e a dos outros países industrializados já não é tão colossal como nos anos anteriores.

Nesse quadro, em 1971, o governo Nixon determina que o dólar não seria mais conversível em ouro, pondo fim ao que ainda restava do **padrão-ouro** na economia mundial (o chamado padrão ouro-dólar, estabelecido em 1944). O motivo era que as reservas do metal dos Estados Unidos já não eram suficientes diante do enorme endividamento do país, parcialmente agravado pelas despesas com a Guerra do Vietnã. O dólar também passa por uma desvalorização, que é repetida em 1973.

Tabela 12.1: Participação da indústria americana na economia interna e no mundo (em %)

Nos EUA	1960	1970	1979
Automóveis	95,9	82,8	79
Produtos eletrônicos de massa	94,4	68,4	49,4
Calculadoras	95	63,8	56,9

No mundo	1962	1970	1979
Veículos motorizados	22,6	17,5	13,9
Aviões	70,9	66,5	58
Máquinas agrícolas	40,2	29,6	23,2

Fonte: Adaptado de Bernstein & Milza, 2005, p. 166.

Em 1973, dá-se um novo abalo: a crise do petróleo, quando os países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) — responsáveis por grande parte da produção mundial — diminuíram sua produção, aumentaram o preço do barril em 301% e cortaram as exportações para os EUA e vários outros países, em represália ao apoio ocidental a Israel na **Guerra do Yom Kippur**. O impacto sobre os EUA — que nesse ano importava 36% do petróleo que consumia, mais tarde chegando a 50% — foi duro:

Padrão-ouro

Sistema monetário em que o valor da moeda nacional é definido, legalmente, como uma quantidade fixa de ouro; moeda-ouro.

[Surgiu no século XVII e floresceu no século XIX, sendo abandonado depois da crise de 1929.]

(Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.)

Guerra do Yom Kippur

Conflito ocorrido em outubro de 1973, quando o Egito e a Síria aproveitaram o feriado judaico do Yom Kippur (o “Dia do Perdão”) para um ataque surpresa a Israel. No fim, os israelenses inverteram o jogo e conseguiram a vitória.

.....

aumento no preço dos combustíveis e racionamentos de energia se somam aos problemas já em curso, como a inflação, o desemprego e a estagnação industrial (HODGSON, 2004, p. 255). Os “anos gloriosos” da economia mundial, iniciados com o fim da Segunda Guerra e marcados, no chamado “Primeiro Mundo”, por economias pujantes e em contínuo crescimento, chegavam ao fim.

Mas não foi apenas no campo econômico que a sociedade americana sofreu abalos. A política doméstica, para além do Vietnã, também foi uma fonte de espanto e frustração quando, em 1972, uma tentativa de invasão da sede do Comitê Nacional Democrata, no edifício Watergate, em Washington, deflagrou o que seria um dos maiores escândalos políticos da história americana. Os invasores, na verdade cinco ex-membros do serviço secreto americano, tinham acabado de instalar escutas telefônicas no comitê, e foram flagrados por um guarda noturno. Presos, deram nomes falsos, mas um deles acabou reconhecido como o chefe da segurança do comitê para a reeleição do presidente. Nixon negou ter conhecimento do assunto, e o caso, ocorrido em 1972, não afetou sua campanha de reeleição. Porém, o Congresso e a imprensa começaram a investigar e achar indícios de que a Casa Branca estava envolvida. Particularmente reveladoras eram as reportagens de Carl Bernstein e Bob Woodward, no *Washington Post*. Com a ajuda de um informante misterioso apelidado de *Garganta Profunda*, os dois conseguiram demonstrar não apenas que os invasores tinham sido pagos com fundos da campanha de Nixon, como também que havia um esquema de espionagem montado por seus assessores durante a campanha eleitoral. No ano seguinte, o caso tomou as dimensões de um drama nacional, envolvendo as investigações de congressistas e depoimentos de membros e ex-membros da equipe da Casa Branca. Nesse meio-tempo, o vice-presidente Spiro Agnew teve de renunciar ao cargo ao ser acusado de receber propina. Em 1974, foi a vez de Nixon: quando as evidências contra ele — não apenas ligadas a Watergate, mas também a enriquecimento ilícito e outras acusações — se mostraram fortes demais e um processo de *impeachment* foi aberto, Nixon tornou-se o primeiro presidente americano a renunciar ao cargo.



Figura 12.1: Nixon na Casa Branca.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Richard_Nixon_candid_in_the_Oval_Office.jpg

Após um breve interlúdio em que o resto do mandato de Nixon foi assumido pelo seu novo vice, Gerald Ford, o democrata James “Jimmy” Carter se elege em 1976. Religioso, ex-governador da Geórgia e defensor de um discurso conciliador, Carter introduziu alguns novos temas na agenda da presidência, como a preservação do meio ambiente e a necessidade da mudança na matriz energética de um país que dependia em alto grau do petróleo estrangeiro. Mas o que marcou mais intensamente a sua presidência foi a política externa. Carter “empenhou-se em recuperar o conteúdo idealista que havia sido perdido com Nixon, restaurando a posição moral” dos americanos frente ao mundo. Isso significava “reconectar a ação no exterior com os requisitos morais” dos EUA, que davam a esse país uma posição especial no mundo (PECEQUILLO, 2005, p. 199). Com a Guerra Fria ainda vigorando, ainda que de forma menos tensa que na década anterior, Carter propôs uma guinada na lógica que havia guiado a política externa americana até então. Até então, os EUA tinham adotado uma postura de “vale tudo” na luta contra o comunismo, cometendo atos que incluíam, em nome da liberdade e da democracia, desde a orquestração ou o apoio a golpes de Estado (como em grande parte da América Latina) até intervenções militares diretas (como no Vietnã).

Por muitos anos, estivemos dispostos a adotar os princípios e táticas fracassadas e errôneas de nossos adversários, algumas vezes abandonando nossos próprios valores pelos deles. Combatemos fogo com fogo, nunca pensando que o fogo é melhor eliminado com água. Esta abordagem falhou, com o Vietnã sendo o melhor exemplo de sua pobreza intelectual e moral. Mas através do fracasso encontramos nosso caminho de volta para nossos próprios princípios e valores e recuperamos nossa confiança perdida (PECEQUILO, 2005, p. 199).

Assim, Carter adota uma linha de maior modéstia, com um discurso multilateralista — os EUA se predispunham a ouvir outros países, em vez de agir por conta própria, como tantas vezes fizeram na condição de autointitulados “guardiões do mundo livre”. Mesmo diante da URSS, Carter procurava, inicialmente, uma conciliação, não a considerando “o inimigo principal, ou um inimigo de qualquer tipo” (PECEQUILO, 2005, p. 200). Era o momento, dizia ele, de a política externa dos EUA se orientar pelo compromisso com os direitos humanos. Essa redefinição de prioridades afetaria especialmente as relações do país com a América Latina, como veremos nas aulas sobre as relações interamericanas.



Figura 12.2: Retrato oficial do presidente Jimmy Carter (1977-1981).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:James_E._Carter_-_portrait.gif

Infelizmente, porém, as boas intenções de Carter encontraram obstáculos formidáveis, sobretudo a crise econômica e também uma série de reveses internacionais. Não obstante sucessos como a mediação na paz entre o Egito e Israel, nos célebres acordos de Camp David, a presidência Carter é mais lembrada por incidentes como o aprisionamento do pessoal da embaixada americana em Teerã, durante a Revolução Iraniana de 1979. Tratava-se de uma represália ao apoio que os EUA haviam dado ao xá Reza Pahlevi, derrubado pelos revolucionários do aiatolá Khomeini e agora abrigado em território americano. Uma tentativa militar de resgate acabou frustrada, e os reféns só viriam a ser libertados em 1981, 14 meses depois de sua captura.

Quanto ao principal conflito mundial do período, entre EUA e URSS, a boa vontade de Carter com os soviéticos não parecia estar fazendo muito efeito. A percepção geral dos americanos era de que o seu país estava perdendo espaço no cenário internacional, incluindo a Guerra Fria. Não bastasse a humilhação do Vietnã, os soviéticos vinham tendo sucesso em expandir sua influência, especialmente na África. Ao longo da década, Etiópia e Angola haviam caído na órbita soviética; a partir de 1979, a Revolução Sandinista levaria a Nicarágua, em plena América Central (um “quintal” americano) pelo mesmo caminho. Dessa forma, “a sabedoria convencional da época era de que os Estados Unidos estavam em grave perigo”, a tal ponto de a ideia de que o país “estava perdendo a Guerra Fria [ter entrado] na corrente principal do debate político”. Embora hoje vejamos essa percepção como grandemente exagerada, para muitos ela parecia convincente o bastante — e assim Carter pagou o preço: foi derrotado na eleição de 1980. Em seu lugar, o eleitorado americano preferiu um político de um perfil que não podia ser mais diferente.



Atende ao Objetivo 1

1. Em julho de 1979, o presidente Jimmy Carter tinha agendado, como é praxe, um discurso à nação por ocasião do Dia da Independência. Na véspera, no entanto, ele cancelou o discurso e passou dez dias na residência presidencial de Camp David, encontrando-se com todos os tipos de cidadão. Ao fim desse período, no dia 15, ele finalmente fez um discurso, mas não do tipo que se esperava. No que ficou conhecido como o “discurso do mal-estar” [*the malaise speech*], Carter citou várias das pessoas que entrevistara em Camp David, uma das quais teria, a seu ver, resumido a opinião da maioria: “Sr. Presidente, nós estamos enfrentando uma crise espiritual e moral.” Ao que o próprio Carter acrescentou: “Os sintomas desta crise do espírito americano estão todos à nossa volta. Pela primeira vez na história do país, a maioria do nosso povo acredita que os próximos 5 anos serão piores que os últimos 5 anos.”

Dado o que você viu nesta aula e na anterior, o que poderia justificar esse diagnóstico?

Resposta Comentada

Esta é uma questão aberta, para que o aluno sintetize os conteúdos mais recentes. Essencialmente espera-se que ele cite a crise econômica que acometeu a década de 1970, sobretudo a partir

do choque do petróleo, mas também se pode mencionar o fim desastroso da Guerra do Vietnã, o escândalo que culminou com a renúncia de Nixon e até mesmo, se for o caso, a contestação dos anos 1960, que não raro era violenta.

A Era Reagan

À primeira vista, Ronald Wilson Reagan pareceria um candidato improvável à presidência. Nascido em 1911, em Tampico, interior do estado de Illinois, Reagan fez carreira em Hollywood, geralmente em produções de segunda linha, tendo participado de 53 filmes entre 1937 e 1957. Foi presidente do Sindicato dos Atores no auge da caça às bruxas macartista, tendo fornecido às autoridades os nomes de vários colegas que acreditava terem envolvimento em ou simpatia pelo comunismo (TIME, 9/9/1985). Com o tempo, suas posições políticas, inicialmente liberais, foram se tornando mais e mais conservadoras, até que, ao tempo de sua eleição presidencial, Reagan foi considerado um dos grandes líderes políticos da direita americana. Foi eleito duas vezes governador da Califórnia (em 1966 e em 1970) e quase obteve a indicação para ser o candidato presidencial dos republicanos em 1976, sendo derrotado pelo então presidente Ford.

Em 1980, no entanto, o cenário era muito favorável a um político que seguisse uma linha diferente. Simpático, com um discurso otimista e bem-humorado, Reagan soube convencer o eleitorado e obteve uma vitória avassaladora: 489 votos a 49 no Colégio Eleitoral. O novo presidente republicano tinha claramente a legitimidade para iniciar uma mudança nos rumos do país, e foi isso que passou a fazer — ao seu jeito.



Figura 12.3: Ronald Wilson Reagan (1981-1989).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Official_Portrait_of_President_Reagan_1981.jpg

Antes de entrar em detalhes sobre os oito anos em que Reagan esteve à frente do país, é útil analisar em nome de quem ele falava. Como vimos, tratava-se de um conservador, mas o que isso significava na prática? Conservar o quê, exatamente?

O termo “conservador” pode significar muitas coisas, dependendo do tempo e do lugar. Nos EUA dos anos 1980, como, aliás, desde aproximadamente a década de 1950, a palavra era usada para representar uma série de posições políticas, nem sempre isentas de contradição. Explica-nos James D. Torr:

Para Reagan, Bush, e a outros republicanos da corrente principal dos anos 1980, o conservadorismo incorporava as crenças de dois grupos de princípios: de um lado, libertários econômicos, que advogavam um governo menor e menos intrusivo; de outro, os conservadores morais, que defendiam os valores familiares e se opunham fortemente ao aborto, ao uso de drogas, e ao comunismo, todos os quais associados com o liberalismo (2000, p. 18).

Não era por acaso, portanto, que a candidatura de Reagan atraiu desde representantes do chamado “neoconservadorismo”, que defendiam o uso do poderio dos EUA para difundir os princípios americanos pelo mundo, até os membros da chamada Direita Cristã, comandada por líderes religiosos que procuravam influenciar a política nacional segundo suas doutrinas, especialmente no campo da moralidade. Todos esses grupos tinham em comum uma profunda preocupação com os rumos que a sociedade americana vinha tomando, especialmente depois dos anos 1960, nos campos social e cultural, mas também desde o New Deal. Defendiam, cada qual ao seu modo, o que consideravam os valores tradicionais dos EUA, não raro levando isso a uma retórica nacionalista exaltada. Os “liberais” e os esquerdistas, bem como todos aqueles que, na visão conservadora, agiam para diminuir esses valores e/ou a superioridade americana no mundo, deveriam ser apeados do poder. Em seu lugar, caberia aos próprios conservadores a tarefa de fazer a América voltar ao modo de vida que a teriam tornado grandiosa em primeiro lugar: democracia, liberdade, religião (judaico-cristã, sobretudo), moralidade pública, livre empreendimento, patriotismo.

Vejamos agora como esses princípios foram aplicados.

Reaganomics

A primeira orientação associada ao governo Reagan, a dos “libertários econômicos”, diz respeito à postura geral de que o mercado deve ter o máximo de liberdade possível, sem (ou com o mínimo de) interferência do Estado. Nas palavras do próprio Reagan, “O governo não é a solução para os nossos problemas; o governo é o problema” (MOSS, 2000, p. 44). Alguns dos libertários, chamados de anarcocapitalistas, chegam a defender a total abolição do aparelho estatal e sua substituição por uma economia de mercado total, na qual serviços hoje exercidos pelo governo seriam privatizados, como a segurança pública, por exemplo. No caso de Reagan, entretanto, o que ele defendia era uma posição menos

extrema, conhecida como *neoliberalismo*. Nela, o Estado continua existindo, cumprindo suas funções clássicas de defesa e manutenção da ordem, porém sem maiores controles sobre a economia – daí a expressão “Estado mínimo”, atribuída aos neoliberais.

A aplicação dessa filosofia no governo de Ronald Reagan ganhou o apelido de *Reaganomics* (uma mistura com *economics*, “economia”). À época, o receituário neoliberal já era aplicado no Reino Unido, sob a primeira-ministra Margareth Thatcher, e antes disso no Chile da ditadura Pinochet. Diante de uma situação de crise, em que “o poder aquisitivo da família média estava cerca de US\$ 1000 mais baixo do que uma década antes” e o valor do dólar tinha caído pela metade em cinco anos (MOSS, 2000, p. 45), a política de Reagan era uma grande inovação no cenário americano. Baseada nas teorias da *supply-side economics*, essa política contrariava as teses keynesianas predominantes desde o pós-Segunda Guerra: em vez de se apostar nos gastos do governo e em cortes de impostos para manter a economia aquecida, tratava-se agora de cortar gastos e impostos *ao mesmo tempo*. Em suma, para a economia crescer, o governo teria que diminuir. Segundo George Moss:

Eles acreditavam que o setor privado, livre dos grilhões impostos pelos gastos governamentais e das altas taxas, aumentaria seus investimentos nas empresas produtivas, e isto geraria o crescimento econômico e criaria milhões de empregos. Tal expansão também cortaria a inflação e geraria rendas fiscais que mais do que compensariam as perdas vindas dos cortes de impostos. A expansão também equilibraria o orçamento (MOSS, 2000, p. 45).

Desde os tempos de Franklin Roosevelt e seu *New Deal*, o governo americano vinha financiando os mais diversos programas de bem-estar social. No que diz respeito à regulamentação de setores da economia, podemos recuar até bem antes disso, como vimos ao falarmos da Era Progressista. Foi justamente nessas áreas

que Reagan começou sua redução de despesas. Seu diretor do escritório de Gerenciamento e Orçamento, David Stockman, ficou encarregado de capitanear os cortes. E o que fez ele?

Curiosamente, serviços que eram desfrutados também pela classe média, como a Seguridade Social (o equivalente americano à Previdência Social brasileira), foram mantidos, por falta de apoio político no Congresso para mexer num assunto tão sensível para os eleitores. Mantiveram-se também os subsídios dados a grupos de interesse poderosos, como os plantadores de tabaco e os criadores de gado leiteiro. Outro setor que não sofreu cortes foi a Defesa: ao invés de diminuir, as suas verbas *aumentaram consideravelmente* (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 444).

Também importantes foram os cortes de impostos. Negociando com o Congresso, Reagan estabeleceu cortes no imposto de renda de 5% no primeiro ano e de 10% nos dois anos seguintes. Impostos sobre ganhos de capital, heranças e doações.

Quanto à regulamentação, sua diminuição foi uma das marcas de Reagan. Normas ambientais e ligadas à segurança no tráfego, bem como a aplicação da legislação antitruste, foram afrouxadas. Isso era consistente com a ideia básica de que os mercados devem conduzir a economia — a própria sociedade deveria ter a liberdade de chegar livremente às melhores regras e práticas, ao menos em determinados setores. Desta forma, houve redução na regulamentação de produtos como petróleo e gás natural, e de serviços, como TV a cabo, viagens marítimas e chamadas telefônicas de longa distância (SCHALLER, 1994, p. 55; NISKANEN, 1993).

Outro item importante na *Reaganomics* era o controle da inflação, que já tinha dois dígitos quando o presidente assumiu. Isso significou a diminuição do meio circulante, levando a uma recessão severa em 1982. Nesse ano, o desemprego chegou aos níveis mais elevados desde 1941 — mais de 9% no país como um todo, e até 20% em cidades como Detroit.

Não obstante, a economia viria a se recuperar nos anos seguintes, com índices recordes de crescimento do PIB, entre outros bons indicadores. No entanto, a distribuição desse crescimento é digna de nota: no geral, houve uma maior concentração da renda nacional, um proverbial caso de os ricos ficando mais ricos, e os pobres, mais pobres. O 1% mais rico da população americana, que detinha aproximadamente 8,1% da renda nacional, agora passava a ter aproximadamente 15%. “Em 1980, um típico... [executivo-chefe] recebia cerca de 40 vezes a renda de um operário de fábrica médio, e nove anos depois, o [executivo] recebia 93 vezes esse valor” (SCHALLER, 1994, p. 54). Sinal dos tempos: segundo Moss, desde a Era Dourada do final do século XIX (aproximadamente 1870-1890 ou 1900) ou desde os anos 1920, a aquisição de riqueza não era tão celebrada como agora. “Acumular riqueza representava a mais elevada moralidade”, pregavam “gurus” do capitalismo. “Só os fracassados culpavam o sistema por seus problemas. Os pobres dos anos 1980”, dizia um deles, George Gilder, “‘estão se recusando a trabalhar duro’” (SCHALLER, 1994, p. 55). Não por acaso, um dos filmes icônicos da década seria *Wall Street*, em que Michael Douglas representa o estereótipo do financista ambicioso e implacável.

Em um balanço, o historiador Michael Schaller explica o que foi a economia sob Reagan:

O crescimento econômico depois de 1983 parecia impressionante quando comparado com o final dos anos 1970, mas impressionava menos quando a base de comparação era o período entre a Segunda Guerra Mundial e a administração Carter. No geral, a economia cresceu mais rápido durante os anos 1960 e 1970 do que nos 1980. O desemprego permaneceu mais alto durante os anos 1980 que na maioria dos anos entre 1947 e 1973. Os salários reais, que começaram a estagnar durante os anos 1970, continuaram assim [e] declinaram levemente nos anos de Reagan. (...) Em 1989, os dois quintos mais ricos das famílias

americanas recebiam 67,8% da renda nacional, enquanto os dois quintos mais pobres ganhavam meros 15,4% — uma distância maior que em qualquer tempo após 1945 (SCHALLER, 1994, p. 58-9).

Outro problema que se agravou no período foi o déficit americano. Somando as dívidas públicas e privadas, os EUA terminaram o período Reagan, em 1989, com o *triplo* de endividamento com que o tinham começado, chegando ao valor astronômico de 2,7 trilhões de dólares. Só o pagamento de juros consumia 200 bilhões por ano em dinheiro público. Daí a comparação de alguns críticos, segundo a qual Reagan, que se elegera com uma retórica neoliberal de diminuição do governo, era o “caso clássico de um bêbado pregando a temperança”. Esse nível de déficit era bancado em parte por investidores estrangeiros: nos anos finais da década, cerca de 20% da dívida nacional estava nas mãos de financistas japoneses e alemães ocidentais. “Em menos de uma década, os Estados Unidos passaram de maior credor do mundo a maior devedor do mundo” (SCHALLER, 1994, p. 53).



Os yuppies

Um dos símbolos dos anos 1980 nos EUA foram os chamados *young urban professionals* (“jovens profissionais urbanos”), ou simplesmente *yuppies*.

O termo, usado primeiramente por demógrafos e publicitários, se popularizou em 1983-84 e designava um grupo de profissionais urbanos entre 25 e 40 anos, com renda acima de US\$ 40.000. Sua maior característica era o entusiasmo pelo consumo e o status propiciado pelo dinheiro — e, naturalmente, a ambição profissional que levaria à aquisição de tais coisas. Ao contrário dos *hippies* dos anos 1960, os *yuppies* se davam muito bem com a onda materialista

dos anos 1980, e também eram consumidores de drogas — não mais maconha e LSD, exaltadas anteriormente como meios de buscar inspiração ou uma suposta expansão da consciência, mas sobretudo a cocaína. Frases como “Quem morrer com mais brinquedos, vence!” ou “Quem disse que não se pode ter tudo?” se tornaram lemas do modo *yuppie* de ser. A onda *yuppie* acabou quando a Bolsa de Nova York quebrou em 1987. Ao contrário de outro grande *crash*, o de 1929, não houve depressão ou nenhuma supercrise em função disso, mas a empolgação consumista dos *yuppies* já não despertava o mesmo entusiasmo, pelo contrário, foi alvo de muitas críticas. Se você quiser conhecer um pouco mais do assunto, a ficção do período pode ser um bom ponto de partida. O livro *A fogueira das vaidades*, de Tom Wolfe (depois adaptado para o cinema), é um dos clássicos sobre o assunto, bem como o já mencionado filme *Wall Street*. Mais recentemente, em 2000, *Psicopata americano*, estrelado por Christian Bale, apresentou uma dura e incisiva sátira do modo de vida *yuppie*.

A política externa de Reagan

Como vimos, uma das características da coalização conservadora que levou Reagan ao poder era o anticomunismo. Isso significa que a Guerra Fria, para eles, era um tema dos mais graves. A URSS era vista como uma ameaça presente, e não apenas mais uma potência com a qual se podia negociar e chegar a uma acomodação. Um exemplo dessa convicção seria o discurso proferido pelo presidente na Associação Nacional dos Evangélicos, em Orlando, Flórida, em 8 de março de 1983. Na época, o

Congresso debatia a proposta de um “congelamento” na fabricação de armas nucleares. Reagan, que se opunha a essa medida, afirma então em seu discurso:

Foi C. S. Lewis quem, em seu inesquecível *Screwtape Letters*, escreveu: "O maior dos males não é feito agora naqueles sórdidos 'covis do crime' que Dickens adorava descrever. Não é feito nem mesmo em campos de concentração ou de trabalho forçado. Nestes nós vemos o seu resultado final. Mas ele é concebido e ordenado (...) em escritórios limpos, acarpetados, aquecidos e bem iluminados, por homens tranquilos com colarinhos brancos e bochechas barbeadas, e que não precisam levantar a voz. "Bem, porque esses "homens tranquilos" não precisam "levantar suas vozes"; porque eles às vezes falam em tons reconfortantes de fraternidade e paz; porque, como outros ditadores antes deles, estão sempre fazendo a "sua última demanda territorial", alguns gostariam que aceitássemos a palavra deles e nos acomodássemos aos seus impulsos agressivos. Mas se a história ensina algo, é que o apaziguamento simplório ou a confusão entre desejo e realidade [*wishful thinking*], no que diz respeito aos nossos adversários, são tolices. Isso significa a traição ao nosso passado, a dilapidação de nossa liberdade. Então, eu exorto vocês a falar contra aqueles que colocariam os Estados Unidos em uma posição de inferioridade militar e moral. (...) Então, em suas discussões sobre as propostas do congelamento nuclear, eu os exorto a se pôr em alerta contra a tentação do orgulho — a tentação de descuidadamente se declarar acima disso tudo e rotular os dois lados como igualmente culpados, de ignorar os fatos da história e os impulsos agressivos de um império do mal, de simplesmente chamar a corrida armamentista de um gigantesco mal-entendido e por isso se retirar da luta entre o certo e o errado, e o bem e o mal (REAGAN, 1983).

Coerente com o tom moral, para não dizer até mesmo escatológico desse discurso, a política externa de Reagan começou marcada pela convicção de que os EUA deveriam negociar com seus

rivais, sim, mas a partir de uma posição de inegável superioridade militar. Note-se ainda uma retomada do anticomunismo ideológico — é a própria liberdade americana que está em jogo ao se negociar um acordo com os soviéticos. Nesse tom, os EUA, após um discurso mais conciliador nos anos 1970, quando havia trocas comerciais mais intensas entre os dois países, reiniciam uma corrida armamentista, contribuindo para a elevação das tensões entre as duas superpotências. Faziam na crença de que, com os devidos níveis de pressão dos EUA, a economia da URSS não tinha como manter o nível de investimento necessário a um poder militar equivalente ao dos americanos. Mais do que conter a expansão soviética — um dos pilares da estratégia americana na Guerra Fria desde 1947 —, o governo Reagan deseja “conter e ao longo do tempo reverter o expansionismo soviético por meio da competição (...) com a União Soviética em todas as arenas — particularmente no equilíbrio militar geral e em regiões geográficas” importantes para os EUA. Tal política ficaria explícita em um documento então secreto — hoje disponível até na internet —, a *National Security Decision Directive 75* (NSDD-75).

Um dos mais conhecidos pontos de atrito entre os EUA e a URSS nesse período, que compreende o primeiro mandato de Reagan (1981-1985), foi o projeto de Iniciativa de Defesa Estratégica, popularmente conhecido como Guerra nas Estrelas. Tratava-se de um sistema — jamais construído — supostamente capaz de interceptar mísseis intercontinentais, a partir de bases terrestres e espaciais equipadas com raios laser (daí o apelido). Se transformada em realidade, a IDE desequilibraria o poderio militar das duas superpotências, tornando as armas nucleares soviéticas praticamente inúteis em um conflito com os americanos — e dando a estes a possibilidade de um primeiro ataque impune. Segundo Richard V. Allen, ex-conselheiro de Reagan para assuntos de política externa, o projeto “assustou terrivelmente os russos”, que não tinham como competir com os americanos em termos tecnológicos e financeiros (ALLEN, 1996, p. 87). Felizmente para

os soviéticos, todavia, a tecnologia para a construção do Guerra nas Estrelas ainda não existia completamente, e o projeto acabaria sendo abandonado.

Essa intensificação da luta contra o comunismo também resultaria em problemas para Reagan, sendo o pano de fundo do grande escândalo da sua administração: o caso Irã-Contras, que eclodiu 1986. Tudo começou com uma operação, intermediada pelo governo de Israel, pela qual armas seriam vendidas a um grupo político iraniano. Parte do dinheiro obtido com a venda foi depois repassada aos “Contras”, os rebeldes que se opunham ao governo sandinista da Nicarágua, que era pró-soviético. A ideia era “matar três coelhos com uma cajadada só”: facilitar a libertação de reféns presos no Líbano por um grupo islamista ligado ao Irã; melhorar relações com os moderados iranianos; e, ao mesmo tempo, ajudar a luta contra um governo indesejável numa área estratégica como a América Central. Mas acontece que o Congresso americano havia passado uma lei que especificamente proibia o envio de recursos aos Contras e, quando houve uma investigação a respeito, descobriu-se que altos membros do governo haviam mentido em suas declarações. Nunca se conseguiu provar que a parte verdadeiramente ilegal do esquema — o financiamento dos Contras — havia chegado ao conhecimento do presidente, mas o caso acabou sendo um arranhão na imagem da administração Reagan.

O (começo do) fim da Guerra Fria

Apesar de tudo isso, provavelmente o que é mais lembrado da atuação do governo Reagan é sua associação a um outro governante: Mikhail Gorbachev (ou Gorbachov), pois foram os dois que, em diversos encontros de cúpula, abriram o caminho para o encerramento da disputa de décadas que caracterizou a Guerra Fria. Faremos aqui apenas um breve comentário, pois trata-se de uma questão ampla que facilmente sairia da história americana *strictu sensu* e entraria nos domínios da história mundial contemporânea.

Gorbachev tornou-se líder da URSS em 1985, aos 54 anos — jovem para os padrões da elite política soviética. Logo deu início a uma série de reformas visando a melhorar a situação da economia soviética, que sofria de uma estagnação crônica e de um considerável atraso tecnológico frente ao mundo capitalista. Para isso, era essencial reduzir as tensões com o Ocidente e aliviar o país do grande peso representado pelos gastos militares. Naturalmente, isso exigia a melhoria nas relações com os EUA, o que poderia parecer mais difícil dada a postura linha-dura adotada por Reagan. No entanto, através de concessões como a suspensão de testes nucleares e do emprego de mísseis de alcance intermediário, bem como a permissão aos países do Leste Europeu para que estreitassem relações econômicas com a Comunidade Econômica Europeia, Gorbachev conseguiu chamar a atenção dos americanos — e, em novembro de 1985, deu-se o primeiro encontro de cúpula de Reagan, em Genebra. Apesar de uma dura troca de opiniões sobre posições divergentes, o resultado geral foi positivo. Como diz Wesley M. Bagby:

À medida que o "fator humano" entrou em cena, [Reagan e Gorbachev] mostraram algum desejo de entender melhor um ao outro. Forçado a ouvir horas de defesa da posição comunista sobre [vários] assuntos, Reagan percebeu que "mitos e preconceitos" "potencialmente fatais" existiam em "ambos os lados da cortina de ferro". Parecendo gostar da presença um do outro, cada um concluiu que podia fazer negócio com o outro. Eles concordaram que a "guerra nuclear não pode ser vencida nem deve ser lutada", que nenhum dos dois iria "procurar a superioridade militar sobre o outro", que buscariam uma redução das armas nucleares estratégicas, bem como negociar a redução de tropas e renovar intercâmbios culturais. Gorbachev considerou o encontro uma guinada. Quando foram fotografados apertando as mãos, Reagan brincou: "Aposto que os linhas-duras dos nossos dois países estão sangrando." Reagan, falando de "um novo começo", fez um relatório entusiasmado do encontro ao Congresso, e sua avaliação nas pesquisas de opinião atingiu um ápice de 84 por cento (BAGBY, 1999, p. 102-3).



Figura 12.4: Reagan encontra Gorbachev em 1985.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Reagan_and_Gorbachev_hold_discussions.jpg

Seria o primeiro de uma série. Em 1987, Gorbachev visitou Washington, clamando por um mundo “democrático e livre, com igualdade para todos e com cada nação desfrutando o direito à sua própria escolha social sem interferência externa”. No mesmo ano, aos poucos ficava claro que a URSS marchava para uma economia mais descentralizada e aberta ao mercado — a propriedade privada em determinados setores chegaria em 1988. Aproximadamente na mesma época, foi a vez de Reagan visitar Moscou no que já era sua quarta conferência de cúpula — mais do que qualquer outro presidente americano até então. Chegou mesmo a discursar na Universidade de Moscou, exaltando as virtudes da democracia e da livre iniciativa, inclusive com direito a uma sessão de perguntas vindas diretamente da audiência. Mais tarde, o presidente se disse surpreso com o fato de que os cidadãos comuns com quem falara eram “indistinguíveis das pessoas que vi toda minha vida em incontáveis ruas na América”. Depois de décadas de desconfiança, medo e hostilidade mútua, parecia finalmente que os tempos do “império do mal” haviam chegado ao fim (BAGBY, 1999, p. 104-105).

No ano seguinte, depois que Reagan entregou o poder ao também republicano George H. Bush, o processo iniciado em 1985 foi além. Quando começaram as revoluções populares nos países do Leste Europeu, Gorbachev anunciou que, ao contrário de ocasiões

anteriores, a URSS não iria interferir militarmente. Em outras palavras, os soviéticos não iriam usar sua ainda considerável força militar para manter seu império. Era um gesto crucial. Em novembro, quando a população de Berlim atacou o muro que dividia a cidade há quase 30 anos, já não havia mais dúvidas: a Guerra Fria, o evento que havia moldado a política mundial por mais de 40 anos, chegava ao fim. Dois anos depois, a própria URSS viria a se dissolver, levando os EUA a uma questão importantíssima: que fazer com todo o poder acumulado ao longo de todo esse tempo, agora que não mais havia um inimigo a combater?



Atende ao Objetivo 2

2. Veja o seguinte trecho do discurso do presidente Reagan na Universidade de Moscou em 31 de maio de 1988:

Os exploradores da era moderna são os empreendedores, homens com visão, com a coragem de correr riscos e fé suficiente para desbravar o desconhecido. Esses empreendedores e suas pequenas empresas são responsáveis por quase todo o crescimento econômico nos Estados Unidos. Eles são os principais motores da revolução tecnológica. De fato, uma das maiores firmas de computadores pessoais nos Estados Unidos foi iniciada por dois estudantes universitários, que não eram mais velhos do que vocês, na garagem nos fundos de sua casa. Algumas pessoas, mesmo no meu país, olham para a multidão desordenada que é o livre mercado e enxergam apenas desperdício. O que acontece com todos os empreendedores que fracassam? Bem, muitos fracassam, particularmente os que têm sucesso; frequentemente várias vezes. E se vocês perguntarem a eles o segredo do seu sucesso, dirão que é tudo o que eles aprenderam em seus esforços ao longo do caminho; sim, é o que eles aprenderam com o fracasso. Como um atleta em competição ou um acadêmico na busca da verdade, a experiência é o maior dos professores.

E é por isso que é tão difícil para os planejadores do governo, não importa o quão sofisticados sejam, substituir os milhões de indivíduos que trabalham noite e dia para fazer seus sonhos se tornarem realidade. O fato é, as burocracias são um problema em todo o mundo. Há uma velha história sobre uma cidadezinha — poderia ser em qualquer lugar — com um burocrata conhecido por ser um inútil, mas ele de alguma forma sempre tinha se agarrado ao poder. Então, um dia, em uma reunião da cidade, uma velha se levantou e disse a ele: "Há uma lenda de onde eu venho que diz que, quando um bebê nasce, um anjo desce do céu e o beija em uma parte do corpo. Se o anjo o beija na mão, ele se torna um faz-tudo. Se o beija na testa, o bebê se torna brilhante e inteligente. E eu tenho tentado descobrir onde o anjo beijou você para que fique tanto tempo sentado aí sem fazer nada." [Risos]

(...)

Vão a qualquer cidade americana, para dar apenas um exemplo, e vocês verão dúzias de igrejas, representando muitas crenças diferentes (...). Vão a qualquer sala de escola, e lá verão crianças aprendendo a Declaração da Independência, que elas são dotadas pelo Criador de certos direitos inalienáveis — entre eles, a vida, a liberdade e a busca da felicidade — que nenhum governo pode negar com justiça; [E aprendem também] as garantias na sua Constituição para a liberdade de expressão, a liberdade de assembleia, e a liberdade de religião. Vão a qualquer tribunal, e lá presidirá um juiz independente, submisso a nenhum poder governamental. Lá, cada réu tem o direito a um julgamento por um júri formado por seus pares, normalmente 12 homens e mulheres — cidadãos comuns; são eles, e só eles, que pesarão as evidências e decidirão sobre a culpa ou inocência. Nesse tribunal, o acusado é inocente até que se prove que é culpado, e a palavra de um policial ou qualquer oficial não tem mais peso legal que a palavra do acusado. Vão a qualquer campus universitário, e lá vocês encontrarão uma discussão aberta, às vezes feroz, dos problemas da sociedade americana e do que pode ser feito para corrigi-los. (...) Marchem em qualquer manifestação, e há muitas delas; o direito de assembleia do povo é garantido na Constituição e protegido pela polícia. (...)

Tendo lido o texto, responda às seguintes questões:

a) Que relação se pode estabelecer entre a visão exposta por Reagan a respeito do mercado e os princípios que inspiraram a *Reaganomics*?

Resposta Comentada

Reagan afirma a incapacidade do governo em substituir os mercados com a mesma eficiência, daí a alusão à inovação e às tentativas bem ou malsucedidas dos milhões de cidadãos e, depois, o contraste com o burocrata da história da cidadezinha. Isso é coerente com a ideia básica da *Reaganomics*, presente na ideologia neoliberal, de que os governos devem intervir o mínimo possível nos processos econômicos, a fim de garantir uma economia saudável, próspera e dinâmica.

b) Por que, na sua opinião, o presidente se deu ao trabalho de uma exposição didática da maneira como os americanos vivem?

Resposta Comentada

Em um momento em que a URSS se abria para o mundo, Reagan aproveita a oportunidade de falar diretamente aos jovens moscovitas para defender o estilo de vida capitalista democrático, em contraste com aquele que vigia sob o socialismo autoritário familiar à audiência que o escutava. Era uma forma também de expressar apoio às reformas de Gorbachev, que visavam, em certa medida, à liberalização da URSS.

CONCLUSÃO

Nessas duas décadas que acabamos de examinar, os EUA ainda eram uma superpotência, mas passavam por um período de transição. O acúmulo de problemas detectados desde os anos 1960 – o Vietnã, por exemplo –, agravado por novas circunstâncias como o choque do petróleo, pôs fim, para os americanos, àquilo que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “era de ouro”: o período de crescimento contínuo experimentado pelos países industrializados no período de quase 30 anos após a Segunda Guerra Mundial.

Depois de uma série de abalos, os EUA reagiram e chegaram ao fim da década de 1980 prestes a dar um passo importante, não só para eles, como para o mundo: pôr um fim à Guerra Fria, a disputa que fora a grande prioridade política, militar e ideológica na segunda metade do século XX. Um novo mundo estava para surgir, e a pergunta que se fazia era: qual o papel dos EUA em um mundo não mais ameaçado pela ameaça comunista?

Esse seria o grande tema dos anos 1990.

RESUMO

Nesta aula, conhecemos as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelos norte-americanos nos anos 1970 e a sua recuperação nos 1980. Vimos também a mudança de orientação nesses dois campos, representada pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989), um período marcado pela redefinição na visão quanto ao papel do Estado frente à economia. Finalmente, vimos como, surpreendentemente, foi justamente sob Reagan, que tivera uma postura agressiva em relação à URSS, que começaram as mais efetivas negociações de paz entre as duas superpotências.

Informação sobre a próxima aula

No módulo que vem, trataremos dos anos 1990 e dos mandatos de George H. Bush e Bill Clinton. Nosso foco será a redefinição da política externa americana, o panorama político do período e as mudanças por que passa a economia, já sob a influência da informatização e da globalização.

Aula 13

Os autoritarismos latino-americanos nas décadas de 1950 a 1980

Norberto Ferreras

Meta da aula

Apresentar as políticas de preservação do *status quo* que se sucederam na América Latina na segunda metade do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as políticas militaristas que tiveram lugar na América Latina na primeira metade do século XX e no contexto da primeira etapa da guerra fria;
2. identificar os principais processos relacionados com a Doutrina da Segurança Nacional.

Pré-requisitos

Esta aula está relacionada com as Aulas 8 e 9. Várias das questões analisadas nessas aulas serão retomadas aqui, como, por exemplo, a relação e o vínculo dos Estados Unidos com os setores militaristas das sociedades latino-americanas e o impacto das tendências revolucionárias na radicalização das direitas na América Latina. A Revolução Cubana e o processo político chileno liderado pela Unidade Popular tiveram um papel decisivo na reformulação das lutas políticas na região e não podem ser desconsideradas estas experiências no processo de radicalização política, à direita ou à esquerda, do conjunto da América Latina.

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais e econômicas que se sucederam na América Latina, desde o início do século XX, e que se aceleraram depois dos anos cinquenta não foram aceitas em todos os países por todos os setores da sociedade. As reações se generalizaram, seja porque afetavam interesses econômicos consolidados ou porque impactavam a estrutura do poder político existente. Às vezes estas reações não passavam de pequenos grupos de descontentes e não tinham maiores consequências para os processos em curso, mas, na maioria dos casos, os interesses afetados eram poderosos e tinham diversas ferramentas para resistir às mudanças. E este era o caso dos principais grupos sociais e/ou econômicos da região. A emergência da política de massas, que contemplava os trabalhadores ou os camponeses como sujeitos políticos e que considerava os seus interesses, teve profundas consequências entre os que tentavam preservar os seus privilégios, fossem estes dos setores abastados ou membros das classes médias que viam a sua situação ameaçada por esta irrupção.

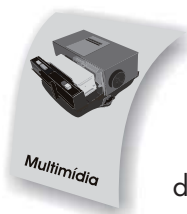
A oposição às mudanças e as tentativas de preservar o *status quo* fizeram com que os principais atingidos pelas mudanças tentassem impedir a chegada de grupos políticos que viessem a afetar os seus interesses. No caso em que não pudessem deter o rumo dos acontecimentos, os poderosos recorriam àqueles que tinham a capacidade física para deter os processos pela força: os Estados Unidos ou as Forças Armadas, ou uma combinação de ambos.

As fórmulas de intervenção foram variadas e tiveram que ver com a correlação de forças de cada momento histórico. O que foi invariável foi a necessidade de deter os processos de transformação da forma em que os poderes constituídos compreendiam que podiam deter e melhorar os seus posicionamentos na economia e na política dos seus próprios países. O que aconteceu em muitas destas intervenções foi que nem sempre os interesses que deflagraram os movimentos contrários às transformações foram os

principais beneficiados ou nem sempre estes movimentos tiveram os resultados esperados. Já foi comentado o caso cubano e como a radicalização de uma ditadura provocou o mais longo e único caso de aplicação do socialismo na América Latina. Mas, neste caso, esta foi uma reação a uma determinada ditadura. Em outros casos, a própria ditadura criou resistências que incluíram aqueles que em teoria protegiam ou, ainda, este tipo de movimento deu origem a novos grupos no poder vinculados com os diretamente envolvidos. Nesta aula, tentaremos estabelecer uma caracterização dos diversos tipos de movimentos conservadores ou reacionários, assim como pretendemos realizar uma descrição e análise dos principais movimentos de manutenção do *status quo* na América Latina.

As origens do autoritarismo na América Latina

No imaginário popular dos Estados Unidos é muito comum associar a nossa região com o autoritarismo e com a existência de ditaduras que massacram o seu povo em benefício de um pequeno grupo de aproveitadores, o principal dos quais é o próprio ditador, geralmente um militar. Dessa forma, todas as ditaduras são, necessariamente, militares. Os civis, quando participam, o fazem desde uma posição subalterna e principalmente como uma forma de sobrevivência. Vários filmes *made in Hollywood* nos apresentam essa forma de conceber a nossa região. A necessidade de simplificar a realidade por parte de jornalistas ou cineastas faz com que percamos a complexidade do processo e não possamos ver as diferenças que se apresentam entre uma ditadura que pretende controlar um país do tamanho da Argentina ou do Brasil e outro que tenha que lidar com a realidade de um país pequeno e homogêneo, do ponto de vista econômico e social, como Nicarágua ou El Salvador.



O olhar do cinema sobre a América Latina

Há vários filmes mais ou menos simpáticos ou de ação que lidam com a questão das ditaduras latino-americanas. Entre as comédias está o filme *Luar sobre Parador* (Mazursky, 1988), que além de ser coprotagonizado por Sônia Braga, teve como um dos cenários naturais a cidade de Ouro Preto. No caso, o ditador era um militar tão brutal quanto ridículo que era substituído por um ator dos Estados Unidos. Outro filme do mesmo período foi *Comando* (Marc Lester, 1985), com Arnold Schwarzenegger. O protagonista, um integrante retirado das forças especiais do exército dos Estados Unidos, era coagido a realizar um atentado por um ex-ditador que pretendia voltar a controlar o seu país. Nesse momento, os ditadores assolavam a América Latina e a temática pareceu se esgotar depois desta fase, que incluiu alguns filmes que também denunciavam a violência política como *Desaparecido* (Costa-Gavras, 1982), que apresentava a ditadura chilena; *Baixo fogo* (Spottiswoode, 1983), que tratava o caso da Nicarágua de Somoza, e *Salvador* (Oliver Stone, 1986) dedicado à ditadura salvadorenha. Mais recentemente, foi lançado o filme *Os mercenários* (Stallone, 2010), protagonizado pelo próprio Sylvester Stallone e rodado parcialmente em Mangaratiba (RJ) e no Parque Lage (Rio de Janeiro). Se a temática retornou, deve-se em parte a que existem governos na região que Hollywood e o governo dos Estados Unidos caracterizam como antidemocráticos ou autoritários, como, por exemplo, o governo de Hugo Chávez na Venezuela ou o de Daniel Ortega na Nicarágua.



Fonte: [http://cinema10.com.br/upload/os%20mercenarios\(1\).jpg](http://cinema10.com.br/upload/os%20mercenarios(1).jpg)

Para poder compreender como as ditaduras militares tornaram-se quase que sinônimos da política da América Latina, devemos avançar primeiro sobre a construção do poder militar na região e depois sobre as distintas fases que o mesmo atravessou nos diferentes países.

Para começar, temos que lembrar que os exércitos nacionais da região têm uma dupla origem na América Latina ao longo do século XIX. Por um lado, durante as lutas contra a presença europeia no continente americano, foi preciso construir simultaneamente um Exército e um Estado. Em quase todos os casos, o Estado teve como principal objetivo dar sustentação material a esse Exército. Num segundo momento, depois da chamada etapa de anarquia institucional que se seguiu às independências, novamente os Estados foram rearticulados na base da articulação de um poder econômico e militar menos poderoso, porém central na reconstituição dos Estados-Nação.

Na segunda metade do século XIX, novamente o Exército assumiu uma posição decisiva no confronto ou na consolidação dos grupos dirigentes. Por tanto, os exércitos da região se apresentaram

como o centro da nação e a base da nacionalidade. Igualmente essa origem servia para identificar o Exército com a pátria. Para isso propomos a seguinte periodização:

- De 1808 a 1860: constituição dos primeiros exércitos durante o período independentista.
- De 1860 a 1920-1930: criação dos exércitos modernos.
- De 1920-1930 a 1960: a era militar, quando os exércitos começam a participar da vida política.
- Desde 1960: o papel dos militares se internacionaliza por causa da entrada da América Latina no marco da Guerra Fria.

O primeiro autoritarismo do século XX

Os dois primeiros períodos anteriormente mencionados escapam à nossa análise, porque se referem ao século XIX. Porém, estes autoritarismos estão relacionados com o nosso período pela centralidade que os exércitos nacionais assumiram desde este mesmo momento. A luta independentista em todos os países da América Latina, o combate contra invasores estrangeiros, como no México; contra indígenas hostis, como na Argentina, no Chile ou no México; contra os vizinhos, como os países que participaram da Guerra da Tríplice Aliança; ou na consolidação da ordem interna, como na maioria dos casos, contribuíram para uma forte ligação entre o Estado e o seu Exército. De fato, não poucas lideranças militares alcançaram a primeira magistratura depois dos feitos militares deste período. Esta identificação continuaria no período posterior e seria a base da legitimidade para as intervenções militares na política nacional.

Desde a década de 1920, os militares ingressaram na política. A chegada na mesma foi, na maior parte dos casos, pela “esquerda do cenário”, questionando o *status quo*. Como exemplos arquetípicos, tem o caso chileno, já mencionado em aulas anteriores, quando em 1932 um grupo de jovens oficiais criou uma República Socialista que

forçou uma legislação reformista, não sem antes dissolver a Assembleia Nacional. Anteriormente, em 1922, vários jovens oficiais brasileiros tomaram parte em rebeliões espontâneas, dando início ao movimento conhecido como tenentismo. O Equador também teve o seu período de militarismo reformista que se iniciou em 1925.

Alguns governos militares da região tiveram perspectivas conflitantes, entre a reação e a reforma, como aconteceu com o governo militar que se estabeleceu na Bolívia, em 1936, e que oscilou entre a repressão, a saída militarista depois do conflito com o Paraguai e o reformismo social e econômico. O primeiro da saga de presidentes militares que se iniciou neste ano, José David Toro Ruilova, definiu o seu governo como uma Revolução Militar Socialista e os seus sucessores acompanharam as reformas iniciais, porém com uma forte tendência à centralização e ao autoritarismo. Seu sucessor, German Busch, embora mantivesse e aprofundasse as reformas econômicas e sociais foi acusado de nazista pela sua origem alemã e pelos seus assessores militares, o que o levou a cometer suicídio e deu oportunidade a militares alinhados com os Estados Unidos, porém favoráveis aos interesses tradicionais.



Figura 13.1: José David Toro Ruilova (1898-1977), presidente da Bolívia entre 1936 e 1937. Líder da autodenominada Revolução Militar Socialista.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:DAVID_TORO_RUILOVA.jpg

Mas nem todos os militarismos da região tiveram um viés progressista nem mesmo demonstraram qualquer ambiguidade. Na Argentina, um golpe conservador foi dado contra o presidente reformista Hipólito Yrigoyen, que tinha sido eleito pelas classes médias e pelos setores populares. Esse golpe, em primeira instância, tentou uma saída que restaurasse os latifundiários no governo, recolocando no poder um sistema aristocrático. Entre os conspiradores, havia partidários do fascismo que, mesmo em minoria, conseguiram impor neste primeiro momento como seu candidato um militar autoritário, embora não fosse declaradamente fascista. A virada em direção ao fascismo não agradava às classes dominantes, que não confiavam no apelo ao povo e ao industrialismo que estava presente no fascismo e preferiram a construção de uma democracia restringida, em que eles tinham preponderância e da qual eram banidos os membros do partido Unión Cívica Radical, partidários de Yrigoyen, assim como os comunistas. Os partidos reformistas, como o Partido Socialista, aceitaram participar da chamada *Fraude Patriótica*, que excluía seus principais rivais, porque entendiam que eles não eram necessariamente democráticos.



Figura 13.2: José Félix Uriburu (1868-1932), presidente da Argentina entre 1930 e 1932. Liderou o golpe militar que derrubou o presidente Yrigoyen.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Presidente_de_facto_Jos%C3%A9_F%C3%A9lix_Uriburu.JPG

Em outros países, os Estados Unidos treinaram forças militares ou policiais, que tiveram como objetivo a repressão à dissensão política antes do que a proteção das fronteiras. Estas forças militarizadas acabaram se apoderando do país, aproveitando-se da sua posição privilegiada no trato com os Estados Unidos e da sua proteção.

O caso paradigmático foi a Nicarágua, com o grupo de militares treinados pelos Estados Unidos, a *Guárdia Nacional*. Uma vez treinada e organizada como a principal força militar, passou a atuar na política e deslocou os partidos políticos tradicionais que anteriormente mediavam as relações com os Estados Unidos e, num segundo momento, desarticulou a resistência popular contrária aos seus interesses, valendo-se de assassinatos e de falsas promessas. A sua primeira e principal liderança, Anastásio Somoza García, assumiu como presidente em 1936 e fundou uma dinastia de ditadores nesse país.



Figura 13.3: Anastásio Somoza García (1896-1956), presidente da Nicarágua entre 1936 e 1956. Liderou a *Guárdia Nacional* e assumiu a presidência da Nicarágua com o apoio dos Estados Unidos.
Fonte: <http://library.thinkquest.org/17749/somoza.html>

O que unificou a posição de todos estes movimentos militares, que se apresentaram desde a década de 1920, foi a sua desilusão com o liberalismo como doutrina econômica e como prática política. As perturbações econômicas, que ecoaram de forma diferente e com tempos diferentes em cada país, levaram a América Latina na mesma direção que outras sociedades.

Nos Estados Unidos, o *New Deal* foi uma reação centralizadora e favorável ao planejamento econômico, como resposta à não intervenção na economia e na sociedade que acabou catapultando esse país na crise.

Na Europa a situação foi muito mais dramática. O fascismo e o stalinismo não unicamente evidenciaram os limites do *laissez-faire* e a desconfiança nos valores democráticos, como impulsionaram o centralismo e o autoritarismo que acabaram se impondo ao longo da década de 1930. Esta tendência foi sustentada no clima de desconfiança e no confronto ideológico entre democracia, socialismo e fascismo, que criou um clima bélico que passou do debate ideológico, político e eleitoral para o embate entre modelos que culminaram na Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, as perturbações do liberalismo convenceram os militares da necessidade de uma intervenção que ratificasse os rumos dados pelo liberalismo econômico e político, legitimados em grande medida pelas tradições próprias e, não menos importante, pelas práticas adotadas nos países centrais. Os embates ideológicos se apresentaram atenuados e com pouco fôlego na América Latina, os fascismos locais em momento algum foram ameaças para os regimes democráticos ou autoritários e o comunismo não contava nem mesmo com a permissão de Moscou para levar à frente uma ofensiva revolucionária. Desta forma, os militares legitimaram o seu acionar na crítica ao liberalismo e aos seus praticantes, enfatizando a necessidade de mudanças nos sistemas produtivos que permitissem a dinamização das forças econômicas e um melhor aproveitamento dos recursos naturais e, por outro lado, retomar a paz social perdida durante a crise, fosse por meio de reformas ou por meio da repressão.

Ainda durante este período, a Segunda Guerra Mundial teve um impacto importante nos processos políticos da América Latina. A luta contra o fascismo tinha sido uma luta pela democracia, e a derrota do Eixo devia ser uma derrota das tendências autoritárias e militaristas, com exceção da América Central, onde o autoritarismo permitido pelos Estados Unidos excedia as tendências do período e excetuava de simpatias nazistas os seus praticantes. Todos os governantes autoritários da América Central e do Caribe tinham dado mostras de provada colaboração com os Estados Unidos antes e durante a guerra. O problema estava na América do Sul, e a pressão dos Estados Unidos fez com que muitos dos governos autoritários da região dessem lugar a governos democráticos ou provadamente favoráveis aos aliados. Porém, nem sempre as pressões dos Estados Unidos obtiveram os resultados esperados.

Embora tenhamos apresentado o autoritarismo quase que como patrimônio dos militares, na realidade foi produto de sociedades que se debatiam sobre como enfrentar a crise do liberalismo. Mas o autoritarismo não foi produto exclusivo dos militares nem da crítica ao liberalismo. Outros elementos também mobilizaram as tendências antidemocráticas. Em alguns casos, estas tendências eram simpáticas à democracia, porém uma democracia restrita e reservada aos pares.

A expansão social e econômica dos países latino-americanos desde finais do século XX atraiu novos trabalhadores às principais cidades, portos e centros industriais e de mineração da região, o que ocasionou a presença de uma massa da população que tanto convivia com as aristocracias dominantes, quanto começava a lhes disputar o controle do sistema produtivo, da dominação política e da imposição de novas pautas culturais. Imigrantes europeus, mestiços e indígenas eram apresentados como ameaças que deviam ser controladas e, se necessário, extirpadas do conjunto da população ou submetidas a processos de controle para que não afetassem a parte “saudável” da população.

Em algumas oportunidades, os partidários destas tendências limitaram-se a apresentar teorias eugênicas e científicas de melhora da raça ou de elevação da população, mas não unicamente. Em outras oportunidades, os grupos racistas ou aristocratizantes passaram da crítica à ação e à repressão dos seus alvos favoritos: indígenas, mestiços e imigrantes europeus. Assim, na Argentina, o alvo principal era o imigrante, principalmente se este era judeu; nos Andes, o inimigo principal era o indígena; e na América Central, o problema estava representado pelas migrações regionais, principalmente os trabalhadores afro-descendentes. Em vários países da América Latina, no início do século XX, surgiu um conjunto de associações denominado *Ligas Patrióticas*, que reuniam estudantes, empresários, mulheres e outros grupos que sentiam que as suas sociedades sucumbiam perante as invasões bárbaras de imigrantes que não reconheciam os seus superiores históricos ou de indígenas que tiravam o brilho das cidades europeizadas.



Figura 13.4: Membros da polícia e forças paramilitares da Liga Patriótica Argentina patrulhando as ruas de Buenos Aires durante as greves da Semana Trágica de 1919.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Liga_Patri%C3%B3tica_Argentina.jpg

O autoritarismo e o anticomunismo: a Guerra Fria

O fim da Segunda Guerra consagrou a hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente. Mesmo quando nem todos os países aceitaram esta hegemonia a mesma era irreversível e evidente. E isto tinha consequências para os latino-americanos – a mais evidente de todas foi o ingresso na Guerra Fria, desta vez involuntariamente. Como exemplo desta nova política, temos que mencionar o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (1947), que estabeleceu princípios de solidariedade coletiva para afrontar qualquer agressão que viesse de fora do continente.



Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR)

O Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR) foi assinado por boa parte dos países da América Latina, no mesmo momento em que foi discutido e aprovado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Nicarágua (1948) e Equador (1949). O objetivo do mesmo era o de garantir a defesa conjunta da região pelos países que a formavam. A proposta para a criação do Tratado partiu dos Estados Unidos, que esperava o comprometimento da região numa possível invasão ou ataque soviético. O Tratado nunca foi implementado, em grande medida porque os próprios interesses dos Estados Unidos nunca foram colocados em risco.

A política de defesa mútua contra o inimigo externo, que era encarnado pelo comunismo, partia da base de que a região era imune ao comunismo. A principal política para o comunismo foi a sua proscrição, principalmente depois de declarada a Guerra Fria. A proscrição dependeu de cada país e foi circunstancial, segundo as necessidades de cada país. Mas se, por acaso, o comunismo aparecia como ameaça, isto ocasionava algum tipo de reação, que podia ser a intervenção militar propiciada pelos próprios Estados Unidos, como aconteceu na Guatemala.

O caso da Guatemala foi um caso arquetípico do tipo de relação estabelecida entre os Estados Unidos e os países centro-americanos e caribenhos depois da Segunda Guerra Mundial e que, ainda depois da Revolução Cubana, foi o padrão de comportamento a ser seguido até 1989, quando foi invadido o Panamá com a desculpa da luta contra o narcotráfico. Sempre o apelo à defesa dos interesses dos cidadãos americanos de alguma ameaça específica ou a luta contra o comunismo foram as principais justificativas para as mesmas. A presença dos Marines ou de algum tipo de força militar treinada pelos Estados Unidos foi utilizada para o combate a estas ameaças.

Como mencionado, a Guatemala sofreu um golpe militar em 1954 contra o governo reformista encabeçado por Jacobo Arbenz. O golpe foi organizado pela CIA, que treinou e preparou oficiais do exército guatemalteco, que executou a tarefa. Porém, é impossível dissociar esta ação dos Estados Unidos. A CIA arranhou recursos e a logística necessária, fez uma campanha propagandística contra Arbenz e divulgou planos falsos da URSS de utilizar a Guatemala como cabeça de praia para a América Latina. Se na origem do golpe estava defender os interesses da United Fruit Co., que tinha perdido terras numa modesta reforma agrária, o objetivo principal era impor a sua presença e a sua força depois de alguns movimentos políticos regionais que se afastavam dos Estados Unidos, como o peronismo argentino e a Revolução Boliviana. A intimidação não foi totalmente bem-

sucedida, se pensarmos que entre os reprimidos na Guatemala se encontrava um jovem médico argentino, Ernesto Guevara, mais conhecido como *Che*.

De alguma forma, esse foi o padrão para a América Central e o Caribe. Para o resto da América Latina, as coisas foram um tanto diferentes e dependeram muito mais da dinâmica política dos próprios países. Uma intervenção direta era inviável e de fato não aconteceu. Os Estados Unidos, na sua defesa da democracia, entendida esta como a defesa dos seus interesses, tiveram que aplicar outra tática para esta região. O ponto central da sua estratégia foi manter estreitas relações com as elites locais, principalmente com as suas Forças Armadas – das suas demandas ou das suas iniciativas dependiam as forças anticomunistas. Deu-se máxima prioridade à luta contra o denominado *inimigo interno*.

O *inimigo interno* eram aquelas forças que entravam em rota de colisão com os interesses dos Estados Unidos ou das elites locais. Na década de 1950, e aos poucos, foi incorporado um novo conceito, a *segurança nacional*, que veio a substituir o velho conceito de defesa nacional. Qualquer intento de mudança social passava a ser considerado como uma tentativa comunista. Até o governo de Perón, que não se reconhecia como marxista, foi visto como uma ameaça vermelha, porque a mobilização dos trabalhadores poderia desencadear posteriormente uma aproximação ao comunismo.

No período entre 1962 e 1966, a mobilização popular e as tentativas de reformas em vários pontos da região desencadearam uma série de nove (!) golpes cívico-militares sobre aqueles governos que eram considerados como condescendentes com o comunismo, ou que podiam levar os países da região em direção ao comunismo.

A sucessão de golpes foi a seguinte: Argentina e Peru, 1962; Guatemala, Equador, República Dominicana e Honduras, 1963; Brasil e Bolívia, 1964; e novamente a Argentina em 1966. Houve um curto período em que os militares latino-americanos voltaram a um reformismo de tipo nacionalista, o que de alguma forma foi tolerado pelos Estados

Unidos, se estes tinham a força suficiente para se sustentar internamente, porque entendiam que esse nacionalismo reformista era uma forma de conter os avanços dos movimentos de massas.

A experiência mais significativa neste sentido foi o Governo Revolucionário das Forças Armadas de Juan Velasco Alvarado no Peru, que teve lugar entre 1968 e 1975. O seu governo realizou uma reforma agrária, nacionalizou o petróleo, reconheceu direitos aos indígenas e precisou aproximar-se da União Soviética para abastecer-se de certos produtos e de tecnologia e, mesmo assim, os Estados Unidos foram tolerantes com estes militares. Se a situação variou foi quando Velasco Alvarado pretendeu retomar os territórios pelo Peru para o Chile na Guerra do Pacífico de finais do século XIX, em 1975. Para esse momento, a situação política regional tinha mudado significativamente e os Estados Unidos entenderam que tinha chegado o momento de dar estabilidade à região, não permitindo que o seu aliado, Augusto Pinochet, fosse hostilizado por Velasco Alvarado e que, na esteira deste conflito, outros países reivindicassem direitos, como a Bolívia e a Argentina, que também tinham conflitos limítrofes com o Chile.

Nesta mesma linha de reformismo nacionalista militar, não podemos esquecer Omar Torrijos, presidente do Panamá entre 1968 e 1981, que, mesmo numa zona “quente” como a do Canal do Panamá, conseguiu desenvolver uma política anti-imperialista e independente da URSS e dos Estados Unidos.



Figura 13.5: Juan Francisco Velasco Alvarado (1910-1977), presidente do Peru entre 1968 e 1975.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Juan_Velasco_Alvarado.jpg

Há múltiplas interpretações para considerar os golpes militares desta segunda metade do século XX. Alguns entendem que estas foram *ditaduras excepcionais*, nas quais o objetivo principal era o de salvaguardar a ordem constitucional. Portanto, a preocupação principal era a de manter a institucionalidade antes de combater o comunismo. O discurso anticomunista estaria vinculado com a oposição deste último às instituições liberais, o que certamente é uma interpretação controversa, se pensarmos que o golpe no Brasil demorou 23 anos para repor a institucionalidade perdida. Entre outras versões, digamos que alguns pesquisadores analisam os golpes que tiveram lugar nas décadas de 1960 e 1970 das seguintes formas: *golpes preventivos* seriam aqueles nos quais os golpes teriam acontecido para evitar a passagem ao comunismo de governos não confiáveis; *golpes contrarrevolucionários*, que teriam lugar em situações pré-revolucionárias e como forma de desestimular

a passagem para um governo revolucionário; e, finalmente, *golpes conjunturais*, que se explicariam muito mais pela dinâmica das forças políticas locais, antes do que pela imposição de uma potência estrangeira.

Cada uma destas teorias tem as suas peculiaridades, ou bem focam a análise em alguma situação específica ou bem se detêm em algum dos principais fatores que teriam ocasionado cada um destes golpes. Portanto, em cada golpe encontraremos elementos que podem ratificar uma ou outra posição. Antes de analisar os casos concretos mais importantes destes golpes (Chile em 1973 e Argentina em 1976), apresentaremos um elemento fundamental e unificador das justificativas golpistas: a denominada *Doutrina de Segurança Nacional*.



Atende ao Objetivo 1

1. A primeira metade do século XX esteve marcada pela participação dos militares na política regional. Apresente as motivações e as manifestações dessa participação.

Resposta Comentada

A presença de militares na vida política da região não está restrita a um período único. De fato, os militares participaram na criação dos Estados-Nação em toda a América Latina, lutando contra as metrópoles e, ao mesmo tempo, condicionando o tipo de repúblicas que estavam sendo construídas. Segundo este ponto de vista, de alguma forma, os militares sempre se identificaram como a salvaguarda da pátria e da sua forma política organizada, o Estado. Com os profundos conflitos ideológicos que tomaram conta dos debates nas décadas de 1920 e 1930, os militares realizaram as opções possíveis entre fascismo e comunismo e desta forma se posicionaram. A Guerra Fria e a derrota do fascismo deixaram claro que só haveria espaço para um tipo de manifestação: a defesa da democracia e do capitalismo e estas foram as opções adotadas.

A Doutrina de Segurança Nacional

Mesmo que a denominada Doutrina de Segurança Nacional nunca tenha sido enunciada como tal, diversos acadêmicos, pesquisadores e instituições entendem que existe uma série de preceitos que, todos juntos, configurariam uma prática e uma ideologia comum na luta contra o comunismo. Nesta Doutrina, que suspende momentaneamente os Direitos Humanos, a luta contra o comunismo se justificaria pela necessidade de preservar os valores cristãos e capitalistas do Ocidente contra o avanço do comunismo antinacional e ateu.

A Doutrina de Segurança Nacional teve como ponto de partida a necessidade do governo Nixon de comprometer as Forças Armadas dos países da América Latina na defesa do continente. Os Estados Unidos estavam comprometidos no seu combate ao comunismo na África e na Ásia, principalmente no Vietnã, e precisavam de um auxílio no território que consideravam como próprio. Portanto, envolviam as forças militares locais, poupando recursos humanos e militares para outros empreendimentos e garantindo o território que era a sua retaguarda. Porém, a ameaça não era necessariamente externa, pelo

contrário, era a própria população quem poderia estar atuando de forma inadequada ao acompanhar governantes considerados como populistas ou movimentos que exigiam reformas, e os dois caminhos poderiam terminar por levar os países da região ao comunismo.

A Doutrina de Segurança Nacional conseguiu que os militares deixassem de lado os países vizinhos como inimigos históricos e passassem a perseguir seus próprios cidadãos. Dessa forma, no lugar de iniciar guerras locais, as ditaduras militares confluíam contra uma ameaça que consideravam como mais perigosa e real: os militantes revolucionários, reformistas ou simples ativistas que reivindicavam melhores condições de vida ou de trabalho. Um dos exemplos da unidade destes governos foi a *Operação Condor*, que conseguiu unificar os militares rivais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em operações de contrainsurgência, inteligência e intercâmbio de prisioneiros.

Os principais elementos da Doutrina estavam centrados nas operações de contrainsurgência e na construção de aparelhos de inteligência e perseguição dos concidadãos. Muitos dos militares que participariam destas ações ou que liderariam estes movimentos tinham estudado em academias militares nos Estados Unidos (a mais conhecida era a West Point) ou num centro especializado na América Latina: a Escola das Américas, situada no Panamá. Aqui se ditavam cursos sobre repressão e liderança. Junto com a Escola das Américas, outra vertente das técnicas da contrainsurgência foi apresentada aos militares latino-americanos pelos oficiais franceses que tinham participado das lutas contra a independência da Argélia. Estes assessores operaram diretamente nos países da América Latina. O conjunto de ensinamentos foi posteriormente repassado pelos militares da região, como aconteceu com militares argentinos que participaram do assessoramento das forças da repressão em El Salvador.

Para a Doutrina de Segurança Nacional, os sujeitos da repressão eram vistos como traidores da pátria e, portanto, não tinham os direitos de qualquer cidadão comum. Ao serem traidores

da pátria, perdiam os direitos civis e os de defesa em juízo justo. A tortura podia ser aplicada porque estavam em risco as vidas dos cidadãos não envolvidos nas atividades que os militares consideravam como subversivas e que acabaram por envolver as atividades armadas, mas também a propaganda, a agitação, a organização e até o simples contato com os revolucionários. Em 1977, o general Ibérico Saint Jean, governador da província de Buenos Aires, na Argentina, resumia esta posição: “Em primeiro lugar, vamos matar todos os subversivos, depois os seus colaboradores; depois os simpatizantes; depois os indiferentes, e finalmente, aos tímidos.” Demais está dizer que eram os próprios militares os que determinavam quem era ou não subversivo, e sem direito à defesa pouco podia fazer o cidadão para garantir os seus direitos.

As sociedades latino-americanas que tinham experimentado um processo de agitação política, de mobilização e organização na melhora das suas condições de vida, de integração econômica e de resgate da sua dignidade chegaram à década de 1980 exaustas, abúlicas e atemorizadas ante a intimidante ação dos militares contra os seus próprios concidadãos. Dois exemplos da brutalidade e do exagero no desrespeito contra os cidadãos dos seus países são representados pelos governos ditatoriais de Augusto Pinochet, no Chile, e os militares do Processo de Reorganização Nacional na Argentina, como veremos a seguir.

Chile: da revolução em paz à ditadura pinochetista

Na Aula 9, apresentamos o processo chileno liderado por Salvador Allende e o golpe de Estado que o derrubou em 11 de setembro de 1973. Augusto Cesar Pinochet Ugarte foi o encarregado de liderar o golpe e o governo que se seguiu e que continuou até 1990. Ele mesmo ficou no comando das Forças Armadas ainda até 1998. Pinochet é central para compreender o golpe de Estado, a repressão que se seguiu, a imposição do

neoliberalismo no Chile e, finalmente, o tipo de transição em direção à democracia ao longo da década de 1990. A ditadura chilena está profundamente ligada à sua principal liderança, mas ele sozinho não é suficiente para poder explicar as transformações chilenas ao longo desse período.

O período em que Pinochet ficou no comando do Chile não pode ser visto de uma forma única ou como um processo que já estava pronto no momento em que o golpe foi dado. De fato, Pinochet, que era comandante em chefe do Exército, não fazia parte da conspiração militar e foi informado pelo seu lugar institucional, porém, uma vez informado, e depois de consultar seus camaradas mais próximos, tomou a liderança do processo. Ao assumir o comando do golpe, foi mais cruento e determinado que aqueles que estavam previamente na liderança. A emergência da sua liderança mostrou como seria a sua atuação posterior, vacilante no início e determinada depois. E esta determinação se expressou num alto grau de crueldade na perseguição dos seus inimigos políticos e na elevação a cargos de confiança e no comando das forças da repressão a homens que se destacavam pelo seu anticomunismo e fidelidade pessoal ao ditador.

A primeira imagem que apresenta Pinochet e a sua ditadura foi o bombardeio ao Palacio de la Moneda, a casa de governo chilena, na qual foram presos membros do governo e perdeu a vida Salvador Allende, o presidente democrático. A partir daqui se desatou uma violenta repressão que já não se deteria durante toda a ditadura. Nos primeiros meses, a repressão foi tão intensa e indiscriminada que o Estádio Nacional foi convertido num centro de detenção, pelo qual passaram mais de 40 mil pessoas, incluídos estrangeiros, muitos dos quais foram torturados e outros mortos. Aí foi morto o jornalista americano Charles Horman, que investigava as relações do militares chilenos com empresas e o governo dos Estados Unidos. Outros locais também foram utilizados com esta finalidade, entre eles o Estádio Chile, atual Estádio Víctor Jara, onde foi torturado e morto o músico do mesmo nome.

O episódio Horman revelou as relações dos Estados Unidos com o golpe militar. De fato, além do treinamento na Escola das Américas de muitos militares chilenos, houve outra circunstância que levou a um envolvimento mais próximo entre as elites econômicas e militares do Chile com o governo e as empresas dos Estados Unidos que se sentiram prejudicadas pela política econômica da Unidade Popular. Os Estados Unidos enviaram agentes de inteligência e espiões que colaboraram com a organização do golpe, assim como, desde 1970, jornais e jornalistas receberam apoio financeiro norte-americano para desestabilizar o governo de Salvador Allende. Assim como, durante este governo, os Estados Unidos atuaram para asfixiá-lo financeiramente, com boicotes e negação de empréstimos, a chegada de Pinochet reativou o comércio e permitiu a chegada de recursos financeiros.

Mesmo assim, os primeiros tempos do governo Pinochet foram economicamente difíceis com a inflação em aumento e o PIB em queda. A situação levou o governo militar a tomar medidas tendentes a modificar a economia, como diria Pinochet: “Transformar o Chile num país de proprietários e não de proletários”. Para isto, foram convocados jovens economistas chilenos formados na Universidade de Chicago, e que seriam conhecidos como os *Chicago Boys*. Eles foram responsáveis pelas medidas de liberalização da economia, da diminuição do Estado de Bem-Estar, de elevação dos impostos que impactavam mais os setores populares que os cidadãos mais abastados (como o imposto ao consumo), a reforma trabalhista e o ingresso de produtos importados sem impostos. As medidas, que começaram a ser implantadas em 1975, em meio às fortes críticas internas, tiveram sucesso pleno em 1977 e até 1982 foram bem-sucedidas, alavancando a popularidade deste grupo de economistas e do próprio Pinochet, assim como os números do desemprego.



Figura 13.6: Na capa do livro de Alcira de la Peña *Chile: el Pueblo Vencerá* (Buenos Aires, Ed. Fundamentos, 1974), uma foto do Estádio Nacional convertido num centro de detenção.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chile_el_pueblo_vencera.jpg

Nos primeiros anos de governo, a posição do Chile foi confortável nos meios internacionais, com a cobertura dada pelos Estados Unidos. Porém, a chegada ao governo de Jimmy Carter levou o Chile ao isolamento, reforçado pela sua política nacionalista que quase ocasiona um conflito com a aliada ditadura militar da Argentina, em 1978. A chegada de Margaret Thatcher ao governo da Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 modificou este isolamento. O Chile era um exemplo econômico e novamente era bem-recebido pelos principais governos do mundo. Thatcher e Reagan elogiaram a política econômica chilena e a tomaram como exemplo nos seus países, dando início à era do neoliberalismo no mundo todo. Durante a Guerra das Malvinas entre a Inglaterra e a Argentina, o Chile de Pinochet priorizou estas relações aos vínculos com as ditaduras regionais, diferentemente da atitude tomada pelos governos do Brasil, Bolívia, Peru e Uruguai,

entre outros. Esta atitude resultou num isolamento regional que se manteria com o advento dos governos democráticos até o fim do governo Pinochet.

A crise econômica de 1982 foi uma nova oportunidade para radicalizar o modelo neoliberal com privatizações, demissões no serviço público, desvalorização da moeda e diminuição do investimento nas áreas de saúde e nos investimentos de infraestrutura. Estas medidas coincidiram com a recuperação internacional, porém foram consideradas como um novo milagre econômico, que repercutia nos seus aspectos negativos entre trabalhadores formais e informais.

Durante o golpe, a oposição se organizou em dois grandes grupos. Por um lado, a Aliança Democrática (liderada pelos democratas cristãos) e o Movimento Democrático Popular (que congregava socialistas e comunistas) atuavam junto a políticos e movimentos populares; por outro lado, estavam os grupos guerrilheiros que lutavam pela democracia e pelo socialismo. Os dois grupos mais importantes foram o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) e a FPMR (Frente Patriótica Manuel Rodríguez). Se, por um lado, a resistência pacífica conseguiu certa liberdade de expressão e o retorno de parte dos exilados, a resistência armada, ainda à custa de grandes perdas próprias, ocasionou danos físicos e materiais aos membros da ditadura. Porém, a DINA (Direção da Inteligência Nacional) e, posteriormente à sua dissolução, a CNI (Central Nacional de Inteligência) conseguiram controlar e monitorar os esforços dos guerrilheiros e políticos que tentavam derrotar o governo de Pinochet, chegando em casos a assassinar os principais representantes da oposição, como aconteceu com Orlando Letelier e Carlos Prats, ambos de destacada atuação durante o governo Allende.



Figura 13.7: Bandeira da Frente Patriótica Manuel Rodríguez, o braço armado do Partido Comunista do Chile. Tomou o nome de um herói da independência. Iniciou as suas operações em 1983.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:FPMR_Chile.SVG)
Archivo:FPMR_Chile.SVG

Em 1980, a Constituição tinha sido reformada pela ditadura e estabelecia que em 1988 seria realizado um plebiscito no qual se consultaria sobre a continuidade de Pinochet até 1997. O plebiscito permitiu a reorganização da oposição com um objetivo concreto que era o de colocar um limite ao poder de Pinochet. Em 5 de outubro de 1988, se votou para determinar esta cláusula da nova Constituição e a vitória correspondeu ao NÃO, por 55% contra 45%. Embora Pinochet não quisesse aceitar a derrota e pretendesse manipular os resultados, finalmente a posição da Junta foi a de aceitar o resultado. Dessa forma e segundo a própria Constituição, Pinochet conseguiu mais um ano de governo. A *Concertación de Partidos por la Democracia*, como se denominava a frente de partidos opositores, venceu novamente em julho de 1989, modificou-se a Constituição e em dezembro desse ano venceram as eleições para presidente e para o Congresso. O novo presidente Patricio Aylwin da Democracia Cristã governou de comum acordo com o Partido Socialista, o Partido para a Democracia e o Partido Radical Social Democrata assumindo o governo em março de 1990.

Argentina: o processo de reorganização nacional

Outro caso de relação entre a dinâmica local e a dinâmica internacional, mas especificamente a relação com os Estados Unidos, é o caso da Argentina na década de 1970. Se no caso chileno é difícil determinar qual fator tinha mais peso, se a relação do Chile com os Estados Unidos ou a opção pela via ao socialismo, no caso argentino a questão é um tanto mais clara, ou ao menos o motivo é mais claro, que é o desenvolvimento de um forte conflito entre forças armadas e os grupos revolucionários.

A história argentina da segunda metade do século XX está fortemente condicionada pela trajetória do movimento político criado por Juan Perón, cuja origem apresentamos na Aula 5. Depois de ser deposto por um golpe cívico-militar, Perón abandonou a Argentina e começou um exílio, que iniciou em 1955, viúvo e no Paraguai, e concluiu em 1973, casado com Isabel Martínez e na Espanha. Nesse meio-tempo, o movimento por ele criado padeceu da proscrição e da repressão, militantes foram presos ou mortos e se o peronismo conseguiu sobreviver como força política foi, em grande medida, pela persistência do movimento operário que, por ter sido o mais beneficiado nos anos dos peronistas, continuou a aportar militantes e recursos econômicos. Por outro lado, a sociedade argentina iniciou o processo posterior a Perón tentando reconstruir a democracia nos moldes do período anterior. Se a expectativa era a de restaurar a velha ordem, as mudanças estruturais tornavam esta hipótese uma utopia que mirava a um passado que não mais voltaria. A saída democrática, que se demorou em três anos depois do golpe, levou Arturo Frondizi à presidência. Frondizi entendia que a industrialização argentina não poderia ser ignorada e com ela o movimento operário e os industriais. Ele se declarava desenvolvimentista e fez um acordo com os peronistas, porém o seu governo naufragou nas limitações estabelecidas pelo militares. Ante uma tibia abertura política para que os peronistas se apresentassem com outro nome, ele foi expulso

do governo. Seguiu-se um governo que aceitou a proscrição dos peronistas e acabou sendo eleito com 25% dos votos, sendo que os 18% dos votos foram em branco, o que representava a segunda minoria. Perón tinha feito um apelo pelo voto branco e a sua força se manifestava neste número impactante. O governo eleito em 1963 também foi deposto em 1966 devido à pressão dos trabalhadores peronistas e da inconformidade dos militares.

Finalmente os militares decidiram enfrentar os trabalhadores e fazer um governo de disciplinamento social. O general Juan Carlos Onganía, presidente nesse momento, governou entre 1966 e 1970. No meio-tempo, a Argentina, assim como o resto do mundo, entrou num processo de radicalização social e política. Em 1966, expulsou cientistas e universitários e começou um processo de censura que, além das proscrições políticas corriqueiras a peronistas e marxistas, continuou com as artes e se estendeu aos novos sujeitos urbanos como os hippies. A sociedade reagiu com protestos pacíficos, como os cientistas e os hippies, ou violentos como os dos estudantes e operários. A escalada de protestos foi irrefreável e um vigoroso movimento de massas emergiu na industrializada Córdoba, unificando estudantes e operários, que tomaram esta cidade durante a greve de 36 horas decretada no dia 29 de maio de 1969. E o movimento não se deteve e outras cidades industriais fizeram sentir o seu descontentamento, como Rosário (1971), novamente Córdoba (1971) e Mendoza (1972).

Junto com o movimento de massas, que crescia e colocava os militares na defensiva, outra vertente do descontentamento crescia sem controle: a guerrilha. Exatamente um ano depois do Cordobazo, em 29 de maio de 1970, uns poucos jovens sequestravam e fuzilavam Pedro Aramburu, o militar que tinha derrubado Perón. Esta foi a primeira ação dos Montoneros, que viria a ser a mais importante guerrilha peronista. Quase que simultaneamente surgia o Exército Revolucionário do Povo (ERP) dependente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Os dois grupos rivalizariam pelo controle do movimento revolucionário, porém os Montoneros conseguiram o

maior dos feitos: forçaram o governo militar a deixar voltar Perón. Em finais de 1972, Perón retornava em visita à Argentina e, em 1973, voltava definitivamente para ser candidato a presidente e ficar no governo até a sua morte em 1974.



Figura 13.8: Uma barricada de operários nas ruas de Córdoba em 29 de maio de 1969 durante o Cordobazo.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Cordobazo.jpg>

Não abordaremos aqui as guerrilhas: unicamente queremos mostrar o crescimento do movimento de massas e das organizações armadas. Se Perón conseguiu controlar o ímpeto transformador dos operários e dos guerrilheiros, a sua viúva e vice-presidente, Isabel Martínez de Perón, não teve as mesmas condições. A inflação crescia aceleradamente e os ajustes monetários e fiscais ou os pactos sociais entre trabalhadores e empresários não tinham efeito nenhum numa economia estagnada e golpeada pelas lutas sociais e pela crise externa. Os guerrilheiros descontentes voltavam à ação e grupos armados da direita respondiam numa escalada das ações violentas. Intelectuais, sindicalistas, militares, políticos ou estudantes eram mortos pelos grupos armados e o poder político só dava ouvidos aos pedidos da pacificação pela via das armas.

Nesta situação os militares decidiram depor a presidente e tomar o controle do processo repressivo e econômico. Para eles,

todos os males deviam-se ao peronismo, fosse de direita ou de esquerda, fosse político ou sindical, e o objetivo dos militares seria eliminar a guerrilha e o peronismo de uma tacada só.

Se os objetivos eram locais, a eliminação do peronismo, a metodologia era a mesma da chilena e a ensinada na Escola das Américas pelos assessores franceses: repressão e aniquilação física do inimigo. Mesmo quando este inimigo não era necessariamente pró-soviético ou comunista, o peronismo era visto como um potencial desagregador, tal que os militares conseguiram encaixar os peronistas nesta categoria e, com isso, receber a aprovação dos Estados Unidos para dar o golpe militar.

O golpe teve pontos em comum com o golpe pinochetista, como, por exemplo, a sua crueldade para com o inimigo, a extensão da repressão e a implantação de uma política liberal de destruição do Estado de bem-estar; por outro lado, teve as suas diferenças, principalmente a política de expansão de suas táticas repressivas no resto do continente e o objetivo da aplicação do neoliberalismo econômico. Neste caso, a economia era pensada como mais uma arma na luta contra o peronismo – destruído o aparelho industrial estaria desarticulado o movimento operário e, portanto, o peronismo.

Se estas foram as premissas dos militares, a execução teve que se adequar à realidade. Em primeiro lugar, tiveram que derrotar a guerrilha, e isso não foi de imediato. Até 1980, grupos guerrilheiros estiveram ativos, embora estivesse claro que a derrota era inevitável e o custo humano fosse altíssimo. Em segundo lugar, os militares tiveram que superar as brigas internas entre eles próprios e entre as armas. A Marinha aspirava a ter uma posição importante no governo militar, ao que o Exército se negava. Isso fez com que o Almirante Emilio Massera, comandante da Marinha, utilizasse guerrilheiros que tinham sido apresados por esta força como assessores de imprensa e políticos para alavancar as suas pretensões presidenciais. As disputas entre as armas ocasionaram mortos e constrangimentos mútuos no âmbito local e internacional. Em terceiro lugar, o liberalismo proposto pelo todo-poderoso ministro da economia, José Alfredo Martínez de

Hoz, teve que se adequar ao apoio dado pelos industriais, que não pretendiam que as suas indústrias fossem esmagadas e só almejavam a resolução dos conflitos no setor produtivo.

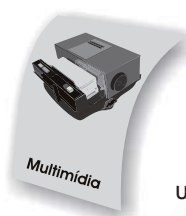
Além do mais, outro elemento fundamental da ascensão e queda do regime foi a política internacional, muitas vezes errática e oportunista e nem sempre favorável aos Estados Unidos. O nacionalismo geográfico, que se dava de frente com o liberalismo econômico, quase ocasionou uma guerra com o Chile, em 1978, pelo domínio de umas ilhas limítrofes e acabou provocando a catástrofe da guerra das Malvinas, já em 1982, durante a presidência de Leopoldo Galtieri. A política exterior oscilou entre o alinhamento aos Estados Unidos, como o boicote às Olimpíadas de Moscou em 1980, e o apoio logístico e de treinamento a militares da América Central, ao conflito bélico com a Inglaterra em 1982 e, portanto, enfrentando os Estados Unidos, o que levou os militares a terem que partilhar o Movimento de Países não Alinhados com Cuba, Iugoslávia, Angola e outros países socialistas. Também tiveram políticas oportunistas, como a relação comercial com a URSS, mesmo quando foram boicotados os Jogos Olímpicos de Moscou, o que permitiu que as relações entre ambos os países não fosse interrompida e que a URSS fosse o principal destino das exportações argentinas.



Figura 13.9: Da esquerda para a direita, Jorge Rafael Videla (1925-), Isabel Martínez de Perón (1931-) e Emilio Massera (1925-2010) num encontro em dezembro de 1975.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Isabelita,_Videla_y_Massera.jpg

O último ponto que devemos considerar é o fato de que as medidas tomadas pelos governos do Processo de Reorganização Nacional acabaram provocando reações que não puderam controlar. A repressão, que ocasionou mais de 30 mil mortos ou desaparecidos, levou ao surgimento de um forte movimento de Direitos Humanos, que sustentou uma resistência pacífica e constante e, ao mesmo tempo, abriu portas no mundo todo. Não podemos esquecer que, em 1980, foi entregue o prêmio Nobel da Paz a Adolfo Pérez Esquivel, militante de direitos humanos e que, ainda hoje, as *Madres de la Plaza de Mayo* e as *Abuelas de la Paza de Mayo* são reconhecidas no mundo todo pela sua perseverança na luta pelos seus filhos e netos. Assim como a reação à política nacionalista que acabou na Guerra das Malvinas foi o ponto de partida para a reorganização dos partidos políticos e a base de sustentação na luta contra a ditadura no seu último ano.



Sugestões de filmes e livros

As experiências chilenas e argentinas geraram uma grande quantidade de filmes e romances que operaram como uma espécie de catarse para ambos os povos. Alguns deles mais recentes, outros menos, porém de fácil acesso nas locadoras ou nas bibliotecas. O *segredo de seus olhos* e *A história oficial*, os dois da Argentina, receberam cada um deles um prêmio Oscar.

Filmes sobre o Chile:

- *A morte e a donzela* (1994) Dir.: Roman Polanski (Reino Unido)
- *La Frontera* (1992) Dir. Ricardo Larraín (Chile)
- *Machuca* (2004) Dir.: Andrés Wood (Chile)

Filmes sobre a Argentina:

- *A história oficial* (1985) Dir.: Raúl Puenzo

- *Crônica de uma fuga* (2006) Dir.: Adrián Caetano
- *Kamchatka* (2002) Dir.: Marcelo Piñeyro
- *O segredo dos seus olhos* (2009) Dir.: Juan José Campanella

Romances:

- DORFMAN, Ariel. *A morte e donzela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIGLIA, Ricardo. *Respiração artificial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Ed. Original, 1980).
- SORIANO, Osvaldo. *Cuarteles de invierno*. Buenos Aires: Seix Barral, 2008 (Ed. Original, 1980).



Atende ao Objetivo 2

2. Na Argentina e no Chile tiveram lugar os dois processos que podemos denominar como arquetípicos da aplicação da Doutrina da Segurança Nacional. Analise como se apresentaram estes fenômenos.

Resposta Comentada

A segunda metade do século XX foi marcada pela Guerra Fria e, na América Latina, primou a adoção da Doutrina da Segurança Nacional, que condicionou os rumos da política e dificultou qualquer forma de manifestação de descontentamento, porque era interpretada como uma crítica ao capitalismo e aos Estados Unidos. Na Argentina e no Chile, a aplicação da Doutrina foi quase que completa na perseguição e destruição dos grupos que contestavam o sistema e os seus executores e foi complementada com a aplicação, em primeira mão, do neoliberalismo. Estes países que foram apresentados como exemplos na luta contra o terrorismo foram responsáveis pela morte de milhares dos seus compatriotas e pela destruição dos sistemas produtivos, tudo em nome da defesa da democracia e dos valores ocidentais.

RESUMO

O militarismo e as ditaduras na América Latina têm suas origens na organização dos Estados Nacionais. Por isso é que o militarismo e as emergências de tendências autoritárias têm a ver com a identificação dos exércitos nacionais com as próprias nações. Os exércitos nacionais se identificaram com a própria nação, dessa forma entenderam que os seus interesses correspondiam aos interesses nacionais. Os exércitos não atuam sempre da mesma forma, pelo contrário, as contradições foram muitas ao longo da História da América Latina. Exércitos que antes eram progressistas momentos mais tarde foram conservadores.

O militarismo e os processos ditatoriais estiveram marcados, em grande medida, pelos momentos históricos. Alguns dos processos tiveram tendências socialistas ou comunistas e outros fascistas. Porém, a

partir da segunda parte do século XX, seguindo os preceitos da Guerra Fria, os militares latino-americanos partiram para um alinhamento irrestrito com os Estados Unidos e para a defesa da democracia. Estes dois elementos nem sempre marcharam juntos, pelo contrário. A defesa da democracia foi o pretexto ideal para manter estados autoritários e alinhados com os Estados Unidos, o objetivo final.

A radicalização na América Latina da Guerra Fria levou a uma nova fase das lutas contra o comunismo na região. Esta nova fase se caracterizou pela Doutrina da Segurança Nacional, na qual o inimigo não estava mais fora das fronteiras, também estava dentro dos países. Segundo esta doutrina, o protesto social era a porta da entrada para o comunismo e, portanto, era preciso fechar esta via. A Doutrina de Segurança Nacional foi responsável pela impossibilidade da resolução democrática dos conflitos sociais e políticos, assim como ocasionou a morte de dezenas de milhares de pessoas e o exílio de milhões em todo o continente. Os casos paradigmáticos da Argentina e do Chile permitiram-nos apresentar as motivações e consequências da aplicação da Doutrina ensinada na Escola das Américas, no Panamá, e por instrutores franceses que tinham participado das repressões da Indochina e da Argélia. A Doutrina veio associada ao neoliberalismo, à desestruturação do Estado de bem-estar e à desindustrialização da região. As consequências deste período serão apresentadas na próxima aula.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula sobre América Latina, abordaremos as consequências dos regimes autoritários e ditatoriais e a implantação do neoliberalismo, assim como a emergência dos novos governos progressistas ou neopopulistas. Apresentaremos as condições que deram lugar a estes fenômenos e os principais casos. Vamos realizar um mapeamento dos debates relacionados sobre a relação entre neoliberalismo e neopopulismo como formas específicas da política na região.

Aula 14

Os EUA nos anos 1990

Rodrigo Farias de Sousa

Meta da aula

Apresentar a política externa americana na última década do século XX, bem como questões internas relevantes do período, com ênfase nas áreas política e econômica.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as novas diretrizes das relações exteriores americanas no contexto do pós-Guerra Fria;
2. reconhecer as causas e peculiaridades da prosperidade atribuída ao período;
3. descrever as dificuldades políticas enfrentadas pelo governo de Bill Clinton.

Pré-requisito

Seria desejável você já ter travado conhecimento com a noção de “neoliberalismo”, de que tratamos no item “A Era Reagan”, da aula anterior.

INTRODUÇÃO

Na aula passada, tratamos dos anos 1970 e 80, enfatizando a crise política e econômica iniciada na primeira década e a recuperação ocorrida na segunda, sob o governo de Ronald Reagan. Examinamos os pontos fracos desse reerguimento dos EUA e vimos também como a aproximação com a URSS de Mikhail Gorbachev criou um novo clima internacional que, finalmente, pôs fim à Guerra Fria que consumiu imensos recursos ao longo de quatro décadas. Esse novo contexto representou uma oportunidade (ou antes um desafio) para a superpotência americana, agora a única remanescente em um mundo no qual o comunismo era agora um inimigo derrotado.

Nesta aula, veremos como os dois governantes americanos dos anos 1990, George H. Bush e Bill Clinton, lidaram com a nova situação de seu país.

George H. Bush e o projeto de uma “nova ordem mundial”

Nas eleições de 1988, Ronald Reagan conseguiu fazer seu sucessor: ninguém menos que o seu vice, George Herbert Walker Bush. Milionário do ramo do petróleo, ex-embaixador americano na ONU e ex-diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), Bush venceu com cerca de 53% do voto popular. Provavelmente o mais experiente dos presidentes americanos em matéria de política externa, caberia a Bush a administração da transição dos EUA rumo a um mundo em que, cada vez mais, a lógica da Guerra Fria parecia obsoleta.

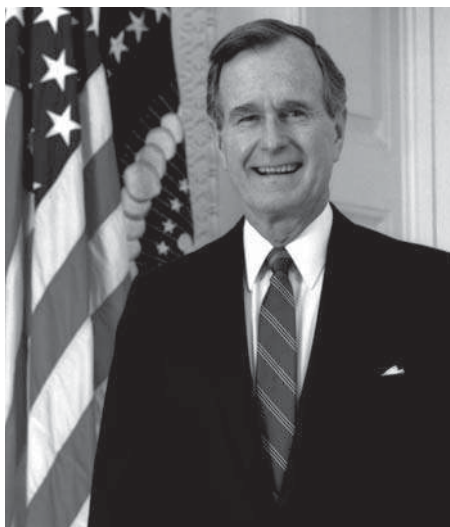


Figura 14.1: O retrato oficial do presidente George H. W. Bush (1989-1993).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:George_H._W._Bush,_President_of_the_United_States,_1989_official_portrait.jpg

Estadista formado nos tempos da bipolaridade entre EUA e URSS, Bush, ironicamente, começou o governo em um dos anos mais agitados da segunda metade do século, quando os regimes comunistas do Leste Europeu ruíram como as pedras numa fileira de dominós. Mas o que parecia o sonho dos *guerreiros frios* ocidentais foi acompanhado apenas a distância por parte dos americanos. Não houve nenhuma grande iniciativa deles em termos de política externa, e, exceto pelo apoio retórico dado aos países da região, a palavra de ordem americana, ao que parecia, era a inação. Só a partir de 1990 “começaram a se desenhar os primeiros movimentos concretos da transição, iniciando-se o desafio de reestruturar as feições do cenário [mundial] a partir das novas realidades de poder e fluxos internacionais que estavam se constituindo” (PECEQUILO, 2005, p. 294).

Com a reunificação da Alemanha, em fins de 1990, a ordem estabelecida a partir da Segunda Guerra Mundial havia terminado. A Europa, que fora o foco gerador e a arena principal da Guerra

Fria, encontrava-se numa situação muito diferente daquela do pós-1945, quando os EUA haviam se afirmado de vez como potência hegemônica no mundo. A “Cortina de Ferro” *praticamente* deixara de existir (a pequenina e isolada Albânia manter-se-ia socialista até 1992) e a União Soviética encontrava-se debilitada e ávida da ajuda do Ocidente. Qual deveria ser o papel dos EUA nesse contexto?

Em primeiro lugar, devemos entender que o *status quo* beneficiava os EUA. Com o desmantelamento do império soviético, a maior ameaça militar em potencial parecia neutralizada e, economicamente, os americanos ainda estavam muito acima dos demais países (embora o Japão tivesse parecido ser um rival à altura nesse campo, durante os anos 1980). Apesar de já haver um debate interno sobre os EUA serem uma potência em declínio — quanto mais não fosse, um declínio *relativo* pela ascensão de outras potências, ainda que não do mesmo calibre —, o fato era que, pelo menos até agora, o mundo usualmente classificado como *bipolar* tinha perdido um dos seus polos. Os EUA herdavam, assim, uma ordem internacional mantida por instituições que eles mesmos haviam ajudado a criar: a ONU, o FMI, o Banco Mundial, a OTAN, entre outros. O bloco socialista, que era a maior alternativa aparente a esse estado de coisas, jazia falido. E mesmo a China, ainda dominada pelo PC, abria-se mais e mais à lógica de mercado desde os anos 1970. Portanto, a prioridade americana agora era manter uma estabilidade mundial que, afinal de contas, lhe era favorável.

Em vista disso, pode-se entender a reação firme dos EUA quando o Iraque invadiu o Kuwait em 2 de agosto de 1990. Ora, como vimos na aula anterior, os EUA têm uma severa dependência do petróleo importado, grande parte dele vindo do Oriente Médio. Com a invasão, o Iraque, uma ditadura militar que tinha recebido o apoio dos EUA numa guerra regional com o Irã entre 1980 e 1988, havia desequilibrado o mercado internacional e aumentado sua parcela nele, já que o Kuwait também é rico em reservas. Preocupados com a estabilidade em uma região estratégica, os EUA não podiam deixar passar essa aventura do ditador Saddam Hussein.

Assim, obtiveram da ONU a autorização para a formação de uma ampla aliança militar com o objetivo de expulsar os iraquianos do território invadido. Logo, o pouco conhecido tirano do Iraque tornou-se a “encarnação do mal” na mídia — posto vago desde 1989 — que não cansava de educar a população a respeito das atrocidades de Hussein.

Nesse contexto, os EUA adotaram uma postura multilateralista, valendo-se da ONU para legitimar uma intervenção militar, como fizeram 40 anos antes na Coreia. Agora que o mundo saíra da Guerra Fria, era o momento de inaugurar uma nova era na história do mundo, “orientada segundo os valores e princípios simbolizados pelos Estados Unidos — a cooperação, os direitos humanos, a paz e a liberdade, cujo núcleo seriam as Nações Unidas”. Todos os Estados convergiriam em torno de um conjunto de valores e princípios comuns. Nas palavras do próprio presidente Bush:

Este é um mundo novo e diferente. Nunca, desde 1945, havíamos tido a possibilidade de usar as Nações Unidas da maneira que foram concebidas: como um centro para a segurança coletiva internacional (...) A tarefa central do mundo — antes, agora e sempre — deve ser demonstrar que a agressão não será tolerada ou recompensada (...) As Nações Unidas podem ajudar a trazer um novo dia (...) Está em nossas mãos (...) deixar as trevas [aonde] elas pertencem e impulsionar um movimento histórico em direção a uma *nova ordem mundial* e a uma longa nova era de paz (BUSH, 1990 apud PECEQUILO, 2005, p. 301. Grifo da autora.)

Na prática, os EUA não se engajaram muito nessa nova ordem, embora pudessem ter feito mais. Os países ex-comunistas, por exemplo, esperavam uma espécie de novo Plano Marshall (vide Aula 6) que os ajudasse a se integrar de forma segura à economia mundial e a organizações de segurança como a OTAN, mas nada foi feito nesse sentido. Pelo contrário, os EUA apostaram na “mão invisível” para a consolidação dessas transições (PECEQUILO,

2005, p. 297). Também não houve investimentos em organizações como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (conhecida pela sigla em inglês, APEC), que tinha objetivo de desenvolver e estreitar os laços econômicos dos EUA e vários países da Ásia e da Oceania. A África, com o fim da Guerra Fria, ocupou uma posição ainda mais marginal do que antes. Só nas Américas é que os EUA pareceram prontos para uma mudança, com a Iniciativa para as Américas de 1990, um plano que incluía a ideia de um mercado comum hemisférico, mais tarde retomada com a proposta da ALCA.

Em meados de janeiro de 1991, após o Iraque recusar um ultimato das Nações Unidas para se retirar do Kuwait, a coalização chefiada pelos EUA deu início à Operação Tempestade do Deserto, ou Guerra do Golfo, como é popularmente lembrada. Foi uma vitória rápida — os iraquianos praticamente não deram combate, e a mídia retratava frequentemente os soldados de Hussein se entregando pacificamente às forças aliadas. Na memória do mundo, ficaram marcadas as precárias imagens noturnas feitas por repórteres ocidentais dos bombardeios a Bagdá, bem como o ataque dos mísseis iraquianos a Israel e à Arábia Saudita, numa tentativa desesperada de desviar o foco da guerra. As forças da coalizão tentaram passar a imagem de uma guerra “cirúrgica”, de bombardeios de precisão sem baixas de civis, mas não foi o que efetivamente aconteceu: embora não haja dados exatos, a revista *Businessweek* de 6/2/2003 publicou uma estimativa segundo a qual mais de 150.000 pessoas podem ter perdido a vida direta ou indiretamente por conta de uma guerra que durou menos de um mês e meio.

No fim, os iraquianos se retiraram do Kuwait, como a ONU determinara, e Bush deu a missão da coalizão por encerrada. (Houve a tentativa de derrubar Saddam, mas, além da provável maior dificuldade militar e do aumento nos custos, isso seria ir além do que as Nações Unidas haviam autorizado.) A Guerra do Golfo alavancou a popularidade do presidente e se tornou o seu grande triunfo político. Contudo, não foi suficiente para sustentá-lo por muito tempo.

A despeito do sucesso no Golfo, a realidade e o sentimento de declínio continuavam presentes na vida política doméstica norte-americana, funcionando como um constrangimento a qualquer ação internacional mais elaborada e construtiva. Sobre a única superpotência restante, um dos comentários mais frequentes no pós-Golfo era de que os Estados Unidos haviam feito a guerra, mas que as contas haviam sido pagas pelos demais países. Dada a situação de sua economia, os Estados Unidos não eram mais nem mesmo capazes de financiar suas campanhas militares e, portanto, muito menos de construir o novo e ambicioso mundo que propunham (PECEQUILO, 2005, p. 302).

Essa percepção negativa contaminou a imagem do presidente, que ficou estigmatizado como o “presidente da política externa” — ou seja, alguém que se interessava mais por questões de fora do que de dentro do país. Mesmo no campo da política externa, seus críticos afirmavam que a postura dos EUA havia se tornado “fundamentalmente reativa e passiva (...) o país havia parado no tempo” (PECEQUILO, 2005, p. 304). Aparentemente, a “nova ordem mundial” era um slogan vazio; os EUA nada mais faziam que se limitar a manter a situação existente, sem nenhum gesto ou plano grandiosos como os que havia levado a cabo no pós-1945.

Depois de tanta importância a questões externas, nas eleições de 1992, os americanos atravessavam uma recessão e queriam alguém que priorizasse suas preocupações domésticas. Para isso, levaram ao poder o ex-governador democrata do Arkansas, Bill Clinton, cujo lema era “É a economia, estúpido!”.

Começa a Era Clinton

As eleições que levaram William Jefferson Clinton ao poder em 1992 foram peculiares. Além dos candidatos republicano (Bush) e democrata (o próprio Clinton), concorreu também um

independente, o bilionário Ross Perot. Este conseguiu quase 20% dos votos, sugerindo um certo desencanto do eleitorado americano com os partidos tradicionais. Mesmo assim, Clinton, com seu foco nos problemas internos, levou a melhor, conquistando 43% dos votos.



Figura 14.2: Bill Clinton em 1993.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bill_Clinton.jpg

A primeira mudança notável na Casa Branca após sua vitória talvez tenha sido de estilo. Aos 46 anos, Clinton assumiu transmitindo uma imagem de jovialidade e vigor, em contraste com a figura austera do antecessor e lembrando, por sua vez, a imagem pública de John Kennedy. Ainda candidato em 1992, apareceu tocando saxofone em um programa de TV, e, eleito, sua mensagem era de otimismo: “Não há nada de errado na América que não possa ser curado pelo que há de certo na América”, diria ele no seu discurso de posse (CLINTON, 1993). E o otimismo era mesmo necessário: sendo o primeiro democrata no poder depois de 12 anos de governos republicanos, Clinton herdava “uma dívida colossal e um *deficit* orçamentário de 290 bilhões de dólares”, além de uma taxa de desemprego de 7,3% – alta para os padrões americanos (BERNSTEIN; MILZA, 2007, p. 183).

Conhecido como um centrista, Clinton começou o governo com projetos ambiciosos, entre os quais a reforma do sistema de saúde americano. Sua esposa, Hillary Clinton, seria a sua grande representante nessa luta, que, no entanto, esbarrava contra o *lobby* dos seguros de saúde e nos ataques da direita, sempre avessa a uma maior participação do Estado em programas sociais ou na regulamentação de determinados setores econômicos. Após meses de concessões e alterações na proposta, o projeto seria abandonado, para ser retomado década e meia depois, já no governo de Barack Obama.

Outra tentativa que não deu certo foi no plano dos direitos civis: o fim da proibição de homossexuais nas forças armadas americanas. Após muita discussão, Clinton só conseguiu aprovar uma política curiosa chamada *Don't ask, don't tell* (*Não pergunte, não conte*), segundo a qual os homossexuais podiam continuar na carreira militar desde que sua orientação sexual não fosse revelada, ao mesmo tempo que as autoridades militares se absteriam de qualquer esforço para investigar a vida pessoal de seus membros. Era uma medida estranha, pois ao mesmo tempo que deixava subentendido o reconhecimento de que havia homossexuais entre os militares, recusava-se a aceitá-los abertamente como cidadãos prestando serviço ao país. Mais uma vez, somente no governo Obama tal postura seria modificada, já no final de 2010, embora ainda aguarde a devida implementação.

Mas os maiores desafios de Clinton ocorreriam a partir das eleições legislativas de 1994, quando o Congresso, até então dominado pelos democratas, caiu nas mãos de um Partido Republicano dominado por *conservadores* de perfil ideológico, comprometidos com um conjunto de políticas específicas (o “Contrato com América”) que incluíam diminuição de impostos e a diminuição da atuação do governo (sobretudo desregulamentação). Liderados pelo presidente da Câmara, Newt Gingrich — que advogava uma transferência de poder do governo central para os estados —, os conservadores assumiram uma inflexível postura de oposição a Clinton, a ponto de não votarem

o orçamento federal de 1995 — o que paralisou o governo federal entre fins de 1995 e o início de 1996. Diante de opositores tão aguerridos, Clinton teria de fazer concessões, e o fez de forma astuta: simplesmente assimilou várias propostas republicanas, de maneira a privar a oposição da justificativa para qualquer novo boicote. Entre elas, cortes nos programas governamentais de bem-estar social, alguns dos quais foram eliminados ou limitados, o que era uma tradicional reivindicação conservadora. (Lembre-se de que o conservadorismo americano defende uma economia mais livre, favorecendo as forças de mercado em detrimento de intervenções do governo.) O governo passa, portanto, por uma reorientação mais à direita em nome da governabilidade com um Congresso oposicionista. Foi nesse espírito que Clinton obteve a reeleição em 1996, com 49% dos votos, contra 42% do seu adversário republicano, Bob Dole.

Ao assumir o segundo mandato, Clinton “apresenta-se agora como o homem do consenso e da reconciliação nacional, afirmando que gostaria de passar para a posteridade como o homem que preparou os Estados Unidos para o século XXI”. Para isso, deseja formar uma “coalizão de centro” que exclua os “extremistas” dos dois partidos. Dá atenção às diversas minorias, tendo o cuidado de nomear seus membros para cargos de governo: “Dos 14 membros do seu ministério, três são negros, um é hispânico e quatro são mulheres, entre as quais Madeleine Albright, primeira mulher a assumir o cargo de secretária de Estado.” Na Defesa, demonstra espírito bipartidário, nomeando um republicano moderado, William Cohen.



Figura 14.3: Madeleine Albright, primeira secretária de Estado dos EUA, junto com oficiais da OTAN em 1999.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Madeleine_Albright_NATO.jpg

A política externa e (falta de) segurança interna

Sob o governo Clinton, os EUA continuaram buscando uma definição precisa do seu papel no mundo. Segundo Cristina Pecequillo, depois de um período inicial mantendo as linhas de Bush, o novo presidente apresentou uma estratégia para a política externa americana marcada por quatro grandes prioridades:

1. Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, inclusive a norte-americana, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos (...)
2. Incentivar (...) a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes.
3. Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meio de políticas específicas.
4. Perseguir uma agenda humanitária para a melhora das condições de vida em regiões prejudicadas. Posteriormente,

criar condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema [internacional] pacífica e democraticamente.

Na prática, tratava-se de manter a liderança dos EUA no mundo, difundindo tanto quanto possível seu modelo, evitando fontes de instabilidade, ao mesmo tempo que não se estabeleciam limites precisos à sua atuação. Eram diretrizes vagas, permeadas de idealismo, e que não reconheciam “as limitações do poder americano no Pós-Guerra Fria” (PECEQUILO, 2005, p. 311-312). “No novo paradigma, a ordem continuava sendo o objetivo máximo, e o caos, o inimigo imediato, sem que se estabelecesse onde e quando esses objetivos deveriam ser perseguidos” (PECEQUILO, 2005, p. 313). A preocupação com a ordem e a estabilidade, que já vinha desde Bush, pode ser vista, por exemplo, na intermediação americana nas negociações de paz entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, em 1993. Da mesma forma, a preocupação humanitária viria a se consolidar no que ficou conhecido como a “Doutrina Clinton”, uma política de intervenção que tinha como prioridade “a prevenção da emergência de guerras e conflitos que desrespeitassem os direitos dos povos”. Tal postura — necessariamente seletiva — levaria os americanos a liderar operações militares, por exemplo, nos espinhosos conflitos étnicos na ex-Iugoslávia, incluindo, em 1998 e 1999, as lutas no Kosovo. Neste último caso, aliás, deve-se observar que o país já volta a agir de forma mais unilateral, sem esperar pela autorização da ONU e valendo-se, em vez disso, das forças da OTAN, lideradas por eles. Mesmo no discurso, os EUA voltam a reafirmar sua posição de hegemonia, usando expressões como “a nação indispensável” — ou seja, aquela que, mais que as outras, tinha responsabilidades para com a manutenção da ordem internacional, agora com ênfase na defesa dos direitos humanos.



Figura 14.4: Clinton entre o premiê israelense Yitzhak Rabin e o líder palestino Yasser Arafat, na negociação de um acordo de paz em 1993. Exemplo de um triunfo diplomático americano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bill_Clinton,_Yitzhak_Rabin,_Yasser_Arafat_at_the_White_House_1993-09-13.jpg

Na frente interna, a década de 1990 trouxe eventos dos mais preocupantes. Um deles foi o primeiro atentado ao World Trade Center, em fevereiro de 1993, pouco depois da posse de Clinton. O ataque, baseado num caminhão-bomba deixado no estacionamento de uma das torres com o objetivo de derrubar uma sobre a outra, não teve o alcance esperado, porém matou sete pessoas e feriu *mais de mil*. As investigações revelaram que os responsáveis eram fundamentalistas islâmicos, liderados por um xeique egípcio cego que pregava em mesquitas de Nova York e Nova Jersey. Acabaram presos, julgados e condenados à prisão perpétua. O caso foi resolvido, mas foi um prenúncio sinistro de que o país já entrava no circuito do terror internacional, e especificamente de um tipo que até então era novidade em território americano.

Mas foi em 1995 que se deu o maior atentado da história americana até então. No dia 19 de abril, na cidade de Oklahoma, um outro caminhão-bomba abriu um rombo de 9 andares no Edifício Alfred P. Murrah, de propriedade do governo federal, matando 168 pessoas e ferindo quase 700. Suspeitou-se inicialmente de um novo ataque de terroristas islâmicos, mas as investigações mostraram que,

desta vez, a autoria era mais próxima. Uma operação gigantesca conduzida pelo FBI concluiu que os terroristas eram os americanos Timothy McVeigh e Terry Nichols, dois simpatizantes do chamado movimentos de milícias, grupos paramilitares com um discurso antigovernista radical. McVeigh acabaria condenado à morte, e Nichols, à prisão perpétua. O atentado acabaria sendo retratado na cultura popular, como no longa-metragem da série *Arquivo X*.



Figura 14.5: Os destroços do atentado de Oklahoma, dois dias após o evento.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Oklahomacitybombing-DF-ST-98-01356.jpg>

O atentado de Oklahoma motivou o endurecimento das leis antiterrorismo, aprovado pelo Congresso em 1996. Entre as principais provisões, estavam o aumento no poder do governo federal para deportar estrangeiros suspeitos de envolvimento com terroristas ou condenados por outros crimes e ,também, a limitação do direito

ao *habeas corpus*, “limitando a capacidade dos prisioneiros, especialmente aqueles no corredor da morte, de apelar de suas condenações ou sentenças a cortes superiores” (ANDRYSZEWSKI, 1997, p. 74-5). Tais medidas despertaram a contestação de grupos defensores dos direitos civis, que viam nelas uma ameaça aos direitos constitucionais dos cidadãos americanos. Esse mesmo conflito, entre um governo em busca de maiores poderes em nome da segurança e organizações defensoras dos direitos individuais, se repetiria com ainda mais força poucos anos mais tarde, após os atentados de 11 de setembro de 2001.



Atende ao Objetivo 1

1. Considere o trecho abaixo:

Ao entrarmos no século XXI, devemos nos comprometer em sempre respeitarmos o legado da liderança norte-americana — devemos nos certificar que a América permaneça como a nação indispensável, não somente para nós mesmos, mas por tudo em que acreditamos e para todas as pessoas do mundo. Esta é a nossa oportunidade. E deve ser nosso futuro. – Bill Clinton, Remarks to the people of Detroit (PECEQUILLO, 2005, p. 323).

De forma geral, qual o papel que os dois governos americanos dos anos 1990 — de Bush pai e Clinton — atribuíam aos EUA em suas relações com o resto do mundo? E que diferenças se podem apontar na maneira como cada um implementou sua visão a respeito?

Resposta Comentada

Em comum, ambos reconheciam o papel de liderança americana no mundo pós-Guerra Fria. Entretanto, havia diferenças entre eles: Bush optava por uma abordagem mais multilateral, em que os EUA, então passando por dificuldades econômicas, liderariam, sim, mas agiriam em sintonia com seus aliados, sobretudo as Nações Unidas. Já Clinton, que inicialmente manteve essa abordagem, até por estar mais preocupado com questões internas, aos poucos vai adotando uma postura mais assertiva, e mesmo unilateral.

Uma “nova economia”?

A economia americana começa a dar sinais positivos já a partir de meados de 1994, com a diminuição do desemprego, da inflação e do déficit orçamentário. Tais sinais não foram atribuídos imediatamente ao desempenho do governo, daí a vitória republicana em 94. Mas já no seu segundo mandato, contudo, Clinton gozaria de uma grande popularidade, boa parte dela graças ao bom desempenho da economia. De fato, a segunda metade dos anos 1990 seria lembrada como um período de imensa prosperidade para os EUA, com uma considerável expansão nos negócios. Falava-se de uma “nova economia”, impulsionada pela alta tecnologia e a informatização, que garantiria um aumento na riqueza geral, tanto mais quanto fosse deixada livre da regulamentação governamental — como apregoava o neoliberalismo. Mas seria essa percepção verdadeira?

A questão é complexa, pois de fato havia o que comemorar. O historiador James T. Patterson apresenta alguns dados que nos revelam um pouco das condições de vida do americano médio no período (e um pouco além):

Em 2001, uma porcentagem recorde de casas — 68 por cento — era ocupada pelo proprietário, mais do que os 64% de 1990. Os espaços das unidades de habitação construídas nos anos 1990 eram ainda maiores em média do que antes (e as famílias eram menores), portanto oferecendo mais conforto pessoal e privacidade, e abrindo espaço para uma grande variedade de mercadorias e bugigangas. Muitos outros produtos, como os automóveis, eram de maior qualidade que em anos anteriores e custavam menos em dólares ajustados pela inflação (...). Na virada do século, os Estados Unidos eram verdadeiramente uma utopia de bens de consumo, conveniências, e confortos pessoais. Dos 107 milhões de lares no país em 2001, 106 milhões tinham televisão em cores (76 milhões tinham dois ou mais aparelhos); 96 milhões tinham videocassetes ou leitores de DVD; 92 milhões tinham microondas; 84 milhões, máquinas de lavar; 82 milhões, TV a cabo; 81 milhões, ar condicionado, fosse num cômodo ou central; 79 milhões, secadores de roupa elétrico ou a gás; 60 milhões, computadores pessoais; e 51 milhões, acesso à Internet. Mais de 85 milhões de lares tinham um ou mais carros ou caminhões. (...) A escolha do consumidor era ainda mais atordoante do que anteriormente, ao ponto dos compradores reclamarem de "ansiedade induzida por catálogos" (PATTERSON, 2005, p. 357).

Os EUA ainda eram, pois, uma sociedade com uma imensa capacidade de consumo, ainda maior agora. E essa era um bom medidor do humor da população acerca do país. Mas não era o único dado positivo. O nível de desemprego chegava a 4%, o mais baixo em muitos anos, e a participação americana na economia mundial ainda era enorme — em 2001, quando Clinton passou o governo a seu sucessor, George W. Bush, o país era responsável por

22% da produção *mundial*. A pobreza, que em 1994 atingia cerca de 38 milhões de pessoas, agora caíra oficialmente para 31 milhões, e “os americanos ainda gozavam das rendas *per capita* mais altas do mundo em poder real de compra” (PATERSON, 2005, p. 357). Havia ganhos na produtividade — os bens e serviços produzidos pelo trabalhador médio num período dado —, que crescia oficialmente a aproximadamente 2,5% ao ano a partir de 1995, contra 1,4% nos 20 anos anteriores (HODGSON, 2004, p. 89).

As causas da prosperidade eram várias. Em primeiro lugar, alguns fatos inerentes à economia americana: um mercado doméstico imenso, riqueza de recursos naturais, uma ética do trabalho muito forte, a chegada de imigrantes, uma cultura de empreendedorismo. Mas, para além disso, havia fatores específicos da época: o compromisso do governo com um orçamento mais equilibrado (lembramos que Clinton herdou grandes déficits dos antecessores), juros baixos, sobretudo a partir de 1995; uma população disposta a consumir; petróleo barato e, finalmente, um dólar mais fraco, que fortaleceu os setores de exportação (PATTERSON, 2005, p. 359).

Essa boa fase estimulou um discurso triunfalista repetido nos meios de comunicação de massa. Publicações especializadas como o *Wall Street Journal* e a revista *Fortune* celebravam a prosperidade da época, e políticos, financistas e empresários repetiam o diagnóstico. Parecia que os tempos de recessão haviam finalmente passado de vez, sob a égide do mercado livre num mundo em que o capitalismo — e especificamente o capitalismo no modelo americano — era a única alternativa. Mas a verdade era que esses dados positivos não eram os únicos; havia outros menos agradáveis, como, por exemplo, a concentração de renda. Nas palavras de Godfrey Hodgson,

Enquanto nos anos 1980 os salários se dispersaram, com os maiores ganhadores se afastavam dos que estavam no meio do *ranking*, enquanto [estes] se afastavam dos que ganhavam menos, agora os pobres estavam se aproximando da classe média, mas os ricos se afastavam de todos os demais (HODGSON, 2004, p. 90).

Em outras palavras, a classe média e os pobres se pareciam cada vez mais, enquanto os ricos ficavam ainda mais ricos. Vários outros indicadores mostravam que a distribuição de renda e de riqueza em geral se tornava cada vez mais desigual, mais ainda do que nos anos de Reagan. “Em 1999, o executivo-chefe [CEO] mediano ganhava notáveis 107 vezes mais que o trabalhador mediano, o dobro da proporção de 1989 e cinco vezes a de 1962.” (HODGSON, 2004, p. 91). Às vezes, tais números poderiam ser ainda maiores, dependendo da fonte e do parâmetro de comparação:

Segundo a revista *Business Week*, a remuneração dos principais executivos de empresas durante a década passou de 85 vezes mais do que os operários médios receberam em 1990 para cerca de 475 vezes mais do que os operários receberam em 1999. Enquanto isso, no Japão, esse múltiplo ficou em cerca de 11 vezes e na Grã-Bretanha (...) em apenas 24 vezes (FRANK, 2004, p. 28).

Outra evidência de que a prosperidade era seletiva veio do número de pessoas que possuíam plano de saúde. Em 1998, “menos de dois terços de todos os trabalhadores do setor privado (62,9%) tinha seguro de saúde fornecido pelo empregador”, um número levemente *menor* que em 1989. “Da mesma forma, em 1999 menos da metade de todos os trabalhadores do setor privado tinha um plano de previdência fornecido pelo empregador.” (HODGSON, 2004, p. 92). Em 1999, “os salários médios, descontada a inflação, ainda não tinham alcançado o nível que tinham em 1973”, sendo na verdade 10% *menores* — e isso apesar de, na média, a jornada de trabalho ser agora mais longa. Na verdade, se a família média ganhava US\$ 285 mais do que em 1989, era apenas porque agora mais membros da família trabalhavam. No geral, fica claro que a condição dos trabalhadores americanos no fim da década de 1990 era *inferior* ao que tinha sido imediatamente antes do choque do petróleo de 1973.

Ainda assim, em um bom exemplo de como a percepção pública e política de uma situação nem sempre é exata, nos anos 1990 os EUA continuaram apregoando a filosofia do livre mercado como *panaceia* econômica. Com o advento da internet e o entusiasmo mercadológico gerado pelas empresas “ponto-com”, a maior economia do mundo parecia um exemplo de sucesso. Nas palavras do economista Paul Krugman, em uma coluna intitulada “America the Boastful” (“América, a Vangloriosa”), publicada em 1998:

Após meros dois anos de boas notícias, o humor da América tornou-se impressionantemente triunfalista. Na visão de muitos líderes políticos e empresariais (embora de poucos economistas acadêmicos), nós entramos na era da Nova Economia, uma era na qual os limites tradicionais da expansão econômica não são mais relevantes. E porque temos a Nova Economia e o resto do mundo não, entramos também em uma era na qual a América é indisputavelmente a Número Um — e o resto do mundo deve adotar nossos valores, emular nossas instituições, se quiser competir (HODGSON, 2004, p. 100).

Que esse triunfalismo se baseava numa percepção exagerada ficou claro com o estouro da bolha da internet, em 2000. Até então, especialmente em 1998 e 1999, diversas empresas que exploravam esse novo meio de comunicação tiveram uma valorização muito rápida, atraindo grande número de investimentos e parecendo ser um caminho certo para grandes lucros. Assim, muitas companhias aparentemente promissoras foram objeto de uma febre especulativa, atingindo valores além do que suas reais condições permitiriam (lembra-se de 1929?). Os investimentos continuavam entrando apesar dos prejuízos que elas apresentavam, tamanha era a expectativa dos lucros. Era como se houvesse uma grande competição para saber quem seria o próximo Bill Gates, o dono da Microsoft, considerado o homem mais rico do mundo na época e o símbolo do **geek** bem-sucedido. Apesar de alguns alertas (vide mais adiante), as ações dessas empresas continuaram subindo febrilmente, sem que houvesse maior esforço por parte das autoridades financeiras para restringir

Geek

Gíria americana usada, no caso aqui, genericamente para designar entusiastas de tecnologia e particularmente de computadores. Assim como *nerd*, pode ser usado de forma lisonjeira ou depreciativa.

Fonte: <http://dictionary.reference.com/browse/geek?db=dictionary>

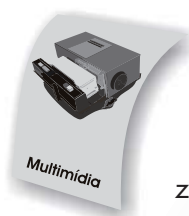
Globalização

Crescente internacionalização dos mercados de finanças, produtos e serviços, em um processo no qual os recursos nacionais – sejam eles financeiros, humanos ou tecnológicos – se tornam cada vez mais móveis, enquanto as diversas economias aumentam sua interdependência.

Fonte: Manual da OCDE sobre Indicadores da Globalização Econômica.

o mercado — isso ia contra a convicção dominante na eficiência do livre mercado, de que já falamos anteriormente. Porém, sempre chega o momento em que a realidade se impõe: quando a economia desacelerou no início de 2000, a bolha estourou, arruinando várias empresas virtuais e seus investidores no mundo real.

Um último ponto que merece ser mencionado a respeito da economia americana do período, como também da economia mundial como um todo, é a maior visibilidade do fenômeno da **globalização**. Embora o termo e o que ele procura descrever sejam mais antigos, a palavra tornou-se extremamente popular nos anos 1990. Palavras correlatas como *flexibilização* e *outsourcing* (“terceirização” — sobretudo internacional) se tornaram ora uma solução para negócios mais competitivos — sobretudo do ponto de vista dos empresários —, ora um pesadelo — por exemplo, para os trabalhadores assalariados americanos que foram trocados ou por máquinas ou pela mão de obra mais barata dos países em desenvolvimento, no contexto de uma economia em que os estágios de produção se espalharam por diversas áreas do globo. Nesse processo global, os EUA tinham, portanto, uma posição vital, dado o peso de sua indústria, de sua tecnologia e a enorme disponibilidade e alcance do seu capital. Porém, como exposto, essa posição era ambígua, pois parecia muito positiva para uns — há uma farta literatura americana enfatizando os ganhos da globalização — e uma ameaça para outros. Um exemplo disso foi a facilidade com que uma série de pânico financeiros correu rapidamente o mundo a partir de meados da década — as crises do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998) —, mostrando o quanto as diversas economias nacionais estavam cada vez mais interdependentes, e os EUA não eram exceção. E embora esse seja um assunto que transcenda o âmbito da história norte-americana, deve-se mencionar que um protesto em grande escala que marcou a história do movimento antiglobalização — que é de caráter internacional, não especificamente americano — se deu justamente nos EUA, na reunião ministerial da OMC de 1999, em Seattle.



A “Batalha de Seattle”

Os protestos contra o lado negativo da globalização realizados em Seattle resumiam muitas das queixas contra esse fenômeno, no qual os EUA têm um papel dos mais importantes. Se você quiser saber mais sobre o que passou, aqui vão duas sugestões de *pontos de partida* em português:

A Batalha de Seattle - http://www.bbc.co.uk/portuguese/esp_seattle_img.htm

Wikipédia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifestações_contra_o_encontro_da_OMC_em_Seattle (o artigo contém uma profusão de links para outros sites a respeito).

Se você lê inglês, ou quiser ver um número maior de imagens dos protestos, vale a pena ver a cobertura de um jornal local: <http://www.seattlepi.com/wto>.

Não obstante essas ressalvas, a economia americana não estava mais em recessão, como no período Bush. Um dos grandes beneficiários disso foi o próprio presidente Clinton, que teve de fazer uso da popularidade conquistada com a boa saúde da economia para lidar com uma onda de escândalos que quase repetiu o trauma de Watergate.



Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Veja um trecho de um artigo da revista *Exame*, de 9/5/1997 e responda à questão a seguir.

Mr. Greenspan e nós

Se Greenspan estiver certo, pode ficar mais difícil a privatização

Paulo Guedes

Investidores de todo o mundo acompanham nervosamente as pulsações frenéticas do mercado de ações no Estados Unidos.

De um lado, Alan Greenspan, o presidente do Federal Reserve, levanta a hipótese de que a marcha avassaladora de alta na última década e meia possa ter se transformado na bolha do século, exibindo sintomas claros de uma "exuberância irracional". (E Greenspan não é um leitor qualquer do clássico das bolhas, o livro *Extraordinary Popular Delusions and The Madness of Crowds* (1841), de Charles Mackay, ou do contemporâneo *Manias, Panics and Crashes*, de Charles Kindleberger.)

De outro lado, investidores profissionais e a população em geral. Esses, que derramam mensalmente bilhões de dólares em compras de ações, desfilam um otimismo triunfal em comemoração ao formidável desempenho da economia (os únicos desempregados nos EUA são economistas especializados em *business cycles*) e à vitória de seu paradigma institucional (democracia e mercados) após duas guerras mundiais, uma corrida nuclear e mais de um século de combates por mentes e corações de bilhões de seres humanos.

A Coca-Cola derrotou o socialismo, dizem os inebriados investidores. Milhões de russos e chineses serão agora consumidores vorazes, engordando os lucros de Warren Buffett, seu grande acionista e novo herói nacional que, sem sair de Omaha, atirou no que viu e acertou também no que não viu.

A irrefreável escalada da bolsa, trombeteando o fim da História e o início da Idade Dourada anuncia um crescimento futuro da riqueza material sem precedentes na História do homem.

(Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0633/noticias/mr-greenspan-e-nos-m0049486>)

a) De forma geral, que bases havia para tamanho entusiasmo por parte da segunda metade dos anos 1990? E que relação havia entre esse entusiasmo e a advertência de Greenspan a respeito de uma “exuberância irracional”?

Resposta Comentada

Em resumo, o entusiasmo se devia à recuperação da economia americana a partir de 1994 e, como indica o texto, à preponderância americana em um mundo no qual a lógica do liberalismo econômico (ou “neoliberalismo”) parecia consolidada. Também houve o impacto do advento da internet e do crescimento da importância do setor de computação e tecnologia.

Greenspan se referia ao perigo de uma “bolha” no mercado financeiro, impulsionada pelo excesso de entusiasmo. De fato, foi o que aconteceu sobretudo no setor de tecnologia e computação, o que ficou conhecido como “bolha da internet”, na qual se investiu pesadamente em empreendimentos que não eram realmente viáveis ou o eram muito menos do que se esperava.

b) Que relação se pode estabelecer entre a ascensão dos conservadores no Congresso dos EUA em 1994 e o entusiasmo pelo livre mercado de que fala o artigo? E como essa relação pode ter influenciado nas ações do governo Clinton?

Resposta Comentada

Os conservadores que ascenderam em 1994, na verdade continuadores da filosofia de Reagan, eram ardorosos proponentes do livre mercado e de uma menor atuação do governo na economia. O entusiasmo dos mercados de que fala o artigo se deve justamente à crença nos princípios neoliberais, já vigentes nos anos 1980 e que mantiveram sua influência nos 1990. Essa convergência afetou Clinton, por exemplo, quando, para manter a governabilidade, adotou propostas conservadoras dos republicanos, como a reforma dos programas sociais do governo.

O calvário público de Clinton

Além dos problemas políticos inerentes ao cargo de presidente, Bill Clinton foi constantemente perseguido por escândalos envolvendo ora fatos de suas administrações como governador do Arkansas, ora sua conduta particular já como presidente.

O primeiro deles ficou conhecido como Whitewater e eclodiu ainda no ano da eleição, em 1992. Em síntese, Clinton foi acusado de ter usado sua influência como governador do Arkansas, em fins dos anos 1970, para obter um empréstimo para uma associada sua e de sua esposa em um empreendimento imobiliário. Ao fim e ao cabo, os Clintons foram inocentados, mas o caso significou um desgaste político, tendo inclusive sido objeto de investigações no Congresso.

Mas Whitewater não foi o único caso a perturbar o presidente. Enquanto as investigações corriam, em 1994, uma ex-funcionária do governo do Arkansas, Paula Jones, acusou Bill Clinton de assédio sexual, que teria ocorrido no seu último mandato como governador,

em 1991. A justiça acabaria descartando a acusação por falta de provas, mas, em fins de 1998, Clinton negociou um acordo extrajudicial, concordando em pagar 850.000 dólares a Jones para retirar as acusações.

O maior dos escândalos, porém, envolveu personagens dos dois anteriores e também tratava das aventuras extramaritais do presidente. Em janeiro de 1998, Clinton foi acusado de ter mantido um caso com uma jovem estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky, e tê-la encorajado a mentir sobre seu relacionamento com ele em um depoimento no caso Paula Jones. Na prática, tinha-se ao mesmo tempo um caso de conduta profissional imprópria, uma vulnerabilidade moral frente aos eleitores e, o que era mais importante, uma possível indução ao perjúrio. O caso veio realmente à tona quando uma colega e confidente de Monica, Linda Tripp, gravou secretamente suas conversas com ela e entregou as fitas ao responsável pelas investigações no caso Whitewater, o procurador independente Kenneth Starr. O que se seguiu foi a espetacularização das investigações, um verdadeiro circo midiático, que acompanhou Clinton por meses. Finalmente, em agosto do mesmo ano, o presidente admitiu que, *ao contrário* do que dissera anteriormente perante a Justiça, havia mesmo tido uma “relação imprópria” com Lewinsky. Era o equivalente a uma confissão de perjúrio. Poucos meses depois, a maioria republicana no Congresso deu início ao processo de *impeachment*.



Figura 14.6: Monica Lewinsky, estopim do processo de *impeachment* de Clinton.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Monica_lewinsky.jpg

Mas a verdade é que Clinton era um presidente muito popular, apesar da desaprovação dos americanos de sua conduta *pessoal*. Não havia um clima político favorável à sua deposição. Depois de meses da cobertura obsessiva da mídia, de discussões minuciosas sobre detalhes íntimos dos envolvidos, da inevitável exploração política do assunto pela oposição, boa parte do público estava cansada. O resultado foi a absolvição de Clinton no Senado da acusação de perjúrio, por 55 votos a 45, e também da de obstrução da justiça (por ter induzido Lewinsky a mentir), por um empate de 50 a 50 (quando seriam necessários 2/3 para condená-lo). Seu governo estava salvo, mas definitivamente marcado pelo caso na memória popular (WALSH, 1999, p. 27).



Uma nação mais morena

Entre 1965 e 2000, os EUA passaram pelo que o autor inglês Godfrey Hodgson chamou de a “Segunda Grande Migração” (a primeira tendo ocorrido entre as décadas de 1880 e 1920, como vimos na Aula 1). Graças a uma reforma nas leis de imigração durante o governo Johnson, mais de 30 milhões de imigrantes chegaram ao país nesse período — metade deles vindo da América Latina. “Ao fim do século XX, a Nova Imigração prosseguia à taxa de quase um milhão de imigrantes legais e talvez [de mais de 300.000] ilegais por ano” (HODGSON, 2004, p. 117).

O efeito inegável dessa massa humana chegando à América tem tido grande impacto na sociedade. Para começar, o perfil étnico da população e sua consequente autoimagem cultural tem mudado: embora sempre tenha sido um país de imigrantes, os EUA sempre foram uma nação majoritariamente branca, de ascendência europeia e protestante — o que se resume na sigla WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*). Isso está mudando: segundo a estimativa mais aceita, por volta de 2050, a população norte-americana será “26% hispânica, 8% asiática e 14% negra” (HODGSON, 2004, p. 117). Ou seja, praticamente metade dos futuros americanos já não será branca em meados deste século. Fora isso, já em 2009, o censo americano indicava que cerca de 48 milhões de residentes nos EUA de hoje, independentemente de categoria “racial”, são de origem hispânica — ou “latina”, como também se costuma dizer (United States Census Bureau, 2010.) Isso equivale a quase um sexto do total da população americana.

Também têm se tornado mais visíveis os debates suscitados pela maior presença de estrangeiros. Em várias partes do país, políticos e organizações civis têm discutido a conveniência ou não de escolas bilíngues, novas restrições à imigração ou de novos procedimentos quanto a como lidar com a grande quantidade de ilegais, o combate à xenofobia etc. Tais questões, especialmente neste começo do século XXI, cresceram tanto que são cada vez mais retratadas nos meios de comunicação de massa. Filmes como *Crash* (2004), *Um dia sem mexicanos* (2004), *Babel* (2006) e *Machete* (2010) têm apresentado diversas visões sobre a “Nova Imigração”, como foco especial sobre os *chicanos*, que são os imigrantes vindos do México.

CONCLUSÃO

Ao adentrar o século XXI, os EUA ainda eram a maior das potências — não só de hoje, mas a maior que a história humana já conheceu. Sua ciência e tecnologia, sua economia, sua política, sua cultura — cada um desses aspectos tinha um impacto sobre o mundo. E embora se falasse ainda de declínio, ainda não havia aparecido um rival que realmente ameaçasse sua posição no curto ou médio prazo. Não por acaso, o século XX fora chamado de “o século americano”, tal fora a importância do país nesse período. Mas seria o século XXI também dominado pelos EUA? Gozariam os norte-americanos da mesma ascendência de que desfrutaram nos últimos 60 anos? Ou entrariam em decadência como tantas potências e impérios antes deles, rumo a uma posição mais modesta no futuro?

Essas são questões que deixamos para o futuro.

RESUMO

Nesta aula, que encerra nosso curso, vimos como os Estados Unidos tiveram de lidar com um mundo dominado por uma única superpotência: eles próprios. Analisamos como a quebra do paradigma da Guerra Fria desafiou seus estrategistas, que tiveram de repensar o papel reservado ao país no sistema internacional. Conhecemos também os dois presidentes que ajudaram a moldar a vida americana nos anos 1990: George Bush, “o presidente da política externa”, e Bill Clinton, cujos dois mandatos esbarraram numa oposição aguerrida e escândalos variados. Finalmente, acompanhamos a evolução da economia americana da recessão à prosperidade entusiasmada, quando então já se falava de uma possível “nova economia” — um discurso que ocultava alguns problemas que vinham se agravando.

Aula 15

A História do Tempo Presente da América Latina

Norberto Ferreras

Meta da aula

Apresentar os desdobramentos da política da América Latina no marco da denominada História do Tempo Presente.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como governos militares emergiram na América Latina nas décadas de 1970 e 1980;
2. apresentar as transformações políticas e sociais da América Latina nos últimos trinta anos à luz dos processos mais significativos que tiveram lugar na região, acompanhando o vínculo com os Estados Unidos.

Pré-requisitos

Esta aula está relacionada às Aulas 9 e 13. Várias das questões analisadas nessas aulas formam a base de elementos que nos permitirão compreender as transformações acontecidas na região. A radicalidade dos processos políticos que tiveram lugar nos períodos analisados nas aulas antes mencionadas tiveram um impacto muito forte nestas sociedades, que se consumiram em lutas internas. É por isso que entendemos que os processos de redemocratização só podem ser compreendidos no contexto da violência prévia e que esta violência condicionou os rumos posteriores e a reconstituição da análise das experiências prévias. Ao mesmo tempo, tentaremos compreender as transformações acontecidas nos últimos trinta anos e a emergência de grupos sociais com demandas políticas e econômicas específicas que têm ajudado a reconfigurar a forma de administrar a sociedade na região.

INTRODUÇÃO

A América Latina tem se transformado sensivelmente desde o fim dos processos ditatoriais. Nos aproximadamente trinta anos que nos separam desde que as ditaduras começaram a ruir – se pensarmos na queda em 1979 do governo de Anastasio Somoza como primeiro marco – até os nossos dias, a situação política, econômica e social tem se modificado de forma drástica. Não é um dado menor que, em 1980, eram poucos os governos eleitos democraticamente. Unicamente Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, México, Costa Rica podiam ostentar esse tipo de governo. O resto da América Latina estava governado por regimes autoritários ou por governos revolucionários. Em 2010, a situação é absolutamente contrária: sem ditaduras militares, com um único governo revolucionário, o de Cuba, e o governo de Honduras (questionado pelo golpe dado ao presidente Manuel Zelaya em 2009) – as únicas exceções num território hegemonizado por governos democráticos e que se esforçam por manter este tipo de regime impondo cláusulas democráticas nos seus tratados comerciais e econômicos.

Mas a saída dos governos autoritários não foi imediata e simultânea; pelo contrário, foram processos cheios de contradições e com as suas próprias dinâmicas segundo as experiências prévias. Em alguns países, instalaram-se comissões de verdade e de justiça para revisar o passado e castigar os crimes de lesa-humanidade; em outros, as transições foram sem qualquer tipo de análise do passado, deixando o mesmo ao juízo dos historiadores. Cada país teve o seu próprio compromisso com o seu passado. Em alguns, as ditaduras tiveram que dar lugar aos governos democráticos de forma incondicional ou não tiveram como negociar com as forças que iriam substituí-los; em outros, o compromisso foi necessário para poder chegar à democracia. É por isso que teremos tantas nuances nos processos e nas leituras do passado recente.

Para além desta situação, não podemos esquecer que, ao longo dos trinta anos em que houve o início da saída das ditaduras e uma situação favorável aos governos democráticos, a democracia foi colocada em teste várias vezes. A democracia, como forma de governo e como forma de organização social, foi também reformulada e adaptada às novas circunstâncias. Se o problema principal na década de 1980 foi retomar e consolidar a democracia como forma de governo, na década de 1990, o teste veio do campo económico e a ofensiva dos atores económicos, que entendiam a democracia como forma de governo, mas não como uma forma de equiparação dos distintos segmentos da sociedade ou de uma redistribuição da riqueza. A democracia, na década de 1990, foi entendida como o respeito de certos valores, principalmente dos valores económicos e a elevação a *status* prioritário a defesa da propriedade e dos proprietários. Na primeira década deste século, os excluídos do período anterior reformularam a democracia como uma forma de igualação de direitos.

Estes diferentes momentos e processos serão analisados nesta aula. Partindo de elementos apresentados em aulas anteriores, retomaremos alguns debates sobre democracia e autoritarismo e do populismo como forma de governo na América Latina. Finalmente, a aula estará dividida em três grandes blocos definidos cronologicamente: a década de 1980, a década de 1990 e a primeira década do século XXI.

A saída dos governos ditatoriais

A década de 1980 é uma década controversa. Os economistas liberais ou neoliberais a denominaram a “década perdida”; para os setores políticos, seria a década da recuperação da democracia; para os distintos setores das artes, o momento de retomada das suas atividades sem restrições. As leituras sobre este período são variadas e não são todas coincidentes. Porém, se fragmentamos a realidade, todos estes grupos estarão de acordo que a economia

ficou estagnada, que os regimes autoritários entraram em crise e que a liberdade para os artistas politizados foi maior do que em momento algum anterior. Vamos tentar avaliar os primeiros dois elementos, a economia e a política, porque, de alguma forma, foram os principais eixos articuladores do período e, também, porque as tensões passaram da política para a economia, ou melhor, as tensões provocadas pela economia puderam ser processadas politicamente, quando no período prévio estas eram reprimidas pelos governos autoritários. Vamos iniciar a análise do período do ponto de vista político, embora a economia seja central para a compreensão correta dos processos que se produzem na década de 1980.

A nossa década de 1980 não tem início em 1981 e fecha em 1990; pelo contrário, é uma década “longa”, no sentido de que se inicia em 1979 e se estende até 1990. Como toda periodização, a nossa é arbitrária e atende às necessidades da explicação dos processos a serem apresentados. Os marcos que foram escolhidos relacionam-se com a retomada de uma onda de democratização na América Latina, que se inicia com o fim da ditadura somozista na Nicarágua e a redemocratização do Equador, e podemos fechar o período com as eleições nesse mesmo país e o fim da era Pinochet no Chile. Se bem que, na década de 1970, vários dos países latino-americanos passaram por processos democráticos, o significativo dos mesmos foi que boa parte das forças políticas mais militantes olhavam para a democracia como uma etapa e não como um fim. A democracia era vista tanto como um momento para alcançar o socialismo ou como um desvio na reconstituição de uma sociedade aristocrática. As democracias surgidas na década de 1980 tiveram outro conteúdo e outra finalidade. Não é um dado menor que as tentativas de golpes militares que se produziram posteriormente tenham sido infrutíferas, tirando o caso do Peru com Alberto Fujimori e o de Honduras em 2009.

A década de 1980 iniciou-se em 1979 com o trunfo da Revolução Sandinista. Se bem que isto não implicou imediatamente o estabelecimento de um governo democrático nesse país, foi um sinal

de que as coisas estavam mudando. O governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos teve que lidar com os governos autoritários instalados na América Latina, mas foi justamente esse um governo engajado na mudança de paradigma com o estabelecimento de democracias no continente. Desta situação, beneficiou-se inicialmente o novo governo dos sandinistas, que se comprometeu a iniciar um processo democrático. Porém, o governo de Carter terminou no ano seguinte, e a chegada de Ronald Reagan ao governo dos Estados Unidos levou a que esse país tivesse novamente um olhar desconfiado de qualquer tipo de política que questionasse os seus interesses, preferindo governos dóceis e hostilizando ao que fosse contrário.

Este foi um fator importante no processo de redemocratização da região, condicionando os processos de aberturas democráticas. No caso da Nicarágua, os sandinistas continuaram com o seu processo político, mas a hostilidade do governo de Reagan e a necessidade de ampliar a sua sustentação externa os levaram a preferir o sistema democrático antes de reeditar a experiência cubana. Em 1984, depois de cinco anos de governo por meio de uma Junta Revolucionária, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) fez um chamado a eleições gerais. Os resultados lhe foram amplamente favoráveis: saíram vitoriosos com quase 67% dos votos. Se a vitória eleitoral legitimou os sandinistas entre os governos latino-americanos e europeus, o mesmo não aconteceu com os Estados Unidos, que continuaram com a hostilidade política, econômica e treinando e armando grupos contrarrevolucionários. O desgaste provocado pela administração Reagan e, posteriormente, pela de Bush pai, acabou com a derrota da FSLN nas eleições de 1990 para a União Nacional Opositora (UNO), liderada por Violeta Chamorro.



Figura 15.1: Ronald Reagan (1911-2004), presidente dos Estados Unidos entre 1980 e 1979, junto ao seu vice-presidente e sucessor, George H. W. Bush (1924-) em 1981.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Official_portrait_of_President_Reagan_and_Vice_President_Bush_1981.jpg

O processo de redemocratização continuou pelo Peru, que estava governado por militares nacionalistas contrários aos Estados Unidos. Em maio de 1980, impossibilitados de continuar com a sua política de hostilidade a este país e no meio de uma crise econômica, optaram por uma saída eleitoral à sua própria crise como grupo político. A vitória correspondeu a Fernando Belaúnde Terry, que fora presidente entre 1963 e 1968, e nesse ano deposto pelos militares. O seu governo contou com o apoio dos Estados Unidos, porém teve uma forte oposição interna tanto democrática quanto guerrilheira e por parte dos militares. Mesmo assim, conseguiu levar o seu governo até as eleições de 1985. A Bolívia atravessou um processo similar em 1982, com a saída dos militares e o retorno ao poder de quem tinha sido um dos presidentes da Revolução Boliviana, Hernán Siles Suazo.

A redemocratização continuou na América Latina e alcançou a Argentina em 1983. Neste caso, a transição foi terrivelmente traumática. O Processo de Reorganização Nacional, como se autodenominava a ditadura, não conseguia a estabilidade econômica prometida e se encontrava numa luta entre facções das Forças Armadas. O Exército pretendia ser o centro político e a Marinha disputava esse lugar. Em março de 1981, o ditador Jorge Rafael Videla deixava o governo ao general Roberto Viola, segundo acordo interior desta força. Porém, a Marinha esperava que o cargo fosse para o almirante Emilio Massera, que ficou magoado e criticou duramente os membros do Exército. Massera posteriormente formou um partido para concorrer às eleições de 1983, o Partido da Democracia Social, mas não conseguiu porque os próprios militares o processaram para que não pudesse concorrer.

O governo de Viola foi um fracasso político e econômico. A inflação disparou, o peso foi fortemente desvalorizado, a Marinha lhe questionava e o Exército deliberava sobre a sua continuidade. Ante esta conjuntura, os partidos políticos que estavam proibidos retomaram timidamente as suas atividades e reclamaram o retorno à democracia. Ante esta situação, Viola preferiu deixar o governo em dezembro de 1981. No seu lugar, assumiu o general Leopoldo Fortunato Galtieri. Os militares estavam numa situação crítica, e a sociedade civil aumentava seus questionamentos. Os sindicatos mais combativos organizavam a sua resistência à ditadura demandando aumentos salariais, melhores condições de trabalho, o fim das demissões e o retorno à democracia. Desde novembro de 1981, os trabalhadores reunidos na central dissidente, conhecida como CGT-Brasil (porque a sua sede estava nessa rua da cidade de Buenos Aires e para diferenciar de uma outra CGT que não confrontava com os militares) e liderados por Saul Ubaldini, um jovem militante sindical, começaram a ganhar as ruas organizados pelo lema “Paz, Pão e Trabalho”. Essa sigla tão singela provocou uma nova onda de terror, com mortes, desaparecimentos e presos. Os partidos políticos acompanharam os sindicatos criando a Junta Multipartidária. Em

30 de março de 1982, os sindicatos voltaram às ruas e a repressão foi terrível. Porém, era uma enorme vitória para eles, porque tinham conseguido levar milhares de trabalhadores para as ruas de várias cidades argentinas.

Os militares precisavam de uma solução a estes conflitos, porque não sabiam como tratar esta situação senão por meio da repressão, e a mesma já não estava funcionando. Não podiam mais dizer que se tratavam de guerrilheiros, eram trabalhadores sem armas que reivindicavam os seus direitos e que falavam por toda a sociedade quando falavam sobre a carestia da vida. A saída devia ser outra, devia ser lançada alguma campanha que unisse a sociedade e que desse uma nova vida ao processo. A escolha foi a recuperação das ilhas Malvinas em mãos do governo britânico. As ilhas Malvinas eram reivindicadas pela Argentina na Organização das Nações Unidas, que lhe reconhecia o direito à ocupação. Os militares entenderam que esta era a causa e enviaram um grupo de tropas especiais da Marinha para recuperar as ilhas. A primeira etapa foi bem-sucedida e provocou uma onda de júbilo e reconciliação entre militares e população civil. Os militares finalmente tomavam uma medida popular. Porém, do ponto de vista diplomático, os militares foram novamente um fracasso. Eles levaram mais uma vez a Argentina às reuniões dos países não alinhados, porém ninguém deste grupo acreditava nos militares argentinos. Eles também esperavam que os Estados Unidos ficassem do seu lado, o que não aconteceu. Finalmente, os britânicos contra-atacaram em maio e recuperaram as ilhas em junho.

Os militares argentinos estavam militarmente derrotados e politicamente incapacitados para continuar à frente do governo. Para complicar ainda mais a situação que implicava ter se alienado do mundo “ocidental e cristão”, no mesmo dia da rendição, novamente reprimiram as manifestações espontâneas. Eles tinham gasto demais em armamento, o que complicou a delicada situação financeira da Argentina e tinham deixado de ser confiáveis para os Estados Unidos, que preferiram dar cobertura a Pinochet.

À diferença dos militares argentinos, Pinochet saiu fortalecido deste conflito, porque se aliou aos ingleses e se mostrou um aliado sólido dos Estados Unidos, e teve a possibilidade de alongar a sua ditadura até o fim da década.

A Guerra das Malvinas teve duas consequências importantes: a primeira e mais óbvia é que foi impossível para os militares argentinos manterem-se no poder. A segunda, com um forte impacto no resto da região, foi que os militares não podiam ser vistos como confiáveis para os Estados Unidos. Os seus projetos podiam ser complementares, mas não necessariamente tinham que coincidir com os seus interesses. Dessa forma, os Estados Unidos, por terem vencido o conflito ideológico na região, entendiam que os militares não podiam mais ser considerados como a principal reserva ideológica do continente, existiam outras forças menos conflituosas e mais eficientes para manter sob controle a região.

A partir da derrota de Malvinas, iniciou-se a saída dos militares do governo. Nesse meio-tempo, os militares tentaram enquadrar ao novo governo. Porém, as manifestações populares eram cada vez maiores e, quando os militares tentaram protelar as eleições e a entrega do governo, isto foi impossível. A censura foi liberada aos poucos e os políticos conseguiram se manifestar. Entre os políticos opositores, quem mais se destacou foi Raúl Ricardo Alfonsín. Alfonsín foi contrário à Guerra das Malvinas e isto ocasionou-lhe uma forte rejeição popular. Porém, com a derrota, ele começou a ser visto como alguém com uma leitura adequada da realidade. Alfonsín baseou a sua campanha na centralidade da democracia na vida cotidiana das pessoas, na necessidade de julgar os militares pelo golpe e pela perseguição de militantes; Alfonsín era fundador da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos e ainda entendia que devia ser revisada a política econômica dos militares.



Figura 15.2: Raúl Alfonsín (1911-2004) numa imagem da campanha de 1983 em que foi eleito presidente. Governou de 1983 a 1989.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Raul_Alfonsin.jpg

Logo após a sua chegada ao governo, a Argentina iniciou um processo de apoio aos militantes democráticos de outros países, principalmente do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e do Chile. Todos esses países foram incorporando-se ao sistema democrático ao longo da década. O primeiro deles foi o Uruguai. Os militares uruguaios tentaram manter-se no poder por meio de um plebiscito em 1980, mas foram derrotados. Porém, os militares demoraram outros cinco anos para entregar o poder. Só em 1984, houve eleições livres, depois do denominado Pacto do Clube Naval, em que se garantiu a impunidade dos militares, e o presidente eleito Julio María Sanguinetti assumiu em 1985. Nesse mesmo ano, também, se resolveu o início da transição democrática em outro dos grandes países da América Latina, o Brasil. Depois da derrota do movimento “Diretas Já!” em 1984, um dos seus líderes, Tancredo Neves, foi eleito como presidente, morrendo logo após. A redemocratização brasileira ficou completa nas eleições seguintes, quando foram pelo voto direto.

O seguinte processo de redemocratização aconteceu no Paraguai, com a improvável queda do longevo ditador Alfredo Stroessner em 1989. Depois de 35 anos de ditadura, Stroessner foi derrubado pelo seu próprio partido depois de ter insistido com mais uma eleição. A queda de Stroessner esteve em grande medida condicionada pelos processos políticos da Argentina e do Brasil. A margem de manobra da ditadura paraguaia era cada vez menor, e os Estados Unidos preferiram apostar no novo sangue do velho regime, em vez de dar sustentação ao cada vez mais rejeitado ditador.

Porém, o caso que acabou por fortalecer os processos democráticos foi o chileno. Augusto Pinochet parecia eternizar-se no cargo de ditador. A forma sangrenta em que chegou ao poder – com a morte de Salvador Allende no interior da casa de governo e a instalação de enormes campos de concentração em vários estádios de Santiago de Chile, com o estabelecimento de uma economia de mercado sem elementos reguladores e sem proteção social, e com a perseguição aos dissidentes ainda em território estrangeiro – deu a Pinochet uma aura de todo-poderoso. O agradecimento dos setores econômicos mais favorecidos, a sensação de alívio das classes médias pelo fim dos apertos consumistas e o terror imposto aos setores populares lhe conferiam uma enorme fortaleza ante os seus aliados e inimigos internacionais. O iminente conflito fronteiriço com a Argentina em 1978 e a aposta pelo lado inglês na Guerra das Malvinas, assim como a derrota dos grupos guerrilheiros, conferiram-lhe o status de invencibilidade. O ponto fraco de Pinochet estava na falta de aceitação do seu governo pela comunidade internacional. Ele só conseguiu fazer uma única viagem internacional em todo o período que permaneceu no poder: para a Bolívia, em segredo, em 1988.

Pinochet parecia ser eterno e infalível para os seus seguidores e para os opositores. Como mostra da sua fortaleza, em 1980 convocou um plebiscito para modificar a Constituição, vencendo

com 66% dos votos. Ao longo da década de 1980, com a democratização nos países vizinhos, o regime começou a ficar isolado e os opositores tiveram um refúgio próximo. Um novo grupo guerrilheiro, mais organizado e popular, passou a atuar de forma a pressionar pela redemocratização. Na sua mais ousada ação, a Frente Patriótica Manuel Rodríguez atentou contra Pinochet em 1986, porém este saiu ileso. O próprio atentado foi um sucesso já que Pinochet, com todo o aparelho de repressão e inteligência ao seu dispor, não conseguiu se antecipar ao mesmo. Uma brecha se abriu na aura de invencibilidade.

A derrota final foi o fato de Pinochet, seguindo a Constituição de 1980, ter convocado um plebiscito para garantir a sua continuidade no poder entre 1989 e 1997, ou seja, por mais oito anos. Porém, mesmo com poucos recursos, sem poder manifestar-se nos grandes meios de comunicação e com um breve espaço televisivo, a *Concertação de Partidos pelo Não* acabou vencendo. A derrota, na realidade, tinha sido provocada pela sua incapacidade de atrair os partidos tradicionais. Os partidos tradicionais, que haviam se enfrentado no governo Allende, agora estavam juntos contra Pinochet. Depois do plebiscito e pela pressão de parte das forças armadas, que não pretendiam manter a ditadura a favor de Pinochet, o Chile foi a eleições gerais em dezembro de 1989 e entregou o poder a Patricio Aylwin em março de 1990.

Na América Central, Honduras tinha retornado à democracia em 1982, como indicado pelos Estados Unidos, para contrapor Honduras a Nicarágua. Porém, as políticas de repressão aos grupos de esquerda foram tão brutais como em qualquer ditadura. A Guatemala, pelo contrário, depois de sangrentos governos ditatoriais que provocaram mais de 250 mil mortos entre militantes de esquerda, camponeses e indígenas, voltou ao governo democrático em 1986. O último país centro-americano a democratizar-se foi El Salvador, quando em 1992 terminou o conflito entre a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e a direita, e celebraram-se eleições presidenciais.

Em 1990, todos os países da América Latina, com exceção de Cuba e El Salvador, tinham adotado o sistema democrático. A manutenção de ditaduras era um ônus cada vez mais alto para os Estados Unidos. Com o fim da Guerra Fria, com a derrota da União Soviética, os Estados Unidos pretendiam assumir o papel de guardiões da democracia, começando pelo Iraque. Portanto, sustentar ditaduras no seu próprio hemisfério parecia um tanto constrangedor. A nova posição da administração Bush sênior foi determinante para o fim dos processos ditatoriais. O sistema econômico precisava de uma nova forma de administração, e as ditaduras eram imprevisíveis, difíceis de controlar e primava o político sobre o econômico. As condições não eram adequadas para a continuidade desta forma de governo.



Figura 15.3: Monumento à Memória e à Verdade em El Salvador, inaugurado em 2003 para homenagear aos 75 mil mortos durante a guerra civil nesse país.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Monumento_memoria_y_verdad.JPG



Atende ao Objetivo 1

1. Durante as décadas de 1960 e 1970, teve lugar uma onda de governos ditatoriais, que tanto afetou a matriz produtiva quanto redefiniu as práticas políticas. Apresente a forma como as sociedades da América Latina saíram desta situação.

Resposta Comentada

As ditaduras militares das décadas de 1960 a 1980 foram *in crescendo* na sua política de repressão e de transformação econômica. Desde finais da década de 1970, teve lugar nos países da América Latina uma reação a este tipo de práticas, em grande medida, apadrinhadas pelos Estados Unidos. A saída desta situação não foi imediata e, na grande maioria dos casos, a saída não está completa. A queda dos governos militares teve componentes econômicos, como a crise da dívida que vinha desde 1982, na Argentina: a isto devemos agregar a derrota na Guerra das Malvinas. A delicada situação financeira da década de 1980 condicionou os governos democráticos, mas caracterizando uma democracia mais de forma que de fundo, quando na década de 1990 se impuseram as políticas neoliberais.

A nova economia: da heterodoxia ao neoliberalismo

Para finais da década de 1990, a situação internacional tinha mudado e não era mais possível falar numa ameaça soviética. A União Soviética não mais existia e Cuba lutava pela sua sobrevivência e não tinha como auxiliar a qualquer movimento guerrilheiro. Portanto, não existia mais o perigo de uma virada ao comunismo de nenhum dos países da região. Porém, a região enfrentava outro problema, a sua viabilidade econômica. Se, do ponto de vista político, a América Latina tinha recuperado a democracia e, com ela, as liberdades políticas e de expressão, do ponto de vista econômico, a década de 1980 é vista como a "década perdida".

Se a década de 1980 é conhecida dessa forma, deve-se, em grande medida, ao caos financeiro produzido pela toma de empréstimos durante o período ditatorial. Na década de 1970, os créditos eram extremamente baratos com juros baixos, e esses empréstimos seriam utilizados para apoiar os processos de industrialização. Porém, na década seguinte, a retração econômica e o aumento do preço do petróleo fizeram com que os países centrais tentassem recuperar os empréstimos. Os países mais comprometidos eram a Argentina, o Brasil e o México, que tiveram que fazer frente a essa crise. Em parte, a situação econômica criada por essa crise contribuiu para a desestabilização dos governos militares.

Durante o período militar, boa parte do financiamento do Estado provinha de empréstimos externos. Com o encarecimento dos empréstimos, a situação fez com que programas de subsídios ou de benefícios tivessem que ser alterados. Assim, parte dos recursos para as empresas do Estado ou de serviços básicos perderam sua fonte, provocando o encarecimento do custo de vida, o que impactou nos grupos sensíveis a estes subsídios, principalmente as classes médias. A saída dos governos militares parecia que solucionaria estas questões, porém os governos democráticos tiveram que fazer

frente ao pagamento desses empréstimos, o que condicionou as boas intenções que pudessem ter. As economias de região precisaram reorientar-se segundo as necessidades do mercado internacional, retomando o antigo caminho das economias de exportação.

A mudança de paradigma se iniciou no Chile ainda na década de 1970 e como forma de se diferenciar do governo de Allende. O Chile voltou a centrar a sua economia na exportação baseada nos minérios e, ao mesmo tempo, iniciou um processo de reconversão produtiva, ou seja, a passagem de um sistema produtivo a outro, beneficiando os exportadores de produtos primários. Pinochet outorgou empréstimos para a produção de frutas e para a elaboração de vinhos que pudessem ser exportados. De alguma forma, este foi o caminho que os governos autoritários percorreram e que foi acompanhado pelos governos democráticos. O mercado interno não tinha como concorrer com a produção para o mercado externo, que aportava divisas a economias desarticuladas e em crise. Os grandes exportadores impuseram as suas normas a estas sociedades, e a primeira delas era acabar com as empresas deficitárias em mãos do Estado ou voltadas para o consumo popular que se sustentavam na base de subsídios estatais.

Para combater esta desvalorização, os países latino-americanos cogitaram uma quita (ou seja, um desconto unilateral e não negociado com os organismos financeiros) da dívida e até uma moratória unilateral de pagamentos. Um único país tentou esta via: o Peru, do jovem presidente Alan García, em 1987; porém, o isolamento internacional em que foi tomada a medida foi desastroso para o país. Com moratória unilateral ou sem ela, o fim da década de 1980 foi marcado pela hiperinflação em vários países da região e a perda de confiança nos programas que prometiam a estabilidade. Esse desencanto com a democracia como forma de administrar conflitos e de controlar a economia fez surgir um grupo de novos políticos que misturavam apelos a passados gloriosos, discursos sobre saídas imediatas das crises e controle dos movimentos sociais.

Collor de Mello no Brasil, Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru e Carlos Menem na Argentina podem ser tomados como exemplo dessa crise institucional. Todos eles chegaram ao governo em situações extremas, com altas taxas de inflação e um forte descontentamento social. As soluções propostas eram todas mais ou menos similares: responsabilizar o Estado e os funcionários estatais pela crise e diminuir os seus salários e a quantidade de funcionários; venda dos ativos do Estado para pagar as dívidas; fim dos subsídios à eletricidade, transporte, moradia e outros; transferência ao setor privado de parte das obrigações do Estado; desmobilização dos sindicatos para que não reivindicassem melhorias salariais ou trabalhistas e financiamento do Estado com empréstimos internacionais que novamente estavam baratos.

O modelo eram os Estados Unidos, conduzidos por Ronald Reagan, e a Inglaterra de Margaret Thatcher, e também o Chile do Pinochet. Porém, isto não podia ser falado abertamente. Além de se apresentar como modelo, os Estados Unidos idealizaram um programa para a América Latina, conhecido como o Consenso de Washington. Esse programa foi lançado em 1989 pelos economistas do governo estadunidense, apresentando pontos em comum que deviam ser aplicados na América Latina para poder equilibrar esses países. O Consenso foi depois estendido a outras regiões e governos. Essas medidas são as que conhecemos como neoliberalismo.



Figura 15.4: Ronald Reagan e Margaret Thatcher num encontro na Casa Branca em 1988.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Reagan_et_Thatcher.jpg)
Archivo:Reagan_et_Thatcher.jpg



Consenso de Washington

As medidas conhecidas como o Consenso de Washington são as seguintes:

1. disciplina fiscal;
2. reorganização das prioridades do gasto público;
3. reforma impositiva;
4. liberalização dos tipos de juros;
5. uma taxa de câmbio competitiva;
6. liberalização do comércio internacional;
7. liberalização do ingresso de investimentos estrangeiros de forma direta;
8. privatização;
9. desregulação;
10. direitos de propriedade.

O Consenso de Washington teve um forte impacto nos países da América Latina a ponto de vários presidentes que provinham de tradições progressistas preferiram aplicar estes preceitos a ficar isolados.

O Consenso de Washington funcionou como um ordenador das políticas econômicas na América Latina e permitiu que os países se organizassem em torno das mesmas. Igualmente houve um grande número de conflitos entre esses países para conseguir empréstimos ou para garantir investimentos estrangeiros. Teve início uma espécie de disputa por ver em que país os empresários investiriam os seus capitais e a forma de disputar se deu pela via da baixa de impostos ao capital ou aos investimentos, garantindo de alguma forma a taxa de lucros.

O sistema estava muito instável. As crises financeiras se sucederam ao longo da década de 1990, provocando constantes corridas cambiais e a desestabilização do modelo e dos governantes.

Começou em 1989, com uma crise na Venezuela que derivou num enorme protesto social conhecido como o Caracazo. O Caracazo teria um desdobramento em 1992, quando um jovem militar, Hugo Chávez, tentou um golpe de estado que fracassou. Em 1994, teve lugar uma forte crise financeira no México, conhecida como "efeito tequila". Em 1997, a crise foi no Sudeste asiático, porém o impacto se sentiu com força na América Latina. A crise seguinte foi na Rússia, conhecida como "efeito vodka", que provocou uma nova desestabilização econômica. Finalmente, foi a vez do "efeito tango". Em 2001, a Argentina foi o último dos países a sofrer as consequências dos planos de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI). A essa altura era impossível lançar novos ajustes ou cortar mais subsídios, simplesmente porque não existiam mais, e a solução foi cortar salários e aposentadorias e apropriar-se da poupança que estava nos bancos por meio de uma artimanha financeira denominada "curralzinho". O presidente da Argentina, Fernando de la Rúa, e o seu ministro da Economia, Domingo Cavallo, foram depostos pela pressão popular, reprimida pela polícia, ocasionando a morte de quase 40 pessoas. Porém, o governo de Fernando de la Rúa estava acabado e com ele ia junto a possibilidade de dar continuidade ao Consenso de Washington. Praticamente, um único país se manteve fiel ao mesmo: o Chile.

A América Latina já não seria mais a mesma. O Estado de bem-estar estava acabado e as mudanças políticas tinham sido enormes. Podemos citar a perda da presidência do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governava o México desde 1920, e a emergência nesse país da Frente Zapatista de libertação nacional, um grupo guerrilheiro que renegava a guerrilha e apostava pela autonomia dos indígenas; a transição institucional na Argentina e na Bolívia, movida pelas crises econômicas e políticas deste período; a emergência de novas lideranças políticas, que podiam ou não ter vínculos com as forças políticas, mas que representaram os novos grupos sociais que não eram considerados até então.



Figura 15.5: Imagem da repressão em Buenos Aires durante as jornadas de protesto contra o governo de Fernando de la Rúa nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Fonte: <http://argentina.indymedia.org/news/2003/12/159802.php>

A política na América Latina do século XXI

O impacto do neoliberalismo na América Latina foi terrível: consideráveis aumentos na taxa de desemprego, subemprego ou de trabalho no setor informal; perda de qualidade dos serviços públicos, como ensino, saúde pública e transporte; aumento da taxa de mortalidade; ressurgimento de doenças erradicadas; falta de investimento em infraestrutura; privatização de uma boa parte dos serviços públicos; e assim por diante. Ante essa situação e como consequência dos conflitos de rua (cada vez mais violentos) que estavam acontecendo, apareceram alternativas políticas, tais como achar posições que permitiriam uma recuperação da dignidade do cidadão e das suas reivindicações e que, ao mesmo tempo, permitissem uma saída pacífica dos postulados do Consenso de Washington.

No Chile essa transição tem sido praticamente impossível porque tanto o poder político como o militar mantiveram em grande medida os elementos básicos da economia herdados do pinochetismo. De fato, a morte de Pinochet, em 2006, foi um momento de consagração da sua memória e de manifestações de rua a favor do ditador morto, o que demonstrava as dificuldades para abandonar essa tradição política nesse país. A eleição de Sebastián Piñera em 2010 demonstrou uma opção por este modelo, depois de duas décadas de governo da Concertación, grupo de partidos de centro-esquerda que teve grandes dificuldades para lidar com a herança de Augusto Pinochet. Mais de uma vez este grupo de partidos teve que enfrentar as ameaças militares para refrear juízos ou investigações.

Um caso similar é o do Uruguai, que, mesmo depois de duas décadas de governos que protegeram os militares e optaram pelas políticas neoliberais, mudou para a centro-esquerdista Frente Amplia em 2005, e se mantiveram as políticas de Direitos Humanos e as econômicas, similares às precedentes.

Outros países, pelo contrário, têm realizado opções mais ou menos radicais de mudanças, mas optando pela mudança. A Venezuela, por exemplo, é um dos casos mais arquetípicos. Até início deste século, a sociedade venezuelana estava dividida entre aqueles que estavam vinculados ao petróleo e os que não estavam. A sociedade do petróleo era opulenta, rica, ilustrada; em compensação, a outra era pobre, abandonada e sem acesso a nenhum tipo de serviço. Na Venezuela, as eleições não eram, nem são, obrigatórias. Portanto, a sociedade rica votava e participava da política, que era para eles próprios – para os pobres restava a repressão. Nessa situação de uma sociedade binária, a emergência de um representante dos excluídos não deve ser vista como um fato exótico e sim como um fenômeno que era uma questão de tempo para que finalmente acontecesse.

E aconteceu. O atual presidente da Venezuela, Hugo Chávez, se iniciou na política em 1982, criando um movimento político denominado Movimento Revolucionário Bolívar 200, que aludia

ao bicentenário do nascimento de Simón Bolívar. Dez anos depois, tentou dar um golpe de estado contra o então presidente Carlos Andrés Pérez. A sua tentativa estava vinculada com a oposição que fazia ao neoliberalismo de Pérez e à sua política de repressão aos movimentos sociais. O fracasso fez com que ficasse na prisão por dois anos. Mesmo depois dessa ação e na medida em que os sucessivos governos precisavam da repressão para manter o neoliberalismo, a popularidade de Chávez crescia entre a população pobre de Caracas e entre os trabalhadores marginalizados.

Em 1999, Chávez foi eleito presidente com mais de 56% dos votos pelo Polo Patriótico, conformado, entre outros, pelo seu próprio partido, o Movimento Quinta República. Em 2000, a Constituição venezuelana foi reformada e Chávez entendeu que devia apresentar-se novamente ao pleito eleitoral. Venceu as eleições e começou um novo período presidencial, embora o anterior ainda estivesse em andamento. O segundo período presidencial foi de 2001 a 2007, quando, depois de vencer novamente as eleições, começou o terceiro mandato.

As constantes vitórias eleitorais não lhe garantiram a possibilidade de levar à frente a sua política sem conflitos. Pelo contrário, em 2002, teve que enfrentar uma tentativa de golpe de estado, que finalmente foi frustrada pela mobilização da população venezuelana que saiu a respaldar seu presidente. E logo depois, nesse mesmo ano, a rebelião veio dos petroleiros, o setor mais forte da economia venezuelana, que colocou à economia à beira da quebra. A saída foi a implementação de um *referendum* revogatório do seu mandato, que aconteceu em início de 2004. Chávez venceu, mantendo-se no cargo. Certamente saiu fortalecido desse confronto, a tal ponto que a oposição desistiu de participar de eleições até a última eleição presidencial.



Figura 15.6: Néstor Kirchner (1950-2010) e Hugo Chávez (1954-) em 2004. Dois dos presidentes da nova política latino-americana, que denominamos de populismo radical.

Fonte: http://de.wikipedia.org/w/index.php?title=Datei:N%C3%A9stor_Kirchner_y_Hugo_Ch%C3%A1vez-Venezuela-Julio_2004.jpg&filetimestamp=20051026064119

Em todo este tempo, Chávez levou à frente uma série de políticas destinadas a desenvolver a economia e a sociedade venezuelana, desde uma importante reforma agrária à ampliação da companhia de petróleo venezuelana fora da Venezuela, além de uma série de projetos sociais, denominados missões, que pretendem acabar com o analfabetismo, levar a cultura aos setores postergados e projetos de impulso a microempreendimentos e cooperativas de trabalhadores autônomos. A sua popularidade continua alta nos bairros populares e baixa nos setores abastados. Mesmo assim é preciso apontar que a economia não avança segundo os parâmetros esperados por Chávez e a sua política de centralização e planejamento, seja por má vontade dos agentes econômicos, mas também por fatores próprios da sua administração. A Venezuela continua a ser um país exportador de petróleo e importador de produtos industrializados e alimentos.

A sua política internacional foi de aproximação aos países que não estão entre os aliados dos Estados Unidos, delineando uma heterogênea política externa com vínculos com Rússia, Cuba, Irã e Coreia do Norte. Também mantém relações com quase

todos os países da América Latina. Por um lado, embora falte a aprovação do Paraguai, tem um forte vínculo com os países do Mercosul; por outro lado, tem uma política autônoma, que é a chamada “Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos”, mais conhecida como ALBA. A ALBA reúne, além da Venezuela, os seguintes países: Antigua e Barbuda, Nicarágua, Equador, Bolívia, Cuba, Dominica e São Vicente e Granadinas. A mesma começou em 2004, com a aliança entre Venezuela e Cuba, por oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), propiciada pelos Estados Unidos durante o governo de George W. Bush.

Certamente que Chávez não é o único representante deste populismo radical. O ex-presidente Lula no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia, todos mostraram ou têm mostrado uma enorme vontade em romper com a década de 1990 e com o Consenso de Washington. A melhor prova desse desejo e dos elementos em comum entre esses mandatários se deu na IV Cumbre das Américas, realizada em 2005 na cidade de Mar del Plata, na Argentina. Na mesma, os Estados Unidos pretendiam que fosse ratificada a ALCA, mas os presidentes antes mencionados não cederam às pressões deste país e, finalmente, a ALCA não teve como ser levada à frente. A Cumbre foi uma das mais fortes derrotas da diplomacia dos Estados Unidos na sua relação com a América Latina. Os Estados Unidos optaram por desenvolver tratados bilaterais de livre comércio com vários dos países da região, entre eles Chile, Colômbia e Peru.



Figura 15.7: Uma foto dos presidentes que participaram da Cumbre das Américas, em 2005, em Mar Del Plata; segundo muitos deles, nesta oportunidade se decidiu pelo fim do projeto da Área de Livre Comércio das Américas, proposta pelo presidente George W. Bush.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:IV_Cumbre_de_las_Am%C3%A9ricas_-_Mar_del_Plata_-_4NOV05_-_presgovar.jpg

As transformações dos últimos anos têm sido suficientemente importantes para se pensar numa importante mudança de paradigma, passando de uma série de políticas tendentes a assegurar a taxa de lucro das grandes empresas e o pagamento dos empréstimos contraídos a uma outra mais humana e de reconstituição do tecido social. Certamente que estas políticas não têm efeitos imediatos nem podemos pensar que há uma unidade neste populismo radical, tema já explorado na Aula 8. Porém, devemos pensar na necessidade dos povos da região de modificar a sua situação e de poder pensar numa sociedade mais justa e igualitária do que na década do neoliberalismo.



Atende ao Objetivo 2

2. A década de 1980 é conhecida como a “década perdida”, e a década de 1990, como a do neoliberalismo. Analise como foram vivenciadas estas situações na América Latina.

Resposta Comentada

Nos últimos trinta anos, a economia da América Latina tem sido determinante para compreender o rumo dos governos da região. As crises crônicas da década de 1980 foram sucedidas por políticas que foram denominadas como de estabilização. Como temos visto, a estabilidade foi muito mais uma quimera do que uma realidade, com uma série de crises que atravessaram a década de 1990, algumas das quais não tinham origem na própria América Latina. As crises das décadas de 1980 e 1990 tiveram o seu ápice no início do novo milênio com as revoltas na cidade de Buenos Aires, que acabaram sendo um disparador para o início de uma virada na política da região. A virada do milênio pode ser considerada como o início da era dos populismos radicais e a contestação e retificação das políticas neoliberais.

RESUMO

Ao longo desta aula, tentamos apresentar alguns dos principais movimentos e etapas políticas atravessadas pela América Latina nos últimos 30 anos. Certamente que é um panorama incompleto e que precisaria de uma análise mais aprofundada. O fato de ser uma análise incompleta relaciona-se também a que estamos nos referindo a processos em andamento e com desdobramentos dia a dia, o que pode forçar uma reinterpretação de tudo aquilo que temos colocado até o momento.

De qualquer forma, a sociedade da América Latina tem se transformado sensivelmente neste período. Os golpes militares não parecem ser mais uma opção na região. Embora existam tendências autoritárias, as mesmas têm cada vez menos consenso e opta-se por outras formas de condicionamento dos governos regionais, como, por exemplo, o uso dos meios de comunicação para instalar agendas favoráveis aos poderosos e aos grandes grupos econômicos. Os governos que denominamos como populistas radicais reagiram a estas formas de condicionar as suas gestões de formas variadas, mas sem negociar os seus pontos de vista.

A reflexão coletiva imposta pela saída dos governos autoritários e o período do neoliberalismo permitiram um amadurecimento da política regional, porém ainda existem pendências. A pobreza continua a ser um fator importante, embora em diminuição, assim como as políticas de transferências de recursos em direção aos mais depauperados continua a operar como uma forma de compensar os desequilíbrios sociais existentes e têm como objetivo qualificar o trabalhador e melhorar os seus salários. Muitas medidas têm sido questionadas como paternalistas ou contrárias à promoção do trabalho, mas mostram-se importantes para diminuir as enfermidades crônicas da região e para alavancar os deprimidos salários.

Uma conta pendente na maioria dos governos da região está relacionada com os Direitos Humanos e a incapacidade para levar a juízo a grande parte dos repressores e também para controlar as políticas repressivas que ainda estão internalizadas nas forças de segurança pública. Em vários países da região têm sido criadas as chamadas comissões pela verdade e a justiça, como em Guatemala, Honduras, Paraguai, Chile, Argentina, entre outras. Poucas delas tiveram um impacto decisivo. Na Argentina, a Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (Conadep) produziu um importante documento, o livro *Nunca mais*, que foi a base dos juízos aos comandantes das Forças Armadas em 1985. Porém, os comandantes foram indultados posteriormente e passaram-se mais de dez anos para que, na primeira década do século XXI, fossem novamente julgados e condenados definitivamente aqueles que ainda estavam vivos. Não foram as comissões e sim a pressão da sociedade que quebrou a política da impunidade. No Chile e no Uruguai, os pactos para o restabelecimento da democracia permitiram que a impunidade fosse de longo alcance.

Em definitivo, nos últimos trinta anos muitas mudanças aconteceram e se demonstrou o quanto as sociedades sofreram o impacto das ditaduras e quanto custou retomar a normalidade. As ditaduras tinham deixado ganhadores e perdedores. Os perdedores pretendiam uma reparação que consistia na prisão dos repressores e os ganhadores, no melhor dos casos, ofereceram compensações materiais sem nunca entregar os seus padrinhos. As disputas continuam: assim como a História das Américas.

História da América III

Referências

Aula 1

KARNAL, Leandro (Org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. v. 1.

MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele; LEUCHTENBURG, William E. *A concise history of the American Republic: since 1865*. 2nd. ed. Oxford University Press, 1983. v. 2.

MYERS, Gustavus. *History of the Great: american fortunes*. Chicago: General Books, 1910.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. amp. rev. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FAS – Federation of American Scientists. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/crs/RL30172.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

GRIMMETT, Richard F. *Instances of use of United States armed forces: abroad, 1798-2001*. CRS Report for Congress: received through the CRS web. Feb. 05 2002. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/crs/RL30172.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

SINCLAIR, Upton . *The jungle*. Tucson: See Sharp Press, 2003.

TARBELL, Ida M. *History of the standard oil company*. New York: Harper Torchbooks, 1966.

Aula 2

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *A sombra da revolução mexicana: história mexicana contemporânea: 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

BARRÓN, Luis. *Historias de la revolución mexicana*. México: FCE, 2004.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História contemporânea de América Latina*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1992.

HERNANDEZ CHAVES, Alicia México. *Breve historia contemporânea*. México: FCE, 2000.

WOMACK Jr., John. La Revolución Mexicana: 1910-1920. In: BETHELL, Leslie (Ed.) *História de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1992. v. 9.

Aula 3

ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (Ed.) *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997. v. 12.

BULNER THOMAS, Victor. Las economías latinoamericanas: 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (Ed.) *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1994. v. 11.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporánea de América Latina*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1992. cap. 6.

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson. Los radicalismos (1900-1929). In: AAVV: *história de iberoamérica*. Madri, Cátedra, 1992. t. 3.

MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

THORP, Rosemary. América Latina y la economía internacional desde la primera guerra mundial hasta la depresión mundial. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1991. v. 7.

Aula 4

COGGIOLA, Oswaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. 2004 Yearbook of Immigration Statistics. Disponível em: <<http://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/yearbook/2004/Yearbook2004.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

KARNAL, Leandro (Org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. v. 1.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2009.

Aula 5.....

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DRAKE, Paul. Conclusion: Requiem for Populism? In: CONNIF, Michael. *Latin American populism in comparative perspective*. Albuquerque: New Mexico Univ. Press, 1982.

HERNANDEZ CHAVES, Alicia. *México: breve historia contemporânea*. México: FCE, 2000.

IANNI, Otávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina: 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario (Comp.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del Peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

Aula 6.....

FARBER, David. *The age of great dreams: America in the 1960s*. New York: Hill and Wang, 1994.

FILMSITE: Disponível em: <<http://www.filmsite.org/sci-fifilms2.html>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

FRIED, Albert. *McCarthyism: the great American red scare: a documentary history*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1997.

GITLIN, Todd. *The sixties: years of hope, days of rage*. New York: Bantam Books, 1987.

HARRY S. Truman. Library & Museum. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. v. 1.

PATTERSON, James T. *Grand expectations: The United States, 1945-1974*. Oxford: Oxford University Press, 1996. (The Oxford history of the United States, 10)

SOUSA, Rodrigo Farias de. *A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen, 1960-1969*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SOUSA, Rodrigo Farias de. *De Port Huron aos weartermen: students for a democratic society e a nova esquerda americana, 1960-1969*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TERKEL, Studs. *The Good War: an oral history of world war two*. New York: Ballantine Books, 1984.

THE HISTORY Guide: revolutionizing education in the espirit of socratic wisdom. Disponível em: <<http://www.historyguide.org>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

THE TRUMAN doctrine. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/teacher/doctrine.htm#speech>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

WINSTON Churchill's Iron Curtain Speech. The History Guide: lectures on twentieth centure europen: Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/churchill.html>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

Aula 7

COONEY, Robert; MICHALOWSKI, Helen. *The power of the people: active nonviolence in the United States*. Culver City: Peace Press, 1977.

KING, Martin Luther. *Um apelo à consciência: os melhores discursos de Martin Luther King*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. v. 2.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SOUSA, Rodrigo Farias de. *A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen, 1960-1969*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY. The Port Huron Statement. 1962. In: MILLER, James. *Democracy is in the streets: from Port Huron to the Siege of Chicago*. Harvard: Harvard University Press, 1987. 432 p.

Aula 8

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1997. v. 12.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CHE: *Guerrilha*. Direção: Steven Soderbergh. EUA: [s.n.], 2008. 1 DVD. (133 min.)
- CHE: *O argentino*. Direção: Steven Soderbergh. Roteiro: Peter Buchman. [S.l.: s.n.], 2008. 1 DVD. (126 min.).
- DIÁRIOS de motocicleta. Direção: Walter Salles. Argentina: Buena Vista, 2004. 1 DVD. (130 min.).
- GOTT, Richard. *Cuba. Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporánea de América Latina*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1992. cap. 6.
- HAVANA. Direção: Sidney Pollack. EUA: Universal Pictures, 1990. 1 DVD. (144 min.).
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

Aula 9

- AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALLENDE, Isabel. *De amor e de sombra*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- _____. *A casa dos espíritos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997. v. 12.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Unesp, 2002.
- A CASA dos espíritos. Direção de Billie August. EUA: Paris Video, 1993. 1 DVD. (145 min.)
- DE AMOR e de sombras. Direção: Betty Kaplan. Roteiro: Donald Freed. EUA: [s.n.], 1996. 1 DVD. (103 min.)
- DESAPARECIDO: um grande mistério. Direção: Costa Gravas. EUA: [s.n.], 1982. 1 DVD. (114 min.)

DETUVIERON a 13 hippies por abuso de narcóticos. *La razón*. Buenos Aires, 6 out. 1970.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1992, cap. 7.

LA BATALLA do Chile. Direção de Patricio Guzmán. Santiago: [s.n.]. 1975 a 1979. 3 DVDS.

MACHUCA. Direção: Andrés Wood. Chile: Tornasol Films, 2004. 1 DVD.

MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo 21, 2001.

SALVADOR Allende. Direção: Patricio Guzmán. Bélgica: [s.n.]. 2004. 1 DVD. (100 min.)

TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade em América Latina*. Campinas: Unicamp, 1989.

Aula 10

BENDER, Thomas. *A nation among nations: America's place in world history*. New York: Hill & Wang, 2006.

CIVAN, Michele Burtoff; VILSAINT, Féquière; MÉTELLUS, Gepsie. *Haitians: their history and culture*. Washington, DC: Educa Vision, 1994.

COUPEAU, Steeve. *The History of Haiti*. [s.l.]: Greenwood Publishing Group, 2008.

HART, Stephen M. *A companion to Latin American literature*. New York: Tamesis, 2007.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado: a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. v. 1.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. amp. rev. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

SKIDMORE, Thomas; SMITH, Peter H. *Modern Latin America*. 6th edition. New York: Oxford: Oxford University Press, 2005.

SMITH, Peter H. *The talons of the eagle: dynamics of U.S. Latin American relations*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1996.

SYRETT, Harold C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

UNITED States Intervention, 1909-1933: Nicaragua table of contents. Disponível em: <<http://countrystudies.us/nicaragua/10.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

Aula 11

ALCA: Alca não sai antes de 2009, diz ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim: o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou, em discurso durante o IV Fórum Interparlamentar das Américas, que as negociações para a formação da Alca não deverão ser concluídas antes de 2009. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=7730&tipo=noticia>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os corpos da paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARTER, Jimmy. *Address at commencement exercises at the university of Notre Dame*. May 22 1977. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=7552>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

JACOBO Árbenz: Disponível em: <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/JFKarbenz.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. amp. rev. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SMITH, Peter H. *The talons of the eagle: dynamics of U.S. Latin American relations*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, Edwin. *The penguin history of Latin America*. [s.l.]: Penguin Books, 2009.

Aula 12

ALLEN, Richard V. The Reagan doctrine and the new cold war. 1996. In: TORR, James D. *The 1980s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000.

BAGBY, Wesley M. Reagan and Gorbachev: from anonymity to "closeness". 1999. In: TORR, James D. *The 1980s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. de 1973 aos dias atuais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 3.

HODGSON, Godfrey. *More equal than others*. Princeton: Oxford: Princeton University Press, 2004.

MOSS, George. Reagan's policies shape American politics. 2000. In: TORR, James D. In: *The 1980s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000.

SCHALLER, Michael. The truth about the 1980s economy. 1994. In: TORR, James D. *The 1980s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Sites consultados

NISKANEN, George. Reaganomics. In: _____. *The concise encyclopedia of economics*. 1993. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc1/Reaganomics.html>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

REAGAN, Ronald. *Evil empire speech*. 8 mar. 1983. Disponível em: <<http://www.nationalcenter.org/ReaganEvilEmpire1983.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. *Address at Moscow state university*. May 31, 1988. Millercenter: Public affairs. Disponível em: <<http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/3416>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

NATIONAL Security Decision Directive. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-075.htm>>. Acesso em 21 dez. 2010.

Aula 13

COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

COTLER, Julio *Estado oligárquico y reformismo militar en América Latina*. En: _____. *Historia de medio siglo, América del Sur*. Ciudad del México: Siglo Veintiuno, 1982. v. 1.

DINGES, John *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERRERAS, Norberto O. *A ditadura militar na Argentina: do esquecimento à história total*. In: AARÃO, Daniel Reis; ROLLAND, Denis (Org.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008.

OLIVEIRA, Eliezer R. *A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico*. In: _____. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. *Los militares en la política latinoamericana desde 1930*. In: BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997. v. 12.

Aula 14

ANDRYSZEWSKI, Tricia. *The militia movement in America*. Brookfield, CT: Millbrook, 1997.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX: de 1973 aos dias atuais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/clinton1.asp>. Acesso em: 15 jan. 2011.

FRANK, Thomas. *Deus no céu e o mercado na terra: capitalismo, populismo de mercado e o fim da democracia econômica*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HODGSON, Godfrey. *More equal than others: America from Nixon to the New Century*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PATTERSON, James T. *Restless Giant: the United States from Watergate to Bush v. Gore*. Oxford: Oxford University Press, 2005 (The Oxford History of the United State).

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. amp. atual. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

TORR, James D. (Ed.). *The 1990s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000.

TOTING the causes of war. Bloomberg *Businessweek*. 06 fev. 2003. Disponível em: <http://www.businessweek.com/bwdaily/dnflash/feb2003/nf2003026_0167_db052.htm>. Acesso em: 06 jan. 2011.

U. S. Census Bureau: American factfinder. Disponível em: <http://factfinder.census.gov/servlet/DTable?_bm=y&-context=dt&-ds_name=ACS_2009_1YR_G00_&-CONTEXT=dt&-mt_name=ACS_2009_1YR_G2000_B03002&-tree_id=306&-redoLog=false&-all_geo_types=N&-geo_id=01000US&-format=&-lang=en>. Acesso em: 10 de jan. 2011.

WALSH, Kenneth T. Clinton survives impeachment. In: TORR, James D. (Ed.). *The 1990s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000 (America's Decades).

Aula 15

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. *Derechos humanos en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

FERRERAS, Norberto. A memória mutante do Peronismo: arte e ideias na Argentina contemporânea. In: AZEVEDO, Cecilia et al. (Org.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

GOTT, Richard. Hugo. *Chavez and the bolivarian revolution: the bolivarian revolution in Venezuela*. Londres: Verso Books, 2005.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2004.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VALDIVIA, Verónica. *Su revolución contra nuestra revolución: izquierdas y derechas en Chile*. Santiago: LOM, 2008. v. 2.

